

ANÁLISE DOS RESULTADOS DA APLICAÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁ-  
RIA INTEGRAL PELAS COMPANHIAS ABERTAS NO BRASIL EM 1987 - Instru-  
ção CVM nº64/87 - Um Estudo Exploratório.

DÉLCIO DUQUE MORAES

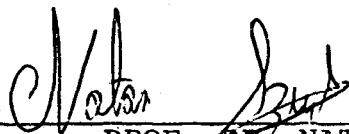
DEZEMBRO DE 1989

ANÁLISE DOS RESULTADOS DA APLICAÇÃO DA CORRE  
ÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL PELAS COMPANHIAS ABER  
TAS NO BRASIL EM 1987 - INSTRUÇÃO CVM Nº 64/87-  
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO


DÉLCIO DUQUE MORAES

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCEN  
TE DO INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS  
CONTÁBEIS - ISEC - DA FUNDAÇÃO GETÚ-  
LIO VARGAS COMO PARTE DOS REQUISITOS  
NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU  
DE MESTRE EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS (M.Sc.)

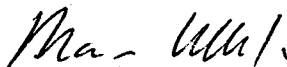
APROVADA POR:



PROF. DR. NATAN SZUSTER  
(Presidente, Orientador)



PROF. DR. DENY DA ROCHA MONTEIRO



PROF. DR. MARCOS DE ANDRADE REIS VILLELA

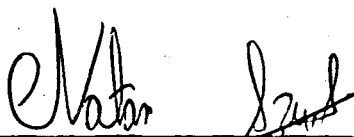
RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

DEZEMBRO DE 1989

P A R E C E R

A Banca Examinadora, designada pela Determinação nº 23/89, do Diretor do ISEC/FGV, para julgar a dissertação intitulada: "Análise dos Resultados da Aplicação da Correção Monetária Integral pelas companhias abertas no Brasil em 1987 Instrução CVM nº 64/87 - Um Estudo Exploratório" de autoria do aluno DÉLCIO DUQUE MORAES e composta pelo abaixo assinados, após a apresentação pública da mesma pelo candidato e de ter este respondido às arguições que por seus membros foram feitas, concorda em que a referida dissertação merece ser aprovada com louvor, sendo sugerida a publicação de um artigo.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1989.



PROF. DR. NATAN SZUSTER  
(Presidente, Orientador)



PROF. DR. DENY DA ROCHA MONTEIRO



PROF. DR. MARCOS DE ANDRADE REIS VILLELA

1. Merece ser Aprovada
2. Merece ser Aprovada com louvor
3. Merece ser Aprovada, sendo sugerida a sua publicação

À

Minha mãe, Helena, maior exemplo  
de trabalho e dedicação.

Minha esposa, Lair, por sua com  
preensão e renúncia.

Minha filha, Daniela, amor e es  
perança.



MORAES, Dêlcio Duque

Análise dos Resultados da Aplicação da Correção Monetária Integral pelas Companhias Abertas do Brasil em 1987 - Instrução CVM Nº64/87 - Um Estudo Exploratório.

xiii, 290 p. 29,7 cm - (FGV/ISEC, M.Sc., Ciências Contábeis, 1989)

Dissertação - Fundação Getúlio Vargas-ISEC - Mestrado em Ciências Contábeis.

1. Contabilidade 2. Inflação 3. Demonstrações Contábeis I.FGV/ISEC II.TÍTULO

## AGRADECIMENTOS

Ao Banco do Brasil S/A., através do Departamento de Formação do Pessoal - DESED, que viabilizou a minha participação no Curso de Mestrado em Ciências Contábeis do ISEC/Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro (RJ).

À administração da Agência Tamóios (MG), em especial ao incentivador e amigo Ildeu Gonçalves Barbosa.

Aos professores do Curso de Mestrado em Ciências Contábeis do Instituto Superior de Estudos Contábeis da Fundação Getúlio Vargas, pelo incentivo e aprendizagem proporcionados.

Aos colegas de turma e amigos, Geová José Madeira e Milanez Silva de Souza, pelos debates esclarecedores e pelo encorajamento nos momentos mais difíceis.

À Maria das Graças Souza de Avellar, pelo interesse e ajuda na elaboração das "planilhas eletrônicas" no laboratório de Micro do ISEC/FGV.

Ao mestre José Gomes Pacheco Filho, pela boa vontade e esclarecimentos, e ao meu irmão Celso Duque Moraes, pelo apoio incondicional na revisão das "planilhas eletrônicas".

Ao colega de banco José Maria Rabelo, pela criteriosa revisão de português efetuada neste trabalho.

À Professora Angela Maria Marques Cupertino, Chefe do Departamento de Contabilidade da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC (MG), pelo incondicional apoio durante o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Professor Dr. Josir Simeone Gomes, incentivador e colaborador do curso de mestrado.

Ao Professor Dr. Iberê Gilson, coordenador do Curso de Mestrado do ISEC/FGV.

Ao Professor Dr. Natan Szuster, pela indispensável e valiosa orientação acadêmica, conduzida de forma a proporcionar o desenvolvimento profissional.

Aos Professores Dr. Deny da Rocha Monteiro e Dr. Marcos de Andrade Reis Villela pela participação na banca examinadora.

E finalmente, aos funcionários do ISEC, pela atenção dispensada e providências.

## R E S U M O

O principal objetivo deste estudo é analisar as informações geradas pelos Métodos Legal e Integral de reconhecimento dos efeitos inflacionários nas Demonstrações Contábeis, evidenciando os aspectos qualitativo e quantitativo da informação contábil para fins de avaliação econômico-financeira e patrimonial das companhias abertas do Brasil.

A pesquisa foi desenvolvida em uma amostra composta de 87 ( oitenta sete) Demonstrações Contábeis, com o tamanho calculado estatisticamente para atender aos aspectos de aleatoriedade e representatividade. Representando, assim, o universo de 664 (seiscentos sessenta quatro) companhias abertas inscritas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários em 31.12.87.

Esta pesquisa se diferencia das demais pelo tipo de amostra e universo estudados, uma vez que a aplicação da Contabilidade a Nível Geral de Preços pelas companhias abertas do Brasil é recente. Este método torna as informações contábeis mais realistas e potencialmente capazes de representar a real performance das empresas.

## A B S T R A C T

The main purpose of this study is to analyze the informations generated by the Price-Level Accounting and Legal Methods of recognition the inflationary effects in Financial Statements, making evident the qualitative and quantitative aspects of the accounting information aiming at the economic-financial and patrimonial evaluation of the open capital corporations of Brazil.

The research has been developed in a sample made up of 87 Financial Statements, with the size statistically calculated in order to attend the aspects of fortuitousness and representativeness. Representing so the universe of 664 open capital corporations enrolled in the CVM - ( Comissão de Valores Mobiliários), in december/1987.

This research differs the others by the kind of the studied sample and universe, since the application of the General Price-Level Accounting by the open capital corporations in Brazil is recent. This method makes this Financial Statements more realistic and potentially able to represent the real performance of the enterprises.

## SUMÁRIO

	PÁG.
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO.....	1
I.1 - O PROBLEMA.....	2
I.2 - OBJETIVOS DA PESQUISA .....	6
I.3 - QUESTÕES DA PESQUISA.....	7
I.4 - IMPORTÂNCIA DO ESTUDO.....	7
I.5 - DELIMITAÇÃO DO ÂMBITO DO ESTUDO.....	8
I.6 - ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO.....	10
 CAPÍTULO II - REVISÃO DA LITERATURA E FUNDAMENTOS TEÓRICOS.	 12
II.1 - INTRODUÇÃO .....	13
II.1.1 - FLUTUAÇÕES DE PREÇOS.....	13
II.1.2 - PRINCÍPIOS CONTÁBEIS GERALMENTE ACEITOS....	18
II.1.2.1 - POSTULADOS.....	21
II.1.2.2 - PRINCÍPIOS.....	25
II.1.2.3 - NORMAS ( OU CONVENÇÕES ).....	32
II.2 - MÉTODOS CONTÁBEIS DE RECONHECIMENTO DOS EFEITOS IN	
FLACIONÁRIOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	39
II.2.1 - CONTABILIDADE A NÍVEL GERAL DE PREÇOS.....	41
II.2.1.1 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	41
II.2.1.2 - DEFINIÇÃO.....	43
II.2.1.3 - BASE UTILIZADA.....	43
II.2.1.4 - OPERACIONALIDADE.....	45
II.2.1.4.1 - ITENS MONETÁRIOS E	
NÃO MONETÁRIOS.....	45
II.2.1.4.2 - GANHOS E PERDAS SO-	
BRE OS ITENS MONETÁ	
RIOS.....	51

II.2.1.5 - VANTAGENS E DESVANTAGENS .....	53
II.2.2 - CONTABILIDADE A CUSTO CORRENTE .....	56
II.2.2.1 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA .....	56
II.2.2.2 - DEFINIÇÃO .....	58
II.2.2.3 - BASE UTILIZADA .....	59
II.2.2.4 - OPERACIONALIDADE .....	60
II.2.2.5 - VANTAGENS E DESVANTAGENS ....	62
II.2.3 - CONTABILIDADE A CUSTO CORRENTE CORRIGIDO.	64
II.3 - CORREÇÃO MONETÁRIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - MÉTODO LEGAL (LEI Nº 6404, DE 15/12/76)	67
II.3.1 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA .....	67
II.3.2 - ESSÊNCIA DO MÉTODO LEGAL .....	70
II.3.3 - CRÍTICAS AO MÉTODO LEGAL .....	76
II.4 - COMPARAÇÕES ENTRE O MÉTODO LEGAL E O DA CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL .....	79
CAPÍTULO III - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA ..	82
III.1 - NATUREZA DA PESQUISA .....	83
III.2 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CÁLCULO DA AMOS TRA .....	84
III.3 - COLETA DE DADOS .....	86
III.4 - TRATAMENTO DOS DADOS .....	87
III.4.1 - PRIMEIRA ETAPA - ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLEMENTARES .....	88

III.4.2 - SEGUNDA ETAPA - ANÁLISE DOS RESULTADOS GERADOS PELO SISTEMA LEGAL E PELA COR REÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL.....	88
III.4.2.1 - ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS.....	90
III.4.3 - TERCEIRA ETAPA - ANÁLISE DA MÉDIA DO AGREGADO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 1987.....	94
III.5 - LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	95
CAPÍTULO IV - RESULTADOS DA APLICAÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL - COMPARAÇÃO E ANÁLISE DOS ELEMENTOS.	
IV.1 - INTRODUÇÃO.....	98
IV.2 - RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLEMENTARES PELAS CIAS.ABERTAS( PRIMEIRA ETAPA)...	99
IV.2.1 - QUADRO DE ANÁLISE DAS ORIENTA ÇÕES DA INSTR.CVM 64/87 (ANEXO 01)	
IV.2.2 - DOS RESULTADOS - UMA ABORDAGEM ANALÍTICA.....	100
IV.3 - ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES GERA DAS PELOS SISTEMAS LEGAL E INTEGRAL (SE- GUNDA ETAPA DA PESQUISA).....	131
IV.3.1 - OS BALANÇOS DE 1987.....	132
IV.3.2 - DOS RESULTADOS-UMA ABORDAGEM ANALÍTICA.....	135
IV.3.2.1 - BALANÇOS PATRIMONI- AIS - LEGAL E COMPLE MENTAR.....	135



IV.3.2.2 - DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO LEGAL E COMPLEMENTAR .....	139
IV.3.2.3 - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO "PL" - LEGAL E COMPLE- MENTAR .....	142
IV.3.2.4 - DOAR - LEGAL E COMPLEMEN - TAR .....	143
IV.3.2.5 - ANÁLISE HORIZONTAL E VERTI CAL DOS BALANÇOS DE 1986 E 1987 .....	145
IV.3.2.6 - ANÁLISE HORIZONTAL E VERTI CAL DAS "DRES" DE 1986 E 1987 .....	160
IV.3.2.7 - RECEITAS E DESPESAS FINAN CEIRAS .....	169
IV.4 - ANÁLISE DA MÉDIA DO AGREGADO DAS DE MONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA AMOSTRA ESTU DADA (TERCEIRA ETAPA DA PESQUISA) ....	170
IV.4.1 - BALANÇO PATRIMONIAL .....	170
IV.4.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ...	172
IV.4.3 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS .....	178
CAPÍTULO V - CONCLUSÕES .....	181
V.1 - SUMÁRIO DA PESQUISA .....	182
V.2 - SÍNTESE DOS RESULTADOS .....	183
V.2.1 - PRIMEIRA ETAPA .....	183
V.2.2 - SEGUNDA ETAPA .....	184
V.2.3 - TERCEIRA ETAPA .....	192
V.3 - IMPLICAÇÕES .....	195

V.4 - PERSPECTIVAS DE MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO	
BRASILEIRA.....	196
V.5 - SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS.....	198
ANEXOS .....	200
- ANEXO 01 - BALANÇO PATRIMONIAL - Aspectos da Instrução CVM nº 64, de 19.05.87	
- ANEXO 02 - LIQUIDEZ, ENDIVIDAMENTO, GRAU DE IMOBILIZAÇÃO E FATOR DE INSOLVÊNCIA DE KANITZ	
- ANEXO 03 - MARGEM OPERACIONAL, MARGEM LÍQUIDA E RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
- ANEXO 04 - LUCRO LÍQUIDO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	
- ANEXO 05 - ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL DOS BALANÇOS PATRI MONIAIS ( 1986 e 1987 )	
- ANEXO 06 - BALANÇOS PATRIMONIAIS ( MÉDIA DO AGREGADO )	
- ANEXO 07 - DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ( MÉDIA DO AGREGADO)	
- ANEXO 08 - DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECUR SOS ( MÉDIA DO AGREGADO )	
- ANEXO 09 - INSTRUÇÃO CVM Nº64, DE 19.05.89	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	282

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO

A contabilidade praticada atualmente no Brasil, sob a égide da Lei nº 6404/76, representa um avanço em relação à anterior, principalmente, no que se refere ao reconhecimento dos efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis. Entretanto, em decorrência da "simplificação" do método empregado e dos altos índices de inflação registrados no país nos últimos anos, ela tem-se apresentado deficiente como instrumento de apoio às tomadas de decisão.

Com a manutenção dos registros e apresentação dos elementos patrimoniais a valores nominais nas demonstrações contábeis, torna-se impossível efetuar uma análise de evolução dos números de um exercício social para o outro, pelas seguintes razões:

- As informações contábeis estão em moeda de poder aquisitivo de diferentes épocas;
- Os saldos das contas do Balanço Patrimonial estão registrados em cruzados novos\* do passado (exemplo: estoques, despesas antecipadas, resultados de exercícios futuros, etc.), do presente (exemplo: Contas do Patrimônio Líquido e Ativo Permanente, etc), e do futuro (exemplo: contas a receber, fornecedores, etc), impedindo, desta maneira, que o Balanço Patrimonial demonstre adequadamente a situação econômico-financeira da empresa;
- As receitas e despesas são escrituradas diariamente pelos valores nominais. Assim, o custo mensal das mercadorias ou produtos vendidos fica registrado em cruzados novos de poder de compra do passado, e as vendas à vista em cruzados novos de poder de compra do presente ;

---

(\*) - CRUZADOS NOVOS - Moeda nacional criada com o advento do plano verão em 15/01/89.

e as vendas a prazo em cruzados novos de poder de compra do futuro, logo, as receitas e despesas não são comparáveis, impossibilitando, assim, uma análise de tendência da lucratividade.

- as informações constantes das demonstrações de origens e aplicações de recursos e das mutações do patrimônio líquido são apresentadas em cruzados novos históricos, o que faz perder em muito o potencial de utilidade para os usuários em geral.

A propósito, GOMES cita Eliseu Martins em seu trabalho apresentado na 11ª Convenção Nacional de Contabilistas, onde afirma:

*"... As contas de origem e aplicação de recursos, exemplifica, que têm um poder de análise extraordinário, eram até agora um instrumento pouco confiável, porque o dinheiro produzido pela empresa durante todo o ano era computado em valores nominais. Em determinado momento era somado com o dinheiro investido pelos sócios. Esse valor era então comparado com passivos formados durante todo o ano por seus valores nominais. Havia uma salada de números que trabalhava contra os analistas". ( 1 )*

Mantendo esta mesma linha de pensamento, SZUSTER diz que:

*" A Contabilidade tradicional que se atém à manutenção do custo histórico original, não reconhecendo as alterações do valor da moeda , não tem mais lugar nos dias de hoje. As suas informações não representam a realidade econômica e os seus resultados são totalmente defasados". ( 2 )*

---

( 1 ) GOMES, Josir Simeone. " A Transparência das Demonstrações Contábeis Após o Pleno Cruzado". Trabalho apresentado na 11ª Convenção Nacional de Contabilistas, Natal(RN), Outubro/86, v.1, p. 281

( 2 ) SZUSTER, Natan. In: BRAGA, Hugo Rocha. Demonstrações Financeiras - Estrutura, Análise e Interpretação, São Paulo, Atlas, 1988 p.178

Diante, então, da necessidade sentida pelo mercado de capitais de informações contábeis adequadas e realistas, a CVM - Comissão de Valores Mobiliários reage, legislando e exigindo demonstrações contábeis complementares em moeda de poder aquisitivo constante, através da já referida Instrução CVM nº 64/87.

A metodologia proposta é uma fórmula de ajustamento dos valores históricos, e a propósito, segundo IUDÍCIBUS:

*" A finalidade principal dos ajustamentos, em nossa maneira de pensar, é fornecer à administração uma visão mais realista da situação empresarial, no sentido de melhores tomadas de decisões".( 3 )*

TREVISAN afirma que:

*"... hoje, mais do que nunca, a informação contábil é base para tomada de decisões da empresa. De sua agilidade e qualidade dependerá em muito a continuidade da empresa".( 4 )*

A adoção de métodos adequados para a mensuração dos efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis tem sido um grande desafio para a Ciência Contábil.

Neste sentido, SZUSTER lembra que:

*" A economia inflacionária em que vivemos gera um ambiente de incerteza que dificulta o processo de tomada de decisões. A responsabilidade da contabilidade não é fornecer soluções, mas, mensurar seus efeitos para que decisões gerenciais sejam baseadas em dados que procurem representar a realidade da empresa. Este aspecto se constitui um desafio que a profissão contábil enfrentará, sendo decisivo para sua valorização".( 5 )*

( 3 ) IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade, São Paulo, Atlas, 1981, p. 253

( 4 ) TREVISAN & Associados Auditores Independentes. Trabalho apresentado no Seminário de Sistemático de Correção Monetária ao Balanço em Moeda Constante, realizado em São Paulo, 1985, p.19

( 5 ) SZUSTER, Natan. Métodos Contábeis de Reconhecimento da Variação do Poder Aquisitivo da Moeda- Uma Aplicação Prática, Dissertação de Mestrado, FEA-USP, São Paulo, 1980, p.97

Ainda, segundo SZUSTER:

" O elevado grau de evolução ocorrido na nossa legislação nos últimos anos em termos do reconhecimento dos efeitos inflacionários foi constatado. Esta, contudo, não evidencia de forma conveniente alguns aspectos que são relevantes para uma utilização mais profunda das informações contábeis" ( 6 )

Com o intuito de minimizar os efeitos da inflação sobre as Demonstrações Contábeis e evidenciar " de forma conveniente alguns aspectos que são considerados relevantes para uma utilização mais profunda das informações contábeis", a CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, órgão governamental e disciplinador do Mercado de Capitais, resolveu aprovar, em 19.05.87, a INSTRUÇÃO NORMATIVA - CVM Nº 64, que dispõe sobre os procedimentos para elaboração e publicação de Demonstrações Contábeis Complementares, em moeda de capacidade aquisitiva constante, para o pleno atendimento ao Princípio do Denominador Comum Monetário.

A aplicação da Correção Monetária Integral, tendo como padrão monetário a OTN\* (Obrigação do Tesouro Nacional), na forma preconizada pela Instituição CVM nº 64/87, pode ser considerada como mais um grande avanço da contabilidade brasileira rumo às técnicas mais avançadas de ajustamentos.

Segundo MONTEIRO:

" A posição da CVM optando por uma evolução gradativa, na verdade, reflete, no entendimento deste articulista, uma inteligente manobra tática para poder deflagrar, sem maiores delongas e confrontações, a nível do atual cenário contábil brasileiro, o processo de evolução do nível informacional da contabilidade, no que se refere ao aspecto qualitativo e, também, quantitativo, que se faz premente ser desencadeado, em face do quadro crítico delineado pelas forças atuantes no mercado em que, presentemente, as companhias abertas estão inseridas". ( 7 )

( 6 ) SZUSTER, Natan. "Métodos Contábeis de Reconhecimento da Variação do Poder Aquisitivo da Moeda: Uma Aplicação Prática", Dissertação de Mestrado, FEA-USP, São Paulo, 1980, p.96.

( 7 ) MONTEIRO, Deny da Rocha. "A Instrução CVM nº 64 e os Objetivos da Contabilidade", Rio de Janeiro, Revista da CVM, Out/Nov. e Dez/1986, p.23

( \* ) OTN=BTN (Bônus do Tesouro Nacional), criado em 1989.

Neste contexto, o problema caracterizado é totalmente de corrente dos efeitos da inflação - a perda do poder aquisitivo da moeda com reflexos sobre os negócios da empresa, isto é, sobre os ativos, passivos, receitas e despesas - mas, para fins deste estudo será caracterizado como problema o reconhecimento e a evidenciação inadequados, dos referidos efeitos, nas demonstrações contábeis.

## I.2 - OBJETIVOS DA PESQUISA

O presente estudo objetiva explorar os efeitos da aplicação da metodologia da correção monetária integral pelas companhias abertas brasileiras, no ano de 1987, analisando os resultados em termos de atendimento do disposto na instrução CVM nº 64/87, e os seus reflexos nas demonstrações contábeis.

Desta maneira, procurar-se-á:

- 1 - Analisar os resultados da aplicação da Correção Monetária Integral nas demonstrações contábeis pelas companhias abertas brasileiras em cotejo com um plano referencial teórico, composto pelas orientações contidas na Instrução CVM nº 64/87, pela literatura existente sobre a contabilidade a Nível Geral de Preços (Price-Level Accounting) e pela Legislação Societária (Lei nº 6404/76).



- 2 - Fornecer uma contribuição ao campo de pesquisas em p<sup>í</sup>ricas na área das Ciências Contábeis.

### I.3 - QUESTÕES DA PESQUISA

Admitindo-se que as companhias abertas, sujeitas ao disposto na Instrução CVM Nº 64, de 19.05.87, não tenham aplicado todos os procedimentos contidos nesta instrução e que as informações geradas pelo Sistema de Correção Integral são superiores às geradas pelo Método Legal para fins informacionais, pergunta-se ?

- 1 - As companhias abertas aplicaram as técnicas mais completas de ajustamento relativas ao método da Correção Integral e observaram integralmente as orientações contidas na Instrução CVM Nº 64/87 ?

- 2 - Quais foram as melhorias apresentadas nas informações geradas pelo Sistema de Correção Integral para fins de avaliação econômico-financeira e patrimonial das companhias abertas ?

### I.4 - IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

Não obstante a grande contribuição que a Lei das Sociedades por Ações (Lei 6404/76) trouxe à contabilidade, carece hoje de aprimoramentos, para ajustar-se ao crescente avanço tecnológico e à nova realidade econômica brasileira, objetivando dotar a

administração das empresas de dados e informações contábeis isentos dos efeitos inflacionários.

Este estudo ganha importância na medida que analisa as informações geradas pelos Sistemas Legal e Integral, e as divergências entre os seus resultados.

Como se trata de um estudo de "natureza exploratória", com tamanho da amostra determinado estatisticamente e as empresas escolhidas aleatoriamente, os resultados poderão ser generalizados, guardando, evidentemente, as limitações da própria pesquisa.

É relevante ressaltar também que os resultados e as conclusões apresentadas por esta pesquisa poderão sensibilizar empresários e contadores que ainda resistem em aceitar o Método da Correção Integral, além de levantar questões que venham ensejar pesquisas futuras.

#### I.5 - DELIMITAÇÃO DO ÂMBITO DO ESTUDO

O âmbito do estudo desta pesquisa limitou-se exclusivamente a obter e analisar as informações da Correção Monetária Integral aplicada pelas companhias abertas brasileiras sujeitas ao disposto na Instrução CVM Nº64, de 19.05.87.

Excluem-se, portanto, do escopo desta pesquisa as companhias abertas com valores mobiliários admitidos à negociação exclusivamente no mercado de balcão, por não estarem obrigadas a aplicar o dispositivo acima, no primeiro exercício de sua vigência.

Assim sendo, na primeira fase deste trabalho, foram analisadas as informações obtidas a partir dos Relatórios de Administração e Notas Explicativas publicadas, em cotejo com as orientações da Instrução CVM Nº 64/87.

Na segunda fase, foram analisadas as informações obtidas a partir das Demonstrações Contábeis Legais em comparação com as das Demonstrações Contábeis Complementares publicadas, do exercício findo em 31.12.87, evidenciando as melhorias das informações geradas pelo Sistema de Correção Monetária Integral para fins de avaliação econômico-financeira e patrimonial das companhias abertas.

Na terceira fase, apresenta-se uma análise das Demonstrações Contábeis Legal e Complementar formadas pela média aritmética dos elementos patrimoniais e de resultados que compõem as 87(oitenta sete) Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31.12.87, das empresas constantes da amostra desta pesquisa.

Finalmente, pode-se dizer, que a análise do agregado apresentada na terceira fase, constitui-se numa complementação da segunda etapa da pesquisa.

## I.6 - ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo foi organizado da seguinte forma:

No capítulo I mencionou o assunto objeto da pesquisa, com a caracterização do problema que deu origem ao estudo. Abordaram-se também os objetivos, as questões e a importância da pesquisa, bem como a delimitação de seu âmbito.

No capítulo II constam os fundamentos teóricos que direcionam e norteiam este trabalho, apresentados através de uma revisão de literatura, com a apresentação das origens da Flutuação de Preços. Apresenta-se também uma abordagem dos principais métodos de reconhecimento dos efeitos da variação do poder aquisitivo da moeda nas Demonstrações Contábeis, suas vantagens e desvantagens. E, ainda, uma comparação dos resultados obtidos pelos métodos de correção Legal e Integral.

No capítulo III, destinado à metodologia, procura-se mostrar a metodologia empregada na pesquisa, com justificativas e razões de seu emprego. São apresentados o método para a coleta de dados, o tratamento atribuído aos dados obtidos na pesquisa, como também as principais limitações deste estudo.

No capítulo IV apresenta-se uma análise comparativa entre as informações geradas pelos métodos Legal e Integral.

No Capítulo V, finalmente, apresenta-se um sumário do estudo realizado, com uma síntese das conclusões obtidas na pesquisa e as recomendações para pesquisas futuras.

\*\*\*

\*

CAPÍTULO II  
REVISÃO DE LITERATURA E FUNDAMENTOS TEÓRICOS

## II.1 - INTRODUÇÃO

A contabilidade, na qualidade de metodologia especialmente concebida para informar e mensurar os efeitos decorrentes dos fenômenos econômicos, que afetam as situações patrimoniais e financeiras das entidades, lucrativas ou não, tem um arcabouço denominado " Estrutura da Teoria da Contabilidade ".

Esta estrutura, formada pelos Postulados, Princípios e Convenções, tem como principal objetivo, no que se refere ao aspecto de informação, a padronização das informações, de tal forma a facilitar o entendimento e a análise por parte dos usuários.

Para maior compreensão da estrutura contábil e dos fenômenos econômicos, que afetam gravemente a consecução dos objetivos da contabilidade, apresenta-se em seguida um breve estudo sobre as "FLUTUAÇÕES DE PREÇOS" e os "PRINCÍPIOS CONTÁBEIS GERALMENTE ACEITOS ".

### II.1.1 - FLUTUAÇÕES DE PREÇOS

A inflação é o fenômeno econômico originado pelo aumento generalizado dos preços dos bens e serviços. Mede-se a inflação de um país pelo incremento em seu nível geral de preços, o qual caracteriza a perda do poder aquisitivo da moeda, nesse país.

Segundo BRUNÉLI:

*" A variação de preço é um fator que está diretamente ligado à economia, e também a contabilidade, que deve refletir seus efeitos nas demonstrações contábeis, constituindo-se num dos aspectos mais dis-*

*cutidos nos últimos tempos pela classe contábil do mundo inteiro."*  
( 1 )

As variações de preço há muito vêm sendo reconhecidas , tanto na literatura de economia como na de contabilidade como um problema sério, pois, elas afetam não só as demonstrações contábeis, mas, também, a riqueza das empresas ou das pessoas individualmente.

A propósito, PETERSEN diz o seguinte:

*" Durante o período no qual existe uma variação no nível geral de preços, uma empresa pode experimentar uma mudança em sua riqueza na forma de redução ou decréscimo do poder aquisitivo. Em certas circunstâncias, esse impacto pode ser material, particularmente para companhias que mantêm grandes posições monetárias líquidas . em períodos de mudanças significativas no nível geral de preços." (2 )*

Com relação a este fenômeno econômico, tem-se assistido , nos últimos anos, a permanentes polêmicas entre ministros de Estado, economistas, administradores de empresa e muitas outras partes interessadas, a respeito das causas da inflação.

Para KIRKMAN, as causas mais difundidas são:

- "1 - demandas salariais excessivas;
- 2 - aumentos dos custos das matérias-primas e combustíveis;
- 3 - exploração empresarial e ineficiência;

( 1 ) BRUNÉLI, Tereza Cecília. Os Bancos Comerciais sob Efeito da Inflação - Reflexo nas Demonstrações Contábeis: Um Estudo de Caso. Dissertação de Mestrado, ISEC/FGV, Rio de Janeiro, 1987, p.18

( 2 ) PETERSEN, Russel J. "Price-Level Changes and Company Wealth, Management Accounting, February, 1973, p.17



- 4 - demanda excessivas dos consumidores;
- 5 - políticas monetárias governamentais."( 3 )

Para IUDÍCIBUS<sup>( 4 )</sup>, as contínuas flutuações de preços são devidas, de um lado, a causas monetárias e, de outro, a fatores estruturais, tais como mudanças nos gostos dos consumidores, na tecnologia, nas escalas de oferta e procura dos bens e serviços, em uma economia de concorrência imperfeita.

IUDÍCIBUS lembra ainda que:

*" Sempre haverá numa economia determinados bens cujos preços variam, num certo intervalo de tempo, em sentido inverso à variação do índice geral de preços ou, na melhor das hipóteses, a variação efetua-se no mesmo sentido da variação geral, mas, em graus ou intensidades diferentes."( 5 )*

Esta variação no nível geral de preços resulta numa variação no valor da unidade monetária, durante os períodos de inflação ou deflação.

Segundo HENDRIKSEN:

*" Na ausência de movimentos estruturais ou relativos de preços, todos os preços se moveriam juntamente na mesma percentagem. Entretanto, se os preços variam a taxas diferentes, é preciso obter uma média ou um índice de preços a fim de expressar o nível geral de preços correntes com relação a algum período-base."( 6 )*

- 
- ( 3 ) KIRKMAN, Patrick R.A. "Contabilidad de Inflacion", Buenos Aires, Libreria "El Ateneo " Editorial, 1975, p.2
  - ( 4 ) IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade, São Paulo, Atlas 1981, p.216
  - ( 5 ) IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contribuição à Teoria dos Ajustamentos Contábeis, FEA-USP, São Paulo, 1966, p.5
  - ( 6 ) HENDRIKSEN, Eldon S. "Accounting Theory", Homewood, Richard D. Irwin, 1982, p. 203

A relação entre o índice corrente de preços e o índice na data-base expressa a mudança relativa dos preços. Se o índice de preços subir de 100 para 200, significa que os preços dobraram e como consequência, o poder aquisitivo da moeda diminuiu em 50%.

Segundo IUDÍCIBUS, a expressão " poder aquisitivo" como muitas vezes é usada no contexto de seu trabalho, significa, basicamente:

*" A habilidade de adquirir bens e serviços com certa quantidade de dinheiro comparado com quanto poderia ter adquirido, com a mesma quantidade de dinheiro, em uma data anterior." ( 7 )*

Em contabilidade, o poder aquisitivo da moeda é abordado sob dois aspectos: geral e específico.

HENDRIKSEN ( 8 ) define o poder geral de compra como a habilidade de adquirir todo tipo de bens e serviços disponíveis na economia e mensurado pelas mudanças no nível geral de preços; enquanto que o poder específico de compra é referido como a habilidade de adquirir determinados bens e serviços específicos em épocas diferentes, podendo ser mensurado pelas variações de preços específicos.

Essas variações, ainda segundo HENDRIKSEN, podem ser classificadas em:

---

( 7 ) IUDÍCIBUS, Sérgio de - Teoria da Contabilidade, São Paulo, Atlas, 1981, p.232

( 8 ) op.cit., p.208

" 1 - Variação no nível geral de preços - é a variação de preços, de um grupo de bens e serviços disponíveis na economia, ocorrida entre duas datas;

2 - Variação específica de preços - é a variação de preços, de um produto ou artigo disponível na economia, ocorrida entre duas datas;

3 - Variação relativa de preços - é a variação de preços, de um produto ou artigo em relação aos preços de um grupo de mercadorias ou serviços, ocorrida também entre duas datas." ( 9 )

A propósito, HORNGREN lembra que:

" Um Índice geral de preços compara o preço médio de um grupo de produtos e serviços numa data com o preço médio do mesmo grupo em outra data. Um índice de preço é uma média: não mede o comportamento de cada componente... não se deve confundir índices gerais, que são usados na contabilidade por valores constantes, com índices específicos, pois, os dois tem finalidades inteiramente diferentes." ( 10 )

Com relação a estes índices, BRUNÉLI ( 11 ) diz que os índices específicos têm a vantagem de oferecer uma maior aproximação dos custos passados dos bens e serviços aos custos atuais. Entretanto, sua utilização está limitada praticamente à contabilidade a Custo Corrente e a Custo Corrente Corrigido, enquanto que o Índice Geral de Preços tem sido amplamente utilizado na Contabilidade a Nível Geral de Preços.

No Brasil, a elaboração e publicação desses índices ficam a cargo de entidades especializadas, destacam-se, dentre elas, o FIPE-USP, o IBGE e a FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (RJ).

---

( 9 ) HENDRIKSEN, Eldon S. "Accounting Theory", Homewood, Richard D. Irwin, 1982, p.203

( 10 ) HORNGREN, Charles T.- Introdução à Contabilidade Gerencial, São Paulo, Prentice-Hall do Brasil, 1985, p.468

( 11 ) op.cit., pp. 19 e 20

## II.1.2 - PRINCÍPIOS CONTÁBEIS GERALMENTE ACEITOS

Segundo IUDÍCIBUS<sup>(12)</sup>, qualquer melhoria ou refinamento que se queira introduzir na técnica contábil deve ser de tal ordem que as vantagens auferidas superem seu custo de aplicação, custo mensurado em tempo, esforço e dinheiro. Todavia, para refinar a técnica, é necessário reestruturar os princípios contábeis geralmente aceitos. Como estes são realmente os grandes pilares em que se baseiam toda a teoria e processos contábeis, tem-se de analisá-los com certa profundidade.

Assim sendo, apresenta-se uma revisão dos princípios contábeis geralmente aceitos, enfocando, sempre que possível, como eles afetam e como são afetados pela aplicação das técnicas de ajustamento contábeis.

Ainda segundo IUDÍCIBUS:

*"... os contadores, profissionais e estudiosos acham-se em um impasse: ao aplicarem rigorosamente os princípios contábeis geralmente aceitos poderão produzir relatórios de pouca relevância, pelo menos sob alguns aspectos; ao utilizarem-se de outros critérios para tornar os demonstrativos mais relevantes, estarão correndo o risco de serem considerados revisionistas, desobedientes dos princípios contábeis geralmente aceitos, e terão seus trabalhos severamente questionados pela profissão estabelecida e representada em associações e institutos."* ( 13 )

A conceituação desses princípios foi desenvolvida nos Estados Unidos, por volta de 1930, através de " um movimento que objetivava estabelecer regras de contabilidade que orientassem os proceto

( 12 ) IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contribuição à Teoria dos Ajustamentos Contábeis, FEA-USP., São Paulo, 1966, pp.22 e 23

( 13 ) IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade, São Paulo, Atlas, 1981, p.216

dimentos contábeis das empresas, notadamente daquelas cujos títulos eram negociados na Bolsa de New York." ( 14 )

Os princípios contábeis são continuamente examinados e aperfeiçoados, num esforço para melhorar a prática contábil e manterem-se atualizados com as mudanças nas condições econômicas.

Nos Estados Unidos, entre as organizações de contadores mais influentes que têm contribuído com o desenvolvimento dos princípios contábeis, em forma de estudos, pesquisas, monografias, etc., estão a American Accounting Association(AAA), o American Institute of Certified Public Accounting (AICPA), o Financial Executives Institute ( FEI), e a National Accounting Association (NAA).

Em 1965, o AICPA publicou com o título de " Inventário de Princípios Contábeis Geralmente Aceitos para as Empresas Comerciais" uma pesquisa que, além de apresentar uma discussão dos conceitos básicos e o texto de pronunciamentos anteriores, o inventário se destinava, segundo GRADY:

*" a estabelecer uma lista ou resumo de princípios(ou práticas) contábeis agora considerados como essenciais ao desempenho das responsabilidades de uma empresa comercial perante as pessoas que nela investiram ou que têm outros interesses na sua posição financeira e no resultado de suas operações." (15 )*

Entre as agências governamentais americanas, destaca-se a Securities and Exchange Commission (SEC) como a mais interessada no desenvolvimento dos princípios contábeis.

- ( 14 ) MOREIRA, José N.- A Inflação e os Resultados dos Bancos-Mensuração das Distorções Causadas pelas Práticas Contábeis Vigentes:Um Estudo de Caso.COPPEAD/UFRJ,Rio Janeiro,1984,p.17
- ( 15 ) GRADY,Paul.In: NISWONGER & FESS - Princípios de Contabilidade Rio de Janeiro, Ed.Getúlio Vargas,1980, p.426

No Brasil existem vários órgãos de classe , e alguns deles se têm destacado pelo esforço em prol do desenvolvimento dos princípios e normas contábeis. Haja vista o trabalho desenvolvido pelo CFC-Conselho Federal de Contabilidade, que deu origem à Resolução CFC nº530, de 23.10.81, que aprovou as Normas Brasileiras de Contabilidade, fundamentadas nos Princípios Fundamentais de Contabilidade ou Princípios Contábeis Geralmente Aceitos.

#### Principais Órgãos de Classe:

- Conselho Federal de Contabilidade(CFC) e Conselhos Regionais(CRC);
- Instituto Brasileiro de Contadores - IBRACON;
- Instituto dos Auditores Internos do Brasil - OIO.

Na área governamental, encontra-se a Comissão de Valores Mobiliários(CVM), como a mais interessada no desenvolvimento e aprimoramento dos princípios contábeis e na melhoria das transpareências das informações geradas pela contabilidade. Em 05.02.86, através de seu Ato de Deliberação CVM nº29, aprovou o pronunciamento do Instituto Brasileiro de Contadores-IBRACON, sobre a estrutura conceitual básica da contabilidade das companhias abertas.

Ressalte-se que a maioria dos princípios contábeis teve sua origem em épocas remotas, quando os fenômenos econômicos não afetavam a economia como afetam hoje, porque os níveis de preços eram praticamente estáveis.

Assim, diante da complexa transformação do mundo econômico contemporâneo, impõe-se à contabilidade ajustar-se às necessidades e demandas das organizações que requerem informações cada vez mais

detalhadas e realistas, para apoio às tomadas de decisão.

LATORRACA enfatiza que:

*" Numa economia que convive com a inflação, toda e qualquer decisão gerencial sobre os negócios da empresa, quer sob o ponto de vista operacional, quer sob o ponto de vista financeiro, terá que necessariamente basear-se em dados adequados, apurados a partir de registros que reflitam critérios técnicos precisos e confiáveis." ( 16 )*

A Contabilidade, enquanto vista como ciência, só conseguirá atingir seus objetivos se estiver estruturada a partir de um plano teórico bem definido e fundamentado. Assim, a Contabilidade está fundamentada, segundo IUDÍCIBUS<sup>(17)</sup>, em Postulados, Princípios e Normas ( Ou Convenções ) Contábeis.

#### II.1.2.1 - POSTULADOS

Os Postulados, Princípios e Normas (ou Convenções) Contábeis são premissas básicas que fundamentam a estrutura da contabilidade e dão suporte ao seu desenvolvimento e sua prática.

Entre os vários conceitos de Postulados, apresentam-se os seguintes:

*- " é uma proposição ou observação de certa realidade que pode ser considerada como não sujeita à verificação ou como axiomática." (18)*

(16) LATORRACA, Newton. Desestímulo ao Reinvestimento de Lucros, São Paulo, Revista Balanço Financeiro, Ano VI, nº55, Out/84, p. 4

(17) IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade, São Paulo, Atlas, 1986, p.56

(18) Op.cit., p.47

- " são premissas ou constatações básicas não sujeitas à verificação, que formam o arcabouço sobre o qual repousa o desenvolvimento subsequente da teoria da contabilidade." ( 19 )

- " é uma proposição oferecida com a pretensão de que se considere aceita ou como axiomática." ( 20 )

- " são premissas básicas acerca do ambiente econômico, político e sociológico no qual a contabilidade deve operar." ( 21 )

- " é uma proposição não evidente nem demonstrável que se admite como princípio de um sistema dedutível, de uma operação lógica ou de um sistema de normas práticas." ( 22 )

- " é uma verdade fundamental, uma norma compreensível ou doutrina das quais são derivadas outras, ou nos quais fundamentam-se outros, uma proposição ou suposição fundamental." ( 23 )

#### a) POSTULADO DA ENTIDADE CONTÁBIL

O Postulado da Entidade pressupõe que a contabilidade é executada e mantida para atender as pessoas jurídicas, fazendo, inclusive, distinção entre essas e seus sócios.

MOONITZ ( 24 ) conceitua entidade como unidade econômica que tem o controle sobre recursos, aceita responsabilidade por tarefas e conduz a atividade econômica.

#### Segundo IUDÍCIBUS:

" Esta entidade contábil pode ser uma pessoa física, uma sociedade limitada, uma grande sociedade anônima, um grupo de consolidado engajado em uma atividade com finalidade de lucro ou não...em uma abordagem mais analítica, pode ser um setor da entidade, uma divisão, um departamento que compartilha de recursos escassos comuns e que contri-

( 19 ) IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade, São Paulo, Atlas, 1986, p.47

( 20 ) Idem

( 21 ) Idem

( ) Idem

( 22 ) FERREIRA, Aurélio B.H. Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1975.

( 24 ) MOONITZ, Maurice. "The Basic Postulates of Accounting", The Accounting Review, January, 1961, p.602

( 23 ) WEBSTERS, Third New International Dictionary Una Bridget Spring Field, Mass C. & C. Merrian Co., 1961



bui para o resultado conjunto do empreendimento..."(25 )

De acordo com a Teoria, a entidade tem vida distinta das atividades e dos interesses pessoais dos proprietários de parcelas de seu capital. A entidade tem personalidade própria, por isso o patrimônio líquido lhe pertence na continuidade das operações; somente os dividendos declarados pertencem aos sócios.

A equação que representa a Teoria da Entidade é dada por:  $ATIVO = PASSIVO$  ou  $ATIVO = EXIGÍVEL + PATRIMÔNIO LÍQUIDO$ . É como se o próprio negócio possuísse os ativos e por sua vez devesse a quem de direito. Assim, o processo contábil preocupa-se, em primeiro lugar, com a empresa como uma unidade econômica produtiva e, em segundo plano, com o investidor ou possuidor de direitos sobre os ativos.

#### b) POSTULADO DA CONTINUIDADE

Este é mais um postulado ambiental da contabilidade e IUDÍCIBUS o define da seguinte forma:

*"As entidades, para efeito da contabilidade, são consideradas como empreendimentos em andamento (going concern), até circunstância es clarecedora em contrário, e, como tais, seus ativos devem ser avaliados de acordo com a potencialidade de suas operações, e não pelo valor que poderíamos obter se fossem vendidos como estão... (no estado em que se encontram)." (26 )*

A entidade é constituída com o pressuposto de continuação, desde que não haja indicativo que caracterize a sua descontinuidade,

( 25 ) IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade, São Paulo, Atlas, 1981, p.48

( 26 ) IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade, São Paulo, Atlas, 1981, p.50

a contabilidade continua registrando os fatos econômicos como se ela fosse existir indefinidamente.

NISWONGER & FESS dizem que, " somente em raros casos u ma empresa é organizada com a expectativa de durar por apenas um período especificado de tempo." ( 27 )

HENDRIKSEN ( 28 ) caracteriza a entidade como sendo um mecanismo voltado para adicionar valor aos recursos que utiliza, e seu sucesso é mensurado pelo valor das vendas ou serviços menos os custos dos recursos utilizados (consumidos) no esforço de produzir a receita.

Este postulado vê a entidade como "algo em movimento" ( going concern), cuja finalidade é gerir e utilizar ativos não para serem vendidos no estado em que se encontram, mas para manipulá-los, agregando utilidades para depois obter receitas.

Existem autores que aceitam o postulado da continuidade, mas com a conotação de que o único tipo de valor de entrada relevante seja o custo original de aquisição ou de fabricação dos ativos. Entretanto, pode-se verificar que existem outros tipos de valor de entrada que poderão ser altamente relevantes para vários tipos de usuários ou aplicações, como: o custo de reposição corrente, o custo original corrigido, etc.,.

A Contabilidade tem mais dificuldade em avaliar os ati

( 27 ) NISWONGER, C. Rollin et FESS, Philip E.- Princípios de Contabilidade, Rio de Janeiro, Ed. Getúlio Vargas, 1980, p.411

( 28 ) HENDRIKSEN, Eldon S. "Accounting Theory", Homewood, R. D. Irwin, p.208

vos a valores de saída do que a valores de entrada. Por questão de praticabilidade, objetividade e conservadorismo, a contabilidade utiliza-se deste último. Somente, em casos de descontinuidade é que os ativos são avaliados pelo valor provável de realização.

IUDÍCIBUS( 29 ) reafirma que os postulados da continuidade e da entidade constituem o pilar sobre o qual se baseia todo o edifício dos conceitos contábeis. Desta forma combinada poderíamos afirmar: a contabilidade é mantida para entidades, como pessoas distintas dos sócios que as integram e que se supõe continuarão operando por um período indefinido de tempo.

#### II.1.2.2 - PRINCÍPIOS

Segundo IUDÍCIBUS:

*" Os princípios são as diretrizes mais gerais e as convenções são as normas e procedimentos que qualificam e delimitam a aplicação dos princípios".( 30 )*

Destacam-se, entre os vários princípios contábeis, os seguintes:

- a) PRINCÍPIO DO CUSTO ORIGINAL COMO BASE DE VALOR( Cost Basis of Valuation )

Este princípio pressupõe a estabilidade da moeda monetária-

---

( 29 ) op. cit., p. 52

( 30 ) IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços, São Paulo, Atlas, 1986, p. 25

ria, por isto a sua aplicação é de natureza complexa quando se tem pela frente a desvalorização do bem pelo uso ou obsolescência, e, por outro lado, a desvalorização da moeda, dificultando, assim, a determinação do custo de reposição do bem pela contabilidade.

Entretanto, a contabilidade, para tentar corrigir os efeitos decorrentes destas situações, utiliza-se de artifícios e técnicas, como a depreciação e a correção monetária, tomando-se sempre como base de cálculo o Custo Original como Base de Valor ou simplesmente, Custo como Base de Valor.

Apesar das modificações introduzidas pela Correção Monetária, depreciações e reavaliações de ativos, o Princípio Básico de Custo Original Como Base de Valor continua prevalecendo, tendo em vista a sua objetividade e praticabilidade.

O melhor avaliador de bens e serviços de uma empresa é sem dúvida o próprio mercado, mas, deve-se reconhecer também que a sua utilização é ainda impraticável.

Por outro lado, conforme IUDICIBUS<sup>(31)</sup>, os ativos são incorporados pelo preço pago para adquiri-los ou fabricá-los mais os gastos necessários para colocar o ativo em condições de gerar benefícios para empresa.

O custo original é a única base para as contabilizações

---

( 31 ) op.cit.,p.57

futuras, decorrentes da correção monetária, depreciação, amortização e exaustão, que a contabilidade efetua para corrigir o valor original, em decorrência do uso, obsolescência ou desvalorização da própria moeda.

Segundo MARTINS:

*"... o objetivo fundamental da contabilidade não é manter os ativos aos preços de mercado, mas sim, aos seus valores originais de aquisição, para que, quando esses valores forem baixados, sejam confrontados com as receitas obtidas e assim tenha a apuração do efetivo lucro. São que esses valores originais de obtenção têm que estar transformados em moeda de capacidade aquisitiva atualizada e não em moeda de poder de compra da data de aquisição." ( 32 )*

Neste sentido, segundo BRUNÉLI ( 33 ), alguns princípios, como, por exemplo, o do Custo Como Base de Valor e o do Denominador Comum Monetário, já estão sofrendo mudanças na sua fundamentação filosófica, pelo menos no que concerne às normas contábeis brasileiras. No que se refere ao Princípio do Custo Como Base de Valor, o IPECAFI admite alterar sua denominação para " Princípio do Custo Histórico Corrigido Como Base de Valor", conceituação esta mais con-  
dizente com a realidade da evolução de nosso sistema econômico.

#### b) PRINCÍPIO DA REALIZAÇÃO DA RECEITA E CONFRONTAÇÃO DAS DESPESAS

Estes princípios estão intimamente ligados, por isto não devem ser tratados isoladamente, pois uma coisa decorre da outra.

( 32 ) MARTINS, Eliseu; BRAGA, Hugo R. et SZUSTER, Natan. Análise e Interpretação Financeira do Saldo Credor da Correção Monetária do Balanço, Rio de Janeiro, Revista CVM, v.4, nº11, jan/fev 1986, p.23

( 33 ) op.cit., pp.16 e 17

É fundamental para estes princípios o momento (tempo) em que devem ser reconhecidas a receita e a despesa contabilmente, e o seu confronto.

Relativamente ao confronto, não é exatamente a entrada de recursos em caixa (receitas) e saída de pagamentos (despesas), mas, o ganho da receita e o incorrimento da despesa. Incorrer em despesas significa a realização do sacrifício de consumir ativos no esforço de produção, direta ou indiretamente, da receita. E o ganho de uma receita significa reconhecê-la como efetivamente realizada.

Segundo IUDICIBUS (34), o princípio da realização da receita e confrontação da despesa, conforme geralmente aceito, considera como ponto usual de reconhecimento da receita (é, como vimos, de todas as despesas associadas), o ponto em que produtos e serviços são transferidos ao cliente, coincidente, muitas vezes, com o ponto de venda. A Contabilidade assim o faz porque:

- 1 - o ponto em que ocorre a transferência é, usualmente, aquele em que a maior parte do esforço em obter a Receita já foi desenvolvido;
- 2 - o ponto de transferência é, usualmente, o ideal para estabelecer um valor objetivo de mercado para a transação; e
- 3 - no ponto de transferência normalmente se conhece todo o custo de produção do produto ou serviço vendido e outras despesas diretamente associáveis, embora os desembolsos com tais despesas possam ocorrer após a venda (como, por exemplo: devedores duvidosos; comissão sobre a venda; gastos com consertos derivados de concessão de garantia, etc.). É possível, pelo menos em um bom número de casos, prever razoavelmente tais encargos no ato da venda.

---

( 34 ) op.cit., p.63

Portanto, o ponto de venda tem aceitação pela Teoria Contábil, mas, na prática ele não se verifica, preferindo os contabilistas a ocorrência da venda como base de realização da receita.

c) PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA DOS EXERCÍCIOS ( Accrual Basis of Accounting )

Este princípio está também intimamente associado aos Princípios da Realização da Receita e Confrontação das Despesas, e estabelece que o reconhecimento das receitas e despesas deve estar identificado com períodos específicos e diretamente relacionados aos fatos geradores de natureza econômica, não tendo, portanto, nenhuma ligação com o desembolso ou recebimento de caixa.

As despesas do período incluem o custo dos produtos e mercadorias vendidos, o custo direto dos serviços prestados, mesmo que os produtos tenham sido produzidos ou adquiridos em períodos anteriores. Incluem também os gastos gerais de fabricação durante o período, que estão relacionados diretamente com a produção das receitas.

Assim, ao reconhecer a receita, devem reconhecer também todas despesas que tenham contribuído para sua formação, independentemente do período de desembolso, e confrontá-las.

Segundo IUDÍCIBUS, existem despesas que não estão diretamente relacionadas com a produção de receita e nem contribuem para sua formação, conforme os exemplos a seguir:

"a - despesas associadas à manutenção da organização e mais relacionadas com um período de tempo - devem ser reconhecidas no período que beneficiaram;

b - gastos incorridos, cuja contribuição para a realização da receita de períodos futuros é duvidosa ou indeterminada - deverão ser registradas como despesas na data de sua ocorrência;

c - perdas ou despesas futuras estatisticamente previsíveis e resultantes de operações correntes - devem ser provisionadas (a débito de resultado) nos exercícios correntes;

d - diminuições de patrimônio líquido oriundas de retificações de eventos registrados em períodos passados ou de falta de registro em períodos passados - deverão ser debitadas em contas de efeitos de exercícios findos, claramente identificados no exercício corrente e distintas das demais despesas e perdas." ( 35 )

A aplicação de critérios diferenciados no reconhecimento dos gastos, ora como despesas do período, ora como ativo amortizável, é de grande importância, no que se refere à análise de investimentos e performance da empresa. Por isto, de acordo com o Princípio da Competência dos Exercícios, as receitas e despesas devem ser atribuídas aos períodos de acordo com a real incorrência, isto é, de acordo com a data do fato gerador e nunca quando ocorrem os recebimentos ou desembolsos de caixa (dinheiro).

#### d) PRINCÍPIO DO DENOMINADOR COMUM MONETÁRIO ( Stability of Monetary Unit )

Segundo TREVISAN<sup>(36)</sup>, esse princípio, intitulado "Denominador Comum Monetário", diz, em linhas gerais, que as demonstrações financeiras devem ser expressas por um único Denominador Comum Monetário, ou, em outras palavras, por uma moeda da mesma capacidade

( 35 ) IUDICIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços, São Paulo, Atlas, 1986, p.35

( 36 ) TREVISAN & ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES, Demonstrações Financeiras em Moeda Constante, São Paulo, Atlas, 1988, p.11



de aquisitiva.

Este princípio associa-se à qualidade que tem a contabilidade, no que se refere à evidenciação da composição patrimonial de bens, direitos e obrigações de várias categorias, para homogeneizá-los através da mensuração monetária. É a qualidade agregativa da contabilidade que permite agregar, adicionar e homogeneizar ativos de diferentes naturezas, por meio da avaliação monetária.

A instabilidade da moeda é uma limitação deste princípio, uma vez que, para fins de tomada de decisões, é necessário fazer comparações contábeis ao longo do tempo, e na falta de uma unidade monetária estável é preciso efetuar ajustamentos contábeis, para que tais comparações sejam possíveis.

Entretando, alguns princípios, como, por exemplo, o do Custo como Base de Valor e o Denominador Comum Monetário já estão sofrendo mudanças na sua fundamentação filosófica, pelo menos no que concerne às normas contábeis brasileiras.

As mudanças nos conceitos destes princípios, além de aprimorá-los, elevará também a qualidade das informações geradas pela contabilidade.

No que concerne ao Princípio do Denominador Comum Monetário, cuja função é a avaliação monetária, o IBRACOM faz a seguinte advertência:

*"... a moeda corrente, no Brasil, não pode ser considerada um padrão*

*de mensuração afiançável, a não ser no exato momento de cada transação... é necessário ter um padrão constante de mensuração monetária."*  
( 37 )

Ainda segundo BRUNÉLI<sup>(38)</sup>, a prática desse princípio( no seu conceito atualizado )juntamente com o " Princípio do Custo Histórico Corrigido Como Base de Valor ", propicia a obtenção dos custos incorridos no passado, ajustados em termos de poder aquisitivo de certa data-base, presumivelmente próxima do momento decisório ( do balanço), possibilitando a obtenção de todos os dados coerentemente expressos no mesmo padrão de poder aquisitivo da moeda.

Observa-se que o Princípio do Denominador Comum Monetário será sempre afetado nos países onde a moeda não mantém o seu poder aquisitivo. No Brasil, apesar do padrão monetário escolhido, a OTN\*-(Obrigações do Tesouro Nacional), a CVM - Comissão de Valores Mobiliários, introduz a sistemática da correção monetária integral ( Contabilidade a Nível Geral de Preços), através da INSTRUÇÃO Nº64, de 19.05.87, que procura de alguma forma restabelecê-lo.

#### II.1.2.3 - NORMAS ( OU CONVENÇÕES ) CONTÁBEIS

As Convenções Contábeis delimitam, qualificam e restringem os graus de liberdade que os Postulados e Princípios permitem ao contador.

Eis alguns conceitos de Normas ou Convenções Contábeis:

- ( 37 ) INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES -Princípios de Contabilidade de Geralmente Aceitos.Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, impresso em offset, p.31 ou Deliberação CVMnº29,05.02.86
- ( 38 ) BRUNELI, Tereza C. Os Bancos Comerciais sob Efeito da Inflação-Reflexo nas suas Demonstrações Contábeis:Um Estudo de Caso.Dissertação de Mestrado, ISEC/FGV, Rio de Janeiro,1987, pp.17 e 18
- ( \* ) OTN=BTN(Bônus do Tesouro Nacional) é o novo indexador da economia nacional, que substituiu a OTN a partir de 1989.

- " são normas e procedimentos que qualificam e delimitam a aplicação dos princípios." ( 39 )

- " são normas e procedimentos que delimitam e qualificam melhor o tipo de comportamento necessário do contador em face dos amplos graus de liberdade que os postulados e princípios lhe permitem a barcar." ( 40 )

- " são símbolos, fórmulas e demais recursos de evidenciação usados na contabilidade para expressão de seus fenômenos, métodos e processos." ( 41 )

Segundo IUDICIBUS ( 42 ), as restrições efetivas ao livre uso dos princípios são de três ordens: quanto à objetividade, quanto à consistência e quanto à praticabilidade ( em termos de custo-benefício da informação contábil propiciado por certo procedimento ).

#### a) CONVENÇÃO DA OBJETIVIDADE

Esta convenção tem como finalidade a restrição das áreas de liberdade na aplicação dos princípios contábeis, especialmente no que se refere às avaliações.

De acordo com esta norma ou convenção, entre vários procedimentos igualmente relevantes, no que se refere às avaliações patrimoniais, deve-se escolher o mais objetivo.

Segundo IUDICIBUS, o termo objetividade pode ser encarado:

( 39 ) FIPECAFI - Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, São Paulo, Atlas, 1984, p.61

( 40 ) IUDICIBUS, Sérgio de . Teoria da Contabilidade, São Paulo, Atlas, 1981, p.72

( 41 ) SÁ, A.Lopes de. Dicionário da Contabilidade, São Paulo, Atlas, 1983, p.97

( 42 ) op.cit., p.72

- " 1 - sob o ponto de vista da referência de uma documentação formal ou tipo de evidência que suporte o registro e sua evidenciação;
- 2 - sob o ponto de vista da tangibilidade do objeto passível de mensuração;
- 3 - sob o ponto de vista da posição de neutralidade que a contabilidade deveria manter". ( 43 )

O primeiro aspecto diz respeito à documentação formal que suporte os registros e sua evidenciação. Os mais comuns utilizados na prática comercial são as Notas Fiscais, Duplicatas, Contratos, etc., e as normas e procedimentos escritos. O segundo refere-se à preferência de avaliação dos elementos patrimoniais tangíveis ou com suporte em direitos e obrigações. O terceiro, entretanto, está relacionado com a posição neutra que a contabilidade deve assumir com relação aos acionistas, gerentes, credores e investidores em potencial.

A premissa de que quanto mais objetivos forem os contadores mais neutros tenderão a ser os seus relatórios é falsa, uma vez que, por questão de objetividade, poderão deixar de evidenciar fatos relevantes e produzir relatórios de pouca ou nenhuma utilidade para o usuário da informação contábil.

#### b) CONVENÇÃO DA MATERIALIDADE

A materialidade, segundo IUDÍCIBUS ( 44 ), pode ser enfocada sob dois ângulos distintos: sob o ângulo de quem "toca" a escrita ou a audita e sob o ângulo do usuário da informação contábil.

( 43 ) IUDÍCIBUS, Sérgio de. Análise de Balanços, São Paulo, Atlas, 1986, p.37

( 44 ) IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade, São Paulo, Atlas, 1981, p.77

Todavia, a responsabilidade de demonstrar a situação econômico-financeira da empresa, levando sempre em consideração os aspectos da materialidade, é do contador e do auditor que examina as demonstrações contábeis.

Esta convenção está relacionada diretamente com a relação de custo versus benefício da informação gerada pela contabilidade. Assim, o contador deve ter consciência do montante de recursos que será consumido para atingir o objetivo desejado - avaliando sempre se o benefício compensa o custo - evitando situações de desperdícios de tempo e dinheiro.

Do ponto de vista do usuário, qualquer informação contábil é material, desde que a sua omissão nas demonstrações contábeis o leve a julgamento errôneo sobre a situação patrimonial e financeira da empresa.

Os termos materialidade e relevância são tratados com frequência como sinônimos, mas, existem diferenças em determinadas situações. Algo pode ser material e irrelevante, ou imaterial e material e relevante; veja os exemplos a seguir:

*" a evidenciação em um quadro suplementar do orçamento de capital de uma empresa para os próximos dez anos pode ser material pelo tamanho das cifras envolvidas, mas, não será relevante para todos os usuários, embora, possa sê-lo para alguns... e no caso das auditorias de contas a receber, o valor pode ser imaterial, embora o que os erros podem esconder possa ser relevante." (45 )*

---

( 45 ) IUDICIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade, São Paulo, Atlas, 1981, p.79

O conceito de materialidade é um dos mais difíceis de ser empregados, pois, exige muita experiência e bom senso por parte dos profissionais da contabilidade. Por isto, nas grandes empresas, um manual de critérios de relevância deve ser elaborado e colocado em uso, com o objetivo de reduzir as áreas de inconsistência, principalmente no que tange à elaboração e publicação das demonstrações contábeis.

### c) CONVENÇÃO DO CONSERVADORISMO

Esta convenção é a que os norte-americanos denominam de " conservatism", os ingleses de " prudence" e os canadenses de " accrual and prudence". No Brasil é conhecida pela tradução de " conservadorismo " e deve ser entendida como um elemento vocacional da profissão e como diretriz de procedimentos, diante de alternativas igualmente válidas e relevantes.

HENDRIKSEN, assim a define:

*" o termo conservadorismo se emprega, no geral, com o significado de que os contadores devem apresentar em seus informes o mais baixo dos vários valores possíveis dos ativos e receitas; e o mais alto dos vários valores possíveis do passivo e das despesas. Implica também que os dispêndios devem reconhecer-se mais precocemente em vez de mais tarde." (46 )*

A definição de HENDRIKSEN está baseada na abordagem vocacional da profissão e da ciência, que tem a finalidade básica de disciplinar o entusiasmo exagerado de alguns proprietários ou administradores de empresas, na apresentação das perspectivas ou

---

( 46 ) HENDRIKSEN, Eldon S. "Accounting Theory", Homewood, D. R. Irwin, 1982, p.136

tendências da empresa. Esta abordagem é a mais importante do conservadorismo na contabilidade.

A outra abordagem está relacionada com a regra de avaliação de inventários, " Custo ou Mercado, dos dois o menor". Esta regra visa antecipar os prejuízos futuros, quando os bens e serviços sofrem variações bruscas de preços. Isto é, quando os preços dos estoques estão em baixa, o valor de mercado poder ser inferior ao preço pago na aquisição. Assim, ao avaliar o estoque final por um valor de mercado mais baixo, está aumentando o valor do custo das mercadorias ou produtos vendidos, portanto diminuindo o resultado e antecipando os prejuízos.

Segundo IUDÍCIBUS ( 47 ), esta regra talvez tenha sido justificável na época de grandes quedas de preços, mas, sem dúvida é inconsistente, e não deveria mais fazer parte das normas contábeis... se o valor de mercado é o relevante quando for menor que o de custo, também deveria sê-lo quando for maior.

A grande inconveniência da aplicação da regra está, principalmente, na avaliação dos inventários, pois, ao adotar, por exemplo, o método UEPS( último a entrar, primeiro a sair), em períodos de flutuações de preços, está sendo conservador no que se refere à avaliação do lucro em mercadorias e coerente om o Princípio do Custo Original Como Base de Valor, mas estará prejudicando o poder preditivo das demonstrações contábeis, pela subavaliação do estoque final.

---

( 47 ) op.cit., p.81

Todavia, a convenção é amplamente aceita pela doutrina contábil e os contadores devem saber usá-la para não provocar de formações nos dados contábeis, a ponto de prejudicar as deci sões de seus usuários.

#### d) CONVENÇÃO DA CONSISTÊNCIA

Esta convenção é considerada como um dos mais importantes conceitos contábeis, pelo menos sob o ponto de vista da au ditoria.

O seu siginificado repousa no fato de que a empresa u ma vez tendo adotado certo critério, entre vários que podem ser avaliados à luz dos princípios contábeis geralmente aceitos, não deve modificá-lo nos relatórios subsequentes, a não ser que se-ja absolutamente necessário ou de alta relevância e, assim mesmo, mediante expressa evidenciação das razões da mudança, como tam-bém dos efeitos decorrentes, em notas explicativas ou no próprio balanço.

A essência desta convenção está baseada na manutenção dos conceitos e procedimentos utilizados por uma empresa, de ma-neira tal a possibilitar comparações entre as demonstrações con tábeis ao longo do tempo. Desta maneira, pode-se avaliar melhor a tendência e o desempenho da empresa.

A propósito, segundo COOK e WINKLE, dentre as condições que exigem parecer com ressalva, encontra-se a:



"Quebra de Consistência - essa situação surge quando o cliente não emprega consistentemente os princípios contábeis e isto tem consequências materiais para as demonstrações financeiras. A ressalva exigida nesses casos difere daquelas exigidas em outras situações. Nessas outras, divulga-se a ressalva do auditor com respeito à fidedignidade da apresentação, enquanto que na ressalva por quebra de consistência, o auditor chama a atenção de quem lê para a mudança no método de apresentação." ( 48 )

Inferre-se que a auditoria reconhece a importância desta convenção para a contabilidade e a utiliza em seus trabalhos, evidenciando, inclusive, quando há sua quebra, os efeitos decorrentes.

## II.2 - MÉTODOS CONTÁBEIS DE RECONHECIMENTO DOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Quando a variação no nível geral de preços é significativa, a contabilidade histórica apresenta sérias deficiências. No que concerne à situação patrimonial, se subestima a avaliação dos ativos, em consequência, o patrimônio líquido também fica subestimado.

Entre as várias deficiências que a contabilidade histórica apresenta, talvez a mais perniciosa seja a distorção na determinação do resultado do exercício - ao confrontar custos históricos com receitas atualizadas está considerando como ganho todo excedente das receitas sobre os custos. Assim, ao considerar os custos ao seu valor nominal, que é inferior ao valor real, se declaram ganhos fictícios. Em consequência, tem-se a tributação e a distribuição de dividendos sobre esses ganhos, o que, indubitavelmente, reduzirá o capital inicialmente investido.

(48 ) COOK, John W. et WINKLE, Gary M. Auditoria: Filosofia e Técnica, São Paulo, Editora Saraiva, 1983, p.110

Segundo LAZZATI e PONTE, as principais características da Contabilidade Histórica são:

"a - os ativos, exceto disponibilidades e contas a receber, se mantêm avaliados a seu custo original (denominado histórico), sempre que este valor for inferior ao valor de mercado; em caso contrário, a avaliação se reduz a este último; este critério se resume no método do "Custo ou Mercado, o que for menor."

b) as receitas são reconhecidas quando se realizam (em geral, quando se realiza a venda do bem ou prestação dos serviços que gera a receita); isto está relacionado com o seguinte inciso: a) Não se reconhece ganhos por reavaliação de ativos;

c - os ativos consumidos na obtenção de receita (custo de mercadorias vendidas, amortização de bens em uso, etc.), são considerados no resultado do exercício pelo seu custo histórico, em obediência ao Princípio da Realização da Receita e Confrontação das Despesas."  
( 49 )

De acordo com a Contabilidade Histórica, tanto os ativos como os custos operacionais não se ajustam em função de um índice de nível geral de preços e nem se reavaliam em bases a valores de mercado ou outros elementos representativos de variações específicas de seus preços.

Segundo BRUNÉLI (50), como meio de reconhecimento dos e feitos provocados pela inflação nas demonstrações contábeis, surge o processo conhecido como "indexação", adotado pela maioria dos países ao terem suas economias atingidas por fortes índices inflacionários, como é o caso, em especial, da Argentina, Chile e Brasil.

Dentre os métodos contábeis que reconhecem os efeitos da variação do poder aquisitivo da moeda, destacam-se:

( 49 ) LAZZATI, Santiago C. et PONTE, Jorge A. "Contabilidad e Inflacion: Alternativas Fundamentais, Buenos Aires, Revista de Administracion de Empresas, Ano IX, nº103, Outubro 1978, pp.619 e 620.

( 50 ) op.cit., p.20

- Contabilidade a Nível Geral de Preços (General Price-Level Accounting);
- Contabilidade a Custo Corrente ( Current Cost );
- Contabilidade a Custo Corrente Corrigido ( Current Cost Accounting).

Estes métodos propiciam a mensuração das flutuações de preços nos elementos patrimoniais, dentro de uma filosofia mais realista e inovadora na área contábil.

O objetivo principal desses métodos é a recuperação das informações contábeis a custos históricos para uma data-base desejada, numa economia onde exista variação no poder aquisitivo da moeda ( padrão-monetário).

#### II.2.1 - CONTABILIDADE A NÍVEL GERAL DE PREÇOS ( General Price-Level Accounting)

##### II.2.1.1 - Evolução Histórica

Este método, segundo SZUSTER<sup>(51)</sup>, a princípio, teve como principal apologista Henry Whitcombe Sweeney, com sua obra pioneira em 1936, denominada " Stabilized Accounting".

Com o agravamento da inflação após a 2ª Guerra Mundial, muitos países passaram a adotar a Contabilidade a Nível Geral de

( 51 ) SZUSTER, Natan. Métodos Contábeis de Reconhecimento da Variação do Poder Aquisitivo da Moeda: Uma Aplicação Prática. Dissertação de Mestrado, FEA-USP, São Paulo, 1980, p.6

Preços, de forma integral, parcial e simplificada, como forma de ajustamento das demonstrações contábeis. Henry J. Haran, citado por SZUSTER( 52), menciona o Brasil, Uruguai, Chile, Canadá, França e Dinamarca, com exemplo de nações que incluíram este método em suas legislações.

A propósito, segundo CALAFELL(53), talvez o Brasil, por sua larga experiência em procedimentos e práticas, pode considerar-se como o país pioneiro no que se refere à aplicação prática da filosofia da contabilidade por tendências inflacionárias.

LISDERO & OUTEIRAL(54) também citam como nações precursoras da adoção do ajustamento a nível geral de preços, a França, em 1946 e 1959, a Itália, em 1949 e 1952, e o Chile, em 1954.

Segundo PARKER(55), a Financial Accounting Standards Board( FASB ), emitiu, em dezembro de 1974, uma Proposta de Declaração de Normas de Contabilidade Financeira intitulada " RELATÓRIOS FINANCEIROS EM UNIDADE DE PODER AQUISITIVO GERAL", cuja proposta exigia que as companhias norte-americanas publicassem seus relatórios financeiros anuais ajustados ao nível geral de preços.

Em 1987, no Brasil, a CVM - Comissão de Valores Mobiliários passou a exigir também das companhias abertas brasileiras demonstrações contábeis complementares em moeda de poder aquisitivo constante. Este procedimento é mais conhecido com Correção Monetária Integral ou, simplesmente, Correção Integral.

---

( 52 ) op. cit., p.6

( 53 ) CALAFELL, Josep Vallverdú i. La Contabilidad e ante Precios Cambiantes, Barcelona, Hispano Europea, 1983, p.210

( 54 ) LISDERO, Arturo E. et OUTEIRAL, Luiz E. Contabilidad e Inflacion: El ajuste integral, Buenos Aires, 1973, pp.8 e 14

( 55 ) PARKER, James E. Impact of Price-Level Accounting, The Accounting Review, January, 1977, p.69

### II.2.1.2 - Definição

A Contabilidade a Nível Geral de Preços é uma das técnicas de reconhecimento dos efeitos da variação do poder aquisitivo da moeda nas demonstrações contábeis.

Segundo SZUSTER, esta técnica consiste:

*" na restauração das demonstrações contábeis, preparadas com base na contabilidade do custo histórico, em outras, onde os valores são corrigidos a fim de refletir a alteração do poder aquisitivo da moeda ocorrida." ( 56 )*

Para KIRKMAN<sup>(57)</sup>, o principal objetivo do método é traduzir as unidades monetárias de diferentes épocas, a outra de poder aquisitivo uniforme e geral.

### II.2.1.3 - Base Utilizada

Segundo SZUSTER:

*" O método advoga a utilização de um índice de preços que meça a variação do poder aquisitivo da moeda em relação aos produtos e serviços disponíveis no Sistema Econômico. O índice de nível de preços é um coeficiente do preço total de um grupo de bens em vigor em determinada data, em relação ao preço total de um grupo idêntico (de bens) em um outro período selecionado." ( 58 )*

De acordo com LISDERO & OUTEIRAL<sup>( 59 )</sup>, o presente método

( 56 ) op.cit., p.6

( 57 ) KIRKMAN, Patrick R.A. " Contabilidad de Inflacion", Buenos Aires, Libreria "El Ateneo" Editorial, 1975, p.32

( 58 ) op.cit., p.6

( 59 ) LISDERO, Arturo E. et OUTEIRAL, Luiz E. " Contabilidad e Inflacion: El ajuste integral", Buenos Aires, Ed.Machi, 1973, p. 48

descarta, inclusive, a utilização de índices específicos, mesmo considerando que a inflação produza reflexos, nas diferentes organizações, em níveis variados, de acordo com a região em que se localiza, o tipo de atividade desenvolvida e a sua própria estrutura patrimonial.

Segundo LISDERO & OUTEIRAL, o índice, para ajustamento das demonstrações contábeis, deve apresentar quatro características fundamentais, quais sejam:

*"a - que se prepare e divulgue com rapidez, ou seja, que se disponha dele pouco tempo depois do período a que se refere o índice;*

*b - que seja acessível, ou seja, de acesso generalizado e não reservado a certos meios ou ao exercício de determinada função;*

*c - que seja regular, ou seja, que sua publicação seja a intervalos absolutamente regulares de tempo;*

*d - que sua elaboração seja frequente, ou seja, que os períodos que abranja sejam curtos, não superiores ao mês, para permitir que as empresas possam preparar demonstrações mensais ajustadas." ( 60 )*

O Accounting Standards Steering Committee (ASSC) <sup>(61)</sup>, ao recomendar a adoção de um índice de preços para a Price-Level Accounting, fundamenta que o índice escolhido deve corresponder, ao máximo possível, ao poder aquisitivo da moeda.

Segundo KIRKMAN, os que apóiam o índice geral de preços se fundamentam em uma série de razões, para demonstrar que é mais conveniente, conforme a seguir:

---

( 60 ) op. cit., p.48

( 61 ) IN: KIRKMAN, Patrick R.A. "Contabilidad de Inflacion", Buenos Aires, Libreria "El Ateneo" Editorial, 1975, p.47

" a - Um sistema de contabilidade de inflação necessita um índice que meça o efeito total da inflação, não somente com respeito as contas específicas, por exemplo, ativos comerciais (mercadorias);

b - O objetivo da contabilidade de inflação é proteger o capital dos proprietários ou acionistas, cujos hábitos de gastos estão tão estreitamente vinculados com os preços gerais;

c - O índice geral e a eleição conciliadora mais conveniente, na falta de um índice ideal;

d - A aplicação de vários índices de preços relativos aos custos de ativos será sempre rechaçada por quem fiscalizam a contabilidade da empresa, em especial, pelos auditores externos. Em tais circunstâncias, a única solução é o índice geral de preços." ( 62 )

#### II.2.1.4 - Operacionalidade

##### II.2.1.4.1 - Itens Monetários e Não Monetários

A aplicação do índice geral de preços pela Contabilidade a Nível Geral de Preços exige que os elementos patrimoniais sejam classificados em Itens Monetários e Não Monetários, para que se possam efetuar os ajustes que apuram os ganhos e as perdas na manutenção dos elementos expostos à inflação.

Isto porque, segundo SZUSTER:

" As mudanças, ao nível geral de preços, não afetam todos os elementos das demonstrações da mesma forma. No processo de ajustamento das quantias históricas para a moeda da data-base, é essencial que se distingam os itens monetários e os não monetários. Estes são valores que requerem ajustamentos a fim de serem colocados em moeda da data-base. Aqueles representam valores que já estão automaticamente na moeda da data e assim não necessitam ser ajustados." ( 63 )

( 62 ) op.cit., p.47

( 63 ) op.cit., p.7

### a) Itens Monetários

Os itens monetários estão classificados em Ativos e Passivos Monetários, e IUDÍCIBUS os definiu assim:

*"... ativos monetários são contas cujos valores estão expressos em uma quantidade fixa de unidades monetárias que representam poder aquisitivo geral... Por outro lado, passivos monetários referem-se a obrigações de pagar montantes fixos em cruzeiros\* em alguma data futura, sem considerar as flutuações do poder aquisitivo da moeda."*  
(64)

Segundo BRUNÉLI (65), esta definição se assemelha à apresentada por HORNGREN: " Um item monetário é um valor a receber ou a pagar, que permanece inalterado independentemente das variações dos níveis específicos ou gerais de preços."

Para HENDRIKSEN:

*" Ativos monetários são direitos em uma quantidade fixa de unidades monetárias que representam poder aquisitivo geral. Os ativos monetários incluem: caixa; os direitos contratuais de receber um montante fixo de dinheiro no futuro, tais como contas e títulos a receber; investimentos que rendam um valor fixo de juros ou dividendos e que serão resgatados em valor fixo no futuro, embora a data de resgate não precise ser especificada, como no caso de ações preferenciais."*  
(66)

Assim, elementos como, por exemplo, caixa (disponibilidades), direitos contratuais a receber (contas e títulos a receber), aplicações financeiras (over night, open market) e outros papéis, investimentos com juros fixos e ações preferenciais, entre outros, são itens monetários que, por estarem expressos em determinado mon

(64) IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade, São Paulo, Atlas, 1981, p.235

(65) op.cit., p.24

(66) HENDRIKSEN, Eldon S. "Accounting Theory", Homewood, R. D. Irwin, p.211



tante fixo de unidade monetária, têm seu poder aquisitivo modificado à medida que permanecem inalterados, pois estão expostos aos efeitos inflacionários, gerando, em consequência, perdas com a sua manutenção.

*agui*

Entretanto, os passivos monetários, ao serem mantidos na estrutura patrimonial das empresas, geram ganhos com a inflação. Dentre outros, destacam-se: fornecedores, títulos a pagar, obrigações sociais e fiscais a recolher, empréstimos e financiamentos bancários a um montante fixo de unidade monetária, a curto ou longo prazo.

Com relação aos ativos e passivos com cláusula de indexação( pré ou pós-fixada) é muito comum encontrá-los na literatura como itens não monetários. Entretanto, na opinião de MARTINS (67 ) esses itens são monetários, a despeito da existência ou não de sua atualização à base de OTN-(obrigação do Tesouro Nacional), moeda estrangeira ou qualquer outra forma, porque, no caso, existem duas situações simultâneas a serem consideradas: a perda ou ganho pela exposição do ativo ou passivo monetário à inflação e a recuperação( total ou parcial) representada pela correção monetária e/ou juros.

0 Ainda segundo MARTINS ( 68 ), o relevante, mais do que a discussão de ser monetário ou não monetário, é que esses encargos e ganhos sejam sempre colocados paralelamente, porque o fundamental é o seu efeito líquido para a empresa.

( 67 ) MARTINS, Eliseu. Análise da Correção Monetária das Demonstrações Financeiras: Implicações no Lucro e na Alavancagem Financeira, São Paulo, Atlas, 1985, p.26

( 68 ) Idem

O Accounting Research Study nº 3 sugere que algumas despesas pagas antecipadamente também possam ser classificadas como ativos monetários. IUDICIBUS, entretanto, não concorda com esta opinião, justificando que:

*"... os preços, em termos de bens e serviços a serem recebidos no futuro como consequência de pagamento feito hoje, variarão. De qual quer forma, podem tais itens, às vezes, ser considerados monetários, por sua irrelevância com relação ao ativo total, mas não por conceituação."* ( 69 )

Segundo HENDRIKSEN ( 70 ), existem itens que podem ser considerados monetários ou não monetários, por exemplo, dívidas conversíveis e ações preferenciais conversíveis são itens híbridos que podem ser monetários ou não monetários, dependendo, apenas, das circunstâncias em que eles se encontram.

Accounting Research Study nº 6 apresenta a seguinte definição para itens monetários:

*" Item monetário é a quantia que fixada por estatuto ou contrato e não é afetada, portanto, por uma mudança do nível de preço."* ( 71 )

Esta definição é abrangente e leva a classificar como item monetário elementos como as despesas antecipadas e alguns ativos fixos, que não refletem a essência deste conceito.

Neste sentido, JOHNSON questiona:

---

( 69 ) IUDICIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade, São Paulo, Atlas, 1981, p. 235

( 70 ) HENDRIKSEN, Eldon S. "Teoria de la Contabilidad", UTHERA, 1974, p. 275

( 71 ) IN: JOHNSON, Glen L., The Accounting Review, october, 1985, p. 321.

( ) op.cit., p. 322

*"A definição da Accounting Research Study nº6 é dúbia de interpretação, porque, pagamento em adiantado sobre os Passivos que aumentarão com o passar do tempo ou com os serviços prestados, são pagamentos adiantados ou cobranças diferidas, o que nos levaria a classificar itens tão obviamente não monetários (ativos fixos) em itens monetários, como exemplo: se ativos são comprados a dinheiro, isto, também é equivalente a um pagamento adiantado dos passivos que aumentam, enquanto, serviços são gerados dos ativos fixos." ( 72 )*

A discussão desenvolvida sobre as definições de itens monetários e as classificações de alguns elementos patrimoniais é suficiente para inferir-se que o assunto é polêmico, merecendo, inclusive, uma reavaliação de alguns conceitos, para que se possa padronizar a classificação desses elementos considerados "híbridos", de tal forma que, o que é monetário aqui, o será em todo o mundo.

#### b) Itens Não Monetários

Estes também se classificam em Ativos e Passivos Não Monetários.

Segundo HENDRIKSEN:

*" Ativos não monetários incluem aqueles itens cujos preços em termos de unidade monetária podem variar com o tempo, ou direitos de uma quantia variável de unidade monetária representando uma determinada quantia de poder de compra." ( 73 )*

Assim, no ativo não monetário são incluídos todos elementos cujos valores podem variar com o tempo, ou os direitos de rece

( 72 ) op.cit., 322

( 73 ) op.cit., p.212

bimento a valores variáveis. Por exemplo: estoques, terrenos, maquinários, veículos, direitos com cláusula de correção plena(indexada), e outros mais.

No passivo não monetário serão incluídas as obrigações a pagar ao valor equivalente do poder aquisitivo na data do vencimento. Por exemplo: obrigações com correção plena(indexada).

As principais características dos itens não monetários são: os itens estão sujeitos a variação de preços e não têm data certa de realização.

Enquanto os itens monetários são valores fixos - não se alteram com a inflação - os não monetários " são representados por bens e direitos que têm substância econômica própria"( 74 ), cujo valor econômico não é nominal ou pré-estabelecido,mas regulado pelo mercado.

Dessa forma, os ativos e passivos não monetários não geram perdas ou ganhos inflacionários e seus valores originais devem ser corrigidos sistematicamente pelo índice inflacionário,para que fiquem representados ou avaliados em termos de poder aquisitivo da moeda na data do balanço.

Cabe lembrar que as receitas e despesas correntes são também atualizadas, pelo mesmo índice, desde a data de sua formação até a do encerramento do exercício.

---

( 74 ) IUDICIBUS,Sérgio de. et alii - Contabilidade Intermediária, São Paulo, Atlas, 1981, p.244

Entretanto, segundo SZUSTER:

*" A despesa, que representa o somatório dos itens que compõem o custo dos produtos vendidos, é um elemento composto que não pode ser corrigido pela multiplicação do seu valor histórico por algum coeficiente. Temos de recorrer à correção isolada de seus elementos".( 75)*

Quanto às despesas de depreciação, amortização e exaustão, mesmo que se refiram a eventos passados de vários níveis de moedas, deverão ser ajustadas com base nas datas de aquisição dos ativos que as originaram.

#### II.2.1.4.2 - Ganhos e Perdas sobre os Itens Monetários

A manutenção de ativos e passivos monetários na estrutura patrimonial das empresas gera perdas e ganhos, respectivamente, quando expostos à inflação.

Segundo HENDRIKSEN:

*" Se A tomar \$1.000 emprestados a B e pagá-los após um período em que o nível de preço evelevou-se em 60%, A terá um ganho econômico e B uma perda econômica. Embora A pague \$1.000, isso representa apenas 5/8(62,5%) do poder aquisitivo que ele possuía quando fez o empréstimo".( 76 )*

Do ponto de vista da manutenção do capital, se A tiver adquirido um bem (ativo), com o dinheiro que tomou emprestado, e se o valor desse bem tiver acompanhado o nível geral de preços, A terá realizado um ganho de \$ 600, enquanto que, B terá sofrido uma perda de \$600 no poder aquisitivo.

( 75) SZUSTER, Natan. In: BRAGA, Hugo R. Demonstrações Financeiras- Estrutura, Análise e Interpretação, São Paulo, Atlas, 1987 p.180

( 76) HENDRIKSEN, Eldon S. Accounting Theory, Homewood, R.D. Irwin, 1982, p.212

A avaliação dos ganhos e perdas em ativos monetários líquidos de uma empresa não é tão fácil assim. Normalmente uma empresa possui ativo monetário( dinheiro e recebíveis) e passivo monetário(fornecedores, tributos e encargos a recolher, empréstimos bancários, etc.). Com uma posição monetária líquida, isto é - ativo monetário maior que passivo monetário-pode ocorrer perda econômica na medida que os níveis de preços se elevam, e um ganho quando esses níveis caem.

Essas perdas e ganhos ocorrem também nos ativos realizáveis e passivos exigíveis, a longo prazo, respectivamente.

Segundo HENDRIKSEN, o cálculo dos ganhos e perdas em itens monetários envolve duas etapas distintas:

" 1 - A quantia reclamável é ajustada de acordo com a mudança no poder aquisitivo da moeda durante o período contábil ou durante o período em que ela foi conservada ou ativada, se isso ocorreu por menos de um ano;

2 - Essa quantia reajustada é então comparada com o valor circulante do ativo ou passivo no final do período ou na época em que o item foi reduzido. A diferença representa o ganho ou a perda no poder aquisitivo." ( 77 )

Esse cálculo é similar ao reajustamento de itens não monetários, entretanto, os itens monetários já estão expressos em termos atuais e o cálculo é realizado apenas para mensurar o ganho ou a perda em termos de poder aquisitivo da moeda.

Existem autores que não concordam com a natureza e nem com o método de expor esses ganhos e perdas nos relatórios financeiros.

Segundo HENDRIKSEN ( 78 ) , essa discordância ocorre em função da similaridade com o ganho e perda em itens não monetários; e uma das opiniões é de que eles devem ser incluídos no cálculo do lucro líquido, mas, não no lucro proveniente das operações. Esse procedimento está de acordo com o conceito de manutenção de capital financeiro que foi proferido pela " Board in the Exposure Draft" na Declaração nº 33.

Mas, segundo MARTINS (79) , o significado da correção monetária, lançada no resultado, é de natureza totalmente operacional. Portanto, os ganhos e perdas sobre os passivos e ativos monetários, que explicam a correção monetária também são. Por isto, na Demonstração de Resultados, estes ganhos e perdas devem ser apresentados fazendo parte do lucro operacional.

#### II.2.1.5 - Vantagens e Desvantagens

Segundo BRUNÉLI:

*" Em termos de vantagens de método, destaca-se a sua praticabilidade, aliada ao fato de que não altera a essência básica dos princípios fundamentais da contabilidade. Ao contrário, aprimora tanto o Princípio do Denominador Comum Monetário quanto o do Custo Como Base de valor, uma vez que reconhece a variabilidade do padrão monetário, em termos de poder de compra, para o primeiro, ajusta os valores históricos dos bens, inclusive das contas retificadoras ( depreciação e exaustão ), no caso do segundo". ( 80 )*

---

( 78 ) op. cit., p.214

( 79 ) MARTINS, Eliseu. Análise da Correção Monetária das Demonstrações Financeiras: Implicações no Lucro e na Alavancagem Financeira, São Paulo, Atlas, 1985, p.45

( 80 ) op.cit., pp. 25 e 26

Relativamente à Contabilidade a Nível Geral de Preços,

SZUSTER diz que:

*" O importante neste método é a mensuração dos ganhos e perdas de correntes da manutenção pela empresa de maior ou menor saldo de ativos e passivos monetários que são reconhecidos e incluídos no próprio resultado". ( 81 )*

Segundo KIRKMAN:

*" O método oferece a vantagem de ter somente um índice de preços, o qual é muito diferente do sistema de contabilidade a custos de reposição, onde é provável que tenha que aplicar um índice de preços distinto para cada ativo". ( 82 )*

Em linhas gerais, podem-se destacar as seguintes vantagens da contabilidade a Nível Geral de Preços ( Price-Level Accounting) :

- apresenta todos os valores das demonstrações contábeis em moeda do mesmo poder aquisitivo;
- permite a comparabilidade das demonstrações contábeis de vários anos, independente do nível de inflação;
- possibilita a correção dos estoques e o ajuste a valor presente dos ativos e passivos monetários prefixados;
- possibilita análises e conclusões, mais adequadas e realistas, dos relatórios financeiros;
- aprimora a análise de tendência, em termos de eficiência e produtividade; e
- desenvolve na contabilidade o enfoque gerencial.

---

( 81 ) op. cit., p.9

( 82 ) op. cit., p.32



Segundo SZUSTER<sup>(83)</sup>, em essência, a "Price-Level Accounting" prediz que os valores originais são mantidos porém expressos em termos do que a moeda vale na data do balanço. É o valor da moeda que se modifica e não o valor do ativo. Este método oferece inúmeras vantagens, enriquecendo em muito as informações contábeis e aumentando a preditividade das demonstrações.

Por outro lado, segundo RAMOS<sup>(84)</sup>, o método do custo histórico corrigido (Price-Level Accounting) tem recebido duas espécies de argumentos contrários, dentro do quadro evolutivo da contabilidade, quais sejam: de um lado estão os ortodoxos; de outro, os evolucionistas que vêem o ajustamento apenas pelo índice geral de preços, como uma etapa já ultrapassada no processo da evolução da contabilidade.

Os evolucionistas são defensores dos métodos mais avançados como o do custo corrente. Argumentam-se que os ativos não monetários não têm uma variação idêntica à do nível geral de preços. Realmente, esta argumentação é válida, uma vez que, adotar um índice geral de preços para reajustar ativos de diversas naturezas, estará corrigindo por um índice médio que pode não representar a variação ocorrida em nenhum deles de forma específica.

Neste sentido, SZUSTER adverte:

*"O fato de se corrigir os itens não monetários por um mesmo índice (geral) ao invés de se utilizar o específico é um procedimento incompleto que pode acarretar informações inexatas."* (85)

(83) op.cit., p.9

(84) RAMOS, Alkindar de Toledo. O Problema da Amortização dos Bens Depreciáveis e as Necessidades Administrativas da empresa. FEA-USP, 1968, p.80

(85) op.cit.p.11

Salienta-se, portanto, que o método apresenta a desvantagem de não considerar as variações específicas dos bens e serviços, que normalmente têm valores de mercado diferentes daqueles produzidos pelo ajustamento ao nível geral de preços. E não propicia a apuração de ganhos e perdas que não os estritamente "realizados".

Ainda sim, segundo BRUNÉLI ( 86 ), a Contabilidade a Nível Geral de Preços é uma técnica que se reveste de características capazes de satisfazer, de um modo geral, à necessidades básicas da administração das empresas.

## II.2.2 - CONTABILIDADE A CUSTO CORRENTE( Current Cost)

### II.2.2.1 - Evolução Histórica .

IUDÍCIBUS ( 87 ) declara que, historicamente, os contadores, ao enfrentar o problema das flutuações violentas de preços , tentaram abordá-lo sob o ângulo do custo de reposição. A preocupação

---

( 86 ) op. cit., 27

( 87 ) IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade, São Paulo, Atlas, 1981, p.246

ção com este custo é mais antiga do ponto de vista contábil do que as primeiras tentativas de corrigir os custos históricos dos bens pelo nível geral de preços, embora estas se tenham consolidado em trabalhos de sucesso e ganho notoriedade como alternativa de uso mais simples. Entretanto, nota-se, hoje, uma tendência nos países contabilmente mais avançados a volta ao custo corrente de reposição, notadamente nos Estados Unidos, na Inglaterra e em outros países de língua inglesa.

Segundo SZUSTER:

*"Largay e Livingstone apresentam empresas que, em diversos países, o utilizaram para avaliação do Ativo Imobilizado, como a Creole-Petroleum Corporation (Venezuela), Companhia Mineira Agui-lar S.A. (Argentina), Bowater Paper Corporation (Inglaterra) e a Broken-Hill Proprietary Company Limited (Austrália)". ( 88 )*

LISDERO & OUTEIRAL (89 ), também citam a Tchecoslováquia, em 1927, a Alemanha Ocidental, em 1948 e a Áustria, em 1954, que se utilizaram, compulsoriamente e por uma única vez, o método do custo de reposição.

KAPLAN ( 90 ) lembra que a SEC (Securities and Exchange Co<sub>m</sub>mission) exigiu que as grandes companhias norte-americanas divulgassem o custo corrente de reposição, tanto dos estoques quanto do ativo imobilizado, bem como o custo dos bens vendidos e o custo de depreciação, calculados com base no custo de reposição.

Davidson e Weil ( 1976 ) argumentaram que o valor cor -  
rente de mercado de obrigações monetárias de longo prazo deve

( 88 ) SZUSTER, Natan. Métodos Contábeis de Reconhecimento da Varia  
ção do Poder Aquisitivo da Moeda: Uma Aplicação Prática.  
Dissertação de Mestrado, FEA-USP, 1980, p.12

( 89 ) op. cit., p. 12

( 90 ) KAPLAN, Robert S. Purchasing Power Gains on Debt, The Accoun-  
ting Review, April, 1977, p.371

também ser divulgada, já que esses valores são importantes para se avaliarem os efeitos da inflação na empresa.

Segundo NELSON ( 91 ), muitos artigos recentes sobre contabilidade tem recomendado o uso de preços correntes como medida de valor para estoques e outros itens do Balanço Patrimonial, e com os ganhos e perdas reconhecidos na demonstração de resultado, realizados ou não.

#### II.2.2.2 - Definição

EDWARDS e BELL definem o Custo Corrente como:

*" O custo corrente de compra dos fatores utilizados pela empresa na produção dos bens objetos de avaliação." ( 92 )*

Segundo SZUSTER ( 93 ), esta definição foi aprimorada na tese de Livre-Docência do Professor Sérgio de Iudícibus e na tese de doutoramento do Professor Eliseu Martins. O primeiro o definiu como: *" o custo de se adquirir ou fabricar um certo elemento do ativo em estado de novo, exatamente igual ao bem antigo, objeto de avaliação";* o segundo adaptou e sugeriu a seguinte definição: *" o custo corrente de aquisição dos inputs que a empresa utilizou para possuir o elemento do ativo objeto de avaliação".*

Muitas vezes, o custo corrente é entendido como o custo de reposição, recebendo, inclusive, a denominação de "Custo Cor-

( 91 ) NELSON, G. Kenneth. "Current and Historical Costs in Financial Statements", The Accounting Review, January, 1966, p.42

( 92 ) EDWARDS, Edgard O. et BELL, Philip. W. "The Theory and Measurement of Business Income", University California Press, 1961, p.79

( 93 ) op. cit., 13

rente de Reposição", mas, segundo IUDÍCIBUS ( 94 ), existem diferenças que precisam ser feitas sob o ponto de vista teórico, em bora, em termos de prática de ajustamento, as diferenças de con ceito sejam irrelevantes. O custo de reposição incorpora mudan ças tecnológicas ao passo que o custo corrente não.

Na conceituação do Custo Corrente, IUDÍCIBUS define as seguintes expressões:

*" Custo corrente na data - é o custo corrente de reposição de um ativo igual ao que estamos avaliando, no estado em que se encon tra;*

*Custo corrente do período - refere-se aos fluxos de despesas derivadas da expiração ou da utilização de ativos avaliados a preços correntes. É um conceito de custo corrente médio de período e não de custo corrente na data". ( 95 )*

Segundo MARTINS:

*"... essa diferenciação é fundamental e necessária, pois, a conta bilidade possui sempre elementos que são de período ( quando, por exemplo, avalia o lucro ou prejuízo entre duas datas ), ou de Data ( quando avalia os elementos de um balanço em um momento específico ". ( 96 )*

#### II.2.2.3 - Base Utilizada

Na Contabilidade a Custo Corrente, os elementos patrimoniais são classificados em itens correntes e não correntes, que correspondem, respectivamente, aos itens monetários e não monetá rios.

( 94 ) IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da Contabilidade, São Paulo, Atlas, 1981, p.247

( 95 ) Idem.

( 96 ) MARTINS, Eliseu. Contribuição à Avaliação do Ativo Intangível, São Paulo, FEA-USP, 1972, p.03

Os itens monetários (correntes) têm o mesmo tratamento dado pela Contabilidade a Nível Geral de Preços, enquanto que os não monetários ( não correntes ), são examinados isoladamente, de acordo com a melhor forma de determinação de seu valor, que segundo SZUSTER pode ser através de :

- " 1 - pesquisa de mercado;
- 2 - pesquisa nos registros internos da empresa;
- 3 - avaliação técnica por peritos; e
- 4 - adoção de índices específicos." ( 97 )

A avaliação pelo mercado é a ideal, entretanto, muitas vezes não é possível fazê-la, em decorrência da inexistência de mercado para determinados bens. A segunda, dada a facilidade de acesso aos arquivos internos da empresa, é a mais utilizada pelas empresas industriais. A avaliação técnica por peritos, apesar de onerosa, é uma forma que poderia ser usada para os ativos mais materiais ( relevantes, em termos de custo), e, finalmente, a adoção de índices específicos pode ser considerada uma boa alternativa, tendo em vista a relação custo-benefícios.

#### II.2.2.4 - Operacionalidade

O método do Custo Corrente afeta dois Princípios Fundamentais da Contabilidade Geralmente Aceitos: o do Custo Original Como Base de Valor e o da Realização da Receita e Confrontação das Despesas.

MARTINS ( 98 ) justifica em sua tese de doutoramento que O Princípio do Custo Como Base de Valor deve ser alterado já que pelo menos de forma implícita a Teoria Contábil sempre reconheceu o Custo Histórico. Quanto ao Princípio da Realização e Confrontação das Despesas, julga não ser necessária a adaptação, uma vez que apura razoavelmente o "LUCRO REALIZADO", e não impede o reconhecimento de ganhos e perdas " NÃO REALIZADOS".

Segundo SZUSTER ( 99 ), a mensuração dos ganhos e perdas " NÃO REALIZADOS" iria gerar informações adicionais nos relatórios contábeis. Esta parcela não realizada, alguns propõem que conste apenas no Patrimônio Líquido, não transitando, obviamente, pela Demonstração de Resultados. Nesta, somente transitariam os ganhos e perdas totalmente realizados.

Quanto ao Lucro Operacional Corrente, é obtido pelo Confronto das receitas correntes contra as despesas correntes - a receita é então confrontada com os recursos consumidos ou sacrificados no seu ganho. Os ganhos ou perdas decorrentes da manutenção dos ativos não correntes devem ser incluídos no cálculo do resultado, pois representam alterações no Patrimônio Líquido.

A partir daí, surgem novos conceitos que, segundo IUDICIBUS (100), são introduzidos na Demonstração de Resultados, como : Economia de Custo Realizadas; Ganhos de Capital Não Realizados e Ganhos de Capital Realizados. Entretanto, existe também, para cada um destes conceitos de lucro, um conceito oposto, ou seja, de prejuízo.

( 98 ) op.cit., p.14

( 99 ) op.cit., p.15

( 100 ) IUDICIBUS, Sérgio de. Contribuição à Teoria dos Ajustamentos Contábeis, FEA-USP, 1966.

## II.2.2.5 - Vantagens e Desvantagens

Segundo SZUSTER<sup>(101)</sup>, o método do Custo Corrente, além de sua operacionalidade, oferece a vantagem de apresentar as posições patrimonial e financeira mais atualizadas no balanço da empresa. A Demonstração de Resultados apresenta um valor que reflete de forma mais realista as operações da empresa, além de incluir os novos conceitos de ganhos e perdas não realizados, decorrentes da manutenção de ativos não correntes, o que não é reconhecido por nenhum outro método.

Estes aspectos aumentam a capacidade informativa das demonstrações contábeis, propiciando, inclusive, uma base mais sólida como apoio às tomadas de decisão.

Segundo NELSON:

*"Muitas vantagens têm sido atribuídas ao demonstrativo de balanço baseado em valores correntes durante os anos, principalmente por aqueles que estão interessados em aumentar sua utilidade para a administração, acionistas e/ou público em geral."*<sup>(102)</sup>

Ainda segundo NELSON, o lucro líquido apresentado normalmente com base no custo histórico representa a soma algébrica de ganhos e perdas devidos à administração efetiva ou ineficiente das receitas e despesas do empreendimento e devidos a ganhos e perdas resultantes das mudanças nos valores de mercado dos elementos de custo desde a aquisição. Quando não há separação dessas duas cate

---

(101 ) op.cit., pp.43 e 44

(102 ) NELSON, G. Kenneth. "Current and Historical Costs in Financial Statements"; The Accounting Review, April, 1966, p.43



gorias de ganhos e perdas, o uso da demonstração de resultados apresenta muitos problemas, tais como:

"1 - Pode ser difícil avaliar a administração ou o desempenho da companhia, porque a cifra do lucro líquido pode ser muito influenciada por fatores que estão além do controle administrativo;

2 - A preparação do orçamento e outras projeções futuras podem ficar prejudicadas pelo fato de que as cifras do desempenho passado não serem bons indicadores do futuro, já que as quantias es tão expressas em termos de tipos diferentes de moeda;

3 - Comparações entre demonstrações têm significado limitado porque as variações e tendências não podem ser adequadamente analisadas." ( 103)

Entretanto, uma das vantagens que se verifica no método do Custo Corrente é que os ganhos e perdas decorrentes das mudanças nos valores de mercado dos elementos de custo são apresentados separadamente dos ganhos e perdas oriundos das operações, o que elimina os problemas de uso detectados na demonstração de resultados a custos históricos.

Ressalte-se que o Método do Custo Corrente é válido não apenas para os períodos inflacionários; segundo IUDICIBUS<sup>(104)</sup>, este método é também de relevante utilidade para épocas deflacionárias, o mesmo ocorrendo para períodos em que não há alterações no Índice Geral de Preços.

Talvez uma das desvantagens que o método apresenta, em algumas situações, é de ser oneroso, podendo ser também moroso.

---

( 103 ) op. cit., p.42

( 104 ) IUDICIBUS, Sérgio de. Ajuste Corrente Leva a Acerto Geral, Revista Direção, nº45, setembro/1965, p.60

Segundo SZUSTER<sup>(105)</sup>, a crítica fundamental feita ao método é que ele não reconhece as variações causadas pelas mudan-  
ças no nível geral de preços. Mas, salienta-se que esta é uma  
propriedade do Método do Custo Corrente Corrigido.

As outras críticas também efetuadas ao método referem-  
se aos aspectos de Praticabilidade e Objetividade.

Segundo IUDICIBUS, o conceito de praticabilidade tem  
sido tratado por muitos de uma forma rigorosa,mas,ele afirma que,  
*"... o que é impraticável hoje pode não o ser amanhã."* ( 106 )

Para SZUSTER<sup>(107)</sup>, a Convenção Objetividade faz com que  
a informação contábil não sofra influências de inclinações de pes-  
soas ou juízo dos que a fornecem,mas, reconhece que mesmo o resul-  
tado apresentado pela contabilidade a custo histórico não é fruto  
de mensurações totalmente objetivas.

### II.2.3 - CONTABILIDADE A CUSTO CORRENTE CORRIGIDO( Cur- rent Cost Accounting )

Segundo BRUNÉLI<sup>(108)</sup>, a contabilidade a custo corrente  
corrigido tem sido destacada como a mais completa técnica de reco-  
nhecimento dos efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis,  
porque ela é um aperfeiçoamento do método do custo corrente associ-  
ado à Contabilidade a Nível Geral de Preços.

(105 ) op.cit., p.16

(106 ) IUDICIBUS,Sérgio de.Contribuição à Teoria dos Ajustamentos  
Contábeis, FEA-USP,São Paulo,1966, p.103

(107 ) op. cit. p.91

(108 ) op. cit.,p.30

Assim sendo, este método engloba as abordagens da contabilidade a nível geral de preços, que reconhece os efeitos inflacionários pelo índice geral de preços, e a do custo corrente, que reconhece os efeitos da inflação pelos índices específicos de preços ou valor de mercado.

Na opinião de SZUSTER<sup>(109)</sup>, esse método propicia, à administração das empresas, subsídios relevantes para a formulação de políticas de distribuição de dividendos.

O método do custo corrente corrigido, além de apurar os ganhos e perdas realizados através das operações, apura também outros ganhos e perdas de considerável importância, como, por exemplo, os Ganhos de Capital Realizados( e Não Realizados), e as Economias de Custos Realizados( e Não Realizados), e os apresentam na demonstração de resultado de uma forma tão detalhada que nenhum outro método oferece, possibilitando, assim, uma análise mais profunda da situação econômico-financeira e uma avaliação mais realista da performance da empresa, além de propiciar, também, uma avaliação mais adequada do desempenho da administração.

Com relação a esses novos conceitos de lucros ( ganhos), IUDICIBUS os definiu da seguinte maneira:

*"1 - Ganhos de Capital Realizados - é o excesso dos recebimentos de dinheiro sobre o valor residual histórico nas vendas de bens que não constituem operações normais da empresa;*

*2 - Ganhos de Capital Não Realizados - é o incremento no custo corrente dos elementos do ativo ocorrido durante sua permanência em estoque no decorrer do período fiscal. Este conceito é também conhecido por "Economias de Custos Realizáveis";*

---

(109) op. cit., p.77

3 - Economias de Custos Realizadas - é o excesso do custo corrente sobre o custo histórico dos fatores empregados na produção vendida." (110)

O entendimento desses novos conceitos é muito importante para as finalidades administrativas. A contabilidade tem-se evoluído em busca do atendimento das necessidades atuais de seus usuários, mas estes deverão estar em condições de usá-la, como uma ferramenta poderosa que é, no campo gerencial.

Com a avaliação dos elementos patrimoniais baseada neste método, as demonstrações contábeis apresentam maior capacidade informativa que as apuradas pelos demais métodos contábeis de ajustamento. Essa capacidade informativa favorece as tomadas de decisões a partir de informações mais voltadas para a realidade econômica da empresa, enriquecendo a análise dos resultados, com os detalhes e a introdução desses novos conceitos de resultado.

Segundo BRUNÉLI<sup>(111)</sup>, o método do custo corrente corrigido tem recebido críticas das correntes mais conservadoras da classe contábil, ainda voltadas para os princípios ortodoxos da contabilidade, em razão de ser uma técnica inovadora que implica alterações no Princípio do Custo Como Base de Valor e no Princípio da Realização. O primeiro é atingido com a adoção do Custo Corrente como base de ajustamento, e o segundo, porque uma parcela do resultado é reconhecida ainda que os estoques não tenham sido efetivamente vendidos.

---

( 110 ) op.cit., p.62

( 111 ) op.cit., p.34

## II.3 - CORREÇÃO MONETÁRIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - MÉTODO LEGAL (Lei nº 6404, de 15.12.76)

### II.3.1 - Evolução Histórica

Diante do agravamento da situação inflacionária na maioria dos países, após a 2ª Guerra Mundial, tem-se tornado uma constante a preocupação dos contadores e autoridades governamentais, no sentido de desenvolver e aprimorar métodos e técnicas de reconhecimento dos efeitos inflacionários e que apresentem adequadamente as posições patrimoniais e financeiras e os resultados das empresas. Entretanto, poucos países chegaram a adotar efetivamente um sistema amplo de reconhecimento dos efeitos da inflação nas demonstrações contábeis.

Em geral, alguns países adotam práticas que minimizam as distorções geradas pela inflação, como, por exemplo, a avaliação dos estoques a preços de mercado, a reavaliação do imobilizado a atualização dos saldos em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do balanço, etc., mas estas técnicas de ajustamento, estão longe de oferecer a precisão buscada pelos métodos desenvolvidos pelos técnicos ingleses e norte-americanos.

No Brasil, os efeitos da inflação sobre as demonstrações contábeis começaram a ser considerados primeiramente pela legislação fiscal, a partir da década de 40. Essa legislação foi evoluindo gradativamente até 1976, quando da promulgação da "Lei das sociedades por ações", nº 6404, de 15/12/76, que introduziu a

a filosofia e os conceitos básicos do atual sistema de correção monetária de balanços. Mas foi o Decreto-Lei nº 1.598/77 que criou a mecânica para o seu uso, estabelecendo detalhes e definindo as suas formas de apuração.

Segundo TREVISAN (112), nesse processo evolutivo, os fatos relevantes foram:

<u>ANO</u>	<u>CRIADO POR</u>	<u>TIPO DE RECONHECIMENTO</u>
1944	Autoridades Fiscais	Atualização do ativo imobilizado caráter excepcional.
1958	Lei 3.470	Correção monetária do ativo imobilizado (chamada de reavaliação) através de índices oficiais aplicados a cada dois anos.
1964	Lei 4.357	Correção monetária anual obrigatória do ativo imobilizado.
1965	Leis 4.664 e 4.862	Reconheceu-se como estímulo fiscal o efeito da inflação sobre o capital circulante. Este estímulo era limitado a algumas companhias.
1968	Decreto-Lei 401	Similar ao método anterior, mas sem suas limitações. As autoridades fiscais limitavam o reconhecimento da perda de poder aquisitivo a 20% do lucro tributável pelo imposto de renda.
1974	Decreto-Lei 1302	Introduz a figura da insuficiência da depreciação e corrige as distorções do ativo imobilizado. A partir desse momento não existem mais ativos.

(112) TREVISAN E ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES, Demonstrações Financeiras em Moeda Constante, São Paulo, Atlas, 1988 pp.16 e 17

		imobilizados com valor residual de pois de ter-se esgotado sua vida útil econômico.
1974	Decreto-Lei 1338	Cria o sistema conhecido pelo nome de reserva de manutenção do capital de giro próprio. Este método misturava conceitos contábeis e fiscais, reconhecia a figura do capital de giro negativo, mas limitava o reconhecimento dos efeitos inflacionários positivos e negativos.
1976	Lei 6.404	Cria o atual sistema de correção monetária, reconhecendo o efeito total da perda do poder aquisitivo no resultado do exercício.
1977	Decreto-Lei 1598	Adapta a legislação fiscal às normas da lei comercial e cria os métodos de aplicação do sistema de correção (correção direta dos saldos e razão auxiliar em BTN).
1986	Decreto-Lei 2287	Revoga a sistemática de correção monetária para fins fiscais em face do plano cruzado (plano de estabilização do governo, baseado na premisa de inflação zero).
1986	Decreto-Lei 2308	Admite a aplicação, para o ano de 1986, da correção monetária prevista na Lei das Sociedades Anônimas.
1987	Instrução CVM 64	Exige a elaboração de demonstrações financeiras em moeda constante, para fins societários.
1987	Decreto-Lei 2341	Restabelece a sistemática fiscal de reconhecimento dos efeitos inflacionários, com algumas diferenças em relação ao sistema vigente até 1986.
1989	Lei 7.799	Reinstitui a correção monetária preconizada pelo art.185 da lei 6404/76, que foi revogada pelo Plano Verão, com a inovação de considerar o indexador diário - 0 BTN fiscal.

A partir deste resumo, pode-se ter uma idéia geral dos métodos de correção monetária utilizados no Brasil até nossos dias.

### II.3.2 - A Essência do Método Legal

O método legal de reconhecimento dos efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis está sintetizado no artigo 185 da Lei 6.404, de 15.12.86, e complementado pela Legislação do Imposto de Renda, Decreto-Lei nº 1.598/77, como seguem:

*"Art.185 - Nas demonstrações financeiras deverão ser considerados os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional sobre o valor dos elementos do patrimônio e os resultados do exercício.*

*§ 1º - Serão corrigidos, com base nos índices de desvalorização da moeda nacional reconhecidos pelas autoridades federais:*

- a) o custo de aquisição dos elementos do ativo permanente, inclusive, os recursos aplicados no ativo diferido, os saldos das contas de depreciação, amortização e exaustão, e as provisões para perdas;*
- b) os saldos das contas do patrimônio líquido.*

*§ 2º - A variação nas contas do patrimônio líquido, decorrente de correção monetária, será acrescida aos respectivos saldos, com exceção da correção monetária do capital realizado, que constituirá a Reserva de Capital de que trata o §2º do art.182.*

*§ 3º - As contrapartidas dos ajustes de correção monetária serão registradas em conta cujo saldo será computado no resultado do exercício."* ( 113 )

Como se observa, a Lei das S.A. estabelece somente os critérios gerais de correção monetária, mas sem definir os detalhes e a forma de sua apuração.



A Legislação do Imposto de Renda (Decreto-Lei 1598/77) complementa a Lei das S.A., no que se refere à correção monetária, estabelecendo dois critérios de correção com os detalhes e as formas de apuração, quais sejam:

a) Correção pelo Razão Auxiliar em BTN

Este método é o mais completo e está sendo usado pela maioria das empresas, porém só é obrigatório para as companhias abertas e outras pessoas jurídicas que, no balanço de abertura do exercício, tiverem Patrimônio Líquido superior ao limite estabelecido anualmente pela Secretaria da Receita Federal, e facultativo para as demais.

Neste método, as contas a corrigir são escrituradas no Razão Auxiliar em BTN, onde a unidade é o BTN (Bônus do Tesouro Nacional). O valor corrigido é obtido através da conversão em cruzados novos dos saldos das contas em BTN constantes do Razão Auxiliar pelo valor nominal do BTN na data do encerramento do Balanço do Exercício.

O artigo 40 do Decreto-Lei 1.598/77 estabelece que a correção monetária será procedida com base no aumento do valor nominal de uma ORTN.\*

A escrituração do Razão Auxiliar pode ser feita em partidas mensais ou trimestrais, pelo total de débitos e créditos, retirados da escrituração comercial. Admite-se, no entanto, o registro anual somente das parcelas de depreciações, amortizações e exaustões.

(\*) O indexador utilizado hoje para a correção dos Balanços é o BTN-F (Bônus do Tesouro Nacional - Fiscal).

## b) Correção Direta dos Saldos das Contas

Todas as pessoas jurídicas que tenham patrimônio líquido inferior ao limite estabelecido anualmente pela Secretaria da Receita Federal estão autorizadas a usar a correção direta dos saldos das contas, com exceção das companhias abertas.

Os critérios básicos estabelecidos no Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações pela FIPECAFI são:

*" Por este método as contas são corrigidas mediante a aplicação de coeficientes calculados com base na variação do valor nominal das ORTNs. Os valores sujeitos a correção são apurados em períodos, sobre os quais são aplicados os coeficientes de correção correspondentes a cada época." (114)*

A correção monetária obtida a partir desses cálculos é contabilizada nos registros contábeis de forma idêntica àquela empregada pelo método do Razão Auxiliar em ORTN.

A propósito, os dois métodos chegam a resultados aproximadamente iguais, não obstante o método pelo Razão Auxiliar proporcionar maior segurança e exatidão. O método de correção direta dos saldos das contas tem a inconveniência de trabalhar com médias trimestrais do BTN, o que com frequência gera diferenças. Os arredondamentos nos cálculos também são responsáveis por diferenças detectadas nos resultados apresentados por estes dois métodos.

A correção monetária, obtida por esses métodos, de acordo com a Lei 6404/76 e o Decreto-lei 1598/77, através da aplica-

---

( 114 ) FIPECAFI - Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, São Paulo, Atlas, 1987, p.357

ção de coeficientes de ajustamento, apurado pela variação nominal do BTN, sobre o Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido, gera um saldo identificado por " Saldo da Conta de Correção Monetária "( devedor ou credor), que é lançado no Resultado do Exercício como despesa , se devedor, ou como Receita, se credor.

#### Segundo IUDÍCIBUS:

*" O importante é evidenciar que a correção monetária de balanços brasileira tem, com reflexo no seu resultado, um significado muito maior e muito mais profundo do que parece a primeira vista. É calculada por diferença entre correções do ativo permanente e do patrimônio líquido, mas, na verdade, significa algo muito diferente: perdas nos ativos monetários, ganhos nos passivos monetários, complemento de custo dos produtos vendidos e da depreciação e complemento de receitas e despesas, apesar de legalmente apresentado por um só valor." ( 115 )*

IUDÍCIBUS declara que:

*"... é difícil entender, à primeira vista, como comparando-se as correções de dois grupos não correntes do balanço, venhamos obter a correção do resultado do período, de forma surpreendentemente correta até, com exceção de algumas contas, em alguns casos, tais como inventários." ( 116 )*

BRUNÉLI<sup>(117)</sup>, em sua dissertação de mestrado, salienta que a técnica que se adotou no Brasil para reconhecer os efeitos da variação do poder aquisitivo da moeda, nas demonstrações contábeis, é um procedimento "simplificado", que teve origem na Contabilidade a Nível Geral de Preços, que preconiza o ajustamento de todos os itens não monetários e apura os ganhos e perdas pela manutenção dos itens monetários expostos à inflação.

( 115 ) IUDÍCIBUS, Sérgio de et alii. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, São Paulo, Atlas, 1987, p.33

( 116 ) IUDÍCIBUS, Sérgio de. Contabilidade Gerencial, São Paulo, Atlas, 1986, p.47

(117) op.cit., p.34

Mas, neste processo de adaptação e simplificação, a Legislação Brasileira excluiu da relação de contas sujeitas à restauração monetária algumas contas de natureza não monetária, como: estoques, despesas pagas antecipadamente e resultado de exercícios futuros.

Com relação a esta exclusão, BULHÕES PEDREIRA & CRUZ FILHO fazem a seguinte argumentação em seu favor:

*"a - os cálculos da correção seriam muito trabalhosos;*

*b - a desatualização dos valores não é tão significativa quanto a que tende a se verificar nos elementos do ativo permanente, por ser, em geral, elevada a rotatividade dos estoques."* ( 118 )

Entretanto, numa economia onde os índices inflacionários registrados têm sido os mais elevados, como é o caso brasileiro, a justificativa da alínea "b" pode ser contestada.

A propósito, OLIVEIRA ROXO ( 119 ), enfatiza que os efeitos da decisão de não corrigir os estoques produzem deformações nas demonstrações contábeis, não somente em termos do valor do inventário( estoques ), mas também ao custo dos produtos vendidos durante o ano, ou exercício social.

Observe-se que, para a grande maioria dos profissionais de contabilidade, não ficou claro o propósito da Lei 6404/76, e do Decreto-Lei 1598/77, ao determinar o posicionamento da conta de resultado de correção monetária abaixo das receitas e despesas

( 118 ) BULHÕES PEDREIRA & CRUZ FILHO, Manual de Correção Monetária das Demonstrações Financeiras, Decreto-Lei 1.598/77, Esplana da- Exp., 1978, p.59

( 119 ) OLIVEIRA ROXO, Alfredo A.de. A Correção Monetária dos Demonstrativos Contábeis na Legislação Vigente. Revista de Administração de Empresas, FGV, v.19, nº1, jan/mar-79, p.14

não operacionais, dando a esse resultado um tratamento de elemento não operacional.

Segundo BRUNÉLI ( 120 ), este tratamento dado ao resultado de correção monetária, aliado à falta de divulgação e esclarecimentos sobre o seu verdadeiro significado, tem sido causa de análises errôneas, como por exemplo, considerá-lo como originado de "Lucro Fictício" e/ou "Lucro/Prejuízo Inflacionário".

Em justificativa do Método Legal, BULHÕES PEDREIRA & CRUZ FILHO já destacavam que:

*" A inflação não distorce os registros contábeis de ativos monetários porque a expressão monetária do valor destes ativos não varia: embora diminuam de valor com a inflação, seu valor atual, na data do balanço, continua representando corretamente pela mesma quantidade de unidades monetárias. Os efeitos da inflação sobre os ativos não monetários fazem com que a expressão monetária do seu valor fique desvalorizada..." ( 121 )*

Pela justificativa apresentada pelos legisladores, percebe-se que, o pensamento deles está fundamentado na Teoria da Contabilidade a Nível Geral de Preços. Entretanto, não debateram com o meio profissional e nem divulgaram o real significado da correção monetária brasileira, introduzida pela Lei das Sociedades por Ações ( 6404/76 ).

Entretanto, mais tarde, em estudos desenvolvidos sobre o seu real significado, MARTINS concluiu que:

---

( 120 ) op.cit., p.38

( 121 ) op.cit., p.14

"... a conta de correção monetária representa a soma algébrica de: parcela fictícia do lucro bruto, pelo fato de se baixar, contra as vendas, o valor histórico dos estoques; parcela fictícia das receitas financeiras; parcela perdida nas disponibilidades e nos valores a receber; ganho nos passivos em juros; parcelas das despesas financeiras contabilizadas a maior quando se registram os encargos financeiros (variações monetárias e despesas financeiras propriamente ditas), representadas pelos ganhos nos empréstimos". (122)

Por outro lado, MARTINS destaca que:

"A simplicidade apresentada pela sistemática em vigor tem um alto custo em termos de qualidade de informação, pois, não consegue representar sua verdadeira natureza, criando, com isto, confusões sobre o seu real significado e provocando, não raro, até incredulidade quanto à sua utilidade em termos gerenciais". (123)

### II.3.3 - Críticas ao Método Legal

O método contábil de reconhecimento dos efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis, introduzindo pela Lei 6404/76, representa um avanço da contabilidade brasileira, em relação aos métodos anteriormente utilizados e os seus méritos foram reconhecidos por profissionais e teóricos. Ressalta-se ainda, que este método foi desenvolvido em um momento em que a inflação brasileira atingia níveis muito inferiores aos verificados atualmente. Mas, com o agravamento do processo inflacionário tornou-se ineficaz diante dos reflexos da inflação nas demonstrações contábeis. A partir daí, as críticas ao método tornaram-se cada vez mais acirradas e duras.

---

(122) MARTINS, Eliseu. O significado da Correção Monetária Patrimonial, Temática Contábil de Balanços, IOB nº03/82, p.28

(123) MARTINS, Eliseu. Análise da Correção Monetária das Demonstrações Financeiras: Implicações no Lucro e na Alavancagem Financeira, São Paulo, Atlas, 1984, p.152

GOMES exprime sua opinião dizendo que:

(124) "Na realidade, o sistema legal de correção monetária instituído pela Lei 6404/76 e regulamentado pelo Decreto-lei 1598/77, ao adotar o método da Contabilidade a Nível Geral de Preços (price-level accounting), não foi capaz de evidenciar na forma adequada esses efeitos, devido a excessiva simplificação do próprio método e à utilização de índice não apropriado - a OTN." (124 )

Com relação à adoção do BTN ( antiga OTN), como índice de ajustamento dos registros contábeis, IUDICIBUS salienta que:

"Esse papel é usado como instrumento da política monetária do governo que, visando a uma redução gradual da inflação, procura minimizar o efeito realimentar do processo inflacionário, não refletindo, portanto, a realidade desse processo." (125 )

Segundo OLIVEIRA ROXO:

" A série de valores nominais da OTN não representa, nem se pretende representar, indicador válido para se gerir a evolução do processo inflacionário... se a correção monetária de valores nos demonstrativos contábeis visa - como acreditamos que deva visar - fazer que estes traduzam, com a maior fidelidade praticável, a variação real dos valores envolvidos, a escolha deveria recair, em princípio, na série, oficialmente reconhecida como indicadora da evolução do processo inflacionário: a série dos Índices Gerais de Preços, no Conceito de Disponibilidade Interna, ou seja, a série de Índices da Fundação Getúlio Vargas." ( 126 )

TREVISAN acrescenta que:

" O índice utilizado (base OTN) não tem, nos últimos anos, refletido a perda do poder aquisitivo da moeda nacional; de 1976 a 1986 a defasagem entre o IGP/FGV (Índice Geral de Preços) e a variação da OTN (obrigação do Tesouro Nacional) foi de aproximadamente de 196%." ( 127 )

- ( 124 ) GOMES, Josir Simeone. A Transparência das Demonstrações Contábeis Após o Plano Cruzado. Trabalho apresentado na 11ª Convenção Nacional de Contabilistas, Natal (RN), Out/86, v.1, p.281
- ( 125 ) IUDICIBUS, Sérgio de et alii. Contabilidade Intermediária, SP, Atlas, 1981, p.255
- ( 126 ) OLIVEIRA ROXO, Alfredo A. de. op.cit., p.58
- ( 127 ) TREVISAN & ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES, Demonstrações Financeiras em Moeda Constante, São Paulo, Atlas, 1988, p.14

Além dos problemas decorrentes da utilização do BTN como índice de reajustamento dos balanços, existem também outros aspectos que o método legal não contempla, que segundo ALMEIDA são:

210

- 1 - Não correção monetária de ativos não monetários (não sujeitos à inflação), classificados no ativo circulante e no ativo realizável a longo prazo, principalmente com relação aos estoques;
- 2 - Não correção monetária das receitas e despesas do período, registradas na demonstração do resultado do exercício;
- 3 - Não correção monetária das contas de resultados de exercícios futuros;
- 4 - A forma de apresentação da correção monetária na demonstração de resultado, como uma única linha após o resultado operacional, leva os leitores a julgarem que o valor resultante trata-se de uma simples atualização dos ativos permanentes e do patrimônio líquido quando, realmente, essa correção monetária está relacionada com os itens monetários do balanço patrimonial, estoques e outros bens, não permitindo, portanto, que o público em geral assimile o verdadeiro significado dessa correção". (128 )

SZUSTER concluiu, em sua tese de doutoramento, que:

"... o método de apuração do lucro adotado pela Lei 6404 e a legislação complementar, quando do reconhecimento da variação do poder aquisitivo da moeda, apesar de possuir méritos indiscutíveis em relação ao aspecto da Praticabilidade, não se mostra apropriado, em termos de fornecimento de um parâmetro para cada uma decisão a respeito do lucro a ser distribuído, de forma fundamentada". (129 )

Neste momento, o importante é reconhecer os méritos e conhecer as imperfeições e limitações do método legal, para que se possa fazer uso das demonstrações contábeis, de uma maneira adequada e consciente, até que a legislação brasileira adote um método contábil de reconhecimento dos efeitos inflacionários capaz de atender às necessidades das organizações e dos usuários em geral.

( 128 ) ALMEIDA, Marcelo C. Correção Integral de Balanços- Uma Análise Gerencial Simplificada, Temática Contábil de Balanços, Boletim IOB nº24/87, Rio Janeiro, pp.246 e 247

( 129 ) SZUSTER, Natan. Análise do Lucro Passível de Distribuição: Uma Abordagem Reconhecendo a Manutenção do Capital da Empresa, FEA-USP, São Paulo, 1985, p.476



## II.5 - COMPARAÇÃO ENTRE O MÉTODO LEGAL E O DA CORREÇÃO INTEGRAL

Tanto o método legal quanto o da correção monetária integral seguem a mesma filosofia da Contabilidade a Nível Geral de Preços, isto é, ambos utilizam o índice geral de preços como fator de correção. Entretanto, o método legal, em decorrência de sua "simplificação", corrige somente as contas integrantes do Ativo Permanente e Patrimônio Líquido, não contemplando as demais contas de natureza não monetária classificadas fora desses dois grandes grupos. Mesmo assim, o resultado obtido, quando não é igual, é bastante próximo do que seria apurado pelo método da correção integral.

MARTINS<sup>(130)</sup>, apresenta, de forma comparativa, as características básicas dos dois métodos:

CARACTERÍSTICAS BÁSICAS		
ITENS	SISTEMA LEGAL	SISTEMA COR. INTEGRAL
Receitas de Vendas de Bens e Serviços.	A valores Históricos.	A valores históricos <u>cor</u> rigidos para uma só moeda.
Custos dos Bens e Serviços Vendidos.	Aos valores históricos de sua formação. Normalmente em moeda diferente da relativa às receitas a que se referem.	A valores corrigidos a partir de sua formação ou compra. Correção para a mesma moeda a que se referem suas receitas.
Despesas de vendas e Administrativas.	A valores históricos.	A Valores corrigidos .

( 130 ) Citado por SZUSTER, Natan. In: BRAGA, Hugo Rocha. Demonstrações Financeiras - Estrutura, Análise e Interpretação, São Paulo, Atlas, 1987, p.182

Depreciações, Amortizações e exaustões.	A base do valor médio das 12 OTNs do ano.	Corrigidas para uma única moeda.
Equivalência Patrimonial.	Na moeda do mês de fechamento.	Idem( a não ser que a moeda desejada seja outra).
Receitas e Despesas financeiras, incluindo as variações monetárias, prefixadas, etc.	A valores nominais considerando a parte inflacionária como se fossem mesma receita(ou despesa) histórica.	A valores reais(só considerando como receitas ou despesas o ganho ou perda real, excedente aos efeitos inflacionários).
Ganhos e perdas nos Passivos e Ativos Monetários.	Não demonstrados.	Explicitados e corrigidos para a moeda base.
Correção Monetária.	Do Ativo Permanente e Patrimônio Líquido.	Inexistente.
Lucro Líquido.	A moeda final(apesar de toda descrição acima).	A moeda final(ou outra desejada).
Estoques, adiantamentos a fornecedores e clientes, Resultados de Exerc. Futuros e outros itens fora do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido.	A valores Históricos.	A valores corrigidos.
Índices, Análises e comparações.	Com moedas as mais variadas.	À mesma moeda.
Alavancagem Financeira.	Enganosa ou impossível.	Facilmente obtida.
Conclusões e Decisões.	Mais(muito mais) sujeitas a equívocos.	Menos(muito menos) sujeitas a equívocos.

Segundo SZUSTER, o método da Correção Monetária Integral, em relação ao método Legal, apresenta as seguintes principais vantagens:

" a) Avaliação de todos os itens, inclusive referentes a outros períodos, em uma moeda de mesmo poder aquisitivo possibilitando comparações muito mais realistas;

b) Mensuração do efeito inflacionário sobre os itens patrimoniais diretamente expostos, ou seja, os monetários propiciando in formações extremamente importantes;

c) Avaliação mais correta dos itens não monetários não os vinculando à classificação no Balanço, gerando a avaliação mais exa-ta do patrimônio e do resultado."(131)

Ainda segundo SZUSTER(132) , o método da correção monetária integral atende sem obstáculos aos requisitos da praticabilidade e objetividade e, se comparado a sua utilidade com o método do Custo Histórico ( ou método legal ) é bastante superior. Assim, o Método da Correção Integral constitui grande passo no desenvolvimento da Contabilidade, porém não representa o seu último estágio.

\*\*\*  
\*

---

(131 ) SZUSTER, Natan. In: BRAGA, Hugo Rocha. Demonstrações Financeiras: Estrutura, Análise e Interpretação, São Paulo, Atlas, 1987, p.183

(132 ) Idem. pp. 178 e 179

### CAPITULO III

#### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

### III.1 - NATUREZA DA PESQUISA

Esta pesquisa, segundo a classificação de KERLINGER, enquadra-se no tipo " estudos de campo de natureza exploratória." ( 1 )

Do confronto entre a teoria e a prática, segundo BRUNÉLI ( 2 ), pode-se identificar problemas que, mesmo sendo comuns às diferentes organizações, podem atingir a cada uma em variado grau de intensidade.

Assim sendo, a natureza do problema a ser estudado é o fator determinante da abordagem a ser escolhida para a pesquisa, que pode ser realizada em uma ou mais empresas.

Para a consecução dos objetivos propostos neste trabalho, optou-se pelo estudo de uma amostra aleatória, tendo em vista as limitações de ordem financeira e de tempo para se analisar todo o universo objeto da pesquisa.

Segundo CASTRO:

" Muito freqüentemente não é possível examinar toda a população ou universo cujos atributos estamos tentando analisar. Recorre-se conseqüentemente ao exame de uma amostra, isto é, de uma fração dessas populações. A amostra escolhida por um processo aleatório terá a maior probabilidade possível de reproduzir os parâmetros da população." ( 3 )

---

( 1 ) KERLINGER, Fred.N. "Foundations of Behavioral Research", Holt Rinehart and Winstons, Inc. 2ª ed., 1973

( 2 ) BRUNÉLI, Tereza C. Os Bancos Comerciais sob Efeito da Inflação. Dissertação de Mestrado, ISEC/FGV, Rio de Janeiro, 1987, p.47

( 3 ) CASTRO, Cláudio de Moura. A Prática da Pesquisa, São Paulo, McGraw-Hill, 1977, pp.90 e 91

Neste caso, o estudo abrangeu as demonstrações contábeis tradicionais e complementares de 87(oitenta sete) empresas de capital aberto, do exercício de 1987, por ser o primeiro ano de vigência da Instrução CVM Nº64, que dispõe sobre a elaboração e publicação das "Demonstrações Contábeis Complementares", em moeda de capacidade aquisitiva constante, com pleno atendimento ao Princípio do Denominador Comum Monetário.

### III.2 - CRITÉRIO DE SELEÇÃO E CÁLCULO DA AMOSTRA

O universo desta pesquisa é constituído por 664(seiscentos sessenta quatro) companhias abertas, com ações negociadas em bolsa e inscritas na COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM) em 31.12.87. Entretanto, não foi todo este universo estudado, mas uma parte representativa dele, pois um número menor de empresas oferece possibilidade de maior aprofundamento no assunto.

O tamanho da amostra foi calculado utilizando-se da fórmula a seguir discriminada: (\*)

$$n = \frac{o^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{E^2 (N-1) + o^2 p \cdot q}$$

Onde:

n = tamanho da amostra;

---

( \* ) FONTE: RICHARDSON, Roberto Jarry. "Pesquisa Social-Métodos e Técnicas", São Paulo, Atlas, 1985, p.120

$o^2$  = nível de confiança (escolhido em número de desvios);  
 $p$  = proporção da característica pesquisada no universo,  
 calculado em percentagem;  
 $q$  =  $100 - p$  ( em percentagem);  
 $N$  = tamanho da população ( universo );  
 $E^2$  = erro de estimação permitido.

#### Considerações:

- 1 - considerando que a proporção das características pesquisadas no universo é desconhecida, precisa-se supor uma situação desfavorável, igualando  $p$  a 50% ( $p = 50\%$ ). Portanto,  $q = 100 - 50$  ; logo,  $q = 50\%$ ;
- 2 -  $o = 2$  ( nível de confiança de 95,4%);
- 3 -  $E = 10\%$  ( erro de estimação da medição).

#### Segundo RICHARDSON:

"...uma das condições essenciais da amostra é que deve constituir uma porção de uma população determinada. Não basta, porém, qualquer parte da população para obter uma amostra; ela deve incluir um número suficiente de casos, escolhidos aleatoriamente, para oferecer certa segurança estatística em relação à representatividade dos dados. Assim, o tamanho de uma amostra deve alcançar determinadas proporções mínimas, estabelecidas estatisticamente. Além disso, as necessidades práticas de tempo, custos, etc., recomendam não ultrapassar o tamanho mínimo determinado pela estatística. Portanto, é necessário conhecer a forma de calcular o tamanho da amostra, não só para garantir a possibilidade de generalizar os resultados, mas também pelos aspectos práticos mencionados." ( 4 )

---

( 4 ) RICHARDSON, Roberto Jarry. " Pesquisa Social - Métodos e Técnicas", São Paulo, Atlas, 1985, p.116

$$\text{Fórmula: } \frac{o^2 \cdot p \cdot p \cdot N}{E^2 \cdot (N-1) + o^2 \cdot p \cdot q}$$

$$\text{Cálculo: } \frac{2^2 \cdot 50 \cdot 50 \cdot 664}{10^2 \cdot (664-1) + 2^2 \cdot 50 \cdot 50} = 87$$

Após o cálculo acima apresentado, procedeu-se a um sorteio com reposição dos elementos sorteados (empresas), para atender aos aspectos de aleatoriedade e representatividade.

Apresenta-se, no Quadro de Análise das Orientações da Instrução CVM nº 64, item IV.1.1, as empresas sorteadas e que tiveram as suas demonstrações contábeis analisadas.

### III.3 - COLETA DE DADOS

A Coleta de dados foi realizada a partir das Demonstrações Contábeis Tradicionais e Complementares publicadas, exigidas pela lei 6404/76 e pela Instrução CVM nº 64/87, respectivamente.

Para fins deste estudo, foram considerados as seguintes demonstrações, notas e relatórios:

- . Balanço Patrimonial (Pela legislação e correção integral);



- . Demonstração de resultado (pela legislação e correção integral);
- . Demonstração das origens e aplicações de recursos (Pela legislação e correção integral);
- . Demonstração das mutações de patrimônio líquido ( pela legislação e correção integral);
- . Notas explicativas;
- . Relatórios da administração.

Em princípio, não houve grandes dificuldades na obtenção dos dados, uma vez que, na medida que os balanços iam sendo publicados, nos jornais de maior circulação, foram recortados e colecionados em ordem alfabética, até formar um conjunto de aproximadamente 650 (Seiscentos e cinquenta) demonstrações contábeis.

#### III.4 - TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados foram adaptados, agrupados e tratados segundo os objetivos e as etapas do trabalho, quais sejam:

Primeira Etapa: Avaliação da elaboração das demonstrações contábeis complementares pelas companhias abertas.

Segunda Etapa : Análise comparativa das informações geradas pelos sistemas legal e correção integral.

Terceira Etapa: Análise da Média do Agregado das Demonstrações Contábeis.

III.4.1 - PRIMEIRA ETAPA - ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLEMENTARES.

Nesta etapa da pesquisa, o estudo objetivou, primordialmente, detectar as inobservâncias e as alternativas de procedimento escolhidas pelas companhias na elaboração das demonstrações complementares, em cumprimento à Instrução CVM nº 64/87.

Para isto, foi necessário montar um "quadro sinóptico " com as exigências da Instrução CVM nº 64 e os respectivos tratamentos a serem dados aos itens que compõem o balanço patrimonial, demonstração de resultado, demonstração das origens e aplicações de recursos, demonstração das mutações do patrimônio líquido, notas explicativas e ao relatório da administração.

Assim, após a montagem do referido quadro, analisou-se as demonstrações contábeis, peça por peça, com anotação simultânea dos tratamentos dados pelas empresas na elaboração de sua demonstrações complementares.

III.4.2 - SEGUNDA ETAPA - ANÁLISE DOS RESULTADOS GERADOS PELO SISTEMA LEGAL E PELA CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL

Esta etapa do trabalho tem como objetivo avaliar os resul

tados gerados pelo Sistema Legal e pela Correção Integral, evidenciando as divergências e a relevância das informações para fins de tomada de decisões.

E, para que se pudesse efetuar a análise comparativa de seus resultados, foi necessário proceder aos seguintes ajustamentos:

- Os Balanços Patrimoniais de 1986 foram ajustados à moeda de 31.12.87, com base na variação nominal do BTN;
- As Demonstrações de Resultados de 1986 foram ajustadas à moeda de 31.12.87, também com base na variação do BTN;

Com relação a este procedimento, MARTINS diz o seguinte:

*" Quanto à comparação da evolução ao longo do tempo ( análise horizontal), o melhor procedimento é o de se corrigir o balanço anterior, caso não venha devidamente atualizado para o cruzado de final de 1987"*  
( 5 )

Após estes ajustamentos, foram efetuadas análises verticais e horizontais das seguintes demonstrações:

- Balanço Patrimonial de 1986, ajustado à 31.12.87, com o Balanço Patrimonial Complementar de 1987;
- Demonstração de Resultado de 1986, ajustada à 31.12.87, com a Demonstração de Resultado Complementar de 1987.

---

( 5 ) MARTINS, Eliseu. "Análise Financeira na Correção Integral", Temática Contábel, Boletim IOB, nº16/88, p.171

- Balanço Patrimonial de 1986 com o Balanço Patrimonial de 1987 (legislação);
- Demonstração de Resultado de 1986, com a Demonstração de Resultado de 1987 (legislação).

As Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos foram comparadas com as legais, através da análise vertical, tomando-se como base as origens dos recursos.

As Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido foram analisadas através de análise horizontal, tomando-se como base o patrimônio líquido de 31.12.86, comparando a evolução do "PL" pela correção integral com a evolução do "PL" pela Legislação Societária.

Calculou-se também indicadores econômico-financeiros a partir das demonstrações complementar e legal, com o objetivo de avaliar o reflexo que a correção dos itens não-monetários e os ajustes dos itens monetários prefixados teriam sobre estes índices.

Para a execução desta parte do trabalho, utilizou-se de planilhas eletrônicas em Lotus 1,2 e 3 e de um Micro-Itautec de 16 (dezesseis) bites, de propriedade do ISEC/FGV (RJ).

#### III.4.2.1 - ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS RESUMIDAS

Nesta fase da pesquisa, adotou-se uma forma resumida para as Demonstrações Contábeis, com o objetivo de facilitar o trabalho de análise, sem perder, contudo, a qualidade das informações geradas.

Este trabalho é defendido por IUDÍCIBUS (6), quando diz que as demonstrações para análise de tendência devem ser mais medidas possíveis.

Assim sendo, as demonstrações apresentam-se com as seguintes configurações nas planilhas eletrônicas de análise:

a ) Balanço Patrimonial Resumido

ATIVO CIRCULANTE

Disponibilidade

Créditos Diversos

Estoque

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

ATIVO PERMANENTE

Investimentos

Imobilizado

Diferido

PASSIVO CIRCULANTE

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

---

(6) IUDÍCIBUS, Sérgio de. "Análise de Balanços", São Paulo, Atlas, 1986, p.65

## b) Demonstração de Resultado Resumida

## RECEITA BRUTA

- Deduções da Receita

## RECEITA LÍQUIDA

- Cmv, Cpv e/ou Csv

## LUCRO BRUTO

- Despesas de Vendas, Gerais e Administrativas
- Despesas Financeiras
- + Receitas Financeiras
- Depreciações, Amortizações e Exaustões
- ± Ajustes do Programa de Estabilização Econômica
- ± Ganhos (perdas) nos Itens Monetários
- ± Resultado de Equivalência Patrimonial
- + Outras Receitas
- Outras Despesas

## RESULTADO OPERACIONAL

- + Receitas Não Operacionais
- Despesas Não Operacionais
- ± Resultado de Correção Monetária

## LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA

- Provisão para Imposto de Renda
- Participações Societárias

## LUCRO ( PREJUÍZO ) DO EXERCÍCIO

## LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO OU LOTE

- c) Demonstração das origens e aplicações de recursos re  
sumida.

#### ORIGENS

Recursos gerados pela operações

Recursos de acionistas e de terceiros

#### APLICAÇÕES

Permanente

Outras

- d) Demonstração das mutações do patrimônio líquido resu  
mida

PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31.12.86

± Movimento do ano

± Lucro (prejuízo) do exercício

PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31.12.87

### III.4.2.2. - PROCESSO DE AJUSTAMENTO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 1986

O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado de 1986 foram ajustados à moeda de 31.12.87, pelos fatores 4,37685 e 5,69370, respectivamente, para efeito de cotejo com o Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado complementares de 1987, (APÊNDICE 01).

4 As outras demonstrações foram simplesmente adaptadas aos modelos anteriormente expostos. (APÊNDICE 01).

#### III.4.3 - TERCEIRA ETAPA - ANÁLISE DA MÉDIA DO AGREGADO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A terceira etapa foi desenvolvida baseando-se na metodologia empregada por MARTINS (7), no desenvolvimento de uma pesquisa no setor industrial privado, em São Paulo (1988), objetivando analisar as demonstrações contábeis de 1987 publicadas com correção integral.

Para efeito de análise, as demonstrações receberam os seguintes tratamentos:

- elaborou-se um balanço patrimonial pela legislação e um pela correção integral, utilizando-se da média de 87 (oitenta e sete) balanços de empresas constantes da pesquisa;
- elaborou-se uma demonstração de resultado pela legislação e uma pela correção integral, utilizando-se a média de 87 (oitenta e sete) demonstrações pela legislação e pela correção integral, respectivamente.

---

(7) MARTINS, Eliseu. "Pesquisa sobre correção integral de balanços-setor industrial privado", São Paulo, FIECAFI-USP(SP), 1988.



- elaborou-se uma DOAR pela legislação e uma pela correção integral, utilizando-se da média de 82 (oitenta e dois) demonstrações publicadas de acordo com a legislação e correção integral.

### III.5 - LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Em razão de se tratar de um estudo de casos, os resultados e conclusões desta pesquisa limitam-se, a princípio, ao universo de 664 (seiscentos e sessenta e quatro) companhias abertas, com ações negociadas em bolsa e inscritas na CVM-Comissão de valores mobiliários, em 31.12.87, que foram representadas por uma amostra aleatória simples de 87 (oitenta e sete) companhias, calculada estatisticamente, com um nível de confiança de 95,4%. Este percentual significa que existe uma probabilidade de 95,4% de que qualquer resultado obtido na amostra seja válido para todo o universo.

Considera-se também como limitação o erro de estimação de medição de 10% empregado na obtenção do tamanho da amostra, no item III.2.1.

Por outro lado, deve-se levar também em conta que uma amostra, mesmo representativa, não pode ser rigorosamente igual ao universo que se pretende representar.

Outra limitação a ressaltar em relação às conclusões deste estudo decorre da própria instrução CVM nº 64/87, que oferece uma série de alternativas de procedimentos que levam os contados

res a darem tratamentos diferenciados a uma mesma rubrica contábil. A exemplo, podemos citar os ESTOQUES, quando irrelevantes são tratados como itens monetários, quando na realidade são não-monetários.

Inclui-se também como limitação, a discutível utilização da BTN (antiga OTN) como Denominador Comuna Monetária (moeda), tendo em vista que não representa a variação no nível geral de preços.

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*

\*

#### CAPÍTULO IV

RESULTADOS DA APLICAÇÃO DA CORREÇÃO MONETÁRIA  
INTEGRAL - COMPARAÇÃO E ANÁLISE DOS ELEMENTOS

#### IV.1 - INTRODUÇÃO

Este capítulo destina-se à exposição dos resultados obtidos nesta pesquisa, que foi desenvolvida em 03 (três) etapas.

No item IV.2, são analisados os resultados da 1ª etapa que advêm das orientações e das técnicas de ajustamento preconizadas pela Instrução CVM nº 64, de 19.05.87.

No item IV.3, analisaram-se os resultados da 2ª etapa que estão baseados em informações geradas pelos sistemas legal e integral de correção monetária. Nesta fase do trabalho, empregaram-se as seguintes técnicas ou métodos de análise:

- Método de análise horizontal;
- Método de análise vertical;
- Método de quocientes ou índices; e o
- Método de análise discriminante de Kanitz.

No item IV.4, que constitui a 3ª etapa, analisaram-se também, as informações geradas pelos dois métodos legal e integral, só que a partir de demonstrações contábeis elaboradas com a média aritmética de cada elemento das demonstrações que compõem a amostra da pesquisa.

Não obstante as limitações do estudo, os resultados apresentados constituem o principal objetivo e a contribuição deste trabalho à área de pesquisas empíricas das Ciências Contábeis.

IV.2 - RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLEMENTARES PELAS COMPANHIAS ABERTAS ( PRIMEIRA ETAPA DA PESQUISA)

A análise dos resultados , nesta primeira etapa da pesquisa, recai fundamentalmente sobre as orientações contidas na Instrução CVM Nº 64/87 para fins de elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis Complementares.

O principal objetivo desta instrução é o de elevar o nível informacional da contabilidade, principalmente no que se refere aos aspectos quantitativo e qualitativo, tão ressentidos no mercado de capitais.

Em Nota Explicativa, que acompanha a norma acima, a CVM- Comissão de Valores Mobiliários reconhece a importância das demonstrações contábeis para os usuários de suas informações, dizendo que:

*" As demonstrações financeiras são a melhor via de comunicação entre o investidor e a companhia. Por meio delas flui, quando de um mercado adulto e sadio, a maior parte das informações que levam à decisão de investimento. ...de uma forma geral, o objetivo da contabilidade é o de propiciar informações úteis e confiáveis ao processo de tomada de decisão por parte dos usuários." ( 1 )*

Por esta citação, pode-se observar que a evidenciação está intimamente ligada aos objetivos da contabilidade.

---

( 1 ) NOTAS EXPLICATIVAS DA INSTRUÇÃO CVM Nº64/87.

A propósito, segundo HENDRIKSEN, " os demonstrativos contábeis deveriam evidenciar o que for necessário para não torná-los enganosos." ( 2 )

A CVM, preocupada com a quantidade e a qualidade da informação contábil - visando proteger os usuários - e, ainda, buscando o fortalecimento do mercado de capitais, propõe, em caráter complementar, que as empresas admitidas ao mercado de ações elaborem e divulguem suas demonstrações contábeis, atendendo a todas orientações contidas na Instrução nº64, que ora constitui o objeto desta análise.

#### IV.2.1 - QUADRO DE ANÁLISE DAS ORIENTAÇÕES DA INSTRUÇÃO CVM Nº64, DE 19.05.87 ( ANEXO 01 )

#### IV.2.2 - DOS RESULTADOS - UMA ABORDAGEM ANALÍTICA

Para efeito de análise dos resultados obtidos nesta etapa, foram considerados como parâmetros as orientações básicas contidas na INSTRUÇÃO CVM Nº64/87, que dispõe sobre os procedimentos para elaboração e publicação das demonstrações contábeis complementares, em moeda de capacidade aquisitiva constante.

Nesta fase, para maior compreensão desta análise, serão citados artigos, incisos, alíneas e parágrafos da Instrução 64, com pequenos comentários sobre cada aspecto analisado, e logo em seguida, apresentar-se-á o resultado obtido na pesquisa com as considerações cabíveis.

( 2 ) HENDRIKSEN, Eldon S. "Teoria de la Contabilidad", UTEHA, 1974, p.648

Apresenta-se, ainda, esta etapa dividida em 6 (seis) partes, conforme abaixo:

- 1) Balanço Patrimonial Complementar
- 2) Demonstração Complementar de Resultados
- 3) Demonstração Complementar das Origens e Aplicações de Recursos
- 4) Demonstração Complementar das Mutações do Patrimônio Líquido
- 5) Notas Explicativas e Relatório da Administração e
- 6) Disposições Gerais

## 1 - BALANÇO PATRIMONIAL COMPLEMENTAR

### 1.1 - Ajuste de Itens Monetários ao Valor Presente

#### a) Ajuste de Itens Monetários Prefixados

O parágrafo 1º do art. 3º da instrução acima determina que:

*" Os itens monetários prefixados a serem realizados em moeda após 90 (noventa) dias da data do balanço serão trazidos a valor presente, para essa data, pela taxa de desconto representada pela média aritmética das variações da OTN nos últimos 3 (três) meses do exercício social sendo encerrado." ( 3 )*

Aplica-se o fator de desconto, baseado na média aritmética das variações da OTN nos 3 (três) últimos meses do exercício social que está sendo encerrado, sobre o montante de cada item monetário, para transformar e apresentá-lo em cruzado (ou moeda) de poder aquisi-

tivo da data de encerramento do exercício. Este novo valor que é mais representativo, será, então, convertido para BTN na paridade do BTN da mesma data.

Segundo BENTO e BENTO, a aplicação do fator de desconto pode ser feita por dois caminhos:

" a ) na contabilidade permanente; ou

b) apenas para fins de elaboração das demonstrações com a correção integral." ( 4 )

Quando se aplica o referido fator de desconto nos valores da contabilidade mercantil, estará sob o ponto de vista da teoria contábil, tecnicamente correto, uma vez que esses valores descontados são mais representativos na data do balanço. Por exemplo, o valor de uma venda a prazo é composto de duas parcelas, sendo uma do valor do bem ou produto vendido e a outra representa a receita financeira, que foi incorporada em função do prazo concedido. Na data do balanço, a 1ª parcela é mais representativa, além de estar efetivamente realizada e reconhecida, e a 2ª parcela não está "ganha" e depende de tempo para que seu reconhecimento possa ser feito, em respeito ao regime de competência.

Este método, além de sanar os problemas de apropriações inadequadas - reconhecimento de receitas antecipadamente - ajusta também ativos e passivos "inflados", de tal maneira que possam refletir as suas verdadeiras potencialidades.

---

( 4 ) BENTO, Salvador A. et BENTO, Rogério A. " Demonstrações Financeiras com Correção Integral", São Paulo, Atlas, 1987, p.25



Contudo, o art.20 dispensa para o primeiro exercício de vigência da Instrução 64 - o ano de 1987. - o ajuste a valor presente, ressaltando apenas que, se possível, o fato e os valores envolvidos fossem devidamente evidenciados.

O resultado da pesquisa revela que, mesmo com a alternativa ou dispensa, 6,8% das empresas ( ou 6 empresas) efetuaram o referido ajuste. Entre estas, 1,2% ( ou 1 empresa) efetuou ajuste em todos os itens monetários, independentemente do prazo de realização. As outras cumpriram a instrução, ajustando somente os créditos e obrigações com realização em moeda após os 90(noventa) dias da data do balanço.

b) Ajustes por Redução de Obrigações Vinculadas à Aquisição de Ativos

De acordo com o parágrafo 3º do art.3º:

*" Os ajustes por redução de obrigações vinculadas à aquisição de ativos existentes na data do balanço serão registrados com redução do custo desses ativos. No caso de obrigações relativas a fornecimento de estoques, não sendo viável a redução direta de cada item em particular, poderá o ajuste ser feito mediante conta retificado ra do estoque global para apropriação proporcional à baixa dos inventários. No caso de obrigações relativas à aquisição de ativo " permanente, deverá ser considerada no resultado a parcela da redução proporcional à depreciação, amortização ou exaustão acumulada e a provisão para perda já contabilizada em relação ao ativo." ( 5 )*

Na realidade, esta norma visa, primordialmente, ajustar o custo dos ativos, eliminando-se os sobrepreços em decorrência do prazo concedido para pagamento, de modo que ele possa representar o custo efetivamente incorrido na sua aquisição. Estes sobre-

preços considerados no custo superavaliam os ativos e distorcem os resultados de vários exercícios, através da depreciação, no caso do ativo imobilizado. Relativamente aos estoques de matérias-primas e insumos, eles elevam o custo de produção, com reflexo direto no preço de venda, tirando, muitas vezes, a capacidade competitiva da empresa.

O método da correção integral elimina estas distorções e produz informações (valores) sensivelmente superiores, em termos de qualidade (coerência e exatidão), que dão ao administrador uma maior segurança nas tomadas de decisão.

Este procedimento foi dispensado pelo art. 20 da Instrução 64, para o seu primeiro ano de vigência.

Da amostra estudada nenhuma empresa efetuou o ajuste por redução de obrigações vinculadas à aquisição de ativos, ou por opção ou porque não tinha as referidas obrigações.

## 1.2 - Ajuste dos Itens Não-Monetários

Com relação a estes itens a instrução diz o seguinte:

*"Art. 4º - Os itens não monetários serão convertidos para OTN com base no valor desta no mês de sua formação ou aquisição."*

*§ 1º - os elementos componentes do ativo permanente e do patrimônio líquido poderão ter as suas quantidades em OTN controladas no Razão Auxiliar em OTN, inclusive quanto aos dividendos intermediários por*

conta do lucro do próprio exercício social.

§ 2º - os estoques poderão ser convertidos com base em controles ou cálculos auxiliares, por item ou grupo de itens homogêneos, inclusive com a utilização de métodos simplificados e do critério PEPS - primeiro a entrar, primeiro a sair - mesmo que seja outro o critério usado na escrituração.

§ 3º - os itens não monetários não classificados como permanente ou patrimônio líquido de valor irrelevante ou que tenham sido adquiridos ou formados nos últimos 03 (três) meses do exercício social poderão ser convertidos para OTN pela paridade no encerramento do exercício social.

§ 4º - a atualização de ativos não monetários, principalmente Circulantes, implicará a constituição de provisões adicionais para ajuste ao valor de mercado quando este for inferior ao custo corrigido." ( 6 )

Os principais itens não monetários classificados fora do ativo permanente e do patrimônio líquido são: as despesas pagas antecipadamente, os adiantamentos a fornecedores, os adiantamentos de clientes, os resultados de exercícios futuros, os estoques e todos os outros direitos e obrigações a serem saldados em bens e serviços e os demais elementos não realizáveis ou exigíveis em moeda.

Para uma adequada aplicação do método da correção integral é necessário que a empresa mantenha um controle desses ativos em OTN, desde a aquisição ou formação até a sua baixa, por consumo, venda ou perda. Dessa maneira, os saldos serão mais representativos da situação patrimonial do empreendimento.

A Instrução 64 destaca a manutenção dos dividendos intermediários, pagos antecipadamente por conta do lucro do exercício, em OTN, para que seu valor divulgado na "DOAR" e na "DMPL" seja mais informativo e correto.

( 6 ) INSTRUÇÃO CVM Nº 64/87

Com relação aos estoques, a melhor maneira de controlá-los é manter um controle em Cruzado Novo e outro em BTN, mas, caso a empresa prefira poderá utilizar alternativamente os seguintes cálculos:

- supor que as baixas de valores do estoque sejam feitas com base no critério PEPS, mesmo que ela se utilize de outro método na contabilidade mercantil;
- compor as compras e demais insumos, mês a mês, do mais recente para o mais antigo, até formar o valor do saldo contábil do estoque;
- fazer a correção das parcelas mensais de compra, com base na variação do BTN entre o mês da compra e o do balanço.

ALMEIDA e SZUSTER<sup>( 7 )</sup> descrevem uma metodologia de fácil assimilação, que permite ao contador estabelecer, em tempo hábil e por custo relativamente baixo, o valor dos estoques e o do custo das vendas em Cruzados novos de poder aquisitivo da data do levantamento das Demonstrações Contábeis. Os exemplos desta metodologia para estoque inicial, movimentação durante o ano e os respectivos cálculos, com o uso da fórmula simplificada, poderão ser vistos em detalhes no Boletim IOB nº35/87.

A Instrução CVM nº64/87, no § 4º do art.4º, em obediência ao princípio de avaliação do "Custo ou Mercado, dos dois o menor", regulamentado pela Lei 6404/76, no Inciso II do art.183, recomenda a constituição das provisões para ajuste, quando o custo corrigido dos itens não monetários for superior ao valor de mercado.

A Instrução CVM nº64/87, no seu artigo 20, dispensa a correção dos itens não monetários, neste primeiro ano de sua vigência-

Da amostra estudada, 39,1% das empresas corrigiram os estoques, 44,8% optaram por não corrigi-los e 16,1% não possuíam estoques em suas estruturas patrimoniais.

---

( 7 ) ALMEIDA, Marcelo C. et SZUSTER, Natan. Correção de Estoques - Uma Simplificação, Temática Contábil e Balanços, Boletim IOB nº 35/87, pp. 361-365.

Além da correção dos estoques, 17,2% da amostra corrigiram também outros itens não monetários, como: despesas pagas antecipadamente, adiantamentos a fornecedores, adiantamentos de clientes, vendas a faturar e faturamento para entrega futura. No caso específico destes itens, os ajustes foram adicionados às contas de resultado para onde foram apropriados na escrituração mercantil.

Ressalta-se que, toda empresa que promoveu a correção de itens não monetários e/ou ajustes de itens monetários, teve seu Balanço Patrimonial Complementar diferente do Balanço Patrimonial pela Legislação Societária, e o mesmo aconteceu com os seus resultados.

### 1.3 - Os Efeitos do Imposto de Renda nas Demonstrações Contábeis Complementares

A Instrução CVM nº64, dispõe sobre os efeitos do Imposto de renda da seguinte maneira:

*" Art. 5º - Deverão ser considerados nas demonstrações complementares os efeitos do imposto de renda nas diferenças intertemporais decorrentes dos ajustes de que tratam os artigos 3º e 4º desta Instrução, na forma de despesa paga antecipadamente ou provisão para imposto diferido." ( 8 )*

Toda vez que o resultado da correção integral for diferente do legal, em decorrência de descontos aplicados nos ativos e passivos monetários ou correção de itens não monetários classi-

ficados fora do Ativo Permanente e Patrimônio Líquido, haverá uma diferença entre o imposto de renda provisionado pelo método legal e o pela correção integral. Essa diferença será provisionada em Imposto de Renda Diferido, classificado no Exigível a Longo Prazo, quando o referido imposto pelo método da correção integral for maior que o do legal. Caso contrário, será considerada como despesa paga antecipadamente, no Realizável a Longo Prazo.

Dos casos estudados, 39,1% das empresas da amostra apresentaram resultados do exercício diferentes e quanto a diferença do imposto de renda, tem-se os seguintes resultados:

- 20,7% das empresas fizeram o provisionamento das diferenças, sendo que: 18,4% como Imposto de Renda Diferido, classificando no Exigível a Longo Prazo; 2,3% como despesas pagas antecipadamente, classificando no Realizável a Longo Prazo;
- 11,5% das empresas apresentaram prejuízos;
- 2,3% dessas empresas possuíam isenção do imposto; e
- 4,6% da amostra estudada não fizeram o provisionamento da diferença entre o imposto de renda obtido pelo método legal e o método integral.

#### 1.4 - Demonstrações Contábeis Complementares do Exercício Anterior

O parágrafo 3º do art. 1º diz o seguinte:

*" Os valores relativos às demonstrações complementares do exercício anterior, apresentados para comparação, serão também atualizados pela paridade existente ao final do exercício sendo encerrado." ( 9 )*

De acordo com este parágrafo, os valores relativos ao exercício anterior, saldos e fluxos do ano, serão convertidos em BTN na paridade do BTN do mês do balanço desse exercício anterior. Posteriormente, essas quantidades de BTN serão transformadas em cruzados pela paridade do BTN do mês de encerramento do último balanço. Com este procedimento, todos os valores ficam expressos em cruzados do mesmo poder aquisitivo, permitindo a comparabilidade das demonstrações contábeis independentemente do período a que se refere. Esta é a função do Denominador Comum Monetário no contexto contábil.

A elaboração e a divulgação dessas demonstrações foram " também dispensadas para o primeiro ano de vigência da Instrução 64.

A pesquisa revelou o seguinte resultado:

- 1,2% das empresas divulgou as demonstrações do exercício anterior com base na metodologia da correção integral.
- 4,6% apresentaram os Balanços e as Demonstrações de Resultados com valores atualizados para moeda de 31.12.87; e

- 2,3% das empresas atualizaram somente os Balanços Patrimoniais de 31.12.86 para moeda de 31.12.87.

#### 1.5 - Demonstrações Contábeis Complementares Consolidadas

De acordo com a alínea "b" do artigo 20, da presente instrução, as demonstrações contábeis complementares consolidadas ficam dispensadas de ser divulgadas para o primeiro ano de sua vigência. A elaboração e a divulgação destas demonstrações deverão tornar-se "obrigatórias a partir do exercício de 1988, quando, então, deverão ser divulgadas comparativamente com o exercício anterior, ambas dentro do sistema de correção integral.

Da amostra estudada, 37,9% das empresas são controladoras, obrigadas, portanto, a elaborarem as demonstrações consolidadas. Mas somente 12,6% da amostra divulgaram as demonstrações consolidadas pela correção integral.

#### 1.6 - Balanços Patrimoniais Iguais

Artigo 13 - Atendido o artigo anterior, ficam dispensados de publicação:

" a) o balanço complementar do exercício sendo encerrado, quando igual ao atualmente exigido pela lei societária, com destaque para esse fato." ( 10 )



Quando a empresa não efetuar descontos nos itens monetários e nem corrigir itens não monetários classificados fora do Ativo Permanente e Patrimônio Líquido, o balanço patrimonial do exercício pela correção integral será igual ao da legislação societária. Neste caso, a empresa não precisa fazer a divulgação dos dois; divulga-se um, dando destaque ao fato.

Da amostra estudada, obteve-se o seguinte resultado:

- 60,9% das empresas não efetuaram descontos nos itens monetários prefixados e nem corrigiram itens não monetários, por isto apresentaram um único balanço patrimonial para os dois sistemas, destacando sempre o fato em Notas Explicativas,
- 39,1% das empresas apresentaram balanços patrimoniais diferentes.

## 2 - DEMONSTRAÇÃO COMPLEMENTAR DE RESULTADO

" Art.6º - Na demonstração de resultado , os ganhos, as perdas, as receitas e as despesas deverão ser apropriadas, na escrituração mercantil, com a fiel observância do regime de competência a nível mensal.

Parágrafo único. O resultado da equivalência patrimonial, a provisão para o imposto de renda e as provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado poderão ser apropriados trimestralmente e as participações no lucro, a não ser quando pagas antecipadamente, apenas ao final do exercício social."( 11 )

Esta é uma norma básica a ser seguida na elaboração das demonstrações contábeis pela correção integral. Neste sistema, toda movimentação patrimonial do mês, como, por exemplo, entrada e saída de bens, mercadorias e serviços ( receitas, despesas, ganhos e perdas) na legislação societária, deve ser transformada em quantidade de BTN, pela paridade do BTN do mês e registrado em sua respectiva conta, na contabilidade em BTN.

Entretanto, se a escrituração não obedecer ao regime de competência mensal, o sistema de correção integral subavaliará os bens, receitas e despesas escrituradas com atraso e superavaliará os que foram registrados por antecipação. Além disso, os ganhos e perdas sobre os itens monetários do período entre o mês de competência e o mês de registro não serão evidenciados.

Daí a importância da fiel observância do regime de competência a nível mensal. Exceção feita ao resultado de equivalência patrimonial, a provisão para imposto de renda e as provisões para ajuste ao valor de mercado que podem ser apropriados trimestralmente, e as participações no lucro, no final do exercício social, a não ser quando pagas por antecipação.

Estas contas recebem tratamento especial, no que se refere ao regime de competência, porque os seus valores não ficam defasados com os efeitos da inflação, podendo assim, ser reconhecidos sem considerar a competência mensal. Estas receitas, despesas e provisões são calculadas com base no resultado ou avaliações patrimoniais, de modo que seus valores estão sempre atualizados e na moeda de poder aquisitivo do mês da demonstração do resultado.

## 2.1 - Atualização dos Componentes do Resultado

" Art.7º - Os elementos componentes do resultado do exercício serão convertidos para OTN conforme os critérios a seguir:

a) os elementos componentes do resultado, tais como vendas de bens ou serviços, deduções da receita bruta, custo dos produtos ou serviços vendidos, despesas administrativas, despesas com vendas, despesas e receitas financeiras, outras receitas e despesas operacionais, resultados não operacionais e outros deverão ser convertidos em quantidade de OTN, conforme o valor desta no mês de competência de tais elementos, como se a escrituração mercantil fosse mantida em OTN!" ( 12 )

Uma vez obedecido o regime de competência mensal, os valores das receitas e despesas apropriados mensalmente estão em moeda do mês, logo, a sua conversão pela paridade do BTN do mês, para fins de registro, é a mais adequada e correta.

O Sistema de Correção Integral tem a capacidade de eliminar, das receitas e despesas, toda parcela que não representa uma variação real o patrimônio. Desta forma, os saldos da correção monetária e das variações monetárias desaparecem, um vez que representam apenas variações nominais ocorridas sobre o patrimônio da empresa.

Da amostra estudada, 100% das empresas atualizaram os componentes do resultado a partir de sua data de formação ou aquisição.

## 2.2 - Correção de Estoques

Art.7º da Instrução CVM nº 64/87:

" b) no caso de estoques enquadrados dentro do prazo referido no § 3º do art. 4º desta instrução, será ainda adicionada ao custo dos produtos ou mercadorias vendidas de cada mês, apurado conforme letra a acima, a diferença entre a quantidade de OTN obtida pela divisão do valor em cruzados dos estoques do mês anterior pelo valor da OTN desse mês anterior e a quantidade obtida pela divisão do mesmo valor em cruzados desses estoques pela OTN do mês em questão; ou

c) no caso dos estoques enquadrados em prazo superior ao citado no § 3º do art. 4º, ao custo dos produtos ou mercadorias vendidos será adicionada a quantidade necessária de OTN para se obter o montante de OTN apurado nos controles ou cálculos auxiliares citados nos § 2º do art. 4º." ( 13 )

De acordo com a orientação da letra "b", as empresas, cujos estoques se renovam em período inferior a 90 (noventa) dias ou são de valor irrelevante, tratarão este item como se fosse monetário, sofrendo, assim, perdas em decorrência dos efeitos da inflação. Neste caso, os estoques permanecem com o mesmo valor, na contabilidade legal e na contabilidade pela correção integral. Assim sendo, o valor correspondente a perda nos estoques na virada do mês deve ser acrescido ao custo das mercadorias ou produtos vendidos. Este valor acrescido pode ser entendido como a correção dos estoques mais antigos já baixados em função de sua venda.

Segundo a Instrução, os estoques de valor relevante e com prazo de renovação superior a 90 (noventa) dias deveriam ser controlados em BTN, para que se pudessem conhecer as quantidades de OTNs apropriadas mês a mês e os seus respectivos saldos.

Alternativamente, a empresa poderá adotar um controle mais simples, admitindo-se o critério PEPS - primeiro a entrar, primeiro a sair - isto é, as primeiras unidades a entrar são as primeiras a sair do estoque. Assim, pode-se verificar as últimas

compras até igualar ao valor estocado, na contabilidade legal. Este valor estocado convertido para BTN, com base nas compras(e/ou consumo) e paridade de cada mês, corresponde ao estoque em BTN.

De posse do valor do estoque inicial e final, das compras e demais custos, em BTN, obtem-se o custo dos produtos ou mercadorias vendidos, na mesma moeda.

Com relação ao tratamento dado pelas empresas aos estoques, de uma amostra de 87(oitenta sete), obteve-se o seguinte resultado:

- 16,1% não possuíam estoques;
- 39,1% efetuaram a correção dos estoques, dando o tratamento de itens não monetários. Adicionando-se, assim, ao custo dos produtos ou mercadorias vendidos a quantidade de BTN necessária para se obter o montante de BTN apurado nos controles em BTN ou nos cálculos auxiliares, previstos na instrução 64.
- 44,8% não efetuaram a correção dos estoques, tratando-os como se fossem itens monetários. Neste caso, as perdas ou a não correção dos estoques foram adicionadas ao custo dos produtos ou mercadorias vendidos.

## 2.3 - Depreciação, Amortização, Exaustão e Bens Baixados do Ativo Permanente

Art. 7º da Instrução CVM nº64/87:

" e) as depreciações, amortizações e exaustões e ainda os bens baixados do ativo permanente pederão ter suas respectivas quantidades em OTN obtidas pelo Razão Auxiliar em OTN." ( 14 )

O controle das quantidades de BTN pelo Razão Auxiliar em BTN é um processo prático, seguro e de grande precisão, por isto, é muito superior ao processo de correção direta dos saldos das contas, também permitido pela legislação fiscal.

O resultado da pesquisa demonstra que todas empresas- 100% da amostra - efetuaram o controle da depreciação, amortização, exaustão e baixa de bens do ativo permanente, para fins da correção integral, pelo Razão Auxiliar em BTN.

#### 2.4 - Ganhos e Perdas nos Passivos e Ativos Monetários com Rendimentos e Encargos Financeiros

Art. 7º da Instrução CVM Nº64/87:

" f) os itens monetários gerarão ganhos ou perdas representados, em cada mês, pela diferença entre a quantidade em OTN obtida pela divisão do saldo do item monetário em cruzados no mês anterior pela OTN desse mês precedente e a quantidade em OTN obtida pela divisão da quele mesmo saldo em cruzados pela OTN do mês em questão.

g) as perdas relativas aos ativos monetários que gerarem receitas financeiras nominais, calculados conforme letra f acima, serão consideradas como redutoras das respectivas receitas financeiras nominais produzindo-se, como saldo líquido, as receitas financeiras reais.

h) os ganhos relativos aos passivos monetários que gerarem despesas financeiras nominais, calculadas como na letra f anterior, serão considerados como redutores das respectivas despesas financeiras nominais, produzindo-se, como saldo líquido, as despesas financeiras reais." ( 15 )

( 14 ) INSTRUÇÃO CVM Nº 64/87

( 15 ) Idem.

Observe-se que, na virada de cada mês, há uma redução real nos ativos e passivos monetários, em função da inflação do mês, representada pela variação entre o BTN do mês e o BTN do mês imediatamente subsequente. Após a virada, os valores destes elementos patrimoniais representam uma quantidade menor de BTN, em decorrência do seu novo valor. Esta diferença corresponde a perda inflacionária do item ou do cruzado em relação o BTN.

O reconhecimento desta perda está sendo feito na passagem do mês, porque o regime de competência adotado foi o mensal, mas, se se viesse adotar a competência diária, teríamos que usar o BTN-fiscal, o que possibilitaria o reconhecimento das perdas e ganhos dos ativos e passivos diariamente.

O sistema de correção integral tem a capacidade de produzir e demonstrar as receitas e despesas financeiras bem próximas de seus valores reais. Um maior precisão só seria obtida a través de um controle diário em BTN-fiscal das operações financeiras (open market, overnight, etc.), com rendimentos e encargos. Este método possibilita, ainda, a eliminação das variações nominais nas receitas e despesas financeiras, apresentando somente os ganhos ou os encargos financeiros reais.

Segundo BENTO e BENTO:

*" Os ativos provocam perdas para as empresas, enquanto os passivos trazem ganhos e estes resultados inflacionários são verdadeiros, uma vez que refletem uma variação real, e não simplesmente nominais, dos elementos patrimoniais." ( 16 )*

---

( 16 ) BENTO, Salvador A. et BENTO, Rogério A. "Demonstrações Financeiras com Correção Integral", São Paulo, Atlas, 1987, p.43

O resultado demonstrou que 100% das empresas consideraram os ganhos do passivo e as perdas do ativo como redutores de suas respectivas despesas e receitas financeiras.

## 2.5 - Ganhos e Perdas nos Passivos e Ativos Monetários Sem Rendimentos e Encargos Financeiros

Art.7º da Instrução CVM Nº64/87:

*" i) as perdas e os ganhos sobre os demais itens monetários, com exceção da provisão para imposto de renda e as participações constituídas durante o exercício social sobre o lucro em formação, serão calculados como em f e considerados em conta específica do resultado operacional sob a titulação de "Ganhos (ou Perdas) nos Passivos (ou Ativos) Monetários Sem Encargos (ou Rendimentos) Financeiros", ou semelhante, com evidenciação de seus componentes importantes." ( 17 )*

Os resultados dos efeitos da inflação sobre os itens monetários, sem rendimentos e encargos, são apresentados em contas específicas na Demonstração de Resultado. Como por exemplo: as perdas nas disponibilidades podem ser apresentadas na conta "Caixa e Bancos" ou "Disponibilidades". As perdas em duplicatas a receber podem ser apresentadas na conta "Clientes" ou "Títulos a Receber", etc.

Estas informações são de grande importância para a administração, que poderá utilizá-las para avaliar a sua política de crédito a clientes, a administração dos recursos financeiros disponíveis e a consequência dessas perdas no resultado operacional da empresa.



O resultado da pesquisa demonstrou que 100% das empresas consideraram esses ganhos e perdas sobre os passivos e ativos monetários sem rendimentos e encargos financeiros no resultado operacional. Evidenciaram, também, os referidos efeitos de forma analítica nas Notas Explicativas.

## 2.6 - Equivalência Patrimonial

Art.7º da Instrução CVM Nº64/87:

*" j) os resultados de equivalência patrimonial serão ajustados à quantidade de OTN obtida pela divisão do resultado em cruzados do exercício social (ou do semestre e a companhia for tributada com esta periodicidade) pelo valor da OTN no encerramento do exercício (ou do semestre), ou obtida diretamente do Razão Auxiliar em OTN" (18)*

Em linhas gerais, a norma permite o ajuste do resultado da equivalência patrimonial por 02(dois) processos: o primeiro, , consiste na conversão do resultado em cruzados em BTN, pela paridade do mês de encerramento do exercício. O segundo, é obter a quantidade de BTN diretamente do Razão Auxiliar.

Estes procedimentos evitam que a empresa faça cálculos e ajustes incorretos, quando da conversão dos resultados da equivalência para BTN, no sistema de correção integral.

Dos casos estudados, 37,9% das empresas são controladoras, que avaliam seus investimentos pelo método da "equity". Den

---

( 18 ) INSTRUÇÃO CVM Nº64/87.

tre estas, 60,6% obtiveram o resultado diretamente do Razão Auxiliar em BTN. As demais, correspondente a 39,4%, pela divisão do resultado em cruzados, na data do balanço, pela paridade do BTN do mês.

## 2.7 - Imposto de Renda e Participações em Balanços Intermediários

Art.7º da Instrução CVM Nº64/87:

" l) o imposto de renda apropriado ao resultado e as participações sobre o lucro do período serão ajustados à quantidade de OTN obtida pela divisão do seu valor em cruzados, pela OTN do encerramento do exercício, com se fossem contabilizados, na escrituração mercantil, somente nessa data. Esse ajuste será feito mediante consideração, como retificação desses elementos ( imposto e participações ), dos ganhos derivados dos passivos apresentados pelas provisões constituídas para esse fim durante o exercício social. No caso de incidência de imposto de renda em balanço intermediário, ou no caso de participações pagas por antecipação durante o exercício social, deverão esses valores ser mantidos, na demonstração complementar do resultado, pela conversão à base da OTN do mês em que houver tal apropriação ( mês do balanço intermediário em que se apurou o imposto e o mês do pagamento da participação. " ( 19 )

Observe-se que, tanto a provisão para imposto de renda como as participações sobre o lucro do período são apurados a partir do resultado do exercício. Como este resultado está sempre em moeda do final do período, aqueles valores também estarão. Por isto, o cálculo correto é tomar sempre o valor acumulado até um determinado mês e dividi-lo pelo BTN desse mês.

Por esta razão é que a Instrução 64 permite a apropriação da provisão para imposto de renda trimestralmente. O mesmo já não pode acontecer com as demais receitas e despesas, como, por exemplo, as receitas de vendas, financeiras ou despesas de vendas, administrativas, financeiras, etc., que devem ser convertidas mensalmente em BTN ( o movimento do mês), de tal forma a se ter no final do período ou exercício, um valor acumulado correto.

Dos casos estudados, 5,7% das empresas elaboraram Balanços Intermediários, por força de legislação específica ( Instituições Financeiras). Todas elas mantiveram as provisões para Imposto de Renda em BTN, obtidas a partir da conversão à base do BTN do mês do Balanço Intermediário.

Destas empresas, 4,6% pagaram participações no lucro por antecipação, que foram também mantidas em BTN, para efeito da Demonstração Complementar de Resultado.

## 2.8 - Conciliação e Evidenciação da Diferença entre os Lucros Líquidos

Art.7º da Instrução CVM Nº64/87:

*" Parágrafo Único: A diferença eventualmente existente entre o lucro líquido apurado na escrituração mercantil e o apurado nos termos desta Instrução será conciliada e evidenciada." ( 20 )*

Esta diferença é uma consequência direta das correções dos itens não monetários fora do Ativo Permanente e Patrimônio Líquido e dos ajustes a valor presente dos itens monetários prefixados, sem que os mesmos tenham sido feitos na Contabilidade pela Legislação Societária.

Destaca-se que os ajustes de exercícios anteriores também provocam alterações no resultado do exercício sendo encerra-do.

Da amostra em estudo, 39,1% das empresas apuraram lucros líquidos diferentes, sendo que 37,9% conciliaram a diferença e fizeram a evidenciação em Notas Explicativas. Entretanto, 1,2% não conciliou e nem evidenciou a diferença em Notas Explicativas.

### 3 - DEMONSTRAÇÃO COMPLEMENTAR DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Art.8º da Instrução CVM Nº 64/87:

*"Art.8º - A demonstração complementar das origens e aplicações de recursos será convertida para OTN conforme os critérios a seguir:*

*a) os recursos gerados pelas operações serão obtidos pela soma algébrica, em quantidade de OTN, no lucro líquido calculado conforme o artigo anterior com os elementos componentes do resultado complementar que não tenham produzido alteração no capital circulante líquido.*

*b) os demais recursos obtidos, quer dos sócios, quer de terceiros, serão convertidos pela OTN do mês de competência em que tenham sido registrados na escrituração mercantil.*

c) as aplicações de recursos também serão convertidos pela OTN do mês em que tenham sido contabilizadas na escrituração mercantil, inclusive os dividendos intermediários ou relativos a exercícios anteriores.

d) os valores relativos ao capital circulante líquido do exercício anterior serão convertidos à quantidade de OTN constante do balanço complementar desse exercício precedente." ( 21 )

A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos é uma das peças contábeis que mais ganha em qualidade com a correção integral. A DOAR pela Legislação Societária é composta por valores expressos nas suas moedas originais, sem qualquer ajuste inflacionário, o que impossibilita a análise da evolução real de seus números.

Na segunda parte desta pesquisa há muitos casos de empresas que apresentam variação do capital circulante líquido positiva, pela DOAR Legal, enquanto que, pela Correção Integral, a variação é negativa. O contrário também se verifica, mas o que deve ser considerado é o resultado pela correção integral, que são informações inquestionavelmente superiores às geradas pelo sistema legal.

Segundo BENTO e BENTO:

" O que surge de novidade nesse processo são os valores de ganhos e perdas com a inflação sobre o passivo exigível a longo prazo e realizável a longo prazo, respectivamente. A outra diferença, que é a alteração fundamental, é o uso de uma moeda forte para medir todos os valores, em OTN." ( 22 )

Para que o sistema de correção integral possa medir e apresentar seus valores em uma moeda forte ou de poder aquisitivo constan

( 21 ) INSTRUÇÃO CVM Nº64/87

( 22 ) op. cit., p.48

te na DOAR, é preciso que toda movimentação de valores não circulantes seja controlada em BTN. Assim, os acréscimos do ativo realizável a longo prazo e ativo permanente, e os decréscimos do passivo exigível a longo prazo e patrimônio líquido, inclusive os dividendos, devem ser convertidos para BTN na paridade do mês em que foram registrados na escrituração mercantil.

Quanto aos valores relativos ao capital circulante líquido do exercício anterior, os saldos de balanço de ativos e passivos circulantes, depois de ajustados, serão convertidos para BTN, obedecendo aos seguintes critérios da Instrução CVM nº64/87:

- a) ativos e passivos monetários e não monetários de valores irrelevantes.

Estes itens serão convertidos para BTN na paridade da data da elaboração do balanço.

- b) ativos e passivos não monetários de valores relevantes.

Estes itens serão convertidos para BTN na paridade do BTN do mês de sua formação ou aquisição.

Segundo TREVISAN:

" para elaborar a DOAR em moeda constante, deve-se, em primeiro lugar, atualizar o capital circulante do exercício corrente. Em seguida, deve-se converter o ativo circulante e o passivo circulante do ano anterior de cruzados para a quantidade de OTN daquele ano, que será multiplicada pelo valor da OTN do mês do balanço do ano em curso. Cotejando-se o capital circulante do ano anterior atualizado com o apurado em moeda constante do ano em curso, obtém-se a variação (

*aumento ou redução) do capital circulante produzida no exercício corrente em moeda constante." ( 23 )*

Para o primeiro ano de aplicação do método da correção integral, a Instrução CVM Nº64 abre uma exceção, exigindo apenas que, os saldos de balanço do exercício anterior sejam convertidos em BTN na paridade do mês de encerramento desse mesmo exercício. Mas, caso a empresa tenha efetuado ajustes nos itens monetários e/ou correção dos não monetários, deverá então tomar o novo balanço após os referidos ajustes( balanço de abertura) para apurar a variação do capital circulante líquido do período.

Da amostra estudada, 94,3% das empresas elaboraram a DOAR pelo sistema da correção integral. As outras, correspondente a 5,7%, não divulgaram, por estarem dispensadas pela própria Instrução ( Instituições Financeiras).

#### 4 - DEMONSTRAÇÃO COMPLEMENTAR DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art.9º da Instrução CVM Nº64/87:

*" Art.9º - A demonstração complementar das mutações do patrimônio líquido será elaborada de maneira consistente com o contido nesta instrução, inclusive quanto aos dividendos intermediários ou relativos a exercícios anteriores.*

*Parágrafo Único: Os ajustes de exercícios anteriores serão conver tidos em OTN pelo valor desta no mês de encerramento do último exercício social, independetemente de a que mês ou exercício per*

( 23 ) TREVISAN & ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES - Demonstrações Financeiras em Moeda Constante, São Paulo, Atlas, 1988, p.61

*tença o item sendo ajustado".( 24 )*

Na elaboração da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido devem ser obedecidos os mesmos critérios de conversão das transações que movimentam o Patrimônio Líquido, isto é, conversão em BTN de todas transações, no BTN do mês do registro ou escrituração na contabilidade mercantil.

A única exceção feita, é a conversão dos ajustes de exerccícios anteriores, que deve ser realizada pelo BTN da data do balanço anterior.

A elaboração dessa demonstração não é difícil, tendo em vista a existência do controle desse grupo de contas no Razão Auxiliar em BTN na contabilidade pela legislação societária.

Da amostra estudada, obtiveram-se os seguintes resultados:

- 100% das empresas elaboraram a "DMPL" pela Correção Integral;
- 39,1% das empresas fizeram ajustes de exerccícios anteriores, utilizando, sempre, o BTN do mês do último balanço;
- 5,7% das empresas pagaram dividendos intermediários, que foram mantidos em BTN para fins das demonstrações complementares.



Destaca-se que uma empresa (1,2%) com dividendos intermediários, os considerou, devidamente corrigidos, para fins de pagamento dos dividendos do 2º semestre, enquanto que as demais se limitaram a cumprir a legislação em vigor.

## 5 - NOTAS EXPLICATIVAS E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Art.10 da Instrução CVM Nº64/87:

*" Art.10 - As notas explicativas conterão informações quanto aos critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis complementares; as evidenciações e os destaques requeridos por esta Instrução poderão ser feitos no corpo ou em notas de rodapé das demonstrações complementares, em notas explicativas ou em quadros auxiliares.*

*§ 1º - Todos os valores contidos nas notas explicativas das demonstrações financeiras previstas pela Lei 6404/76 e legislação complementar serão acompanhadas dos respectivos valores plenamente corrigidos conforme esta instrução.*

*§ 2º - Aplica-se o disposto no parágrafo anterior ao relatório da administração, que poderá, alternativamente, basear-se nos valores integralmente corrigidos." ( 25 )*

As Notas Explicativas devem conter os critérios utilizados pela empresa na elaboração das demonstrações complementares, ou seja, como foram tratados os itens monetários e não monetários; os ajustes de exercícios anteriores, os ajustes dos itens não monetários ao valor de mercado, quando for o caso; a conciliação e evidenciação da diferença entre o lucro líquido gerado pela correção integral e método legal, enfim, todos os destaques requeridos pela presente instrução.

Além dos critérios empregados na elaboração das demonstrações complementares, a empresa deverá utilizar também nas Notas Explicativas valores gerados pelo método legal e pelo método da correção integral (plenamente corrigidos). Entretanto, para fins da elaboração do Relatório da Administração, poderá basear-se apenas nos valores integralmente corrigidos, mas nunca só nos valores históricos ou originais.

Esta medida visa, primordialmente, eliminar a divulgação de informações imprecisas, que possam criar imagem falsa do desempenho das empresas.

Da amostra estudada, obtiveram-se os seguintes resultados:

- 100% das empresas divulgaram os critérios utilizados na elaboração das demonstrações complementares;
- 85% das empresas elaboraram as NOTAS EXPLICATIVAS baseando-se em valores pela legislação e correção integral,
- 1% das empresas elaboraram as NOTAS EXPLICATIVAS baseando-se única e exclusivamente nos valores históricos ou originais;
- 58,6% das empresas elaboraram os Relatórios da Administração baseando-se em valores plenamente corrigidos;
- 33,3% das empresas elaboraram os Relatórios da Administração utilizando-se somente de valores históricos;
- 8,1% das empresas elaboraram os Relatórios de Administração baseando-se em valores em outras moedas ou outros sistemas de medidas, como, por exemplo, dólar, BTN, toneladas, etc.

## 6 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.119 da Instrução CVM Nº64/87:

*"Art.11 - Após as conversões para quantidades de OTN efetuadas na forma dos artigos anteriores, todos os elementos de todas as demonstrações contábeis complementares (do exercício social em encerramento e do exercício anterior) serão transformados em cruzados pela paridade da OTN no último mês do exercício social em encerramento."* ( 26 )

O BTN é usada como moeda homogenizadora dos cruzados em diversos poderes aquisitivos, formando-se assim, uma base de dados que se transformados em cruzados, tem-se cruzados com o mesmo poder aquisitivo.

A divulgação das demonstrações contábeis na moeda nacional "Cruzado",\* permite uma melhor compreensão por parte dos usuários.

*"Art.12 - Os valores constantes das demonstrações complementares elaboradas conforme esta Instrução serão apresentados ao lado dos obtidos da escrituração mercantil da companhia, com o aproveitamento possível de terminologia única para ambos, para efeito de maior clareza, entendimento e análise.*

*Parágrafo Único: As colunas relativas à correção integral do exercício anterior e em encerramento serão devidamente identificadas, com destaque para o fato de se referirem à moeda de capacidade aquisitiva do encerramento do exercício social."* ( 27 )

Estas orientações são de suma importância para o usuário da informação contábil, uma vez que estas demonstrações assumiram uma forma mais ou menos padronizada, facilitando a lei

---

( 26 ) INSTRUÇÃO CVM Nº64/87

( 27 ) Idem.

( \* ) A moeda nacional atualmente é o Cruzado Novo, instituída pelo Plano Verão, em Janeiro de 1989.

tura e o entendimento do conteúdo, que são necessários a uma análise mais profunda.

Obtiveram-se, da amostra estudada, os seguintes resultados:

- 60,9% das empresas apresentaram um único balanço patrimonial para Legislação Societária e Correção Integral;
- 39,1% das empresas apresentaram o Balanço Patrimonial e demais demonstrações complementares ao lado das demonstrações contábeis da Legislação Societária;
- 29,8% das empresas destacaram o fato de se referirem à moeda de capacidade aquisitiva do encerramento do exercício, nas colunas relativas à correção integral;
- 70,1% das empresas não fizeram menção ao fato das demonstrações complementares se referirem à moeda de poder aquisitivo da data do balanço.

#### 6.1 - AUDITORES INDEPENDENTES

Art.14 da Instrução CVM Nº64/87:

*"Art.14 - As demonstrações complementares serão objeto de parecer dos auditores independentes."* ( 28 )

De acordo com esta norma, todas demonstrações complementares serão examinadas pelo Auditor Independente, que deverá exprimir no relatório de auditoria sua opinião sobre a posição financeira da empresa.

Da amostra estudada, 100% das demonstrações contábeis foram examinadas pelos auditores independentes, que emitiram opiniões favoráveis a respeito da adequação das Demonstrações Contábeis Complementares ou pela Correção Integral.

O que não se concebe é que os auditores emitiram pareceres com opiniões favoráveis também para as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a Legislação Societária. Omitindo, inclusive, o fato destas demonstrações não refletirem a realidade da empresa. Constituindo-se, assim, uma contradição.

#### IV.3 - ANÁLISE COMPARATIVA DAS INFORMAÇÕES GERADAS PELOS SISTEMAS LEGAL E INTEGRAL ( SEGUNDA ETAPA DA PESQUISA )

Modernamente, a contabilidade tem ampliado seus objetivos, não se atendo exclusivamente aos registros dos fatos e controles dos elementos patrimoniais, exigidos pelos proprietários e o fisco. Atualmente, com os elevados índices inflacionários, a contabilidade está enfrentando o desafio de encontrar a melhor forma de avaliar os bens, direitos e obrigações - reconhecendo o efeito da inflação sobre eles e divulgando-os de uma maneira mais adequada possível - de forma que possa atender aos mais diversos interesses, sejam da administração ou de seus usuários.

A metodologia da correção integral, introduzida pela CVM, na elaboração e divulgação das demonstrações Contábeis, reflete o esforço conjunto dessa comissão e da classe contábil brasileira, em prol de uma avaliação justa e uma evidenciação adequada. E, com relação a este método, MARTINS<sup>( 29 )</sup> afirma que ele pode ser utilizado sem acarretar alterações na estrutura atual dos princípios Contábeis.

(29 ) MARTINS, Eliseu. Correção Integral de Balanços- Price -Leval Accounting, REvista CVM ,RJ,v.3,nº7,jan/jun-1985.

Os benefícios, tais como a avaliação de todos ativos em uma única moeda, mesmo os referentes a outros períodos e a mensuração do efeitos inflacionários sobre os itens monetários diretamente expostos à inflação, puderam ser constatados nesta pesquisa, em todas demonstrações, de resultado, de mutações do patrimônio líquido, de origens e aplicações de recursos e naqueles balanços patrimoniais que tiveram algum tipo de reajuste de corrente do método. Assim, a metodologia da correção integral apresentou-se exeqüível e gerou informações altamente relevantes para uma análise apropriada das situações econômico - financeira das empresas.

#### IV.3.1 - OS BALANÇOS DE 1987

Antes de se iniciar a apresentação da análise dos resultados, desta segunda etapa da pesquisa, é necessário que se faça um comentário sobre os balanços de 1987, por ser o primeiro exercício social em que se aplica a correção integral, de acordo com as normas da Instrução CVM nº64/87.

Existe uma situação atípica, criada pelas alternativas de tratamento, que o normativo acima admite para o primeiro ano de sua vigência.

Assim, os pontos a serem ressaltados são:

---

( ) SZUSTER, Natan. O efeito da inflação na evidenciação contábil - comentários e sugestões quanto à demonstração de resultado. Temática Contábil e Balanços, Boletim IOB nº4/86, p.37

- não há nenhuma obrigatoriedade de as demonstrações contábeis de 1987 virem acompanhadas das demonstrações de 1986 também corrigidas. Este fato, por si só, já é uma grande limitação que se tem para uma análise de evolução ou tendência.

- há um leque de alternativas de tratamento para o ano de 1987, o que leva à necessidade de muito cuidado quando da comparação de demonstrações contábeis elaboradas com critérios diferentes. Por exemplo:

- a) os estoques não foram obrigados a sofrer correção monetária neste ano, mesmo com rotação superior a 03 (três) meses. Entretanto, muitas empresas efetuaram a referida correção voluntariamente. Algumas só corrigiram os estoques com mais de 90 (noventa) dias, outras corrigiram todo o estoque, independentemente do prazo de permanência;
- b) com os itens não monetários aconteceu o mesmo, algumas empresas efetuaram a correção e outras não.
- c) o ajuste a valor presente dos itens monetários prefixados não foi realizado pela maioria das empresas, ou por opção ou porque não possuíam os referidos itens. Já algumas empresas efetuaram o ajuste dos direitos e obrigações, com prazo superior a 90 (noventa) dias, e os evidenciaram em Notas Explicativas. Outras deixaram de fazê-lo, e não informaram o quanto seria o referido ajuste se o fizesse. Há empresas que até corrigiram tudo, sem levar em conta os prazos.

- d) as empresas que não efetuaram nenhum tipo de ajuste apresentaram um único balanço pela Legislação e pe la Correção Integral. Neste caso, a análise compara tiva do Balanço Patrimonial fica prejudicada, tendo em vista ser os mesmos balanços - não há o que com- parar, quando iguais.
- e) existem empresas que efetuaram a correção de itens não monetários ( estoques, adiantamentos, etc.) e ajustes a valor presente de monetários( direitos e obrigações), mas deixaram de ajustar os balanços de abertura do ano de 1987. Algumas empresas referiri ram ao fato - dizendo ser imaterial o ajuste - e ou tras não fizeram nenhuma menção.
- f) não há também obrigatoriedade de correção integral para as demonstrações consolidadas.

Diante do exposto, observa-se que nesta fase inicial de aplicação do método da correção integral, exigem-se precauções quan do se faz uma análise, tendo em vista a heterogeneidade de trata - mento que há entre as empresas em estudo.

Mas, segundo MARTINS:

*"... mesmo com tais restrições, é muito melhor o conjunto de demons trações com correção integral que o da legislação societária na fã se atual( pelas altas taxas inflacionárias)."( 30 )*



Procurando reduzir os efeitos das limitações contidas nas demonstrações contábeis de 1987, procedeu-se a vários ajustes contábeis, que possibilitaram o desenvolvimento desta pesquisa, cujos resultados estão apresentados a seguir, numa a abordagem analítica.

#### IV.3.2 - DOS RESULTADOS - UMA ABORDAGEM ANALÍTICA

Comparando-se os resultados obtidos nas análises efetuadas com as informações geradas pelo Método Legal e pelo Método da Correção Integral, obteve-se o seguinte:

##### IV.3.2.1 - Balanço Patrimonial Complementar e Legal - ( Anexo nº 2)

###### a) Situação de Liquidez

- 62,1% das empresas mantiveram a mesma situação de liquidez;
- 10,3% das empresas pioraram a liquidez;
- 27,6% melhoraram a liquidez com a introdução da correção integral.

###### b) Situação de Endividamento

- 62,1% das empresas mantiveram a mesma situação de endividamento;

- 8,0% das empresas aumentaram o endividamento;
- 29,9% reduziram o endividamento pela correção integral.

c) Grau de Imobilização

- 60,9% das empresas mantiveram o mesmo grau de imobilização;
- 4,6% das empresas aumentaram o grau de imobilização;
- 34,5% reduziram o grau de imobilização pela Correção integral.

d) Fator de Insolvência de Kanitz

- 96,5% das empresas se enquadraram na área de "solvencia" do Termômetro de Kanitz, sendo que 60,9% com fatores iguais, 16,1% com fatores maiores e 19,5% com fatores menores pela correção integral, em relação aos da Legislação Societária;
- 3,5% das empresas enquadraram-se na região de "penumbra", sendo que 2,3% com fatores iguais e 1,2% com fatores menores (negativos), pela Correção Integral em relação aos da Legislação Societária.

Com relação aos balanços de 1987, já foi dito anteriormente, mas vale a pena ressaltar que existe uma situação atípica, a normal, tendo em vista o leque de alternativas criado pela própria Instrução CVMNº 64/87.

Assim, 60,9% das empresas, mesmo atendendo as instruções do normativo acima, deixaram de efetuar qualquer ajuste nos itens monetários e não monetários. Essa não correção destes itens, amortece o impacto que a correção integral teria sobre as informações da Legislação Societária.

Mesmo assim, o resultado foi surpreendente, no que se refere à melhoria da qualidade das informações geradas pelo método da correção integral, entre aquelas empresas que efetuaram algum tipo de ajuste nos itens do Balanço Patrimonial.

Observe-se que:

- 27,6% das empresas melhoraram a situação de liquidez com a correção integral. Por outro lado, 10,3% tiveram a liquidez reduzida, não por deficiência do método, mas por retratar a realidade da situação financeira dessas empresas;
- 29,9% das empresas melhoraram a relação de endividamento pela correção integral. 8,0% tiveram o endividamento aumento, retratando a real situação dessas empresas.
- Com relação ao Fator de Solvência, 16,1% das empresas obtiveram fatores maiores e 19,5% obtiveram fatores menores pela correção integral, mas todos estes dentro da área de "solvência". Na área de "penumbra", uma empresa (1,2%) obteve fator menor (negativo) pela correção integral em relação ao método legal.

Estes resultados estão relacionados com aquelas empresas que efetuaram algum tipo de ajustes nos elementos patrimoniais, como estoques, adiantamentos a clientes e de clientes, despesas diferidas, fornecedores, clientes, etc.

Nos casos em que não houve ajustes de itens monetários e não monetários, os índices encontrados de liquidez, endividamento e imobilização, são absolutamente os mesmos pelos dois sistemas contábeis.

Entretanto, quando há correção de estoques, haverá aumento do ativo circulante e, conseqüentemente, melhoria do índice de liquidez corrente e geral. A liquidez seca não se altera em decorrência de sua fórmula: 
$$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Os ajustes a valor presente dos itens monetários ativos reduzem a liquidez, porque diminuem o ativo circulante, mas, por outro lado, os ajustes no passivo monetários aumentam a liquidez, em função da redução das obrigações.

Segundo MARTINS:

*"... o efeito conjunto de todas essas correções e ajustes a valor presente tanto poderá melhorar como piorar os índices tradicionais de liquidez. E, é lógico, os da correção integral serão os mais realistas por estarem trabalhando, quando ajustados a aqueles itens, com valores em moeda mais confiável."* ( 31 )

A partir dos resultados já apresentados, infere-se que os ajustes nos itens monetários e a correção dos não monetários , têm repercussão direta na liquidez, no endividamento e na relação de imobilização do capital próprio.

#### IV.3.2.2 - Demonstração de Resultado - Complementar e Legal (Anexos nº 3 e 4)

Apresentam-se a seguir alguns resultados obtidos a partir das demonstrações de resultados:

##### a) - Margem Operacional

- A margem operacional obtida pela legislação brasileira é igual ao quociente da divisão lucro operacional (depois das despesas financeiras) pela receita líquida.

##### - Margem Operacional Positiva

- 54,0% das empresas analisadas apresentaram margens positivas pelos dois métodos, 41,4% delas com percentuais menores e 12,6% com percentuais maiores pela Correção Integral.

##### - Margem Operacional Negativa

- 19,5% das empresas em estudo apresentaram margens negativas pelos dois métodos, mas 13,8% delas com percentuais menores e 5,7% com percentuais maiores pela Correção Integral.

- Margem Operacional Positiva/Negativa

- Apresentam-se aqui informações bastante divergentes , mas de um valor extraordinário, não só para fins gerenciais, mas , também, para alertar o profissional de contabilidade que ainda resiste às inovações e ao aprimoramento das técnicas de ajustamento contábeis.

- 11,5% das empresas apresentaram margem positiva pela correção integral e negativa pela legislação societária.

- 15,0% apresentaram margem negativa pela correção inte - ral e positiva pela legislação societária.

Estes resultados constituem um amostra bastante concreta da superioridade das informações geradas pelo método da correção integral.

Na realidade, o estudo não visa conhecer a situação econô mica ou financeira das empresas, mas, sim, identificar as divergên - cias de informações que podem ocorrer quando não se usa uma moeda forte ou constante nas demonstrações contábeis.

b) - Margem Líquida

- A margem líquida é obtida pela divisão do Lucro Líquido do período pela Receita Líquida.

- Margem Líquida Positiva

- 64,4% das empresas apresentaram margens positivas , mas, a saber:

- 1,2% com margens iguais;
- 9,2% com margens maiores pela correção integral; e
- 54,0% com margens menores pela correção integral.

- Margem Líquida Negativa

- 31,1% das empresas apresentaram margens negativas, a sa

ber:

- 1,2% com margens maiores pela correção integral;
- 29,9% com margens menores pela correção integral;

- Margem Líquida Positiva/Negativa

- 4,5% das empresas apresentaram margens positivas pela correção integral e negativas pela legislação societária.

Estas informações complementares são de grande relevância para o administrador na condução dos negócios da empresa. Elas são imprescindíveis no momento e continuarão sendo até que a legislação brasileira incorpore uma metodologia de reconhecimento dos efeitos inflacionários capaz de atender às necessidades informativas exigidas pela alta direção e pelo mercado de capitais.

c) - Lucro Líquido

- 63,2% das empresas obtiveram lucro pelos dois métodos, sendo que 44,8% com lucros iguais, 16,1% com lucros maiores e 2,3 % com lucros menores pela correção integral;

- 32,2% das empresas obtiveram prejuízos pelos dois métodos, sendo que 16,1% com prejuízos iguais, 14,9% com prejuízos menores e 1,2% com prejuízo maior pela correção integral.

- 4,6% das empresas obtiveram lucro pela correção integral e prejuízos pela legislação societária.

Nesta fase analisou-se exclusivamente o lucro líquido, a margem operacional e a margem líquida; os componentes de resultado foram objeto de análise numa etapa posterior. Pode-se observar, a partir dos resultados acima apresentados, que o percentual de empresas (60,9%), que não efetuaram nenhum tipo de ajuste nos elementos patrimoniais corresponde exatamente ao somatório de 44,8% (empresas com lucros iguais) com 16,1% (empresas com prejuízos iguais).

Reforçando colocações anteriores, as diferenças verificadas no "LUCRO LÍQUIDO" das empresas decorrem da correção dos estoques e outros itens não monetários e aos ajustes a valor presente de itens monetários ativos e passivos, prefixados.

#### IV.3.2.3 - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Complementar e Legal ( Anexo nº 4 )

##### a) Patrimônio Líquido

- 66,6% das empresas apresentaram aumento real no patrimônio líquido, comparados com o de 1986. Destas, 44,8% possuíam "PL" iguais e 21,8% com "PL" diferentes, pelos dois métodos - legal e integral.
- 32,2% das empresas apresentaram redução real no patrimônio líquido, comparados com o de 1986. ( 16,1% com "PL"



iguais e 16,1% com PL diferentes). Entretanto, nominal - mente todas estas empresas apresentaram aumento do patrimônio líquido.

- 1,2% das empresas apresentou "PL" iguais ao de 1986' pela correção integral e evolução nominal.

As mutações ocorridas no Patrimônio Líquido dessas em presas decorrem de ingresso de recursos de acionistas e das operações.

A principal revelação desta pesquisa, com relação ao Patrimônio Líquido das empresas, é que, em 1987 quase 1/3 (um terço), ou seja 32,2% delas, sofreram perda patrimonial, o que é praticamente impossível ser detectado pelo método legal.

O método da correção integral aplicado à "DMPL" eleva, sem sombra de dúvidas, a qualidade das informações postas à disposição do usuário.

#### IV.3.2.4 - Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - Complementar e Legal (Anexo nº 4)

- 31,0% das empresas obtiveram aumento do CCL (Capital' Circulante Líquido) pelos dois métodos, sendo que, 8,0% com aumentos maiores e 23,0% com aumentos menores pela correção integral;

- 33,3% das empresas sofreram redução do CCL pelos dois métodos, sendo que 11,5% com reduções maiores e 21,8% ' com reduções menores pela correção integral;

- 26,4% das empresas tiveram redução do CCL pela correção integral e aumento pela legislação societária;

- 3,5% das empresas tiveram aumento do CCL pela correção integral e redução pela legislação societária.
- 5,8% das empresas não publicaram a DOAR pela correção integral (instituições financeiras).

Com base no resultado da pesquisa, pode-se afirmar , com toda certeza, que não houve nenhuma empresa com DOAR complementar igual à DOAR Legal. E este resultado é compreensível, uma vez que, na DOAR complementar os valores das origens e das aplicações se mantiveram numa mesma moeda, dando a idéia exata do fluxo de recursos durante o período. Entretanto, na DOAR Legal os valores das origens e aplicações permaneceram nominais, tendo como resultado um somatório de diversas moedas, que impossibilita qualquer análise mais profunda.

As divergências de informações detectadas no DOAR que merecem maior destaque são:

- 26,4% das empresas apresentaram aumento do CCL pela legislação, enquanto que, pela correção integral estas mesmas empresas apresentaram redução do CCL;
- E existe também o caso inverso, onde 3,5% das empresas apresentaram redução pela legislação, enquanto que na realidade tiveram aumento do CCL (Correção Integral).

A DOAR elaborada segundo a metodologia da correção integral tem um potencial informativo extraordinário, e que segundo

Prof. IUDÍCIBUS, pode ser resumido no seguinte:

"1 - conhecimento da política de inversões permanentes da empresa e fontes dos recursos correspondentes;

2 - constatação dos recursos gerados pelas operações próprias, ou seja, o lucro líquido do exercício ajustado pelos itens que o integram, mas não afetam o capital circulante líquido;

3 - verificação de como foram aplicados os recursos obtidos com os novos empréstimos a longo prazo;

4 - constatação de se e como está mantendo, reduzindo ou aumentando o seu capital circulante líquido;

5 - verificação da compatibilidade entre os dividendos e a posição financeira da empresa." ( 32 )

A DOAR pela Legislação Societária, no ambiente inflacionário, é de pouca ou nenhuma utilidade, tendo em vista os resultados da pesquisa, que se utilizados para fins gerenciais, ter-siam decisões bem diferentes daquelas tomadas com base nas informações da DOAR pela Correção Integral.

#### IV.2.2.5 - ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS ANOS DE 1986 e 1987 (Anexo nº5)

##### 1 - Ativo Circulante

###### a) Análise Vertical (Pela Correção Integral)

###### Pela Correção Integral

- 64,4% das empresas tiveram em 1987 os seus ativos

---

( 32 ) IUDÍCIBUS, Sérgio de et alii. "Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações", São Paulo, Atlas, 1986, p.440

circulantes reduzidos, comparados com os de 1986, em relação ao Ativo Total;

- 33,3% das empresas tiveram os ativos circulantes aumentados em 1987, comparados com os de 1986, em relação ao Ativo Total;

- 2,3% das empresas não publicaram os balanços de 1986, por isto não foram analisados.

#### Pela Legislação Societária

- 69,0% das empresas tiveram os ativos circulantes reduzidos em 1987, comparados com 1986, em relação ao Ativo Total;

- 28,7% das empresas tiveram os ativos circulantes aumentados em 1987, comparados com 1986, em relação ao Ativo Total;

- 2,3% das empresas não publicaram os balanços de 1986.

#### b - Análise Horizontal

#### Pela Correção Integral

- 54,0% das empresas sofreram redução real do ativo circulante em 1987, em relação a 1986.

- 43,7% das empresas tiveram aumento real do ativo circulante em 1987, comparado com 1986;
- 2,3% das empresas não publicaram os balanços de 1986.

#### Pela Legislação Societária

- 2,3% das empresas sofreram redução nominal do ativo circulante em 1987, comparado com 1986;
- 95,4% das empresas tiveram aumentos nominais do ativo circulante em 1987, comparado com o de 1986;
- 2,3% das empresas não publicaram os balanços de 1986.

Pela correção integral, observa-se que, em 1987, 64,4% das empresas sofreram redução real do ativo circulante, em relação ao ativo total, comparado com 1986. Pela legislação societária esse percentual sobe para 69,0%.

Pela análise horizontal, constata-se que 54,0% das empresas tiveram redução real do ativo circulante em 1987, tomando-se como base 1986. Esse percentual cai para 2,3% na legislação societária.

Por outro lado, observou-se também que, em 1987, 43,7% das empresas tiveram aumento real do ativo circulante, contra 95,4%

na legislação societária.

Nota-se por estas informações, que, em 1987, mais da metade das companhias abertas brasileiras, com ações negociadas em bolsa, sofreram redução do capital de giro, em função de uma política de inversões e/ou porque esses recursos foram consumidos nas operações, sem reposição de capital e sem lucro. Essas conclusões, entretanto, não poderiam ser obtidas somente com as informações geradas pelo método legal, que apresenta resultados bastante divergentes daqueles obtidos pelo método da correção integral.

## 2 - Estoques

### a) Análise Vertical

#### Pela Correção Integral

- 29,9% das empresas reduziram os estoques em 1987, comparados com 1986, em relação ao Ativo Total;
- 49,4% das empresas aumentaram os estoques em 1987, comparados com 1986, em relação ao Ativo Total;
- 2,3% das empresas mantiveram os mesmos níveis de estoques de 1986;
- 2,3% das empresas não publicaram os balanços de 1986.

- 16,1% das empresas não possuíam estoques.

#### Pela Legislação Societária

- 43,7% das empresas reduziram os estoques em 1987, comparados com 1986, em relação ao Ativo Total;
- 35,6% das empresas aumentaram os estoques em 1987, comparados com 1986, em relação ao Ativo Total;
- 2,3% das empresas mantiveram os estoques nos mesmos níveis de 1986;
- 2,3% não publicaram os balanços de 1986;
- 16,1% não possuíam estoques.

#### b) Análise Horizontal

##### Pela Correção Integral

- 33,3% das empresas sofreram redução real dos estoques em 1987, comparados com 1986;
- 47,1% das empresas aumentaram os estoques em 1987, comparados com 1986;
- 1,2% das empresas manteve os estoques nos mesmos níveis de 1986;

- 16,1% não possuíam estoques;
- 2,3% não publicaram os balanços de 1986.

#### Pela Legislação Societária

- 1,2% das empresas sofreu redução nominal nos estoques em 1987, comparados com 1986;
- 80,4% das empresas tiveram aumentos nominais nos estoques, comparados com 1986;
- 16,1% não possuíam estoques;
- 2,3% não publicaram os balanços de 1986.

Pela análise vertical, pode-se observar que em 1987 29,9% das empresas reduziram os estoques em relação ao Ativo Total, comparados com 1986. Esse percentual cresce para 43,7%, em termos nominais.

Tem-se também a situação inversa; 49,4% das empresas aumentaram a participação dos estoques em relação ao Ativo Total , contra 35,6% da legislação. Observou-se, também, que 2,3% mantiveram os estoques nos mesmos níveis do ano anterior, tanto na legisla-ção como na correção integral.

Pela análise horizontal, constatou-se que 33,3% das empresas sofreram redução real nos níveis de estoque, em 1987, com-



parados com 1986. O método legal só acusa 1,2% que sofreu redução nominal nos estoques.

Em contrapartida, 47,1% tiveram aumentos reais nos estoques, contra 80,4% nominais.

Com estas informações, pode-se inferir que a redução constatada no Ativo Circulante deve-se em grande parte a redução nos níveis de estoque. Torna-se praticamente impossível chegar a conclusões como esta, com dados gerados pelo método legal.

As divergências verificadas nos resultados obtidos pelos dois métodos, por si sós, excluem de utilização as informações apresentadas em valores nominais ou históricos.

### 3 - Ativo Permanente

#### a) Análise Vertical

##### Pela Correção Integral

- 32,2% das empresas reduziram o permanente em 1987, em relação ao Ativo Total, comparado com 1986;
- 65,5% das empresas aumentaram o permanente em 1987, em relação ao Ativo Total, comparado com 1986;
- 2,3% das empresas não publicaram os balanços de 1986.

Pela Legislação Societária

- 28,7% das empresas reduziram o permanente em relação ao Ativo Total, comparado com 1986;
- 69,0% das empresas aumentaram o permanente em relação ao Ativo Total, comparado com 1986;
- 2,3% das empresas não publicaram os balanços de 1986.

## b) Análise Horizontal

Pela Correção Integral

- 23,0% das empresas sofreram redução real do permanente em 1987, em relação a 1986;
- 74,7% das empresas tiveram aumento real do permanente em 1987, tomando-se como base 1986;
- 2,3% não publicaram os balanços de 1986.

Pela Legislação Societária

- 97,7% das empresas tiveram aumento nominal do permanente em 1987, tomando-se como base 1986;
- 2,3% não publicaram os balanços de 1986.

Pela análise vertical, 32,2% das empresas reduziram o permanente em 1987, tomando-se como base o Ativo Total. Na legislação esse percentual cai para 28,7%.

Por outro lado, 65,5% das empresas aumentaram a participação do permanente na estrutura patrimonial, em 1987, comparada com 1986, contra 69,0% da legislação societária.

Pela análise horizontal, 23,0% das empresas sofreram redução real do ativo permanente em 1987, e nenhuma empresa teve redução nominal. Em compensação, 74,7% das empresas tiveram aumentos reais no permanente, contra 97,7% de aumentos nominais.

Pela análise, na Legislação Societária, todas empresas tiveram aumentos no ativo permanente. Mas isto não é verdade, pois 23,0% sofreram reduções reais no permanente em 1987.

#### 4 - Imobilizado

##### a) Análise Vertical

##### Pela Correção Integral

- 67,8% das empresas, da amostra estudada, aumentaram o imobilizado em 1987, em relação ao Ativo Total, "comparado com 1986;
- 26,4% das empresas reduziram o imobilizado em 1987, em relação ao Ativo Total, comparado com 1986;
- 3,5% das empresas mantiveram o imobilizado nos mesmos níveis do ano anterior;

- 2,3% das empresas não publicaram os balanços de 1986.

#### Pela Legislação Societária

- 70,1% das empresas estudadas aumentaram o imobilizado em 1987, em relação ao Ativo Total, comparado com 1986;
- 23,0% das empresas diminuíram o imobilizado em 1987, em relação ao Ativo Total, comparado com 1986.
- 4,6% das empresas mantiveram o imobilizado nos mesmos níveis do ano anterior;
- 2,3% não publicaram os balanços de 1986.

#### b) Análise Horizontal

##### Pela Correção Integral

- 73,6% das empresas analisadas aumentaram (aumentos reais) o imobilizado em 1987, tomando-se como base 1986;
- 24,1% das empresas analisadas diminuíram (diminuição real) o imobilizado em 1987, tomando-se como base 1986;
- 2,3% não publicaram os balanços de 1986.

### Pela Legislação Societária

- 97,7% das empresas estudadas aumentaram ( aumento nominal) o imobilizado em 1987, tomando-se como base 1986;
- 2,3% não publicaram os balanços de 1986.

Pela análise vertical, tem-se que 67,8% das empresas aumentaram o imobilizado em 1987, tomando-se como base o ano de 1986, em relação ao Ativo Total. Na legislação este percentual sobe para 70,1%. Ao contrário destas, 26,4% diminuíram o imobiliza-do, contra 23,0% da legislação societária.

Pela análise horizontal, 73,6% das empresas tiveram au-mentos reais no imobilizado em 1987, contra 97,7% da legislação societária( aumentos nominais).

Pela legislação societária nenhuma empresa teve redução do imobilizado. Mas constatou-se que 24,1% sofreram reduções re-ais do imbolizado em 1987.

## 5 - Passivo Circulante

### a) Análise Vertical

#### Pela Correção Integral

- 47,1% das empresas reduziram o passivo circulante

em 1987, comparado com 1986, em relação ao Passivo Total;

- 50,6% das empresas aumentaram o passivo circulante em relação ao Passivo Total;
- 2,3% não publicaram os balanços de 1986.

#### Pela Legislação Societária

- 40,2% das empresas diminuíram o passivo circulante em 1987, comparado com 1986, em relação ao Passivo Total;
- 57,5% das empresas aumentaram o passivo circulante em 1987, comparados com 1986, em relação ao Passivo Total;
- 2,3% não publicaram os balanços de 1986.

#### b) Análise Horizontal

##### Pela Correção Integral

- 43,7% das empresas analisadas sofreram redução real do passivo circulante, tomando-se como base o ano de 1986;
- 54,0% das empresas aumentaram ( aumento real ) o

passivo circulante em 1987, tomando-se como base o ano de 1986;

- 2,3% não publicaram os balanços de 1986.

#### Pela Legislação Societária

- 97,7% das empresas tiveram aumentos nominais no passivo circulante em 1987, tomando-se como base o ano de 1986;

- 2,3% não publicaram os balanços de 1986.

Pela análise vertical, verificou-se que 47,1% das empresas reduziram o passivo circulante em 1987, em relação 1986, tomando-se sempre como base o Passivo Total. Este número cai para 40,2% na Legislação Societária.

Verificou-se também que 50,6% das empresas aumentaram o passivo circulante em 1987, em relação a 1986, tomando-se como base o Passivo Total. Este percentual aumenta para 57,5% pela Legislação Societária.

Pela análise horizontal, 54,0% das empresas sofreram aumentos reais do passivo circulante, contra 97,7% de aumentos nominais. Pela Legislação Societária nenhuma empresa teve redução do passivo circulante em 1987. Mas, pela Correção Integral 43,7% das empresas analisadas apresentaram reduções reais do passivo circulante.

Por estes resultados da correção integral, pode-se concluir, que 43,7% das companhias abertas brasileiras, promoveram uma redução de dívidas a curto prazo e/ou mudaram a política de endividamento, procurando obter recursos de longo prazo, com vista à uma maior flexibilidade financeira.

Vê-se que pelas informações obtidas pelo método legal não se pode empreender nenhuma análise mais profunda ou confiável da situação econômica e financeira de uma empresa. Isto porque o método não leva em consideração os decréscimos e os acréscimos patrimoniais provocados pelo processo degenerativo da moeda, que é a inflação.

## 6 - Patrimônio Líquido

### a) Análise Vertical

#### Pela Correção Integral

- 57,5% das empresas sofreram uma redução do "PL" em 1987, comparado com o Passivo Total, tomando-se como base o ano de 1986;
- 40,2% das empresas analisadas aumentaram o "PL" em 1987, comparado com o Passivo Total, tomando-se como base o ano de 1986;
- 2,3% não publicaram os balanços de 1986.



Pela Legislação Societária

- 59,8% das empresas reduziram a participação do "PL" em relação ao Passivo Total;
- 37,9% das empresas aumentaram a participação do "PL" em relação ao Passivo Total;
- 2,3% das empresas não publicaram os balanços do ano de 1986.

## b) Análise Horizontal

Pela Correção Integral

- 33,3% das empresas analisadas sofreram redução real do "PL" em 1987, comparado com 1986;
- 63,2% das empresas tiveram aumentos reais do "PL" em 1987, comparado com 1986;
- 2,3% não divulgaram os balanços de 1986.

Pela Legislação Societária

- 97,7% das empresas analisadas tiveram aumentos nominais no "PL" em 1987, comparado com 1986;
- 2,3% não divulgaram os balanços de 1986.

Pela análise vertical, 57,5% das empresas sofreram redução da participação do "PL" no Passivo Total, em 1987. Este percentual sobe para 59,8% na Legislação Societária.

Por outro lado, 40,2% das empresas aumentaram a participação do "PL" no Passivo Total, pela Correção Integral, contra 37,9% pela Legislação Societária.

Pela análise horizontal, 63,2% das empresas apresentaram evolução real do patrimônio líquido em 1987, enquanto que , pela legislação, todas apresentaram evolução nominal.

Assim, nenhuma empresa apresentou redução do "PL" pelo método legal, mas constatou-se pelo método integral que 33,3% das empresas analisadas sofreram reduções reais no patrimônio líquido.

#### IV.3.2.6 - ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DAS DEMONSTRA ÇÕES DE RESULTADOS DE 1986 E 1987

##### 1 - Receita Líquida

###### b) Análise Horizontal

###### Pela Correção Integral

- 60,9% das empresas em estudo sofreram redução da Receita Líquida em 1987, comparada com 1986;

- 35,7% Das empresas tiveram aumentos reais em 1987 na Receita Líquida, comparada com 1986;
- 3,4% não divulgaram o "DRE" de 1986. (\*)

#### Pela Legislação Societária

- 1,2% das empresas teve a Receita Líquida nominal reduzida em 1987;
- 95,4% das empresas tiveram as Receitas Líquidas nominais aumentadas em 1987;
- 3,4% não divulgaram as "DER" de 1986.

Não obstante 35,7% das empresas terem aumentado seu faturamento, o ano de 1987 caracterizou-se por uma queda parcial nas vendas, haja vista o elevado percentual de 60,9% de empresas que sofreram reduções reais em suas receitas líquidas.

## 2 - Custo das Mercadorias/Produtos e/ou Serviços Vendidos

### a - Análise Vertical

#### Pela Correção Integral

- 12,6% das empresas diminuíram os custos das Mercadorias/Produtos e/ou serviços vendidos em 1987, comparados com os de 1986, em relação à receita líquida;

---

(\*) DER = Demonstração de Resultado do Exercício

- 75,9% das empresas tiveram custos aumentados em 1987, comparados com 1986, em relação à Receita Líquida;
- 1,2% das empresas manteve esses custos ao mesmo nível do ano anterior;
- 6,9% das empresas não divulgaram esses custos de 1987;
- 3,4% não divulgaram as "DRE" de 1986.

#### Pela Legislação Societária

- 65,6% das empresas diminuíram os custos das mercadorias/Produtos e/ou Serviços Vendidos em 1987, comparados com os de 1986, em relação à receita líquida;
- 24,1% das empresas tiveram esses custos aumentados em 1987, em relação à receita líquida;
- 6,9% das empresas não divulgaram esses custos de 1987;
- 3,4% não publicaram as "DRE" de 1986.

#### b) Análise Horizontal

##### Pela Correção Integral

- 33,3% das empresas reduziram os custos com mercadorias/produtos e/ou serviços vendidos em 1987, com-

parados com os custos de 1986;

- 56,4% das empresas aumentaram esses custos em 1987, comparados com os de 1986;
- 6,9% das empresas não divulgaram esses custos de 1987;
- 3,4% não publicaram as "DRE" de 1986.

#### Pela Legislação Societária

- 89,7% das empresas aumentaram ( aumentos nominais) os custos com mercadorias/produtos e/ou serviços vendidos em 1987, comparados com os de 1986;
- 6,9% das empresas não divulgaram esses custos do ano de 1987;
- 3,4% não publicaram as "DRE" de 1986.

Pela análise vertical, 12,6% das empresas diminuíram os custos com mercadorias/produtos e/ou serviços vendidos em 1987, em relação à receita líquida, tomando-se como base 1986. Este número sobe para 65,6% na Legislação Societária.

Por outro lado, 75,7% das empresas tiveram aumentos reais nestes custos, contra 24,1% de aumentos nominais.

Pela análise horizontal, 56,4% das empresas aumentaram os seus custos em relação a 1986 (correção integral), enquanto que,

pela Legislação, todas empresas tiveram aumentos nominais.

Pela Legislação Societária, nenhuma empresa teve redução destes custos em 1987, mas, pela correção integral, apurou-se que 33,3% das empresas tiveram o montante do custo das mercadorias/produtos e/ou serviços vendidos diminuído em relação ao ano anterior.

### 3 - Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

#### a) Análise Vertical

##### Pela Correção Integral

- 44,8% das empresas analisadas apresentaram aumento nestas despesas em 1987, comparadas com 1986, em relação às Receitas Líquidas;
- 51,8% das empresas reduziram as despesas com vendas gerais e administrativas em 1987, comparadas com 1986, tomando-se como base as Receitas Líquidas;
- 3,4% das empresas não divulgaram as "DRE" de 1986.

##### Pela Legislação Societária

- 49,4% das empresas apresentaram aumento nestas despesas em 1987, comparadas com 1986, em relação às Receitas Líquidas;

- 46,0% das empresas reduziram estas despesas em 1987, comparadas com 1986, em relação às Receitas Líquidas;
- 1,2% das empresas manteve os mesmos níveis de despesas do ano anterior;
- 3,4% não divulgaram as "DRE" de 1986.

#### b) Análise Horizontal

##### Pela Correção Integral

- 42,6% das empresas estudadas apresentaram um aumento no volume destas despesas em 1987, comparadas com 1986;
- 54,0% das empresas analisadas apresentaram uma redução no volume de despesas em 1987, comparadas com as de 1986;
- 3,4% não divulgaram as "DRE" de 1986.

##### Pela Legislação Societária

- 96,6% das empresas da amostra apresentaram aumentos nominais das despesas com vendas, gerais e administrativas em 1987;
- 3,4% não divulgaram as "DRE" de 1986.

Verifica-se, por estas análises, que houve empresas com aumentos relativos e quantitativos destas despesas operacionais. E, por outro lado, houve também empresas com redução relativa e quantitativa das despesas com vendas, gerais e Administrativas.

A identificação de situações como as descritas acima só é possível através de um método que trabalhe com moeda forte ou constante. A OTN, apesar das críticas, tem-se comportado como uma moeda forte, melhorando a qualidade das informações contábeis divulgadas, com as demonstrações complementares.

#### 4 - Lucro Operacional

##### a) Análise Vertical

###### Pela Correção Integral

- 75,8% das empresas sofreram uma redução no "LO" (\*) em 1987, comparado com o de 1986, em relação à Receita Líquida;
- 20,8% das empresas aumentaram o "LO" em 1987, comparado com o de 1986, em relação à Receita Líquida;
- 3,4% não divulgaram as "DRE" de 1986.

---

( \* ) LO = Lucro Operacional



Pela Legislação Societária

- 55,2% das empresas sofreram uma redução no "LO" em 1987, comparado com o de 1986, em relação à receita líquida;
- 40,2% das empresas tiveram um aumento no "LO" em 1987, comparado com 1986, em relação à receita líquida;
- 1,2% das empresas manteve o mesmo nível do "LO" em 1987;
- 3,4% não divulgaram as "DRE" De 1986.

## b - Análise Horizontal

Pela Correção Integral

- 77,0% das empresas sofreram uma redução real no "LO" em 1987, tomando-se como base 1986;
- 19,6% das empresas tiveram um aumento real no lucro operacional em 1987;
- 3,4% não divulgaram as "DRE" de 1986.

Pela Legislação Societária

- 38,0% das empresas sofreram uma redução nominal no "LO" em 1987, comparado com 1986;

- 58,6% das empresas tiveram um aumento nominal no "LO) em 1987, comparado com o de 1986;
- 3,4% não divulgaram as "DRE" de 1986.

Segundo MARTINS ( 33 ), o verdadeiro lucro operacional, reconhecido internacionalmente, é o gerado pelos ativos da empresa, antes de se computar o efeito dos empréstimos e financiamentos tomados, isto é, antes das despesas financeiras.

Na Legislação Societária, todavia, o Lucro Operacional é obtido após as despesas financeiras de todas as naturezas, mas antes do cômputo da correção monetária patrimonial.

O Lucro Operacional, apurado segundo a Legislação Brasileira, é que constitui o objeto desta análise.

Pela análise vertical, 75,8% das empresas tiveram o lucro reduzido pela correção integral em 1987, comparado com 1986, em relação à receita líquida. Este percentual cai para 55,2% pela Legislação Societária.

Por outro lado, 20,8 das empresas tiveram o lucro operacional aumentado pela correção integral, em 1987, contra 40,2% do método legal.

Pela análise horizontal, 77,0% das empresas sofreram reduções reais no "LUCRO OPERACIONAL" em 1987, contra 38,0% de reduções nominais pela legislação societária.

---

( 33 ) MARTINS, Eliseu. "Análise Financeira na Correção Integral", Temática Contábil e Balanços, Boletim IOB, nº17/88, p.179

Pelo que se acabou de ver, somente com as informações geradas pelo Sistema de Correção Integral é possível identificar o que realmente acontece com as empresas, principalmente no que se refere à evolução dos itens patrimoniais, dos custos, receitas e despesas.

#### IV.3.2.7 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Segundo MARTINS<sup>(34)</sup>, há uma enorme diferença conceitual de valor e de relação quando comparadas as Receitas e Despesas Financeiras (Legal) com as Receitas e Despesas Financeiras Integral, respectivamente.

Na Legislação Societária, entende-se como Receita Financeira a receita de variação monetária mais a receita de juros propriamente ditos.

Na Correção Integral, Receita Financeira é só a receita de juros propriamente ditos, ou, nos valores prefixados, só a parcela que exceder a variação monetária.

Considerando que o ano de 1987 é o primeiro a se empregar a Correção Integral, para a análise a que estamos procedendo, foi necessário corrigir os balanços de 1986, isto é, colocá-los em moeda de 31.12.87, para que se pudesse compará-los.

Entretanto, as Receitas e Despesas Financeiras são incomparáveis, tendo em vista que seus valores de 1986 estão compostos com juros e variações monetárias e as Receitas e Despesas pela Correção Integral são formadas exclusivamente pelas parcelas de juros reais.

Assim sendo, procurou-se efetuar uma análise das Receitas e Despesas Financeiras, na forma agregada, na terceira etapa desta pesquisa.

---

( 34 ) op. cit., p.183

IV.4 - ANÁLISE DA MÉDIA DO AGREGADO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
(TERCEIRA ETAPA DA PESQUISA)

IV.4.1 - BALANÇO PATRIMONIAL (MÉDIA DO AGREGADO) (\*)

O balanço apresentado abaixo foi elaborado a partir da média de 87 (oitenta e sete) balanços patrimoniais. O objetivo é o de identificar as possíveis variações que poderão ocorrer entre as demonstrações contábeis legais e as demonstrações contábeis complementares. (Anexo nº 6)

A T I V O	C. Integral	AV-%	L.Societária	AV-%	Variação (%)
ATIVO CIRCULANTE					
Disponibilidade	1.519.084	1,4	1.519.084	1,4	1,0000
Créd. Diversos	52.599.426	49,3	52.577.214	49,3	1,0004
Estoques	2.575.202	2,4	2.496,071	2,4	1,0317
Sub-Total	56.693.712	53,1	56.592.369	53,1	1,0018
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
PERMANENTE					
Investimentos	14.695.647	13,8	14.646.105	13,8	1,0034
Imobilizado	12.481.472	11,7	12.479.967	11,7	1,0001
Diferido	813.772	0,7	813.772	0,7	1,0000
Sub-Total	27.990.891	26,2	27.939,844	26,2	1,0018
TOTAL DO ATIVO	106.759.418	100,0	106.600,013	100,0	1,0015

(\*) Média do Agregado = é a média aritmética de cada elemento que compõe o balanço patrimonial de 87 (oitenta e sete) empresas

P A S S I V O	C.INTEGRAL	AV-%	L.SOCIETÁRIA	AV-%	VARIAÇÃO (*)
PASSIVO CIRCULANTE	53.841.131	50,4	53.825.316	50,5	1,0003
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	24.550.027	23,0	24.552.812	23,0	0,9999
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	9.691	-	9.691	-	1,0000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28.358.569	26,6	28.212.194	26,5	1,0052
TOTAL DO PASSIVO	106.759.418	100,00	106.600.013	100,00	1,0015

Na média do agregado não houve grandes variações do Balanço Patrimonial Complementar em relação ao Balanço Patrimonial Legal. Somente o item estoques apresentou um acréscimo de 3,17%, em decorrência de correções efetuadas por 39,1% das empresas estudadas. As outras variações foram, de uma maneira geral, irrelevantes em relação ao Ativo Total.

A não correção de estoques e de outros itens não monetários e a ausência de ajustes a valor presente dos itens monetários prefixados, pela maioria das empresas, devem ser as principais causas de estes balanços se apresentarem com valores bem aproximados. A propósito, 60,9% das empresas não efetuaram nenhum ajuste ou correção nestes itens do balanço patrimonial.

Quando as companhias abertas forem obrigadas a aplicar a correção integral na íntegra, com certeza, os balanços apresentarão diferenças mais relevantes do que as aqui evidenciadas.

## 4.2-DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ( MÉDIA DO AGREGADO ) DE 1987 -

( Anexo nº 7 )

	C.I.	AV - %	L.S.	AV-%	( % ) Variação
Receita Líquida	40.168.161	100,0	26.808.406	100,0	1,4983
(-)CMV/CPV e/ou CSV	(29.929.920)	( 74,5)	(14.344.029)	( 53,5)	2,0866
LUCRO BRUTO	10.238.241	25,5	12.464.377	46,5	0,8214
(-)Desp.vendas, Gerais e adm.	( 7.950.509)	(19,8)	( 6.348.269)	(23,7)	1,2524
(-)Desp.Financeiras	( 2.102.941)	( 5,3)	(14.560.645)	(54,3)	0,1444
(+)Rec.Financeiras	1.319.255	3,3	11.062.247	41,3	0,1193
(-)Deprec.,Amort.	( 313.412)	( 0,8)	( 106.600)	( 0,4 )	2,9400
(±)A.Prog.Est.Econ.	( 74.730)	( 0,2)	( 50.855)	( 0,2)	1,4695
(±)Res.Equiv.Patr.	335.532	0,8	134.226	0,5	2,4998
(±)Outras Despesas	( 383.259)	( 1,0)	( 499.040)	( 1,9 )	0,7680
(±)Ganhos(perdas) nos itens monet. s/enc.ourendimen tos financeiros	344.361	0,9	-	-	-
RESULTADO OPERAC.	1.412.538	3,5	2.095.441	7,8	0,6741
(±)Res.Não Operac.	314	-	61.361	0,2	0,0051
(±)Res.Cor.Monet.	-	-	( 873.541)	( 3,2 )	-
LUCRO ANTES DO IR	1.412.852	3,5	1.283.261	4,8	1,1009
(-)Provisão IR	( 443.288)	( 1,1)	( 447.917)	( 1,7)	0,9897
(-)Part.Estatutárias	( 40.226)	( 0,1)	( 34.672)	( 0,1)	1,1602
LUCRO (PREJUÍZO)LÍ QUIDO DO EXERCÍCIO	929.338	2,3	800.627	3,0	1,1608
LUCRO POR AÇÃO OU LOTE (MÉDIO)	CZ\$ 6,37		CZ\$ 4,64		1,3728

2.1 - RESUMO DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DE 1987 -  
(COMPLEMENTAR E LEGAL)

	C.I.	L.S.
- Lucro Bruto / Vendas Líquidas	25,5%	46,5%
- CMV/CPV e/ou CSV/Vendas Líquidas	74,5%	53,5%
- Despesas com vendas/Gerais e Admi nistrativas/vendas líquidas	19,8%	23,7%
- Desp.Financeiras/Vendas Líquidas	5,3%	54,3%
- Rec. Financeiras/Vendas Líquidas	3,3%	41,3%
- Resultado "Equity"/Vendas Líquidas	0,8%	0,5%
- Lucro operacional (antes despesas financeiras) /Vendas Líquidas	8,8%	62,1%
- Lucro operacional (após despesas financeiras) / Vendas Líquidas	3,5%	7,8%
- Imposto de Renda /Vendas Líquidas	1,1%	1,7%
- Lucro Líquido / Vendas Líquidas	2,3%	3,0%
- Dividendos Médios por Ação ou Lote	CZ 6,37	CZ\$ 4,64

Nesta análise, detectaram-se diferenças de informações al  
tamente relevantes, em termos gerenciais, que serão apresentadas a  
seguir:

1 - Vendas Líquidas - Valor Absoluto

As vendas líquidas corrigidas para moeda final são 49,8 %  
superiores às vendas líquidas nominais.

## 2 - Custo das Mercadorias / Produtos e/ou Serviços Vendidos

Este custo corrigido corresponde a 74,5% e o nominal a 53,5% da Receita Líquida.

Em valor absoluto, o custo corrigido é 108,7% superior ao custo nominal.

## 3 - Lucro Bruto

O Lucro Bruto sobre as vendas (ou receita líquida) corrigidas é de 25,5%, contra 46,5% na Legislação Societária.

Em valor absoluto, o Lucro Bruto corrigido é 17,8% inferior ao Lucro Bruto nominal, no agregado.

## 4 - Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas atualizadas para moeda de 31.12.87, são 25,24% superiores às nominais.

Em termos relativos, estas despesas pela correção integral correspondem a 19,8%, e pela legislação a 23,7% da Receita Líquida.



## 5 - Despesas Financeiras

As despesas financeiras reais caem de 54,3% para 5,3% sobre a Receita Líquida. Em valor absoluto, as despesas financeiras 'legais são 592,4% superiores às despesas financeiras reais, no agregado.

Assim, para cada NCz\$ 1,00 de despesa financeira nominal apenas NCz\$ 0,14 são juros reais.

## 6 - Receitas Financeiras

As receitas financeiras reais caem de 41,3% para 3,3 % sobre a Receita Líquida. Em valor absoluto, as receitas financeiras legais são 738,4% superiores às receitas financeiras reais , no agregado.

Assim, para cada NCz\$ 1,00 da receita financeira nominal somente NCz\$ 0,11 são juros reais.

## 7 - Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado do "Equity" real sobe de 0,5% para 0,8% da Receita Líquida.

Em valor absoluto, o resultado corrigido é 150,0% su

perior ao valor nominal. E esta diferença decorre do aumento provocado pela Correção Integral no Patrimônio Líquido das Coligadas e Controladas, cujos investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas Controladoras.

#### 8 - Lucro Operacional antes das Despesas Financeiras

O Lucro Operacional real, universalmente conhecido , cai de 62,1% para 8,8% sobre a Receita Líquida.

#### 9 - Lucro Operacional após as Despesas Financeiras

O Lucro Operacional Legal após as Despesas Financeiras aparentemente de 7,8% da Receita Líquida, é, na realidade, de 3,5% no agregado. Em valor absoluto, o Lucro Operacional real é 32,5 % inferior ao Lucro Operacional Legal.

#### 10 - Margem de Lucro sobre as Vendas

- Margem Bruta: real = 25,5% e a nominal = 46,5%  
sobre a Receita Líquida;

- Margem Líquida : real = 2,3% e a nominal = 3,0%  
sobre a Receita Líquida.

## 11 - Imposto de Renda

O Imposto de Renda calculado com base na metodologia da correção integral corresponde a 1,1% da Receita Líquida.

Na Legislação Societária, este percentual sobe para 1,7% da Receita Líquida. Em valor absoluto, o montante do imposto de renda pela correção integral é 1,03% inferior ao montante de legislação societária (lei 6404/76 e Decreto - Lei 1.598/77).

## 12 - Lucro Líquido

A margem líquida real cai de 3,0% para 2,3% sobre a Receita Líquida. Contudo, em termos absolutos, o montante do lucro líquido real, no agregado, é 16,08% superior ao nominal.

## 13 - Dividendos Médios por Ação ou Lote (1.000 ações)

Em média, no agregado, os dividendos pela correção integral são 37,28% maiores que os da Legislação Societária.

A Demonstração de Resultado é uma das peças contábeis mais rica em informação - talvez, por representar a parte dinâmica da empresa. Esta fonte de informações enriqueceu-se sobremaneira com a correção integral; onde se tinham valores históricos, pouco expressivos para análise, têm-se valores atualizados monetariamente para a data do balanço, dando condições de se obterem informações contábeis bem mais próximas da realidade.

Haja vista os resultados encontrados nesta análise de receitas, despesas, custos e lucros, neste trabalho, por si sós, demonstram a superioridade das informações geradas pelo método da Correção Integral.

IV.4.3 - DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (MÉDIA DO AGREGADO) - (ANEXO Nº 8)

ORIGENS	C.INTEGRAL	AV-%	L.SOCIETÁRIA	AV-%	VARIAÇÃO (%)
Recursos gerados pelas operações	6.104.536	34,6	5.617.003	34,4	1,0868
Recursos de acionistas e terceiros	11.538.284	65,4	10.704.042	65,6	1,0779
TOTAL	17.642.820	100,0	16.321.045	100,0	1,0811

APLICAÇÕES	C.INTEGRAL	AV-%	L.SOCIETÁRIA	AV-%	VARIAÇÃO (%)
Permanentes	2.959.632	19,0	2.099.092	14,0	1,4100
Outras	12.598.317	81,0	12.866.985	86,0	0,9791
TOTAL	15.557.949	100,0	14.966.077	100,0	1,0395

	C.INTEGRAL	AV-%	L.SOCIETÁRIA	AV-%	VARIAÇÃO (%)
TOTAL DAS ORIGENS	17.642.820	100,0	16.321.045	100,0	1,0811
TOTAL DE APLICAÇÕES	(15.557.949)	(88,2)	(14.966.077)	(91,7)	1,0395
AUMENTO DO CCL	2.084.871	11,8	1.354.968	8,3	1,5387

- 1 - Recursos Gerados pelas Operações - Valor absoluto - estes recursos pela correção integral são 8,68% maiores que os da legislação societária.
- 2 - Recursos de Acionistas e de Terceiros - Valor absoluto - os recursos advindos de acionistas e terceiros, plenamente corrigidos, são 7,79% maiores que os da legislação societária (nominais).

No global, o total das origens pela Correção Integral é 8,11% maior que o da Legislação Societária, demonstrando o real poder de compra destes recursos em 31.12.87.

- 3 - Aplicações no Permanente - Valor absoluto - as aplicações permanentes a valores corrigidos são 41,0% superiores às aplicações a valores nominais.
- 4 - Capital Circulante Líquido (CCL) - em média, a valores corrigidos, as companhias abertas, tiveram em 1987 um aumento do CCL de 11,8% em relação às origens. Pela legislação societária este percentual cai para 8,3%, sendo, portanto, um pouco inferior ao apurado pela correção integral.

A forma de cálculo da DOAR pela legislação constitui-se num grande obstáculo à análise, pois não leva em consideração os efeitos da inflação. Com isto, comparam-se quantias em bases históricas avaliadas em poderes de compra heterogêneos.

Desta forma, a capacidade informativa da DOAR pela legislação fica prejudicada, com pouca ou nenhuma utilidade.

Contrariamente, na DOAR pela correção integral, todos os valores estão em moeda da data do balanço, o que possibilita uma análise mais adequada dos elementos que a compõem. Assim, temos, por exemplo:

- Um melhor conhecimento da aplicação nos itens do ativo permanente, que é de 19,0% nesta análise e não de 14,0% conforme apurado na Legislação Societária;
- Uma análise mais precisa dos recursos reais gerados pelas operações da empresa (em média de 17.642.820 e não de 16.321.045, encontrados pelo método legal);
- Uma quantificação real dos recursos provenientes de acionista e de terceiros (em média de 11.538.284 e não de 10.704.042, encontrados pela legislação);
- Uma variação média real no CCL de 2.084.871 e não de 1.354.968, determinada pelo método legal.

A propósito, a variação média do CCL pelo método integral é 53,87% maior que a encontrada pelo método legal.

Constatou-se nesta análise flagrante melhoria na qualidade das informações, em termos de evidenciação dos resultados, quando a DOAR é elaborada segundo as orientações da Instrução CVM nº64, de 15.09.87.

## CAPÍTULO V

### CONCLUSÕES

Em síntese, esta dissertação é o resultado da pesquisa desenvolvida a partir dos seguintes pressupostos:

- que as companhias abertas, com ações negociadas em bolsa, ao elaborarem as demonstrações contábeis complementares não atenderiam as técnicas mais completas de ajustamento relativas ao método da correção integral e evidência contidas na Instrução CVM Nº 64/87;
- que as informações contábeis geradas pelo Sistema de Correção Integral são superiores qualitativamente, para fins informacionais, que às provenientes do Sistema Legal de reconhecimento dos efeitos inflacionários.

Este trabalho, desenvolvido através de Estudo de Casos, envolvendo 87 (oitenta e sete) Companhias abertas, com ações negociadas exclusivamente em bolsa, propôs verificar o acerto ou não destes pressupostos, em 03 (três) etapas:

- Primeira Etapa: através de leitura das demonstrações contábeis publicadas - balanço patrimonial, demonstração de resultado, demonstração das origens e aplicações de recursos, demonstração das mutações do patrimônio líquido, notas explicativas e relatório da administração.



- Segunda Etapa: através da aplicação dos seguintes métodos de análise de balanço: análise horizontal, análise vertical, análise por quocientes ou índices e a análise discriminante de Kanitz.

- Terceira Etapa: através da aplicação das análises vertical e horizontal na média do agregado (\*) dos balanços patrimoniais, das demonstrações de resultados e das demonstrações de origens e aplicações de recursos.

Os resultados obtidos e as respectivas análises foram expostos em detalhes numa abordagem analítica no Capítulo IV desta pesquisa.

## V.2 - SÍNTESE DAS CONCLUSÕES

### 4.2.1 - Primeira Etapa

Os resultados obtidos na primeira etapa desta pesquisa, com relação aos aspectos de elaboração e evidenciação, possibilitaram a seguinte conclusão:

. 1,2% das empresas analisadas não evidenciou e nem conciliou a diferença entre o lucro líquido legal e o lucro líquido da correção integral;

---

(\*) Média do agregado = é formada com a média dos valores de 87 (oitenta e sete) demonstrações.

- . 14,9% das empresas não utilizaram os dados da correção integral (corrigidos) na elaboração das Notas Explicativas;
- . 33,3% das empresas não utilizaram de dados plenamente corrigidos nos relatórios da administração;
- . 70,2% das empresas não destacaram nos balanços o fato de seus valores referirem-se à moeda de 31.12.87.

Conclui-se que apenas 17,2% das empresas da amostra observaram todos os aspectos de elaboração e evidenciação exigidos pela Instrução CVM Nº 64/87, neste primeiro ano de sua vigência.

A observância dos aspectos acima referenciados, em si, não traria nenhuma alteração nos resultados divulgados por estas empresas - isto quer dizer que elas atenderam todos os aspectos de elaboração das demonstrações. Mas quanto aos aspectos de evidenciação, pode-se dizer que deixaram a desejar.

Com o resultado obtido nesta fase, 82,8% das empresas não atenderam a todas orientações contidas na Instrução CVM Nº 64/87, confirmando assim, parcialmente, o primeiro pressuposto desta pesquisa.

#### 4.2.2 - Segunda Etapa

Os resultados obtidos na segunda etapa, devido a metodologia de análise e número elevado de empresas e de relatórios analisados, são muito extensos, levando-nos a apresentar aqui somente os

aspectos mais relevantes, em termos de análise econômico-financeira para fins gerenciais. O leitor poderá rever a análise completa no Capítulo IV - Segunda Etapa.

Ressalta-se inicialmente que 60,9% das empresas analisadas apresentaram um único Balanço Patrimonial para atender à Legislação e à Correção Integral. Isto prova que não efetuaram nenhum ajuste a valor presente de itens monetários prefixados e nenhuma correção de itens não-monetários constantes da estrutura patrimonial destas empresas.

Desta forma, todas informações contábeis geradas pelos dois sistemas - legal e integral - a partir desses balanços, são iguais ou idênticas, não apresentando, portanto, nenhuma melhoria nas informações postas à disposição do usuário.

Com relação aos outros balanços ajustados e corrigidos, que correspondem a 39,1% das empresas, pode-se identificar flagrantes melhorias no resultado da análise. A propósito, apresenta-se o seguinte resumo:

. Liquidez - das empresas que efetuaram algum tipo de ajuste de itens monetários ou correção de não-monetários, somente uma ou 1,2% manteve a mesma situação de liquidez. Neste caso, observou-se que o valor ajustado é imaterial ou irrelevante, por isto não teve nenhuma repercussão ou alteração no indicador financeiro.

- 27,6% das empresas melhoraram a situação de liquidez, demonstrando assim a verdadeira capacidade de pagamentos a curto prazo.

- 10,3% das empresas pioraram a situação de liquidez. Contudo, deve-se ressaltar que esta é a situação real dessas empresas e não aquela apresentada pela Legislação Societária.

. Endividamento - no aspecto de endividamento, houve apenas uma empresa (1,2%) que, apesar de ter efetuado algum tipo de ajuste, teve a situação de endividamento permanecendo a mesma. Esta empresa é a mesma que manteve a situação de liquidez.

- Mas, quanto às demais, 29,9% reduziram o grau de endividamento com a correção integral - evidenciando com clareza a sua verdadeira estrutura de capital. Resta-nos, ainda, 8,0% de empresas que tiveram o seu endividamento aumentado em função da correção integral.

. Grau de Imobilização

- 60,9% das empresas mantiveram o mesmo grau de imobilização, em decorrência, principalmente, destas empresas terem optado por não corrigir os itens não monetários classificados fora do permanente e patrimônio líquido;

- 4,6% das empresas aumentaram o grau de imobilização.
- 34,5% reduziram o grau de imobilização pela Correção Integral.

. Fator de Insolvência de Kanitz

- 96,5% das empresas se enquadraram na área de "sol-  
vência" do termômetro de Kanitz, sendo que 60,9% com  
fatores iguais, 16,1% com fatores maiores e 19,5% com  
fatores menores pela Correção Integral, em relação aos  
da Legislação Societária.
- 3,5% das empresas enquadraram na região de "penum-  
bra", sendo que 2,3% com fatores iguais e 1,2% com '  
fator menor (negativo) pela Correção Integral em rela-  
ção aos da Legislação Societária

A análise de valores originados da demonstração de re-  
sultado evidenciará maiores divergências nas informações obtidas  
pelos dois sistemas - legal e integral - e isto se deve, princi-  
palmente, ao diferente poder de compra das moedas utilizadas.

Observe-se que, na Demonstração de Resultado pela Le-  
gislação Societária, se se considerar a formação das receitas e  
despesas no último dia de cada mês, ter-se-á no final do exercí-  
cio um somatório de 12 (doze) moedas diferentes, enquanto que, '  
pela Correção Integral, ter-se-á apenas numa moeda, porque as re-  
ceitas e despesas estarão atualizadas para moeda final, ou para

a data do balanço.

Apresentam-se a seguir alguns resultados obtidos a partir das demonstrações de resultados:

. Margem operacional - a margem operacional obtida pela legislação brasileira é igual ao quociente da divisão do Lucro Operacional (depois das Despesas Financeiras) pela Receita Líquida.

- margem operacional positiva: 54,0% das empresas analisadas apresentaram margens positivas pelos dois métodos, mas 41,4% delas com percentuais menores e 12,6% com percentuais maiores pela Correção Integral.

- margem operacional negativa: 19,5% das empresas em estudo apresentaram margens negativas pelos dois métodos, mas 13,8% delas com percentuais menores e 5,7% com percentuais maiores pela Correção Integral.

- margem operacional positiva/negativa: apresentam-se aqui informações bastante divergentes, mas de um valor extraordinário, não só para fins gerenciais, mas, também, para alertar o profissional de contabilidade que ainda resiste às inovações e ao aprimoramento das técnicas de ajustamentos contábeis.

- 11,5% das empresas apresentaram margem positiva pela correção integral e negativa pela legislação societária.

- 15,0% apresentaram margem negativa pela correção integral e positiva pela legislação societária.

Os resultados aqui apresentados constituem uma amostra bastante concreta da superioridade das informações geradas pelo método da Correção Integral.

O presente não visa conhecer a situação econômica ou financeira das empresas, mas sim, identificar as divergências de informações que podem ocorrer quando não se usa uma moeda forte ou constante nas demonstrações contábeis.

. Margem líquida - a margem líquida é obtida pela divisão do Lucro Líquido do período pela Receita Líquida.

- margem líquida positiva: 64,4% das empresas apresentaram margens positivas, a saber:

- 1,2% com margem igual;
- 9,2% com margens maiores pela correção integral;
- 54,0% com margens menores pela correção integral.

- margem líquida negativa: 31,1% das empresas apresentaram margens negativas, a saber:

- 1,2% com margem maior pela correção integral;
- 29,9% com margens menores pela correção integral.

- margem líquida positiva/negativa: 4,5% das empresas apresentaram margens positivas pela correção integral

e negativas pela legislação societária.

As informações complementares elaboradas a partir da Instrução Nº 64 são de grande relevância para o administrador na condução dos negócios da empresa. Elas são imprescindíveis no momento e continuarão sendo até que a legislação brasileira incorpore uma metodologia de reconhecimento dos efeitos inflacionários capaz de atender às necessidades informativas exigidas pela alta direção das empresas e pelo mercado de capitais.

. Capital Circulante Líquido (CCL) - houve divergências substanciais em termos de informação sobre o capital circulante líquido das empresas. Da amostra estudada, obtiveram-se as seguintes informações:

- 31,0% das empresas tiveram o CCL aumentado pelos dois métodos, 8,0% delas com aumento maiores e 23,0% com aumentos menores pela correção integral.
- 33,3% das empresas sofreram redução do CCL pelos dois métodos, 11,5% delas com reduções maiores e 21,8% com reduções menores pela correção integral.
- 26,4% das empresas sofreram redução do CCL pela Correção Integral e aumento pela Legislação Societária.
- 3,5% das empresas apresentaram aumento do CCL pela Correção Integral e redução pela Legislação Societária.

Da amostra estudada 5,8% não divulgaram a DOAR Complementar, em virtude da dispensa concedida às Instituições Finan-



ceiras, pela Instrução CVM Nº 64, no primeiro ano de sua vigência.

Nesta análise, constataram-se as maiores divergências nas empresas que compõem os percentuais de 26,4% e 3,5%, onde a correção integral obteve resultados opostos aos obtidos pela legislação societária. O percentual de empresas com resultados opostos é elevado, considerando  $26,4\% + 3,5\% = 29,9\%$ , o que evidencia a superioridade das informações da correção integral.

. Patrimônio Líquido - no estudo de evolução patrimonial, detectou-se que 66,6% das empresas obtiveram aumentos reais no patrimônio líquido em 1987. Mas, desse percentual, 44,8% apresentam "PL" iguais e 21,8% com "PL" diferentes em 31.12.87.

Uma empresa (1,2%) manteve o mesmo "PL" em termos reais, tendo havido aumento, em termos nominais.

Detectou-se, também, que 32,2% das empresas apresentaram involução patrimonial, em termos reais, mas, pela legislação, elas apresentaram aumentos nominais.

Contudo, deve-se observar que as informações da correção integral estão baseadas em valores formados em uma única moeda, enquanto que grande parte dos valores das demonstrações contábeis pela legislação societária é nominal. Isto é, formado por moedas de diversos poderes aquisitivos, e essa é a causa de tantas distorções nas informações que estão sendo comparadas.

Com o resultado da análise da segunda etapa, foi possível confirmar plenamente o pressuposto de que as informações

contábeis geradas pelo sistema da correção integral são muito superiores qualitativamente às provenientes do sistema legal.

#### 4.2.3 - Terceira Etapa

Esta etapa foi desenvolvida utilizando-se da metodologia usada pelo Prof. Eliseu Martins (1) no desenvolvimento de uma pesquisa com relação às demonstrações contábeis de 1987. publicadas com correção integral.

Para efeito de análise, os dados receberam os seguintes tratamentos:

- . elaborou-se um balanço patrimonial pela legislação e um pela correção integral, utilizando-se a média de 87 (oitenta e sete) balanços de empresas constantes desta pesquisa;

- . elaborou-se uma demonstração de resultado pela legislação e uma pela correção integral, utilizando-se a média de 87 (oitenta e sete) demonstrações pela legislação e pela correção integral, respectivamente;

- . elaborou-se uma DOAR pela legislação e uma pela correção integral, utilizando-se da média das DOAR publicadas de acordo com a legislação e correção integral, respectivamente.

---

(1) MARTINS, Eliseu. Pesquisa sobre Correção Integral de Balanços-Setor Industrial Privado, São Paulo, FIECAFI-USP (SP), 1988.

Apresentam-se a seguir alguns resultados obtidos na análise destas demonstrações:

a) Balanços Patrimoniais (Média Aritmética do Agregado)

- estoques, somente o item estoques apresentou um acréscimo mais significativo em decorrência de sua correção, isto é, de 3,17%. Os demais itens, ent tanto, tiveram os efeitos da correção e dos ajustes reduzidos a percentuais irrelevantes ou de pouca expressão monetária.

- patrimônio líquido, os efeitos decorrentes da correção dos itens não-monetários e dos ajustes dos itens monetários prefixados, repercutiram no patri mônio líquido médio do agregado com um acréscimo de 0,52%.

b) Demonstrações de Resultados (Média Aritmética do A gregado)

- vendas líquidas - valor absoluto: as vendas líquidas corrigidas para moeda final são 49,8% superiores às vendas nominais.

- Custo das mercadorias/produtos e ou serviços vendidos: em valor absoluto, estes custos são 108,7% maiores que os custos em valores históricos (nominais).

Em valores relativos, estes custos na correção integral representam 74,5% da Receita Líquida; na Le

gislação eles correspondem a 53,5% da Receita Líquida.

- Lucro Operacional antes das Despesas Financeiras:  
este lucro é de 8,8% na correção integral e de 62,1% na legislação societária.
- Lucro Operacional depois das Despesas Financeiras:  
é de 3,5% na integral e de 7,8% na legislação societária.
- Receitas e Despesas Financeiras: Talvez, estes itens sejam os que sofrem maior impacto da correção integral, uma vez que ao calculá-los depuram-se os efeitos inflacionários. Consideram-se apenas as Receitas e Despesas reais.

Em termos relativos, as despesas financeiras reais correspondem apenas a 5,3% da Receita Líquida, enquanto que, pelo método da legislação vigente, correspondem a 54,3%.

O mesmo acontece com as Receitas Financeiras, que pela correção integral representam 3,3% da Receita Líquida e pela legislação a 41,3%.

- Capital Circulante Líquido - (CCL); mesmo com a redução do CCL em 59,7% das empresas, na média aritmética do agregado, houve um acréscimo de 11,8% pela correção integral, contra 8,3% pela legislação societária.

Em valor absoluto, a média do aumento do CCL a valores corrigidos é 53,87% maior que a média a valores nominais.

Em termos de recursos totais, os gerados pela Correção Integral são 8,11% superiores aos da Legislação Societária.

Os resultados obtidos, nesta etapa, complementam os da segunda, confirmam o segundo pressuposto e respondem a segunda pergunta da pesquisa. Assim, as melhorias evidenciadas nas informações advêm da homogeneização das moedas. Com isto, os indicadores econômico-financeiros extraídos de expressões monetárias depuradas dos efeitos inflacionários, embora estáticos, são mais realistas. E ainda, a avaliação dos elementos patrimoniais é mais justa e condizente com a nossa realidade econômica.

Por estas razões, conclui-se que não se pode utilizar apenas as informações geradas pelo Método Legal para apoiar as decisões. As informações são muito divergentes e incoerentes com a realidade dos negócios. Por isto, em ambiente inflacionário as decisões devem ser apoiadas em dados e/ou informações contábeis plenamente corrigidos ou em moeda de poder aquisitivo constante.

Todavia, é bom que se deixe claro que mesmo as informações geradas pela Contabilidade a Nível Geral de Preços, preconizada pela Instrução CVM nº64/87, podem ser ainda refinadas ou aprimoradas. Dependendo única e exclusivamente da adoção de técnicas mais avançadas de ajustamentos contábeis, como, por exemplo,

a Contabilidade a Custo Corrente Corrigido, que deverá ser a próxima etapa na evolução dos processos contábeis de reconhecimento dos efeitos inflacionários nas Demonstrações Contábeis.

### V.3 - IMPLICAÇÕES

Diante da prática de uma metodologia inadequada para períodos com altas taxas inflacionárias, mas imposta pela Lei das Sociedades por Ações (Nº 6404/76), a alta direção das companhias abertas brasileiras com ações negociadas em bolsa - universo em estudo - está exposta a tomada de decisões distorcidas, colocando em risco o seu desempenho e, principalmente, o patrimônio da empresa.

### V.4 - PERSPECTIVAS DE MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

A inadequação da legislação em vigor já é um fato por demais conhecido e debatido por acadêmicos e profissionais da área. Os órgãos de classe e normatizadores da contabilidade, em especial a CVM - Comissão de Valores Mobiliários, estão preocupados com a necessidade de melhorar a qualidade das informações prestadas pelas companhias abertas - através de demonstrações Contábeis capazes de refletir com fidelidade e segurança o desempenho e a real situação econômico-financeira das empresas.

Com este propósito, a CVM expediu em 19.05.87, a Instrução Nº 64, determinando que todas companhias abertas elaborassem, a partir de dezembro/87, seus balanços também pela Correção Integral, usando a BTN ( OTN - Obrigação do Tesouro Nacional) como

Denominador Comum Monetário.

Assim, as companhias abertas elaboraram as Demonstrações Contábeis previstas na Legislação Societária e na Instrução CVM Nº64, estas denominadas para fins de publicação de "Demonstrações Complementares". Todas estas demonstrações constituem objeto de análise e estudo desta pesquisa.

Embora a CVM - Comissão de Valores Mobiliários - não tenha feito ainda nenhuma divulgação a respeito de mudanças na Instrução CVM nº64, sabe-se que esta norma está passando por reformulações que resultarão em aprimoramento na aplicação das técnicas de ajustamento da Correção Integral, que deverão ser observadas no encerramento do exercício de 1989.

A propósito, a ONU - Organização das Nações Unidas - possui um Grupo de Trabalho de Especialistas em Contabilidade dentro de sua Comissão de Empresas Transnacionais. Este Grupo, formado por representantes de 34 (trinta e quatro) países, dentre os quais, o Brasil, reuniu-se em março/89 com o objetivo de estabelecer normas de Contabilidade e Evidenciação de Informações Financeiras e não Financeiras de Empresas Transnacionais.

Embora o trabalho desse grupo esteja voltado, exclusivamente para as empresas transnacionais (multinacionais), as suas orientações estão sendo utilizadas por diversos países na formulação de suas Normas Contábeis. Com isto, é possível que se tenha uma propagação deste método a nível mundial.

Os trabalhos realizados pelos professores da USP - Universidade de São Paulo - em especial os do Prof. Eliseu Martins, credenciam o Brasil a participar e contribuir muito como o Grupo de Trabalho da ONU, divulgando, inclusive, nossas experiências e pesquisas realizadas nos últimos anos.

A metodologia da Correção Integral é um avanço em termos de reconhecimento dos efeitos inflacionários nas demonstrações contábeis. Porém, é bom deixar claro que ela não representa o seu último estágio. A tendência natural é de se utilizarem técnicas mais avançadas de ajustamento, como as do Método do Custo Corrente Corrigido, que engloba as abordagens da Contabilidade a Custo Corrente ( índices específicos ) e da Contabilidade a Nível Geral de Preços ( índice geral de preços ).

Contudo, as medidas introduzidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários marcam um passo importante no processo de aprimoramento das normas em vigor, contribuindo, decisivamente, para a evolução do processo contábil e criando perspectivas de mudanças na Legislação Societária ( Lei nº 6404/76 ).

#### V.5 - SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Devido às limitações naturais, não se pode desenvolver uma análise mais profunda e rica de detalhes das Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR. Ficando, portanto, em aberto muitas questões, altamente relevantes, no que diz respeito à quantificação dos recursos provenientes das operações, de acionistas e de terceiros, e suas respectivas aplicações.



Pode-se desenvolver pesquisas em companhias abertas, através de estudo de "amostras aleatórias", no sentido de responder às seguintes questões:

- As companhias abertas têm-se capitalizado mais com recursos provenientes das operações ou de acionistas ?
- Como se tem comportado o Capital Circulante Líquido (CCL) das companhias abertas brasileiras nos últimos anos ?

Considerando que deverá haver um aprimoramento na aplicação das técnicas de ajustamento da Correção Integral, pelas companhias abertas nos próximos anos, recomenda-se que este estudo seja repetido nas Demonstrações Contábeis Legal e Complementar do exercício findo em 1989 e anos subsequentes.

\*\*\*  
\*

A N E X O S

Nº DE ORDEM / EMPRESA	Itens monetários prefixados foram reajustados ao valor presente?			Estoques foram corrigidos?			Valor dos esto- ques foi ajusta- dos vr.mercado?		
	SIM	NÃO	- 90 dias	SIM	NÃO	- 90 dias	SIM	NÃO	- qvnde Mercado
01 - ABC XTAL Microeletrônica S.A.		x	x		x	x			
02 - ACESITA - Cia.Aços Especiais Itabira		x	x		x	x			
03 - Amadeo Rossi S.A.- Met. e Munições.		x	x		x	x			
04 - Amelco S.A. Indústria Eletrônica		x	x	x			x		
05 - Bahema S.A.		x	x		x	x			
06 - Banco do Brasil S.A.		x	x	*					
07 - Banco do Estado de Goiás S.A.		x	x	*					
08 - Banco do Estado de São Paulo S.A.		x	x	*					
09 - Banco do Nordeste do Brasil S.A.		x	x	*					
10 - Banco Itaú S.A.		x	x	*					
11 - Barber-Greene do Brasil Ind.Com.S.A.		x	x	x				x	x
12 - Brasimit Comércio e Ind. S.A.		x	x	x				x	x
13 - Brasmotor S.A.		x	x	*					
14 - Brinquedos Mimo S.A.		x	x	x				x	x
15 - Brasinca S.A.		x	x	x				x	x
16 - Caiuã Serviços Eletricidades S.A.		x	x	*					
17 - Centrais Elétricas Brasileira S.A.		x	x	*					
18 - Chapecô Paraná S.A. Ind.e Comércio		x	x		x	x			
19 - Cia.Auxiliar Empresas Mineração-CAEMI		x	x	*					
20 - Cia.Cervejaria Brahma		x	x		x	x			
21 - Cia. Ferro Ligas da Bahia		x	x		x	x			
22 - Cia.Energética de Minas Gerais		x	x	*					
23 - Cia.Força e Luz Cataguazes-Leopoldina		x	x	*					
24 - Cia.Industrial Schlösser S.A.		x	x		x	x			
25 - Cia.Paraibuna de Metais		x	x		x	x			
26 - Cia. Petroquímica Camaçari		x	x		x	x			
27 - Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira		x	x		x	x			
28 - Cia. Siderúrgica Pains		x	x		x	x			
29 - Cobrasma S.A.		x	x	x					
30 - Copene - Petroquímica Nordeste S.A.		x	x		x	x		x	x
31 - Czarina S.A.		x	x		x	x			
32 - De Maio Gallo S.A.		x	x		x	x			

## ANEXO Nº 01 (Continuação)

71 - Perdigão S.A.		x	x		x	x			
72 - Perfumaria Phebo S.A.		x	x		x	x			
73 - Petrobrás - Petrólio Brasileiro S.A.		x	x		x	x			
74 - Pirelli S.A. Cia. Indl. Brasileira		x	x		x	x			
75 - Randon S.A. - Veículos e Implementos		x	x		x	x			
76 - Sadia Concórdia S.A.		x	x	x			x		
77 - Sharp S.A. - Equip. Eletrônicos		x	x	x				x	x
78 - Sid Informática S.A.		x	x	x				x	x
79 - Siderúrgica N.Sa. Aparecida S.A.	x			x				x	x
80 - Technos Relógios S.A.	x			x				x	x
81 - Telecomunicações Rio Janeiro S.A.				*					
82 - Triches S.A.		x	x		x	x			
83 - Tupy S.A.		x	x		x	x			
84 - Usina Costa Pinto S.A.		x	x	x				x	x
85 - VTA - Amazônia Eletrônica S.A.		x	x	*	x	x			
86 - VARIG - Viação Aérea Riograndense	x			x				x	x
87 - Vulcabrás S.A.		x	x		x	x			
T O T A I S	6	81		34	39		3	27	

(\*) Não possui estoques.

Nº ORDEM	Foram corrigidos outros itens não monetários ?		Quais ?	Houve ajuste obrigações vinculadas à aquisição de ativos ?		Os efeitos do I.R. foram considerados nas DC-Compl. ?		Despesas ou Provisão ?	
	SIM	NÃO		SIM	NÃO	SIM	NÃO	D	P
01		x							
02		x							
03		x							
04		x					xp		
05		x							
06		x							
07		x							
08		x							
09		x							
10		x							
11		x					xp		
12	x		12)Adiant.a Clientes,			x			x
13			a fornecedores e Ven				x		
14	x		a faturar.				xi		
15		x	14)Desp.Antecipadas.						
16		x							
17									
18		x							
19							x		
20		x							
21									
22		x							
23		x							
24		x							
25		x							
26		x							
27		x							
28		x							
29	x		29)Adiant.de Clien-				xp		
30		x	tes; Desp.Antecipa-						
31		x	das e faturamento p/						
32		x	entrega futura.						

	SIM	NÃO	Quais ?	SIM	NÃO	SIM	NÃO	D	P
33		x							
34		x							
35	x		35)Adiantamento de			x		x	
36		x	clientes.				xp		
37		x							
38	x		38)Despesas anteci			x			x
39		x	padas.						
40		x				x			x
41		x							
42		x							
43		x							
44		x							
45		x							
46		x							
47		x				x			x
48		x							
49		x							
50		x							
51		x				x			x
52		x					xi		
53		x							
54		x							
55	x		55)Adiantamento de			x		x	
56	x		clientes.				xp		
57		x	56) Desp.Antecipadas			x			x
58		x							
59		x							
60		x					x		
61	x		61)Adiant.de Cliente			x			x
62	x		62) Desp.Antecipadas				x		
63		x				x			x
64		x					xp		
65	x		65)Adiant.de Clien				xp		
66		x	tes.			x			x
67		x							
68		x					xp		
69		x							
70		x							

ANEXO Nº 01 (Continuação)  
1 - BALANÇO PATRIMONIAL - ASPECTOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº64/87

	SIM	NÃO	Quais ?	SIM	NÃO	SIM	NÃO	D	P
71		x				x			x
72		x							
73		x							
74		x							
75		x							
76	x		76)Ad.de Clientes e			x			x
77	x		desp.antecipadas.			x			x
78	x		77)Ad.de Clientes.			x			x
79	x		78)Ad.de Clientes.				xp		
80		x	79)Ad.a Fornecedores			x			x
81		x				x			x
82		x							
83		x							
84	x		84)Desp.Antecipadas			x			x
85		x							
86		x					xp		
87		x							
TOTAIS	15	68		0	0	18	4x 10xp 2xi	2	16

(xp)= prejuízo.

(xi)= empresa incentivada.

( 0 ) = nenhuma empresa efetuou o ajuste de obrigações vinculadas à aquisição de ativos.

Nº DE ORDEM	O Balanço Patrimonial da CI é igual ao da Leg.Societária ?		A Controladora apresentou o Consolidado pela C.Integral ?		Os valores da DC-Complementar do exercício anterior foram atualizados ?		A Equiv.Patrimonial foi obtida pelo Razão Auxiliar em OTN ?	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
01	x					x		
02	x					x		
03	x			x		x		x
04		x				x		
05	x			x		x	x	
06	x			x		x	x	
07	x			x		x		x
08	x			x		x	x	
09	x					x		
10	x			x		x	x	
11		x				x		
12		x				x		
13	x		x			x	x	
14		x				x		
15		x				x		
16	x				x			
17	x			x	x		x	
18	x			x		x		x
19		x		x		x		x
20	x			x		x	x	
21	x			x		x		
22	x				x			
23	x				x			
24	x					x		
25	x					x		
26	x					x		
27	x			x		x	x	
28	x					x		
29		x				x		
30	x					x		
31	x					x		
32	x					x		



## ANEXO Nº 01 (Continuação)

## 1 - BALANÇO PATRIMONIAL - ASPECTOS DA INSTRUÇÃO CVM Nº64/87

NºORDEM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
71		x	x			x		x
72	x					x		
73	x			x		x	x	
74	x					x		
75	x			x		x		x
76		x	x			x	x	
77		x	x			x		x
78		x	x			x		x
79		x				x		
80		x	x			x		x
81	x					x		
82	x				x			
83	x		x			x	x	
84		x				x		
85	x			x		x	x	
86		x				x		
87	x				x			
TOTAIS	54	33	11	22	7	80	20	13

## 2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Nº DE ORDEM	As contas de resultado fo- ram atualiza- das a partir da formação ?		As perdas nos estoques foram acrescidas no CMV ?		Depreciação, Amortização e Equiv. Patr. foram apura- das em OTN ?		Os ganhos e perdas foram reduzidos de suas respecti- vas despesas e receitas ?		Ganhos e per- das dos Ativos e passivos não remunerados fo- ram considera- dos no R. Oper?		Nos Balanços Intermediários o IR e Partic. foram mantidos em OTN ?		Foi concilia- da a diferen- ça entre o lu- cro líquido a purado pelos 2 sistemas ?	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
01	x		x		x		x		x					
02	x		x		x		x		x					
03	x		x		x		x		x					
04	x		x		x		x		x				x	
05	x		x		x		x		x		IR			
06	x				x		x		x		IR			
07	x				x		x		x					
08	x				x		x		x		IR,P			
09	x				x		x		x		IR,P			
10	x				x		x		x		IR,P			
11	x		x		x		x		x				x	
12	x		x		x		x		x				x	
13	x				x		x		x		P			
14	x		x		x		x		x				x	
15	x		x		x		x		x				x	
16	x				x		x		x					
17	x				x		x		x					
18	x		x		x		x		x					
19	x				x		x		x				x	
20	x		x		x		x		x				x	
21	x		x		x		x		x					
22	x		x		x		x		x					
23	x		x		x		x		x					
24	x		x		x		x		x					
25	x		x		x		x		x					
26	x		x		x		x		x					
27	x		x		x		x		x					
28	x		x		x		x		x					
29	x		x		x		x		x				x	
30	x		x		x		x		x					

## ANEXO Nº 01-A

## 2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Nº DE ORDEM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
31	x		x		x		x		x					
32	x		x		x		x		x					
33	x		x		x		x		x					
34	x		x		x		x		x					
35	x		x		x		x		x				x	
36	x		x		x		x		x					
37	x		x		x		x		x					x
38	x		x		x		x		x				x	
39	x		x		x		x		x					
40	x		x		x		x		x				x	
41	x				x		x		x					
42	x		x		x		x		x					
43	x		x		x		x		x					
44	x		x		x		x		x					
45	x		x		x		x		x					
46	x		x		x		x		x					
47	x		x		x		x		x				x	
48	x		x		x		x		x					
49	x		x		x		x		x					
50	x		x		x		x		x					
51	x		x		x		x		x				x	
52	x		x		x		x		x				x	
53	x		x		x		x		x					
54	x		x		x		x		x					
55	x		x		x		x		x				x	
56	x		x		x		x		x				x	
57	x		x		x		x		x				x	
58	x		x		x		x		x					
59	x		x		x		x		x					
60	x		x		x		x		x				x	
61	x		x		x		x		x				x	
62	x		x		x		x		x				x	
63	x		x		x		x		x				x	
64	x		x		x		x		x				x	
65	x		x		x		x		x				x	
66	x		x		x		x		x				x	

## 2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Nº DE ORDEM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
67	x		x		x		x		x				x	
68	x		x		x		x		x					
69	x		x		x		x		x					
70	x		x		x		x		x					
71	x		x		x		x		x				x	
72	x		x		x		x		x					
73	x		x		x		x		x					
74	x		x		x		x		x					
75	x		x		x		x		x					
76	x		x		x		x		x				x	
77	x		x		x		x		x				x	
78	x		x		x		x		x				x	
79	x		x		x		x		x				x	
80	x		x		x		x		x				x	
81	x		x		x		x		x					
82	x		x		x		x		x					
83	x		x		x		x		x					
84	x		x		x		x		x				x	
85	x		x		x		x		x					
86	x		x		x		x		x				x	
87	x		x		x		x		x					
	87		76		87		87		87		51R 4 P		32	1

## 03 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - DOAR

Nº DE ORDEM	Os recursos gerados foram obtidos em OTN ?		Os demais recursos obtidos foram escriturados OTN?		Os recursos aplicados foram convertidos em OTN?		CCL do ano anterior foi convertido em OTN ?		As Inst. Financeiras apresentaram DOAR pela C.I. ?	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
01	X		X		X			X		
02	X		X		X			X		
03	X		X		X			X		
04	X		X		X			X		
05	X		X		X			X		
06										X
07										X
08										X
09										X
10										X
11	X		X		X			X		
12	X		X		X			X		
13	X		X		X			X		
14	X		X		X			X		
15	X		X		X			X		
16	X		X		X			X		
17	X		X		X			X		
18	X		X		X			X		
19	X		X		X			X		
20	X		X		X			X		
21	X		X		X			X		
22	X		X		X			X		
23	X		X		X			X		
24	X		X		X			X		
25	X		X		X			X		
26	X		X		X			X		
27	X		X		X			X		
28	X		X		X			X		
29	X		X		X			X		
30	X		X		X			X		
31	X		X		X			X		
32	X		X		X			X		
33	X		X		X			X		

## ANEXO Nº 01 - B

## 03 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - DOAR

Nº DE ORDEM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
34	X		X		X			X		
35	X		X		X			X		
36	X		X		X			X		
37	X		X		X			X		
38	X		X		X			X		
39	X		X		X			X		
40	X		X		X			X		
41	X		X		X			X		
42	X		X		X			X		
43	X		X		X			X		
44	X		X		X			X		
45	X		X		X			X		
46	X		X		X			X		
47	X		X		X			X		
48	X		X		X			X		
49	X		X		X			X		
50	X		X		X			X		
51	X		X		X			X		
52	X		X		X			X		
53	X		X		X			X		
54	X		X		X			X		
55	X		X		X			X		
56	X		X		X			X		
57	X		X		X			X		
58	X		X		X			X		
59	X		X		X			X		
60	X		X		X			X		
61	X		X		X			X		
62	X		X		X			X		
63	X		X		X			X		
64	X		X		X			X		
65	X		X		X			X		
66	X		X		X			X		
67	X		X		X			X		
68	X		X		X			X		
69	X		X		X			X		

## 03 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - DOAR

NºDE ORDEM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
70	x		x		x			x		
71	x		x		x			x		
72	x		x		x			x		
73	x		x		x			x		
74	x		x		x			x		
75	x		x		x			x		
76	x		x		x			x		
77	x		x		x			x		
78	x		x		x			x		
79	x		x		x			x		
80	x		x		x			x		
81	x		x		x			x		
82	x		x		x			x		
83	x		x		x			x		
84	x		x		x			x		
85	x		x		x			x		
86	x		x		x			x		
87	x		x		x			x		
TOTAIS	82		82		82			82		5

## ANEXO Nº 01 - C

## 04 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

NºORDEM	Os ajustes do exercício anterior foram ajustados pela OTN do mês do último Balanço ?			SIM	NÃO		SIM	NÃO
	SIM	NÃO						
01			35	x		73		
02	x		36	x		74		
03			37	x		75		
04	x		38	x		76		
05			39			77	x	
06	x		40			78		
07	x		41			79		
08	x		42			80	x	
09	x		43			81		
10	x		44			82	x	
11	x		45			83		
12	x		46	x		84		
13			47	x		85		
14	x		48			86	x	
15			49			87		
16			50	x		TOTAIS		
17			51				34	
18			52					
19			53					
20	x		54	x				
21	x		55	x				
22			56					
23			57	x				
24			58	x				
25			59	x				
26			60					
27	x		61					
28			62	x				
29			63	x				
30			64	x				
31			65					
32			66					
33			67					
34			68	x				
			69					
			70					
			71					
			72	x				



## 05 - NOTAS EXPLICATIVAS E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Nº DE ORDEM	As NE estão baseadas em valores pela CI e LS ?		O Relatório da Administ. foi baseado em dados planejamento Corrigidos ?		31	SIM	NÃO	SIM	NÃO	67	SIM	NÃO	SIM	NÃO
	SIM	NÃO	SIM	NÃO										
01	x			x	35	x		x		71	x			
02	x		x		36	x		x		72		x	x	
03	x		x		37	x			x	73		x	x	
04	x			x	38	x			x	74 <sup>o</sup>		x		x
05	x		x		39	x			x	75				
06	x		x		40	x			x	76	x		x	
07	x		x		41		x		x	77	x		x	
08	x		x		42	x			x	78	x		x	
09	x		x		43	x		x		79	x			x
10	x		x		44		x		x	80	x		x	
11	x		x		45	x		x		81	x		x	
12	x		x		46	x		x		82	x		x	
13	x		x		47	x		x		83	x		x	
14	x		x		48	x			x	84	x			x
15	x			x	49		x		x	85	x			x
16	x			x	50	x		x		86	x			x
17	x			x	51	x			x	87	x			x
18	x		x		52	x		x						
19		x		x	53		x		x	TOTAIS	74	13	51	36
20	x			x	54	x			x					
21	x		x		55	x		x						
22	x		x		56	x		x						
23	x		x		57	x		x						
24		x		x	58	x			x					
25	x		x		59	x		x						
26	x		x		60	x			x					
27		x	x		61	x		x						
28	x		x		62	x		x						
29	x		x		63	x		x						
30	x		x		64	x		x						
					65	x			x					
					66	x		x						

ANEXO Nº 01 - E  
06 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Nº DE OR-DEM	DC-C foi apresentada ao lado da LS aproveitando o termo logia ?		Os Balanços CI destacam o fato de se referirem à moeda 31.12.88?				31	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	67	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO														
							32	x	B				x	68		x		x		x
							33	x	B				x	69	x	B		x		x
							34	x	B				x	70	x	B	x			x
							35	x		x			x	71	x			x		x
							36		x	x			x	72	x	B		x		x
							37	x		x			x	73	x	B		x		x
							38	x		x			x	74	x	B		x		x
							39	x	B			x	x	75	x	B	x			x
							40	x				x	x	76	x		x			x
							41	x	B			x	x	77	x			x		x
							42	x				x	x	78º	x			x		x
							43	x	B	x			x	79	x			x		x
							44	x	B	x			x	80	x			x		x
							45	x	B		x		x	81	x	B		x		x
							46	x	B			x	x	82	x			x		x
							47	x				x	x	83	x	B		x		x
							48	x	B	x			x	84	x			x		x
							49	x	B			x	x	85	x	B		x		x
							50	x	B			x	x	86	x		x			x
							51	x				x	x	87	x			x		x
							52	x				x	x							
							53	x	B			x	x	TOTAIS	33	54B	26	61		87
							54	x	B			x	x							
							55	x				x	x							
							56	x				x	x							
							57	x				x	x							
							58	x	B			x	x							
							59	x	B			x	x							
							60	x		x			x							
							61	x		x			x							
							62	x		x			x							
							63	x		x			x							
							64	x			x		x							
							65	x					x							
							66	x					x							
01	x	B		x		x														
02	x	B	x			x														
03	x	B	x			x														
04	x			x		x														
05	x	B		x		x														
06		x	x			x														
07		x		x		x														
08		x		x		x														
09		x	x			x														
10		x		x		x														
11	x			x		x														
12	x			x		x														
13		x	x			x														
14	x			x		x														
15	x			x		x														
16	x	B		x		x														
17	x	B		x		x														
18	x	B		x		x														
19	x		x			x														
20	x	B		x		x														
21	x	B	x			x														
22	x	B		x		x														
23	x	B		x		x														
24	x	B		x		x														
25	x	B		x		x														
26	x	B		x		x														
27	x	B	x			x														
28	x	B		x		x														
29	x		x			x														
30	x	B	x			x														

(B) - O Balanço não foi apresentado ao lado das Demonstrações pela Legislação Societária.

## ANEXO Nº 02

## 01 - LIQUIDEZ, ENDIVIDAMENTO, GRAU DE IMOBILIZAÇÃO E FATOR DE INSOLVÊNCIA DE KANITZ

Nº DE  ORDEM	A liquidez p/CI em relação à LS melhorou (m), piorou (p) ou permanece inalterada (i)?			O endividamento p/CI em relação à LS melhorou (m), piorou (p) ou permanece igual (i)?			O grau imobilização melhorou (m), piorou (p) ou permanece igual (i)?			CORREÇÃO INTEGRAL	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA	FATOR INSOLV. KANITZ					
												SOLVÊNCIA			PENUMBRA		
												Solvência			Penumbra		
	(m)	(i)	(p)	(m)	(i)	(p)	(m)	(i)	(p)	( C.I.)	( L.S.)	(m)	(i)	(P)	(m)	(i)	(p)
01		x			x			x		2,2752	2,2752		x				
02		x			x			x		0,1048	0,1048		x				
03		x			x			x		3,6967	3,6967		x				
04	x			x					x	1,0768	0,7452	x					
05		x			x			x		2,6111	2,6111		x				
06		x			x			x		1,1024	1,1024		x				
07		x			x			x		(1,4586)	(1,4586)					x	
08		x			x			x		1,0407	1,0407		x				
09		x			x			x		2,5791	2,5791		x				
10		x			x			x		2,4608	2,4608		x				
11	x			x					x	2,8108	2,8212			x			
12			x			x	x			2,6828	2,8452			x			
13		X			X			X		4,4500	4,4500		x				
14	x			x					x	4,7398	4,6746	x					
15	x			x					x	2,0250	2,0318			x			
16		x			x			x		3,5832	3,5832		x				
17		x			x			x		2,9600	2,9600		x				
18		x			x			x		1,1428	1,1428		x				
19		x		x					x	2,5263	2,5151	x					
20		x			x			x		1,7436	1,7436		x				
21		x			x			x		1,7814	1,7814		x				
22		x			x			x		0,6478	0,6478		x				
23		x			x			x		3,5008	3,5008		x				
24		x			x			x		2,9549	2,9549		x				
25		x			x			x		0,8894	0,8894		x				
26		x			x			x		1,8917	1,8917		x				
27		x			x			x		4,0981	4,0981		x				
28		x			x			x		4,2809	4,2809		x				
29			x		x				x	2,8866	3,1527			x			
30		x			x			x		5,9799	5,9799		x				

## ANEXO Nº 02 (Continuação)

Nº DE ORDEM	(m)	(i)	(p)	(m)	(i)	(p)	(m)	(i)	(p)	C.I.	L.S.	(m)	(i)	(p)	(m)	(i)	(p)
31		x			x			x		6,0889	6,0889		x				
32		x			x			x		3,1291	3,1291		x				
33		x			x			x		3,0167	3,0167		x				
34		x			x			x		1,0383	1,0383		x				
35			x			x	x			3,4008	4,0587			x			
36		x			x			x		4,8812	4,8812		x				
37	x			x					x	1,6802	1,2740	x					
38			x			x			x	4,7536	5,1112			x			
39		x			x			x		9,4791	9,4779	x					
40	x			x					x	2,0991	2,0934	x					
41		x			x			x		0,5034	0,5034		x				
42	x			x					x	2,0409	1,0019	x					
43		x			x			x		3,3060	3,3060		x				
44		x			x			x		3,6191	3,6191		x				
45		x			x			x		4,1312	4,1312		x				
46		x			x			x		3,7959	3,7959		x				
47	x			x					x	2,1991	2,2992			x			
48		x			x			x		3,3907	3,3907		x				
49		x			x			x		2,9144	2,9144						
50		x			x			x		0,5254	0,5254		x				
51			x			x			x	6,0758	6,6442			x			
52	x			x					x	0,7611	0,7863			x			
53		x			x			x		3,2067	3,2067		x				
54		x			x			x		2,3083	2,3083		x				
55			x			x	x			4,9854	5,2634			x			
56	x					x			x	2,2447	2,2088	x					
57	x					x			x	5,3179	5,3759			x			
58		x			x			x		2,8494	2,8494		x				
59		x			x			x		9,9924	9,9924		x				
60			x			x			x	4,6178	4,6610			x			
61	x			x					x	2,8449	2,8414	x					
62	x			x					x	6,3969	6,6533			x			
63			x			x			x	5,3022	5,9634			x			
64	x			x					x	1,2630	1,0966	x					
65	x			x					x	1,6356	1,6671			x			
66	x			x			x			3,3712	3,3897			x			
67		x			x			x		1,7051	1,7051		x				

## ANEXO Nº 02 (Continuação)

	(m)	(i)	(p)	(m)	(i)	(p)	(m)	(i)	(p)	C.I.	L.S.	(m)	(i)	(p)	(m)	(i)	(p)
68	x			x					x	3,0013	2,5073	x					
69		x			x			x		1,4638	1,4638		x				
70		x			x			x		11,9453	11,9453		x				
71	x			x					x	2,4922	2,4640	x					
72		x			x			x		4,9531	4,9531		x				
73		x			x			x		1,8884	1,8884		x				
74		x			x			x		4,7615	4,7615		x				
75		x			x			x		4,5236	4,5236		x				
76	x			x					x	4,5725	4,5603	x					
77	x			x					x	1,1309	1,0619	x					
78	x			x					x	1,9682	2,0182			x			
79	x			x					x	(2,2382)	(2,3749)				x		
80			x	x					x	8,4854	8,4865						
81		x			x			x		1,6580	1,6580		x				
82		x			x			x		2,8906	2,8906		x				
83		x			x			x		3,4404	3,4404		x				
84	x			x					x	1,8114	1,8008	x					
85	x			x					x	0,7619	0,1185	x					
86		x			x			x		(0,4411)	(0,4411)					x	
87		x			x			x		4,4775	4,4775		x				
TOTAIS	24	54	9	26	54	7	4	53	30			16	51	17	1	2	

## 1 - MARGEM OPERACIONAL, MARGEM LÍQUIDA E RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO

NºORDEM		A Margem Operacional pela C.I. é Maior(M) ou menor(m) que a da Le gislação Societária ?										A Margem Líquida pela C.I. é Maior(M) ou menor(m) que a da Legislação Societária ?										O Retorno sobre o Patrimônio Li quido pela C.I. é Maior(M) Ou menor(m) que o da L.Societária?									
		RENTABILIDADE:Mar gem Operacional		CI		CI		CI		CI		RENTABILIDADE: Margem Líquida		CI		CI		CI		CI		RENTABILIDADE: Retorno s/ PL		CI		CI		CI		CI	
		C.I.	L.S.	M	m	M	m	M	m	M	m	C.I.	L.S.	M	m	M	m	M	m	M	m	C.I.	L.S.	M	m	M	m	M	m	M	m
01		( 0,1690)	( 0,5187)							x		( 0,1684)	( 0,2823)	x								( 0,0928)	( 0,0928)	i							
02		( 0,2977)	( 1,4557)	x								( 0,3565)	( 0,5968)	x								( 0,3888)	( 0,3888)	i							
03		( 0,0056)	0,3699							x		( 0,0026)	( 0,0045)	x								( 0,0033)	( 0,0033)	i							
04		( 0,0375)	0,3699							x		( 0,0378)	( 0,0045)		x							( 0,0804)	( 0,0289)		x						
05		0,2028	0,1343								x	0,0748	0,1244									0,1780	0,1780								i
06		0,0566	0,2829									0,0396	0,0585									0,1143	0,1143								i
07		0,1515	0,1348								x	0,0230	0,0190							x		0,2908	0,2908								i
08		0,0604	0,0547								x	0,0348	0,0409								x	0,2707	0,2707								i
09		0,0092	0,1234									0,0061	0,0164								x	0,0907	0,0907								i
10		0,0408	0,0834									0,0342	0,0459								x	0,1510	0,1510								i
11		( 0,1528)	( 0,0255)		x							( 0,1526)	( 0,2379)	x								( 0,2481)	( 0,2465)		x						
12		0,1231	0,1774									0,0753	0,1292									0,2976	0,2958								x
13		0,8207	0,8781									0,8158	0,8138								x	0,1819	0,1819								i
14		( 0,0052)	0,1808								x	0,0058	( 0,0393)			x						0,0073	( 0,0383)			x					
15		0,0017	( 0,1637)				x					0,0177	0,0155								x	0,0218	0,0137								x
16		0,1918	( 0,0184)				x					0,1478	0,2306								x	0,1342	0,1342								i
17		( 0,0872)	0,5880								x	( 0,0826)	( 0,0938)	x								( 0,0083)	( 0,0083)	i							
18		( 0,0641)	( 0,1075)	x								( 0,0642)	( 0,1065)	x								( 0,6931)	( 0,6931)	i							
19		0,0840	3,3016									0,9860	1,0036									0,0231	( 0,0477)			x					
20		0,0990	0,1844									0,0926	0,1496									0,0803	0,0803								i
21		0,0597	0,0156									0,0449	0,0744									0,0304	0,0304								i
22		( 0,0478)	( 2,3900)	x								( 0,0798)	( 0,1189)	x								( 0,0466)	( 0,0466)	i							
23		0,2398	( 0,5183)				x					0,4285	0,6275									0,0838	0,0838								i
24		0,0211	0,1037									0,0148	0,0237									0,0301	0,0301								i
25		0,1043	( 0,0289)				x					0,0677	0,1096									0,0413	0,0413								i
26		0,1715	0,1692								x	0,1245	0,1941									0,1200	0,1200								i
27		0,0816	0,3192									0,0922	0,1492									0,0386	0,0386								i
28		0,0220	0,1427									0,0178	0,0291									0,0351	0,0351								i
29		( 0,3543)	( 0,2361)		x							( 0,4220)	( 1,2344)	x								( 0,2986)	( 0,5600)	x							
30		0,2744	0,2629								x	0,1311	0,2033									0,0887	0,0887								

## 1 - MARGEM OPERACIONAL, MARGEM LÍQUIDA E RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Nº	MARGEM OPERACIONAL		MARGEM LÍQUIDA								RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
	A Margem Operacional pela C.I. é		A Margem Líquida pela C.I. é								O Retorno sobre o Patrimônio Li							
	Maior(M) ou menor(m) que a da Le		Maior(M) ou menor(m) que a da								guido pela C.I. é Maior(M) Ou							
	gislação Societária ?		Legislação Societária ?								menor(m) que o da L.Societária?							
	RENTABILIDADE: Mar		CI		CI		CI		CI		RENTABILIDADE:		CI		CI		CI	
	gem Operacional		-	-	+	-	-	+	+	+	Margem Líquida		-	-	+	-	-	+
	C.I.	L.S.	M	m	M	m	M	m	M	m	C.I.	L.S.	M	m	M	m	M	m
31	(0,1273)	0,1276						x			(0,1260)	(0,2067)	x					
32	0,0869	0,0232							x		0,0870	0,1473						i
33	0,0334	0,0735								x	0,0240	0,0382						i
34	0,0025	(0,3064)			x						0,0048	0,0074						i
35	0,1581	0,4282							x		0,1119	0,1509						x
36	0,1006	0,4348							x		0,0932	0,1479						i
37	(0,0869)	(0,2743)	x								(0,0961)	(0,4759)	x					
38	0,0020	0,3253							x		0,0213	(0,0023)			x			
39	0,0132	0,4211							x		0,0066	(0,0232)			x			
40	0,0921	0,1065							x		0,0601	0,0868						x
41	0,1972	(2,0277)			x						0,1972	0,1972				i		i
42	(0,1584)	(0,2798)	x								(0,1563)	(0,5185)	x					
43	0,3222	0,2778							x		0,2695	0,4383				x		i
44	0,1425	0,4466							x		0,1154	0,1915				x		i
45	0,0676	0,2280							x		0,0319	0,0418				x		i
46	0,1479	0,0800							x		0,0957	0,1649				x		i
47	0,0145	(0,0351)			x						0,0361	0,0044			x			x
48	(0,1167)	0,0568				x					(0,1163)	(0,1771)	x					
49	0,0797	0,3257							x		0,1052	0,2033				x		i
50	(0,5245)	(0,5629)	x								(0,5516)	(0,8455)	x					
51	0,1475	0,5501							x		0,0878	0,1021				x		x
52	0,1042	(0,0663)			x						0,0869	0,1001				x		x
53	0,2033	0,1602							x		0,1994	0,2945				x		i
54	0,0044	0,0849							x		0,1219	0,0374				x		i
55	0,0346	0,1923							x		0,0156	0,0390				x		
56	(0,0993)	(0,2256)	x								(0,1136)	(0,2662)	x					
57	0,0887	0,4160							x		0,0685	0,1044				x		x
58	(0,0730)	0,0758						x			(0,0926)	(0,1564)	x					
59	0,0355	0,4890						x			0,0244	0,0370				x		i
60	0,0298	0,2004						x			0,0191	0,0300				x		x

MARGEM OPERACIONAL, MARGEM LÍQUIDA E RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO LÍQUIDO																															
NºORDEM	A Margem Operacional pela C.I. é Maior(M) ou menor(m) que a da Legislação Societária ?										A Margem Líquida pela C.I. é Maior(M) ou menor(m) que a da Legislação Societária ?										O Retorno sobre o Patrimônio Líquido pela C.I. é Maior(M) ou menor(m) que o da L.Societária?										
	RENTABILIDADE: Margem Operacional		CI		CI		CI		CI		RENTABILIDADE: Margem Líquida		CI		CI		CI		CI		RENTABILIDADE: Retorno s/ PL		CI		CI		CI		CI		
	C.I.	L.S.	M	m	M	m	M	m	M	m	C.I.	L.S.	M	m	M	m	M	m	M	m	C.I.	L.S.	M	m	M	m	M	m	M	m	
61	(0,0189)	0,2291						x			0,0167	(0,0361)			x						0,0384	(0,0698)			x						
62	0,0842	0,3329							x		0,0785	0,0688							x		0,0804	0,0624								x	
63	0,1461	0,3648								x	0,0943	0,1077							x		0,0809	0,0562								x	
64	(0,1205)	(0,0761)		x							(0,0928)	(0,2284)	x								(0,2478)	(0,4363)	x								
65	(0,1110)	(0,1063)		x							(0,1059)	(0,2273)	x								(0,2693)	(0,4018)	x								
66	0,0012	0,1232							x		(0,0047)	(0,0145)	x								(0,0257)	(0,0512)	x								
67	0,5354	0,6696							x		0,5385	0,6531							x		0,1158	0,1158							i		
68	(0,0060)	0,0413						x			(0,0024)	(0,4099)	x								(0,0026)	(0,3790)	x								
69	(0,0754)	(0,3477)	x								0,0040	0,0070							x		0,0212	0,0212							i		
70	0,2494	0,7171							x		0,2501	0,3816							x		0,1433	0,1433							i		
71	(0,0084)	0,0251						x			0,0166	0,0070							x		0,0282	0,0075							x		
72	(0,0297)	0,1424						x			(0,0098)	(0,0150)	x								(0,0364)	(0,0364)	i								
73	0,0120	(0,0082)				x					0,0123	0,0196							x		0,0173	0,0173							i		
74	0,1336	0,3542							x		0,1004	0,1608							x		0,2302	0,2302							i		
75	0,0476	0,3516							x		0,0287	0,0505							x		0,0495	0,0495							i		
76	0,0981	0,2696							x		0,0870	0,0997							x		0,1314	0,1028							x		
77	(0,5387)	(1,8070)	x								(0,5200)	1,2492)	x								(0,2920)	(0,6105)	x								
78	(0,2622)	(0,0996)		x							(0,2414)	(0,4545)	x								(0,1659)	(0,2085)	x								
79	(0,2381)	(1,7577)	x								(0,2448)	(0,4510)	x								(1,1718)	(1,3114)	x								
80	3,0268	8,5572							x		2,9144	2,3932							x		0,1255	0,0679							x		
81	0,1217	(0,5790)				x					0,1458	0,2302							x		0,0390	0,0390							i		
82	0,0903	0,1651							x		0,0512	0,0804							x		0,1649	0,1649							i		
83	0,1237	0,1880							x		0,1002	0,1293							x		0,1258	0,1258							i		
84	0,0786	0,0069						x			0,0438	0,0110							x		0,0562	0,0105							x		
85	(0,2408)	(1,1596)	x								(0,1899)	(0,3124)	x								(0,6849)	(0,9451)	x								
86	(0,0240)	(0,0845)	x								(0,0241)	(0,0510)	x								(0,2057)	(0,2057)							i		
87	(0,0283)	0,1379						x			(0,0278)	(0,0469)	x								(0,0791)	(0,0791)	i								
			12	5	10			1	12	11	36			26	1	4				8	47			12	2	5			16		
																							12						40		



## ANEXO Nº 4 ( Continuação )

NºORDEM	M	I	m	M	I	m	M	I	m	AA	AR	RA	RR	I	M	I	m	M	I	m	AR	RA	
31								x				xi			x							x	
32		x								xi					x							x	
33		x								xi												x	
34		x								xi					x								
35			x									xd					x						
36		x								xi												x	
37									x			xd								x			
38				x						xd												x	
39								x				xi										x	
40	x									xd					x								
41		x								xi											x		
42								x				xd								x			
43		x								xi							x						
44		x								xi												x	
45		x								xi							x						
46		x								xi							x						
47	x									xd							x						
48								x				xi										x	
49		x								xi										x			
50								x				xi								x			
51	x									xd							x						
52	x									xd								x					
53		x								xi											x		
54		x								xi													
55			x									xd										x	
56								x				xd											
57	x									xd							x						
58								x				xi											
59		x								xi							x						
60	x									xd							x						
61				x						xd													x
62	x									xd							x						
63	x									xd							x						
64									x			xd						x					

## ANEXO Nº 4 ( Continuação)

[illegible]

## ANEXO Nº 05

### ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS (1986 e 1987)

#### LEGENDA:

#### ANÁLISE VERTICAL

A = aumentou a participação percentual em relação ao ativo e passivo total em 1987, tomando-se como base o balanço patrimonial de 1986.

D = diminuiu a participação percentual em relação ao ativo e passivo total em 1987, tomando-se como base o balanço de 1986.

I = permanece igual a participação percentual em relação ao ativo ou passivo total em 1987, tomando-se como base o balanço patrimonial de 1986.

#### ANÁLISE HORIZONTAL

a = aumentou o item ou grupo em 1987 em relação à 1986.

d = diminuiu o item ou grupo em 1987 em relação à 1986.

i = permanece igual o item ou grupo em 1987 em relação à 1986.

#### OUTRAS INFORMAÇÕES

NE = não existe o item ou grupo no Balanço.

ND = não foi divulgado o Balanço de 1986.

## ANEXO Nº 05

## 1 - ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS ( 1986 e 19877 )

Nº DE ORDEM	ATIVO CIRCULANTE													ESTOQUES													REALIZ. A LONGO PRAZO																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
	A. VERTICAL						A. HORIZONTAL							A. VERTICAL						A. HORIZONTAL							A. VERTICAL						A. HORIZONTAL																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
	CI			LS			CI			LS				CI			LS			CI			LS				CI			LS			CI			LS																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
	A	D	I	A	D	I	a	d	i	a	d	i		NEND	A	D	I	A	D	I	a	d	i	a	d		i	NEND	A	D	I	A	D	I	a	d	i	a	d	i	NEND																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
01		x			x			x		x					x			x		x							x																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										</

## ANEXO Nº 05 (CONTINUAÇÃO)

## 1 - ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS ( 1986 e 19877 )

Nº DE ORDEM	ATIVO CIRCULANTE												ESTOQUES												REALIZ. A LONGO PRAZO																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
	A. VERTICAL						A. HORIZONTAL							A. VERTICAL						A. HORIZONTAL						A. VERTICAL						A. HORIZONTAL																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
	CI			LS				CI			LS				CI			LS				CI				LS				CI			LS																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
	A	D	I	A	D	I		a	d	i	a				d	i	NEND	A	D	I		A	D			I	a	d		i	a	d	i	NEND		A	D	I	A	D	I	a	d	i	a	d	i	NEND																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
31		x			x			x		x					X			x			x		x					x			x		x																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			

## ANEXO Nº 05 (CONTINUAÇÃO)

## 1 - ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS ( 1986 e 1987 )

Nº DE ORDEM	ATIVO CIRCULANTE										ESTOQUES										REALIZ. A LONGO PRAZO																	
	A. VERTICAL					A. HORIZONTAL					A. VERTICAL					A. HORIZONTAL					A. VERTICAL					A. HORIZONTAL												
	CI			LS		CI			LS		CI			LS		CI			LS		CI			LS		CI			LS									
	A	D	I	A	D	I	a	d	i	a	d	i	N	E	N	D	A	D	I	A	D	I	a	d	i	a	d	i	N	E	N	D						
61		x		x		x			x							x			x			x																
62	x			x		x			x							x			x			x																
63	x			x		x			x							x			x			x																
64		x		x		x			x							x			x			x																
65		x		x		x		x	x				x			x			x			x																
66		x		x		x			x		x					x			x			x																
67		x		x		x			x			x				x			x			x																
68	x			x		x			x			x				x			x			x																
69		x		x		x			x			x				x			x			x																
70	x			x		x			x			x				x			x			x																
71		x		x		x			x			x				x			x			x																
72	x			x		x			x			x				x			x			x																
73		x		x		x			x			x				x			x			x																
74	x			x		x			x			x				x			x			x																
75		x		x		x			x			x				x			x			x																
76	x			x		x			x			x				x			x			x																
77		x		x		x			x			x				x			x			x																
78		x		x		x			x			x				x			x			x																
79		x		x		x			x			x				x			x			x																
80	x			x		x			x			x				x			x			x																
81		x		x		x			x			x				x			x			x																
82		x		x		x			x			x				x			x			x																
83																																						
84		x		x		x			x			x				x			x			x																
85	x			x		x			x			x				x			x			x																
86		x		x		x			x			x				x			x			x																
87		x		x		x			x			x				x			x			x																
TOTAIS	29	56		25	60		38	47	83	2			2			43	26	23	138	24	129	170	1		14	2			41	38	64	235	84	540	77	7	1	2

## ANEXO Nº 05

## 1 - ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS ( 1986 e 19877 )

Nº DB ORDEM	PERMANENTE												IMOBILIZADO												PASSIVO CIRCULANTE															
	A. VERTICAL						A. HORIZONTAL						A. VERTICAL						A. HORIZONTAL						A. VERTICAL						A. HORIZONTAL									
	CI			LS			CI			LS			CI			LS			CI			LS			CI			LS			CI			LS						
	A	D	I	A	D	I	a	d	i	a	d	i	NEND	A	D	I	A	D	I	a	d	i	a	d	i	NEND	A	D	I	A	D	I	a	d	i	a	d	i	NEND	
01	x			x			x							x			x			x							x			x										
02		x			x			x						x			x			x							x				x									
03													x													x													x	
04	x			x			x							x			x			x																				
05	x			x			x							x			x			x																				
06		x			x			x							x			x			x							x												
07		x			x			x							x			x			x							x												
08	x			x			x								x			x			x							x												
09		x			x			x							x			x			x							x												
10	x			x			x								x			x			x							x												
11	x			x			x								x			x			x							x												
12	x			x			x								x			x			x							x												
13	x			x			x								x			x			x							x												
14	x			x			x								x			x			x							x												
15	x			x			x								x			x			x							x												
16		x			x			x								x			x									x												
17		x			x			x								x			x									x												
18		x			x			x								x			x									x												
19		x			x			x								x			x									x												
20	x			x			x								x			x			x							x												
21	x			x			x								x			x			x							x												
22	x			x			x								x			x			x							x												
23		x			x			x								x			x									x												
24	x			x			x									x			x									x												
25	x			x			x									x			x									x												
26		x			x			x								x			x									x												
27	x			x			x									x			x									x												
28	x			x			x									x			x									x												
29		x			x			x								x			x									x												
30		x			x			x								x			x									x												

## ANEXO Nº 05 ( CONTINUAÇÃO )

## 1 - ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS ( 1986 e 19877 )

Nº DE ORDEM	PERMANENTE															IMOBILIZADO															PASSIVO CIRCULANTE																		
	A. VERTICAL							A. HORIZONTAL								A. VERTICAL							A. HORIZONTAL								A. VERTICAL							A. HORIZONTAL											
	CI			LS				CI			LS					CI			LS				CI			LS					CI			LS				CI			LS								
	A	D	I	A	D	I	a	d	i	a	d	i	N	E		N	D	A	D	I	A	D	I	a	d	i	a	d	i		N	E	N	D	A	D	I	A	D	I	a	d	i	a	d	i	N	E	N
31	x			x			x			x						x			x			x			x							x			x			x			x								
32	x			x			x			x						x			x			x			x							x			x			x			x								
33		x			x		x			x									x			x			x							x			x			x			x								
34	x			x			x			x									x			x			x							x			x			x			x								
35		x			x		x			x									x			x			x							x			x			x			x								
36	x			x			x			x									x			x			x							x			x			x			x								
37	x			x			x			x									x			x			x							x			x			x			x								
38	x			x			x			x									x			x			x							x			x			x			x								
39	x			x			x			x									x			x			x							x			x			x			x								
40		x			x		x			x									x			x			x							x			x			x			x								
41		x			x		x			x									x			x			x							x			x			x			x								
42	x			x			x			x									x			x			x							x			x			x			x								
43		x			x			x											x			x			x							x			x			x			x								
44	x			x			x			x									x			x			x							x			x			x			x								
45		x			x		x			x									x			x			x							x			x			x			x								
46	x			x			x			x									x			x			x							x			x			x			x								
47	x			x			x			x									x			x			x							x			x			x			x								
48	x			x				x											x			x			x							x			x			x			x								
49	x			x			x			x									x			x			x							x			x			x			x								
50	x			x			x			x									x			x			x							x			x			x			x								
51	x			x			x			x									x			x			x							x			x			x			x								
52	x			x			x			x									x			x			x							x			x			x			x								
53		x			x		x			x									x			x			x							x			x			x			x								
54	x			x			x			x									x			x			x							x			x			x			x								
55	x			x			x			x									x			x			x							x			x			x			x								
56	x			x			x			x									x			x			x							x			x			x			x								
57		x			x		x			x									x			x			x							x			x			x			x								
58	x			x				x											x			x			x							x			x			x			x								
59	x			x			x			x									x			x			x							x			x			x			x								
60	x			x			x			x									x			x			x							x			x			x			x								



## ANEXO Nº 05 ( CONTINUAÇÃO )

## 1 - ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS ( 1986 e 1987 )

Nº DE ORDEM	PERMANENTE											IMOBILIZADO											PASSIVO CIRCULANTE													
	A. VERTICAL					A. HORIZONTAL							A. VERTICAL					A. HORIZONTAL						A. VERTICAL					A. HORIZONTAL							
	CI			LS			CI			LS					CI			LS						CI			LS									
	A	D	I	A	D		I	a	d	i					a	d	i	N	E					N	D	A	D	I					A	D	I	a
61	x			x			x																													
62		x			x		x			x																										
63		x		x					x	x																										
64	x			x			x			x																										
65	x			x			x			x																										
66	x			x			x			x																										
67	x			x					x	x																										
68		x		x					x	x																										
69	x			x			x			x																										
70	x			x			x			x																										
71	x			x			x			x																										
72		x			x		x			x																										
73	x			x			x			x																										
74		x			x		x			x																										
75	x			x			x			x																										
76		x			x		x			x																										
77	x			x			x			x																										
78	x			x			x			x																										
79	x			x					x	x																										
80		x			x		x			x																										
81	x			x			x			x																										
82	x			x			x			x																										
83																																				
84	x			x			x			x																										
85		x		x			x			x																										
86	x			x			x			x																										
87	x			x			x			x																										
TOTAIS	5	7	2	8			6	5	2	0																										

## ANEXO Nº 05

## 1 - ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS ( 1986 e 1987 ) E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ( 1986 e 1987 )

Nº DE ORDEM	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO										PATRIMÔNIO LÍQUIDO										RECEITA LÍQUIDA												
	A. VERTICAL					A. HORIZONTAL					A. VERTICAL					A. HORIZONTAL					A. VERTICAL					A. HORIZONTAL							
	CI			LS		CI			LS		CI			LS		CI			LS		CI			LS		CI			LS				
	A	D	I	A	D	I	a	d	i	a	d	i	N	E	N	D	A	D	I	A	D	I	a	d	i	a	d	i	N	E	N	D	
01	x			x			x			x			x							x			x			x							
02	x			x			x			x			x							x			x			x							
03																																	
04	x			x			x			x			x							x			x			x							
05	x			x			x			x			x							x			x			x							
06		x			x			x			x			x						x				x			x						
07		x			x				x				x							x				x			x						
08	x			x			x			x			x							x				x			x						
09	x			x			x			x			x							x				x			x						
10	x			x				x			x			x						x				x			x						
11	x			x			x			x			x							x				x			x						
12	x			x			x			x			x							x				x			x						
13																				x													
14		x			x			x			x			x						x				x			x						
15		x			x			x			x			x						x				x			x						
16		x			x			x			x			x						x				x			x						
17		x			x			x			x			x						x				x			x						
18	x			x			x			x			x							x				x			x						
19		x			x			x			x			x						x				x			x						
20	x			x			x			x			x							x				x			x						
21		x			x			x			x			x						x				x			x						
22	x			x			x			x			x							x				x			x						
23		x			x			x			x			x						x				x			x						
24	x			x			x			x			x							x				x			x						
25	x			x			x			x			x							x				x			x						
26		x			x			x			x			x						x				x			x						
27	x			x			x			x			x							x				x			x						
28	x			x			x			x			x							x				x			x						
29	x			x			x			x			x							x				x			x						
30		x			x			x			x			x						x				x			x						

1 - ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS ( 1986 e 19877 ) E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DE ( 1986 e 1987)

[illegible]

## ANEXO Nº 05 (CONTINUAÇÃO )

1 - ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS ( 1986 e 19877 ) E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DE (1986 e 1987)

[illegible]

## ANEXO Nº 05

1 - ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS ( 1986 e 19877 ) E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS DE( 1986 e 1987)

Nº DE ORDEM	CUSTO MERC./PROD.E/OU SERV.											LUCRO BRUTO											DESP.GERAIS/VENDAS E ADMIN.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
	A.VERTICAL						A.HORIZONTAL					A.VERTICAL						A.HORIZONTAL					A.VERTICAL						A.HORIZONTAL																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																							
	CI			LS			CI			LS		NEND	CI			LS			NEND	CI			LS			NEND	CI			LS		NEND																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
	A	D	I	A	D	I	a	d	i	a	d		i	A	D	I	A	D		I	a	d	i	A	D		I	A	D	I	a		d	i	A	D	I	a	d	i	NEND																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											
01	x				x		x		x																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											

1 - ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS ( 1986 e 19877 ) E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ( 1986 e 1987)

Nº DE ORDEM	CUSTO MERC./PROD.E/OU SERV.												LUCRO BRUTO												DESP.GERAIS/VENDAS E ADMIN.														
	A. VERTICAL						A.HORIZONTAL						A. VERTICAL						A.HORIZONTAL						A. VERTICAL						A.HORIZONTAL								
	CI			LS			CI			LS			CI			LS			CI			LS			CI			LS			CI			LS					
	A	D	I	A	D	I	a	d	i	a	d	i	NEND	A	D	I	A	D	I	a	d	i	a	d	i	NEND	A	D	I	A	D	I	a	d	i	a	d	i	NEND
31	x			x			x		x					x			x		x		x					x			x			x		x					
32		x			x		x		x					x			x		x		x						x			x			x		x				
33	x				x		x								x			x		x		x					x			x			x		x				
34	x				x		x								x			x		x		x								x			x		x				
35	x				x		x								x			x		x		x								x			x		x				
36	x				x		x								x			x		x		x					x			x			x		x				
37	x			x			x								x		x		x		x									x			x		x				
38	x				x			x		x					x		x		x		x									x			x		x				
39	x				x			x		x					x		x		x		x									x			x		x				
40	x				x			x							x		x				x									x			x		x				
41	x			x				x								x		x		x		x					x			x			x		x				
42	x			x				x								x		x		x		x					x			x			x		x				
43	x				x			x								x				x		x								x			x		x				
44	x				x			x								x		x				x								x			x		x				
45	x				x			x								x		x		x		x								x			x		x				
46	x				x			x								x		x		x		x								x			x		x				
47	x			x				x								x		x		x		x								x			x		x				
48	x			x				x								x		x		x		x								x			x		x				
49			x	x				x							x		x		x		x						x			x			x		x				
50	x			x				x							x		x		x		x									x			x		x				
51		x			x			x							x		x		x		x						x			x			x		x				
52	x				x			x							x		x		x		x						x			x			x		x				
53	x				x			x							x		x		x		x						x			x			x		x				
54	x				x			x							x		x		x		x						x			x			x		x				
55		x			x			x							x		x		x		x						x			x			x		x				
56	x				x			x							x		x		x		x						x			x			x		x				
57	x				x			x							x		x		x		x									x			x		x				
58	x				x			x							x		x		x		x						x			x			x		x				
59	x				x			x							x		x		x		x						x			x			x		x				
60	x				x			x							x		x		x		x						x			x			x		x				

## ANEXO Nº 05 (CONTINUAÇÃO)

1 - ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL DOS BALANÇOS PATRIMONIAIS ( 1986 e 19877 ) E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ( 1986 e 1987 )

Nº DE ORDEM	CUSTO MERC./PROD.E/OU SERV.											LUCRO BRUTO											DESP.GERAIS/VENDAS E ADMIN.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
	A. VERTICAL						A. HORIZONTAL					A. VERTICAL						A. HORIZONTAL					A. VERTICAL						A. HORIZONTAL																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
	CI			LS			CI			LS		CI			LS			CI			LS		CI			LS		CI			LS																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
	A	D	I	A	D	I	a	d	i	a	d	i	N	E	N	D	A	D	I	A	D	I	a	d	i	a	d	i	N	E	N	D	A	D	I	A	D	I	a	d	i	a	d	i	N	E	N	D																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													
61																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																													

**ANEXO Nº 6 - BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Nº DE ORDEM	DISPONIBILIDADES		CRÉDITOS DIVERSOS		ESTOQUES	
	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.
34	15.784	15.784	403.949	403.949	564.299	564.299
35	83.092	83.092	9.883.861	9.883.861	3.101.940	2.673.558
36	578.410.	578.410	470.832	470.832	193.840	193.840
37	23.635	23.635	102.038	102.038	255.935	150.668
38	58.583	58.583	1.187.201	1.187.201	1.404.907	1.142.194
39	157.467	157.467	199.020	199.020	221.704	221.704
40	59.900	59.900	1.224.338	1.224.338	1.237.015	1.099.873
41	94.465	94.465	21.023	21.023	-	-
42	55.806	55.806	526.036	526.036	644.446	644.446
43	180.675	180.675	4.867.001	4.867.001	1.313.620	1.313.620
44	43.928	43.928	178.436	178.436	155.755	155.755
45	219.382	219.382	948.786	948.876	398.111	398.111
46	50.173	50.173	382.292	382.292	174.428	174.428
47	527.958	527.958	1.520.849	1.678.900	2.562.679	2.126.737
48	161.329	161.329	344.267	344.267	387.837	387.837
49	13.580	13.580	112.382	112.382	8.449	8.449
50	15.381	15.381	124.851	124.851	152.218	152.218
51	451.093	451.093	589.231	589.231	1.520.548	1.173.135
52	31.417	31.417	253.281	253.281	383.030	338.286
53	1.242.107	1.242.107	52.316.900	52.316.900	310.318	310.318
54	6.358	6.358	183.255	183.255	234.076	234.076
55	332.892	332.892	47.316	47.316	31.927	31.927
56	8.748	8.748	177.400	177.094	167.524	126.188
57	527.430	527.430	1.492.671	1.492.671	1.939.509	1.830.824
58	16.267	16.267	132.503	132.503	89.886	89.886
59	643.881	643.881	7.962.543	7.962.543	2.022.975	2.022.975
60	897.998	897.998	5.767.995	5.834.583	3.200.492	3.126.877
61	182.287	182.287	1.391.974	1.391.974	1.028.645	867.190
62	47.842	47.842	4.237.450	4.612.091	2.121.965	1.774.805
63	169.137	169.137	172.244	172.244	343.351	243.534
64	10.398	10.398	184.413	184.413	651.518	503.170
65	37.600	37.600	328.946	330.869	414.106	298.734
66	12.252	12.252	381.168	381.168	228.350	216.875



ANEXO Nº 6 - BALANÇOS PATRIMONIAIS

Nº DE ORDEM	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		INVESTIMENTOS		IMOBILIZADO	
	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.
01	421.012	421.012	26.809	26.809	1.023.741	1.023.741
02	3.502.721	3.502.721	3.800.511	3.800.511	36.314.720	36.314.720
03	4.825	4.825	515.319	515.319	391.036	391.036
04	1.000	1.000	34	345	244.652	244.652
05	13.652	13.652	670.821	670.821	264.339	264.339
06	562.627.312	562.627.312	90.489.834	90.489.834	60.130.452	60.130.452
07	19.860.384	19.860.384	257.597	257.597	568.859	568.859
08	196.827.412	196.827.412	24.824.333	24.824.333	13.720.811	13.720.811
09	65.799.633	65.799.633	151.456	151.456	3.814.188	3.814.188
10	14.475.103	14.475.103	29.267.754	29.267.754	24.297.339	24.297.339
11	432.977	432.977	28.066	28.066	595.633	595.633
12	28.621	26.335	111.834	111.834	526.000	526.000
13	592	592	10.409.764	10.409.764	47.985	47.985
14	26.024	26.024	156.550	156.550	6.541	6.541
15	63.173	63.173	334.781	334.781	1.613.138	1.613.138
16	2.871	2.871	66.961	66.961	1.479.163	1.479.163
17	943.215.149	943.215.149	615.194.920	615.194.920	2.051.502	2.051.502
18	13.814	13.814	4.077	4.077	399.197	399.197
19	429.908	429.908	15.514.984	14.491.363	17.020	17.020
20	565.738	565.738	13.930.594	13.930.594	6.124.188	6.124.188
21	12.384	12.384	1.911.159	1.911.159	4.802.098	4.802.098
22	121.547	121.547	485.784	485.784	174.064.966	174.064.966
23	175.523	175.523	3.659.792	3.659.792	2.477.188	2.477.188
24	96.980	96.980	5.654	5.654	1.088.792	1.088.792
25	293.516	293.516	3.846.300	3.846.300	4.532.766	4.532.766
26	5.403.313	5.403.313	6.413.005	6.413.005	3.840.185	3.840.185
27	220.552	220.552	14.139.585	14.139.585	28.303.457	28.303.457
28	301.289	301.289	379.604	379.604	1.819.056	1.819.056
29	20.785	20.785	1.102.893	1.102.893	6.056.186	6.056.186
30	2.667.102	2.667.102	12.402.120	12.402.120	36.596.578	36.596.578
31	5.988	5.988	13.114	13.114	176.970	176.970
32	6.553	6.553	6.092	6.092	189.453	189.453
33	92.947	92.947	3.306.308	3.306.308	1.531.092	1.531.092

## ANEXO Nº 6 - BALANÇOS PATRIMONIAIS

Nº DE ORDEM	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		INVESTIMENTOS		IMOBILIZADO	
	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.
34	143.907	143.907	179.517	179.517	3.334.391	3.334.391
35	2.364.036	1.959.832	1.120.203	1.120.203	1.702.054	1.702.054
36	17.519	17.519	1.128.620	1.128.620	338.148	338.148
37	4.301	4.301.	3.002	3.002	365.977	365.977
38	157.205	157.205	7.084.274	7.053.482	1.106.337	1.106.337
39	20.759	20.759	8.918	8.918	713.478	713.478
40	62.144	62.144	17.391	17.391	1.403.359	1.403.359
41	8.472	8.472	5.542.777	5.542.777	432.601	432.601
42	356.861	356.861	754.814	754.814	1.529.438	1.529.438
43	959.832	959.832	22.609.853	22.609.853	15.490.026	15.490.026
44	27.389	27.389	414.364	414.364	464.140	464.140
45	136.960	136.960	92.590	92.590	372.572	372.572
46	72.998	72.998	319.502	319.502	647.019	647.019
47	32.204	32.204	243.921	243.921	3.492.123	3.344.593
48	59.723	59.723	119.771	119.771	324.084	324.084
49	337.533	337.533	903.698	903.698	514.004	514.004
50	80.729	80.729	198.119.	198.119	343.580	343.580
51	881.232	881.232	128.573	128.573	2.702.220	2.702.220
52	4.449	4.449	384.587	384.587	3.055.838	3.055.838
53	39.448.324	39.448.324	28.047.382	28.047.382	67.155.637	67.155.637
54	568	568	458.600	458.600	552.188	552.188
55	19.544	15.501	93.541	93.541	160.613	160.613
56	16.408	16.408	2.892	2.892	530.117	530.117
57	184.863	184.863	1.835.911	1.835.911	2.109.685	2.109.685
58	21.385	21.385	3.480	3.480	395.893	395.893
59	152.457	152.457	258.112	258.112	2.083.530	2.083.530
60	774.155	774.155	1.581.663	1.581.663	3.617.995	3.617.995
61	2.824	2.824	60.309	60.309	235.568	235.568
62	54.300	54.300	1.875.841	1.741.643	3.746.835	3.746.835
63	12.011	12.011	144.385	144.385	1.297.059	1.297.059
64	25.021	25.021	4.276	4.276	668.209	668.209
65	40.004	70.210	1.577	1.577	561.808	561.808
66	59.411	59.411	16.941	16.941	99.719	96.694

## ANEXO Nº 6 - BALANÇOS PATRIMONIAIS

Nº DE ORDEM	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		INVESTIMENTOS		IMOBILIZADO	
	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.
67	80.676	80.672	6.241.566	6.241.566	322.477	322.477
68	21.131	21.131	6.538	6.538	802.141	802.141
69	30.740	30.740	29.432	29.432	501.059	501.059
70	484.271	484.271	15.846.730	15.846.730	1.367.825	1.367.825
71	211.090	211.090	104.783	104.783	10.737.138	10.737.138
72	6.667	6.667	157.562	157.562	319.563	319.563
73	48.463.730	48.463.730	267.795.629	267.795.629	356.791.057	356.791.057
74	804.581	804.581	5.793.689	5.793.689	10.750.962	10.750.962
75	257.091	257.091	1.157.826	1.157.826	1.077.863	1.077.863
76	525.653	525.653	8.217.753	7.637.428	2.913.703	2.913.703
77	6.878	6.878	13.821.713	11.835.291	2.827.760	2.827.760
78	3.110.256	3.110.256	1.557.795	1.385.905	2.563.830	2.563.830
79	337.299	337.299	11.384	11.384	4.665.995	4.665.192
80	4.999	4.999	1.369.570	1.244.281	9.733	9.733
81	255.036	255.036	22.297.771	22.297.771	44.098.468	44.098.468
82	35.534	35.534	3.122	3.122	609.545	609.545
83	173.848	173.848	900.671	900.671	4.786.277	4.786.277
84	795.816	795.816	86.679	86.679	3.507.474	3.507.474
85	499.896	499.896	3.526.185	3.526.185	95.835.161	95.835.161
86	89.713	89.713	-	-	162.885	162.885
87	44.056	44.056	526.741	526.741	602.077	602.077
TOTAIS	1.920.508.889	1.919.898.558	1.278.521.264	1.274.211.129	1.085.908.529	1.085.757.171
MÉDIAS	22.074.815	22.067.800	14.695.647	14.646.105	12.481.472	12.479.967

## ANEXO Nº 6 - BALANÇOS PATRIMONIAIS

Nº DE ORDEM	DIFERIDO		PASSIVO CIRCULANTE		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.
01	21.976	21.976	202.106	202.106	285.600	285.600
02	10.833.232	10.833.232	14.566.698	14.566.698	22.531.792	22.531.792
03	-	-	251.376	251.376	131.102	131.102
04	32.017	32.017	265.129	265.129	56.531	56.531
05	-	-	405.666	405.666	194.693	194.693
06	749.122	749.122	3.176.653.896	3.176.653.896	678.825.017	678.825.017
07	23.717	23.717	10.737.317	10.737.317	20.966.453	20.966.453
08	2.099.086	2.099.086	186.720.586	186.720.586	186.311.833	186.311.833
09	44.411	44.411	58.362.513	58.362.513	65.268.811	65.268.811
10	1.681.741	1.681.741	303.386.354	303.386.354	15.886.220	15.886.220
11	-	-	258.222	258.222	472.765	472.765
12	59.929	59.929	823.566	763.964	97.579	97.579
13	-	-	765.761	765.761	-	-
14	917.797	917.797	633.845	633.845	63.989	63.989
15	135.837	135.837	457.679	457.679	508.141	508.141
16	31.510	31.510	412.693	412.693	243.515	243.515
17	-	-	321.628.526	321.628.526	774.925.696	774.925.696
18	-	-	323.706	323.706	545.559	545.559
19	-	-	2.598.151	2.598.151	1.382.366	1.382.366
20	4.720	4.720	6.535.646	6.535.646	673.493	673.493
21	9.571	9.571	1.027.717	1.027.717	123.697	123.697
22	19.168.078	19.168.078	32.833.116	32.833.116	94.968.050	94.968.050
23	119.057	119.057	359.436	359.436	784.515	784.515
24	-	-	642.425	642.425	198.986	198.986
25	36.681	36.681	1.917.983	1.917.983	640.831	640.831
26	13.849	13.849	5.907.649	5.907.649	1.115.491	1.115.491
27	4.055.740	4.055.740	4.121.472	4.121.472	2.620.057	2.620.057
28	21.543	21.543	1.095.489	1.095.489	429.171	429.171
29	4.714	4.714	5.211.259	4.464.451	365.285	365.285
30	8.678.428	8.678.428	7.862.546	7.862.546	3.094.207	3.094.207
31	-	-	56.369	56.369	7.742	7.742
32	1.982	1.982	134.871	134.871	61.966	61.966
33	-	-	2.384.938	2.384.938	-	-

ANEXO Nº 6 - BALANÇOS PATRIMONIAIS

Nº DE ORDEM	DIFERIDO		PASSIVO CIRCULANTE		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.
34	413.894	413.894	916.104	916.104	1.355.496	1.355.496
35	-	-	10.132.154	8.741.382	2.534.069	2.534.069
36	-	-	887.867	887.867	6.899	6.899
37	103.665	103.665	300.452	309.852	56.436	84.912
38	-	-	1.279.924	1.161.703	29.816	29.816
39	-	-	163.826	163.826	14.356	14.356
40	5.190	5.190	2.326.121	2.326.121	81.365	23.765
41	-	-	487.403	487.403	1.683.035	1.683.035
42	31.394	31.394	1.228.821	1.375.088	339.549	1.067.225
43	273.662	273.662	5.237.881	5.237.881	4.399.652	4.399.652
44	-	-	220.355	220.355	119.464	119.464
45	156.957	156.957	1.024.750	1.024.750	292.724	292.724
46	55.265	55.265	476.205	476.205	65.704	65.704
47	471.473	2.244	2.623.898	2.748.488	2.020.566	1.945.093
48	27.529	27.529	654.024	654.024	-	-
49	117.658	117.658	245.383	245.383	196.164	196.164
50	8.555	8.555	576.697	576.697	51.558	51.558
51	-	-	962.302	962.302	146.061	261
52	531.824	531.824	701.394	701.394	1.255.522	1.255.522
53	7.910.637	7.910.742	63.405.811	63.405.811	40.840.490	40.840.490
54	-	-	380.956	380.956	-	-
55	-	-	307.449	291.901	3.960	3.960
56	-	-	267.947	267.947	147.591	147.591
57	-	-	1.777.630	1.777.630	52.595	8.411
58	934	934	221.595	221.595	16.584	16.584
59	-	-	3.661.235	3.661.235	6.504	6.504
60	161.161	161.161	5.407.874	5.407.874	1.781.872	1.781.872
61	199.883	199.883	1.992.603	1.935.964	73.251	73.251
62	75.802	75.802	2.629.600	2.733.630	592.025	592.025
63	14.743	14.743	279.959	240.032	37.701	37.701
64	18.152	18.152	736.868	736.868	23.774	23.774
65	65.778	65.778	813.481	785.192	54.836	54.836
66	83.027	83.027	490.339	485.264	1.450	1.450

**ANEXO Nº 6 - BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Nº DE ORDEM	DIFERIDO		PASSIVO CIRCULANTE		EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	
	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.
67	-	-	423.221	423.221	6.912	6.912
68	118.104	118.104	485.173	485.172	37.196	37.196
69	25.108	25.108	517.465	517.465	150.439	150.439
70	342.106	342.106	1.401.101	1.401.101	106.901	106.901
71	181.828	181.828	6.455.911	6.456.062	906.325	906.325
72	82.618	82.618	667.263	667.263	487	487
73	1.230.281	1.230.281	327.787.137	327.787.137	109.390.428	109.390.428
74	-	-	14.719.351	14.719.351	1.171.463	1.171.463
75	-	-	1.222.447	1.222.447	37.334	37.334
76	-	-	5.059.810	5.059.792	327.590	319.652
77	226.295	226.295	4.301.123	4.301.123	4.436.195	4.436.195
78	1.057.969	1.057.969	3.820.168	3.660.790	324.813	324.813
79	1.170.392	1.170.392	1.572.032	1.572.032	4.727.873	4.727.873
80	-	-	377.024	377.024	-	-
81	5.031.276	5.031.276	8.057.800	8.057.800	5.960.835	5.960.835
82	8.078	8.078	534.637	534.637	85.603	85.603
83	82.149	82.149	2.902.877	2.902.877	793.399	793.399
84	1.067.909	1.067.909	4.510.247	4.510.247	352.783	169.988
85	695.291	695.291	35.716.947	36.576.864	74.817.604	74.817.604
86	-	-	241.650	241.650	121.833	121.833
87	6.762	6.762	1.041.394	1.041.394	34.086	34.086
TOTAIS	70.798.192	70.798.192	4.684.178.392	4.682.802.469	2.135.852.321	2.136.094.683
MÉDIAS	813.772	813.772	53.841.131	53.825.316	24.550.027	24.552.812

ANEXO Nº 6 - BALANÇOS PATRIMONIAIS

Nº DE ORDEM	RESULTADO EXERCÍCIOS FUTUROS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.		
01	-	- 8	1.228.605	1.228.605		
02	-	-	24.478.502	24.478.502		
03	-	-	1.133.983	1.133.983		
04	-	-	190.579	129.184		
05	-	-	847.422	847.422		
06	-	-	373.778.350	373.778.350		
07	3.693	3.693	1.710.883	1.710.883		
08	124.679	124.679	41.235.739	41.235.739		
09	125.729	125.729	17.637.546	17.637.546		
10	56.117	56.117	59.844.719	59.844.719		
11	-	-	655.650	647.629		
12	-	-	686.021	689.617		
13	-	-	10.518.213	10.518.213		
14	-	-	1.408.731	1.339.295		
15	-	-	1.731.998	1.717.694		
16	-	-	1.360.470	1.360.470		
17	-	-	687.506.709	687.506.709		
18	-	-	231.943	231.943		
19	-	-	13.760.427	12.736.806		
20	-	-	18.286.964	18.286.964		
21	-	-	6.635.619	6.635.619		
22	-	-	79.336.793	79.336.793		
23	-	-	5.683.055	5.683.055		
24	-	-	1.240.986	1.240.986		
25	-	-	7.139.321	7.139.321		
26	-	-	10.568.765	10.568.765		
27	-	-	47.474.720	47.474.720		
28	-	-	2.658.157	2.658.157		
29	-	-	9.320.952	8.075.222		
30	-	-	62.802.577	62.802.577		
31	-	-	250.033	250.033		
32	-	-	184.131	184.131		
33	-	-	5.240.472	5.240.472		

ANEXO Nº 6 - BALANÇOS PATRIMONIAIS

Nº DE ORDEM	RESULTADO EXERCÍCIOS FUTUROS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.		
34	-	-	2.784.141	2.784.141		
35	-	-	5.588.963	6.147.149		
36	-	-	1.832.603	1.832.603		
37	-	-	501.665	358.522		
38	-	-	9.688.767	9.513.483		
39	-	-	1.143.164	1.143.164		
40	-	-	1.601.851	1.522.309		
41	-	-	3.928.900	3.928.900		
42	-	-	2.330.425	1.456.482		
43	-	-	36.057.136	36.057.136		
44	-	-	944.193	944.193		
45	-	-	1.007.884	1.007.884		
46	-	-	1.159.768	1.159.768		
47	-	-	4.206.743	3.732.205		
48	-	-	770.516	770.516		
49	-	-	1.565.757	1.565.757		
50	-	-	295.178	295.178		
51	-	-	5.164.534	4.962.921		
52	-	-	2.687.510	2.642.766		
53	-	-	92.185.109	92.185.109		
54	-	-	1.054.089	1.054.089		
55	-	-	374.424	385.929		
56	-	-	487.551	445.909		
57	-	-	6.259.844	6.195.343		
58	-	-	422.169	422.169		
59	-	-	9.455.759	9.455.759		
60	-	-	8.811.713	8.804.686		
61	-	-	1.035.636	930.820		
62	-	-	8.938.410	8.727.663		
63	-	-	1.835.270	1.775.380		
64	-	-	781.345	652.997		
65	-	-	581.502	526.547		
66	-	-	389.079	379.654		



ANEXO Nº 6 - BALANÇOS PATRIMONIAIS

Nº DE ORDEM	RESULTADO EXERCÍCIOS FUTUROS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.		
67	-	-	6.376.881	6.376.881		
68	-	-	1.639.019	1.191.666		
69	-	-	318.256	318.256		
70	-	-	20.623.244	20.623.244		
71	502.698	502.698	11.348.291	10.924.157		
72	-	-	1.080.756	1.080.756		
73	-	-	556.043.774	556.043.774		
74	-	-	24.721.975	24.721.975		
75	-	-	3.486.724	3.486.724		
76	-	-	14.015.278	13.407.581		
77	-	-	11.032.131	8.847.345		
78	-	-	5.921.654	5.631.385		
79	-	-	883.382	830.003		
80	-	-	1.802.599	1.678.136		
81	1.750	1.750	61.648.551	61.648.551		
82	-	-	676.081	676.081		
83	-	-	6.719.239	6.719.239		
84	28.461	28.461	4.006.915	3.783.498		
85	-	-	20.431.757	17.063.243		
86	-	-	69.673	69.673		
87	-	-	1.708.667	1.708.667		
TOTAIS	843.127	843.127	2.467.195.480	2.454.948.090		
MÉDIAS	9.691	9.691	28.358.569	28.212.194		

ANEXO Nº 7 - DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Nº DE ORDEM	RECEITA LÍQUIDA		CMV		DESPESAS OPERACIONAIS	
	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.
01	677.135	403.884	552.093	205.768	404.313	402.679
02	26.694.438	15.944.817	21.984.968	10.403.981	10.323.981	30.971.412
03	1.430.570	825.634	1.037.990	329.640	373.628	375.180
04	404.933	237.033	243.635	107.431	179.947	265.658
05	2.017.700	1.212.798	1.561.390	805.630	417.704	500.635
06	1.079.276.787	730.081.399	716.789.251	230.639.182	347.703.353	292.910.135
07	21.669.676	26.204.499	20.456.677	15.208.459	4.841.863	7.369.359
08	320.763.758	273.063.050	233.684.832	211.627.670	53.463.231	45.913.242
09	264.446.075	97.429.889	242.920.701	58.968.018	22.264.871	26.438.004
10	264.501.721	205.189.174	202.527.676	136.337.694	65.996.284	52.414.063
11	1.065.597	671.057	870.863	374.122	531.159	752.545
12	2.710.481	1.579.396	1.809.643	959.946	609.945	502.367
13	2.345.606	2.450.473	-	-	297.735	385.653
14	1.777.874	1.303.384	971.459	499.525	549.356	647.683
15	2.133.362	1.514.176	1.553.720	901.626	668.235	1.237.686
16	1.235.851	791.850	-	-	1.072.245	812.830
17	69.149.578	60.898.364	-	-	70.439.466	831.953.961
18	2.503.176	1.510.056	2.324.465	1.173.466	257.611	534.553
19	322.301	605.445	-	-	711.925	3.254.954
20	15.867.984	9.815.832	15.140.227	7.884.204	5.750.148	4.089.345
21	4.488.887	2.707.085	4.771.090	2.441.079	487.176	429.802
22	46.362.504	31.118.872	-	-	52.904.854	107.147.590
23	1.111.294	758.811	-	-	1.039.480	1.323.215
24	2.522.343	1.575.158	1.764.339	792.866	532.442	724.031
25	4.359.645	2.692.423	3.808.634	2.031.374	887.802	1.597.264
26	10.187.964	6.532.695	8.538.160	4.889.171	2.187.891	2.236.702
27	19.907.723	12.297.547	16.925.861	7.880.500	3.458.135	3.393.926
28	5.236.684	3.209.431	4.463.280	2.347.358	591.564	886.470
29	6.594.780	3.663.102	6.756.180	2.688.432	1.312.043	2.687.313
30	42.466.309	27.389.543	28.567.570	16.461.406	3.959.408	7.757.692
31	446.089	272.009	366.226	151.420	103.034	103.129
32	684.898	404.492	506.657	255.456	330.131	175.569
33	21.224.266	13.350.958	20.782.480	12.054.290	848.467	944.575

## ANEXO Nº 7 - DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Nº DE ORDEM	RECEITA LÍQUIDA		CMV		DESPESAS OPERACIONAIS	
	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.
34	4.072.253	2.658.465	3.381.260	1.827.600	484.939	1.787.154
35	13.362.449	10.259.199	7.661.760	2.896.262	4.379.481	5.821.873
36	2.592.790	1.633.918	2.030.148	1.139.588	640.437	674.393
37	809.055	453.728	695.253	262.265	245.644	329.318
38	7.063.327	4.280.467	3.958.498	1.707.251	1.633.702	847.007
39	1.419.882	841.365	1.082.083	469.466	208.827	158.836
40	7.206.121	4.075.647	4.484.818	2.166.270	1.562.224	1.618.923
41	569.099	569.099	143.926	145.608	829.362	2.215.757
42	7.652.669	3.993.226	8.591.452	3.825.415	1.125.348	1.696.601
43	18.743.838	11.522.912	13.688.041	7.582.581	4.025.002	6.229.821
44	885.780	533.655	509.562	201.573	309.252	183.439
45	1.764.406	1.347.729	1.279.053	709.632	405.706	532.300
46	1.667.821	974.395	1.234.891	582.517	471.693	464.540
47	11.137.188	6.593.534	7.201.927	2.796.472	4.230.868	5.177.261
48	3.995.982	2.623.771	3.378.498	1.802.478	1.409.462	870.918
49	641.731	332.211	283.917	149.266	570.787	580.288
50	835.327	544.989	635.020	276.492	499.028	603.030
51	6.460.431	3.587.720	4.698.153	2.110.952	462.155	399.981
52	1.759.671	1.165.558	1.288.370	582.309	242.936	830.676
53	43.519.753	29.461.366	21.563.585	13.945.645	33.133.515	21.605.585
54	1.935.889	1.134.504	1.719.347	881.443	293.726	301.517
55	1.619.463	811.165	1.201.113	640.975	276.349	131.057
56	911.494	522.645	568.486	240.578	336.070	431.237
57	8.980.484	5.563.034	6.778.235	2.856.038	1.438.003	888.293
58	696.081	412.392	510.711	214.893	259.933	227.815
59	18.834.870	12.459.107	7.776.403	3.351.929	6.260.800	4.676.393
60	28.547.771	17.934.677	21.847.290	11.031.790	4.698.587	5.634.725
61	2.378.266	1.799.289	1.663.049	881.296	911.782	770.400
62	9.152.467	7.918.067	5.388.330	2.858.064	4.176.279	4.321.015
63	1.573.543	926.671	812.369	314.499	429.703	281.626
64	2.085.006	1.247.538	1.573.090	578.733	469.977	763.789
65	1.479.180	930.805	1.013.157	352.951	506.974	741.007
66	2.145.982	1.336.286	1.729.174	854.683	357.020	288.881

ANEXO Nº 7 - DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Nº DE ORDEM	RECEITA LÍQUIDA		C M V		DESPESAS OPERACIONAIS	
	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.
67	1.371.313	1.130.835	1.073.057	859.952	172.696	172.298
68	1.757.656	1.101.830	1.191.274	477.308	529.050	579.010
69	1.678.200	965.357	1.106.131	531.930	718.400	771.506
70	11.815.722	7.743.629	8.610.595	4.950.272	1.477.135	912.540
71	19.346.703	11.781.748	16.606.398	7.671.993	3.734.878	5.390.174
72	4.025.338	2.620.761	2.948.873	1.587.308	1.019.180	672.467
73	781.691.710	490.065.990	721.010.444	345.515.878	85.986.407	193.630.423
74	56.716.058	35.402.809	37.786.695	19.359.507	11.444.556	10.168.070
75	6.004.020	3.414.866	5.038.017	2.068.482	797.134	726.695
76	21.170.235	13.817.335	17.122.288	8.667.713	3.564.926	3.739.487
77	6.194.215	4.323.501	4.756.489	2.948.096	4.846.273	7.818.361
78	4.069.698	2.583.055	3.160.638	1.314.842	2.562.517	3.507.752
79	4.228.095	2.413.478	4.089.337	1.853.016	1.682.617	4.801.251
80	77.631	47.581	71.129	24.527	67.188	251.146
81	16.471.489	10.435.763	11.433.421	6.917.141	8.381.600	11.726.107
82	2.177.492	1.387.489	1.470.471	783.174	549.966	421.083
83	8.436.747	6.538.424	5.675.702	3.813.593	2.299.655	2.274.280
84	5.139.361	3.613.918	4.089.337	2.254.276	622.233	2.819.552
85	595.624	280.942	375.508	158.677	139.651	79.887
86	73.701.116	51.624.833	51.191.588	36.068.531	43.408.226	77.308.945
87	4.855.563	2.883.691	3.044.582	1.447.055	1.627.203	969.277
TOTAIS	3.494.630.044	2.332.331.305	2.603.903.010	1.247.930.499	908.418.489	1.832.774.109
MÉDIAS	40.168.161	26.808.406	29.929.920	14.344.029	10.441.592	21.066.369

ANEXO Nº 7 - DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Nº DE ORDEM	RECEITA FINANCEIRA		DESPESAS FINANCEIRA		RESULTADO EQUIVALÊNCIA PATRIM.	
	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.
01	280.773	414.077	255.130	313.265	-	-
02	285.083	2.789.233	5.217.494	27.759.537	(501.357)	(501.357)
03	51.392	111.575	39.086	169.836	35.307	35.307
04	8.466	9.740	33.695	172.369	-	-
05	104.605	87.836	87.772	295.651	178.757	168.509
06	-	-	-	-	(13.358.540)	(23.729.454)
07	-	-	-	-	( 49.546)	( 94.238)
08	-	-	-	-	4.254.146	( 579.703)
09	-	-	-	-	-	-
10	-	-	-	-	8.339.853	8.076.266
11	166.595	438.465	183.679	537.842	-	-
12	62.650	155.630	56.995	152.614	7.438	7.438
13	-	99.116	32.307	609	-	-
14	21.671	70.022	77.397	315.288	9.466	9.466
15	79.169	306.762	223.820	991.022	2.655	68.976
16	677	22.546	35.162	172.086	-	-
17	68.980.292	875.973.517	63.452.888	827.671.372	( 8.280.358)	( 8.280.358)
18	7.193	23.080	3.841	372.694	-	-
19	708.416	1.861.433	596.518	3.168.717	-	-
20	104.020	2.422.752	414.746	1.065.594	1.439.982	1.439.982
21	157.927	34.359	-	122.875	( 34.955)	( 33.420)
22	3.233.020	1.644.083	17.215.964	84.193.948	-	-
23	58.158	88.647	56.509	656.488	82.473	82.473
24	6.460	105.088	111.847	464.602	-	-
25	17.298	508.786	456.916	1.324.106	175.784	175.784
26	1.090.789	1.360.954	1.270.766	1.633.313	356.838	331.906
27	962.389	1.880.207	-	2.685.801	2.110.917	2.095.420
28	103.930	446.851	83.003	503.806	35.501	35.501
29	1.033.748	938.232	401.087	2.147.711	( 298.186)	( 90.380)
30	768.840	3.995.841	428.031	5.587.439	33.681	33.546
31	19.454	17.237	302	41.188	-	-
32	293.644	29.331	178.997	86.182	-	-
33	154.295	254.109	70.508	405.457	283.131	283.131

**ANEXO Nº 7 - DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**

Nº DE ORDEM	RECEITA FINANCEIRA		DESPESA FINANCEIRA		RESULTADO DE EQUIV.PATRIMONIAL	
	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.
34	712	113.401	135.309	1.569.306	28.306	28.412
35	-	2.564.838	1.834.539	3.885.018	262.145	286.695
36	4.011	549.226	26.321	520.596	334.659	341.195
37	20.292	13.395	67.285	231.892	-	-
38	-	451.155	648.731	644.697	( 315.135)	( 333.972)
39	2.420	141.259	3.673	22.023	-	-
40	109.646	136.536	69.908	670.089	-	-
41	271.326	564.515	793.613	2.194.343	-	-
42	139.702	396.625	50.167	1.241.927	9.620	8.164
43	604.794	957.412	1.294.553	4.456.504	2.617.303	3.194.360
44	48.132	34.877	25.360	54.173	99.632	99.632
45	121.984	189.776	220.630	409.013	-	-
46	76.250	167.820	126.304	265.574	( 17.262)	( 17.262)
47	456.041	1.111.834	797.151	3.089.627	26.120	26.120
48	278.016	191.895	16.722	71.440	63.168	63.168
49	210.604	378.382	51.680	329.560	39.811	39.811
50	62.642	86.240	252.181	448.824	( 59.605)	( 59.605)
51	225.009	888.869	-	140.184	-	-
52	40.150	197.466	30.966	696.240	( 27.357)	( 27.357)
53	12.561.463	4.667.543	15.491.908	10.542.336	6.107.854	6.107.854
54	21.072	109.038	52.149	138.530	32.907	32.907
55	11.387	159.872	-	44.926	1.418	1.418
56	12.174	31.244	28.236	248.197	-	-
57	27.454	611.512	42.821	503.733	387.825	387.825
58	25.296	25.296	102.899	144.739	-	-
59	-	1.652.985	1.245.698	1.328.573	8.241	8.241
60	1.447.561	2.324.377	1.083.965	3.342.124	1.765	1.765
61	-	216.935	144.238	259.622	( 2.391)	( 2.391)
62	262.055	1.070.420	309.631	1.789.904	960.527	826.330
63	25.083	156.369	15.951	176.908	7.487	7.487
64	40.326	40.326	399.361	578.020	-	-
65	58.303	63.700	164.494	567.973	-	-
66	53.721	84.077	142.664	200.070	( 28.129)	( 28.129)

ANEXO Nº 7 - DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Nº DE ORDEM	RECEITA FINANCEIRA		DESPESA FINANCEIRA		RESULTADO EQUIV. PATRIMONIAL	
	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.
67	62.879	103.558	54.628	73.240	555.027	555.027
68	5.912	51.925	118.831	356.980	-	-
69	52.052	45.634	369.090	571.283	-	-
70	320.032	1.097.484	475.341	327.406	2.574.298	2.574.298
71	763.257	1.290.967	340.482	3.358.265	777.864	562.014
72	53.336	53.336	7.818	32.015	( 19.933)	( 19.933)
73	11.124.744	28.057.017	36.625.688	163.194.061	17.021.542	17.021.542
74	147.112	4.025.820	-	3.087.671	2.638.778	2.638.778
75	-	583.846	88.819	273.972	( 65.938)	( 39.808)
76	1.010.315	869.640	-	1.365.902	1.613.933	1.121.512
77	53.742	1.685.788	2.397.504	6.315.639	(1.474.321)	(3.188.349)
78	1.323.688	1.990.019	1.101.107	2.599.928	155.734	( 16.156)
79	318.319	318.319	1.434.622	4.437.295	( 1.303)	( 1.303)
80	88.583	608.717	34.683	226.367	139.470	26.536
81	157.299	14.275	1.605.177	7.654.122	-	-
82	16.446	40.048	19.082	78.892	-	-
83	539.806	978.838	654.463	1.157.869	-	-
84	-	2.069.929	103.168	3.090.136	23.997	23.997
85	-	-	60.907	38.432	( 66.107)	( 66.107)
86	2.605.403	1.967.480	20.672.904	64.393.510	( 76.641)	( 76.699)
87	153.718	124.144	138.004	325.064	34.859	34.859
TOTAIS	114.775.223	962.415.508	182.955.850	1.266.776.146	29.191.261	11.677.671
MÉDIAS	1.319.255	11.062.247	2.102.941	14.560.645	335.532	134.226

ANEXO Nº 7 - DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Nº DE ORDEM	DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES		PROGRAMA DE ESTAB.ECONÔMICA		GANHOS E PERDAS NO ITENS MONE- TÁRIOS (Correcao Integral)	
	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.	GANHOS	PERDAS
01	6.473	3.940	-	-	-	115.904
02	2.509.975	( 98.349)	-	98.349	-	2.147.608
03	-	-	( 11.623)	( 6.699)	-	156.813
04	-	-	( 3.835)	( 2.277)	-	5.013
05	16.305	10.132	421	210	86.747	-
06	5.434.628	-	(2.600.793)	(1.862.165)	46.299.606	-
07	75.253	-	( 2.537)	( 2.336)	3.929.866	-
08	1.360.090	-	-	( 14.710)	-	26.090.797
09	328.167	-	( 128.045)	( 103.890)	3.125.090	-
10	2.195.196	-	( 276.555)	( 134.177)	1.358.004	-
11	-	-	-	-	7.018	-
12	-	-	-	( 4.128)	-	27.325
13	-	-	-	( 147.757)	-	92.240
14	-	-	( 5.973)	( 3.547)	-	297.420
15	24.501	14.849	( 6.606)	( 4.880)	-	127.501
16	66.655	40.863	463	276	72.988	-
17	-	-	-	-	3.537.231	-
18	7.129	4.308	-	( 3.403)	-	103.024
19	-	-	-	( 15.690)	-	291.721
20	360.474	229.877	( 40.415)	( 27.284)	4.816.140	-
21	502	306	( 8.887)	( 8.961)	575.176	-
22	7.548.681	4.565.610	12.343	9.800	1.080.042	-
23	109.384	66.746	( 39.707)	( 39.907)	110.591	-
24	-	-	( 25.439)	( 15.113)	-	178.826
25	-	-	3.446	2.281	314.121	-
26	26.956	15.177	( 38.701)	( 23.147)	826.323	-
27	-	-	-	( 52.351)	-	1.638.344
28	17.320	9.758	( 4.557)	( 2.456)	-	203.527
29	-	-	-	( 2.248)	-	1.598.384
30	1.824.313	1.099.521	( 233.093)	( 142.834)	911.476	-
31	-	-	( 3.595)	( 2.145)	-	53.066
32	-	-	( 5.272)	( 3.790)	-	90.728
33	85.219	53.433	( 11.640)	( 6.912)	604.832	-



ANEXO Nº 7 - DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Nº DE ORDEM	DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		PROGRAMA DE ESTAB. ECONÔMICA		GANHOS E PERDAS NOS ITENS MONE- TÁRIOS ( Correção Integral)	
	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.	GANHOS	PERDAS
34	-	-	( 10.899)	( 6.510)	-	224.794
35	-	-	-	( 211)	262.145	-
36	-	-	( 392.611)	( 12.869)	-	392.611
37	-	940	-	-	41.227	-
38	-	-	-	( 79.414)	-	1.142.188
39	-	-	15.661	( 9.342)	-	128.319
40	20.295	12.201	( 60.768)	( 37.184)	-	616.253
41	1.798	982	73.761	73.761	171.311	-
42	1.874	-	-	1.113	687.319	-
43	324.631	245.331	-	( 39.130)	-	372.215
44	-	-	( 16.104)	( 7.441)	-	90.107
45	8.689	5.447	6.178	4.131	-	98.251
46	30.807	13.810	( 9.600)	( 5.254)	217.827	-
47	-	-	( 17.902)	( 5.763)	-	43.786
48	-	-	( 36.272)	( 22.703)	-	33.623
49	141.260	65.821	-	-	-	193.657
50	5.400	3.268	( 6.418)	( 3.811)	-	143.970
51	-	-	( 27.594)	( 19.004)	-	588.160
52	15.611	9.569	( 1.346)	( 7.561)	-	57.775
53	3.209.873	1.942.985	71.936	33.863	1.285.042	-
54	24.253	16.412	( 3.380)	( 2.309)	25.692	-
55	5.026	3.391	867	526	-	99.598
56	5.094	4.249	-	-	-	109.640
57	25.068	12.928	( 55.684)	( 36.669)	-	355.055
58	-	25.296	-	( 2.988)	-	48.341
59	-	-	( 888.178)	( 585.971)	-	4.137.434
60	-	-	( 251.213)	( 153.239)	-	2.601.277
61	-	-	( 822)	( 666)	153.916	-
62	171.192	103.464	( 484.231)	( 255.580)	-	39.561
63	-	-	( 8.969)	( 5.320)	-	118.226
64	-	-	( 17.767)	( 12.291)	6.719	-
65	-	-	372	499	-	181.897
66	-	-	( 1.462)	( 440)	-	28.983

**ANEXO Nº 7 - DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**

Nº DE ORDEM	DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES		PROGRAMA DE ESTAB. ECONÔMICA		GANHOS E PERDAS NOS ITENS MONE- MONETÁRIOS ( Correção Integral)	
	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.	GANHOS	PERDAS
67	-	-	-	-	-	9.227
68	94.146	59.906	( 3.060)	( 1.817)	-	47.793
69	-	-	( 2.262)	( 5.539)	12.043	-
70	-	-	-	199	-	1.675.428
71	-	-	( 70.518)	( 44.754)	-	246.843
72	-	-	( 38.035)	( 25.756)	-	156.716
73	-	-	( 494.917)	( 362.368)	6.569.417	-
74	326.563	215.869	( 159.900)	( 159.900)	-	2.692.678
75	-	-	( 13.553)	( 8.320)	130.033	-
76	65.815	41.638	( 204.307)	( 148.888)	-	1.346.962
77	236.770	147.486	225.294	133.035	1.266.874	-
78	172.271	92.029	-	8.509	-	893.156
79	173.123	105.158	( 26.127)	( 16.806)	538.508	-
80	2.108	1.237	( 13.674)	( 13.473)	67.607	-
81	-	-	-	-	2.914.764	-
82	-	-	( 40.908)	( 23.987)	8.862	-
83	-	-	-	-	42.668	-
84	57.715	35.697	-	-	-	47.849
85	-	-	-	-	-	28.632
86	150.238	92.861	-	-	621.153	-
87	-	-	( 100.426)	( 59.863)	-	509.720
TOTAIS	27.266.841	9.274.146	( 6.501.484)	(4.424.344)	82.678.378	52.718.966
MÉDIAS	313.412	106.600	( 74.730)	( 50.855)	950.326	605.965
=====						

**ANEXO Nº 7 - DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**

Nº DE ORDEM	RESULTADO OPERACIONAL		CORREÇÃO MONETÁRIA		IMPOSTO DE RENDA ( I R )	
	C.I.	L.S.	CREDOR	DEVEDOR	C.I.	L.S.
01	( 114.402)	209.514	-	323.798	-	-
02	( 7.947.903)	( 23.210.559)	15.176.706	-	-	-
03	( 8.074)	305.395	-	311.250	-	-
04	( 15.196)	126.316	49.689	-	-	-
05	409.136	162.878	163.969	-	-	-
06	61.083.789	206.532.082	-	152.559.845	18.643.119	18.643.119
07	3.282.278	3.532.443	-	313.700	940.158	940.158
08	19.366.518	14.942.435	3.607.237	-	6.476.791	6.476.791
09	2.432.717	12.023.867	-	9.622.678	756.467	756.467
10	10.785.509	16.437.417	-	6.165.454	527.804	527.804
11	( 162.812)	( 17.145)	-	142.576	-	-
12	333.656	280.151	53.117	-	130.019	129.685
13	1.925.015	2.064.820	-	141.310	-	-
14	( 9.224)	235.664	-	295.132	-	-
15	3.682	( 247.795)	252.959	-	-	-
16	237.057	( 14.544)	238.737	-	12.734	12.734
17	( 6.033.015)	35.808.174	-	41.686.564	-	-
18	( 160.525)	( 162.347)	1.774	-	-	-
19	27.071	( 1.998.966)	1.100.648	-	-	-
20	1.570.902	1.810.187	-	207.590	199.153	183.784
21	268.031	42.134	226.010	-	44.416	44.416
22	( 2.216.945)	( 74.374.835)	72.066.431	-	-	-
23	266.527	( 393.284)	681.456	-	16.900	16.900
24	53.196	163.349	-	109.600	12.827	12.827
25	454.676	77.717	532.393	-	159.545	159.545
26	1.747.376	1.105.542	642.833	-	359.675	359.675
27	1.624.959	3.925.264	-	2.283.934	( 193.378)	( 193.378)
28	115.431	457.955	-	330.574	22.525	22.525
29	( 2.336.265)	864.791	-	3.402.186	-	-
30	11.653.328	7.199.832	4.482.432	-	4.257.868	4.257.868
31	56.783	34.697	-	91.714	-	-
32	59.531	9.371	50.344	-	-	-
33	709.068	981.595	-	273.486	168.621	168.621

ANEXO Nº 7 - DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Nº de ORDEM	RESULTADO OPERACIONAL		CORREÇÃO MONETÁRIA		IMPOSTO DE RENDA ( I R )	
	C.I.	L.S.	CREDOR	DEVEDOR	C.I.	L.S.
34	10.384	( 814.476)	830.454	-	6.418	2.229
35	2.112.550	4.392.597	-	2.188.121	658.542	696.522
36	260.875	710.358	-	449.352	-	-
37	( 70.323)	( 124.460)	-	90.726	-	-
38	13.804	1.392.237	-	1.501.586	302.382	196.512
39	18.734	354.322	-	357.578	30.233	30.233
40	663.938	434.129	122.527	-	278.470	220.871
41	112.209	( 1.153.990)	1.266.199	-	-	-
42	( 1.211.935)	( 1.117.248)	-	948.859	-	-
43	6.039.157	3.200.884	2.824.121	-	950.390	950.390
44	126.240	284.076	-	110.690	12.558	12.558
45	119.324	307.269	-	186.860	53.586	53.586
46	248.151	77.995	172.602	-	113.836	113.836
47	161.426	( 231.409)	162.530	-	84.188	33.013
48	( 466.488)	215.258	-	614.254	-	-
49	51.141	108.213	-	38.913	1.144	262
50	( 438.125)	( 306.780)	-	140.086	-	-
51	954.025	1.973.705	-	1.358.059	403.102	257.302
52	183.383	( 78.318)	217.900	-	27.384	22.136
53	8.848.948	4.719.396	4.098.548	-	106.576	106.576
54	8.607	96.330	-	66.215	5.981	5.981
55	56.075	156.023	-	103.457	21.656	25.699
56	( 90.528)	( 117.926)	-	9.246	-	-
57	797.016	2.314.307	-	1.595.205	161.684	117.500
58	( 50.836)	31.263	-	85.167	-	-
59	668.474	6.092.011	-	5.422.701	160.055	160.055
60	849.943	3.394.304	-	2.752.364	272.645	272.645
61	( 45.040)	412.137	-	560.205	21.431	-
62	770.879	2.635.738	-	2.026.328	-	-
63	229.900	338.033	-	186.334	78.130	47.460
64	( 251.342)	94.984	-	246.214	-	-
65	( 164.173)	( 98.954)	-	115.902	-	-
66	2.676	164.593	-	179.797	8.125	3.050

ANEXO Nº 7 - DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Nº DE ORDEM	RESULTADO OPERACIONAL		CORREÇÃO MONETÁRIA		IMPOSTO DE RENDA ( I.R. )	
	C.I.	L.S.	CREDOR	DEVEDOR	C.I.	L.S.
67	734.239	757.170	-	22.908	-	-
68	( 10.461)	45.512	-	496.260	( 12.544)	( 3.117)
69	( 126.585)	( 335.625)	229.416	-	-	-
70	2.946.894)	5.552.798	-	2.603.555	-	-
71	( 439.448)	( 572.652)	-	329.690	-	-
72	( 119.364)	373.068	-	433.043	-	-
73	9.410.562	( 4.001.752)	13.452.022	-	-	-
74	7.578.019	12.539.830	-	4.915.883	2.006.248	2.006.248
75	285.512	1.200.737	-	902.669	140.736	140.736
76	2.077.823	3.724.877	-	2.119.932	229.732	221.794
77	( 3.336.958)	( 7.812.482)	2.605.265	-	-	-
78	( 1.067.191)	( 257.167)	-	967.145	-	-
79	( 1.006.654)	( 4.242.092)	3.178.186	-	-	-
80	234.974	407.161	-	284.664	-	-
81	2.004.379	( 6.042.242)	8.194.565	-	58.608	58.608
82	196.708	229.072	-	33.511	75.527	75.527
83	1.043.864	1.229.389	-	207.175	144.451	120.193
84	403.939	24.896	46.656	-	186.943	35.307
85	( 14.274)	( 23.729)	9.496	-	-	-
86	(17.748.783)	( 59.861.862)	40.710.796	-	( 557.425)	465.562
87	( 137.365)	397.735	-	534.000	-	-
TOTAIS	122.890.774	182.303.358	177.448.018	253.446.045	38.566.036	38.968.815
MÉDIAS	1.412.538	2.095.441	2.039.632	2.913.173	443.288	447.917

ANEXO Nº 7 - DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Nº DE ORDEM	PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS		RESULTADO DO EXERCÍCIO		DIVIDENDOS	
	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.
01	-	-	( 114.005)	( 114.005)	( 2,69)	( 2,69)
02	-	-	( 9.516.592)	( 9.516.592)	( 21,21)	( 21,21)
03	-	-	( 3.735)	( 3.735)	( 0,11)	( 0,11)
04	-	-	( 15.325)	( 76.720)	( 0,43)	( 2,13)
05	-	-	150.827	150.827	7,50	7,50
06	-	-	42.716.645	42.716.645	64,63	64,63
07	-	-	497.444	497.444	1,85	1,85
08	2.198.652	1.817.074	11.163.688	11.163.688	4,77	4,77
09	69.025	66.685	1.600.431	1.600.431	11,90	11,90
10	35.596	29.837	9.038.418	9.038.418	7,27	7,27
11	-	-	( 162.659)	( 159.651)	( 0,99)	( 0,97)
12	-	-	204.161	203.989	0,98	0,97
13	11.422	9.917	1.913.593	1.913.593	84,77	84,77
14	-	-	10.297	( 51.232)	0,04	( 0,20)
15	-	-	37.762	23.458	0,50	0,31
16	11.156	11.156	182.621	182.621	18,95	18,95
17	-	-	( 5.711.258)	( 5.711.258)	( 54,56)	( 54,56)
18	-	-	( 160.771)	( 160.771)	( 20,54)	( 20,54)
19	-	-	317.785	( 607.604)	17,65	( 33,76)
20	97.900	97.900	1.468.864	1.468.864	9,99	9,99
21	23.830	23.830	201.499	201.499	1,83	1,83
22	-	-	( 3.699.465)	( 3.699.465)	( 0,31)	( 0,31)
23	13.757	13.757	476.178	476.178	2,51	2,51
24	3.900	3.900	37.338	37.338	0,26	0,26
25	-	-	295.131	295.131	1,41	1,41
26	121.834	121.834	1.268.072	1.268.072	52,15	52,15
27	40.800	40.800	1.834.606	1.834.606	15,85	15,85
28	-	-	93.387	93.387	3,45	3,45
29	-	-	( 2.782.845)	( 4.521.854)	( 27,13)	( 44,08)
30	236.497	236.497	5.568.014	5.568.014	5,73	5,73
31	-	-	( 56.229)	( 56.229)	( 5,51)	( 5,51)
32	-	-	59.587	59.587	19,53	19,53
33	26.841	26.841	510.437	510.437	2,55	2,55

ANEXO Nº 7 - DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Nº DE ORDEM	PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS		RESULTADO DO EXERCÍCIO		DIVIDENDOS	
	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.
34	-	-	19.608	19.608	0,17	0,17
35	-	-	1.495.569	1.548.017	34,59	35,80
36	19.524	19.524	241.668	241.668	2,68	2,68
37	-	-	( 77.752)	( 215.921)	( 2,30)	( 6,42)
38	-	-	150.463	( 9.728)	2,41	( 0,15)
39	3.811	3.811	9.324	( 19.492)	0,60	( 0,60)
40	-	-	433.199	353.657	15,26	12,46
41	-	-	112.209	112.209	2,67	2,67
42	-	-	( 1.196.448)	( 2.070.391)	( 7,29)	( 12,62)
43	10.890	10.890	5.050.843	5.050.843	20,02	20,02
44	14.374	14.374	102.200	102.200	10,43	10,43
45	5.140	5.140	56.290	56.290	0,42	0,42
46	-	-	160.631	160.631	2,01	2,01
47	56.495	64.250	401.718	28.849	1,84	0,13
48	-	-	( 464.777)	( 464.777)	( 4,33)	( 4,33)
49	-	-	67.534	67.534	1,09	1,09
50	-	-	( 460.779)	( 460.779)	( 5,83)	( 5,83)
51	4.000	4.000	567.926	366.313	0,56	0,36
52	-	-	152.993	116.619	11,06	8,43
53	-	-	8.676.490	8.676.490	442,53	442,53
54	-	-	42.459	42.459	0,71	0,71
55	9.093	9.093	25.230	31.637	0,12	0,15
56	-	-	( 103.580)	( 139.132)	( 52,43)	( 70,43)
57	22.390	22.390	615.513	580.675	1,65	1,65
58	-	-	( 64.481)	( 64.481)	( 3,22)	( 3,22)
59	51.165	51.165	460.483	460.483	0,92	0,92
60	28.319	28.319	545.093	538.066	3,16	3,12
61	-	-	39.803	( 65.013)	4,98	( 8,14)
62	48.519	63.170	817.825	544.750	1,88	1,42
63	6.450	6.450	148.410	99.834	10,94	7,36
64	-	-	( 193.585)	( 284.911)	( 3,87)	( 5,70)
65	-	-	( 156.610)	( 211.564)	( 1,40)	( 1,90)
66	-	-	( 10.003)	( 19.428)	( 0,15)	( 0,30)

**ANEXO Nº 7 - DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**

Nº DE ORDEM	PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS		RESULTADO DO EXERCÍCIO		DIVIDENDOS	
	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.	C.I.	L.S.
67	-	-	738.509	738.509	25,14	25,14
68	-	-	( 4.302)	( 451.655)	( 0,02)	( 1,67)
69	-	-	6.744	6.774	2,27	2,27
70	-	-	2.954.876	2.954.876	4,28	4,28
71	223.016	113.251	474.927	236.556	3,19	1,59
72	-	-	( 39.393)	( 39.393)	( 0,16)	( 0,16)
73	-	-	9.595.223	9.595.223	9,53	9,53
74	-	-	5.691.883	5.691.883	2,12	2,12
75	9.000	9.000	172.56 2	172.562	2,61	2,61
76	8.045	8.045	1.841.841	1.377.850	1,84	1,73
77	-	-	( 3.221.235)	( 5.401.078)	( 10,85)	( 18,19)
78	-	-	( 982.229)	( 1.173.901)	( 1,92)	( 2,29)
79	-	-	( 1.035.114)	( 1.088.493)	( 124,21)	( 130,62)
80	128	128	226.246	113.871	0,66	0,33
81	-	-	2.402.043	2.402.043	0,22	0,22
82	7.938	7.938	111.491	111.491	2,65	2,65
83	80.194	75.892	845.357	845.357	7,90	7,90
84	-	-	225.010	39.676	1,15	0,20
85	-	-	( 14.333)	( 14.333)	( 2,29)	( 2,29)
86	-	-	( 13.992.959)	( 16.126.396)	( 55,97)	( 64,50)
87	-	-	( 135.127)	( 135.127)	( 3,85)	( 3,85)
TOTAIS...	3.499.701	3.016.452	80.852.387	69.654.591	553,94	404,00
MÉDIAS	40.226	34.672	929.338	800.627	6,37	4,64



ANEXO Nº 8 - DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Nº DE ORDEM	O R Í G E N S			O R Í G E N S		
	CORREÇÃO INTEGRAL			LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA		
	Recursos das Operações	Recursos Acio- nista e Tercei- ros	T O T A L	Recursos das Operações	Recursos Acio- nista e Tercei- ros	T O T A L
01.	( 82.085)	331.112	249.027	258.636	283.815	542.451
02	784.380	7.354.050	8.138.430	483.675	6.238.088	6.721.763
03	60.666	100.663	161.329	390.272	74.755	465.027
04	-	18.815	18.815	-	47.748	47.748
05	402.433	187.533	589.966	165.663	138.873	304.536
06	209.837.200	501.723.525	711.560.725	209.837.200	501.723.525	711.560.725
07	1.868.952	16.689.646	18.558.598	1.868.952	16.689.646	18.558.598
08	5.229.379	149.287.046	155.056.425	5.229.379	149.827.046	155.056.425
09	17.402.591	53.589.796	70.992.387	17.402.591	53.589.796	70.992.387
10	15.864.517	12.730.025	28.594.452	15.864.517	12.730.025	28.594.542
11	( 113.118)	166.540	53.422	50.097	71.553	121.650
12	396.418	33.950	430.368	295.932	11.553	307.485
13	636.425	-	636.425	731.666	-	731.666
14	9.223	87.217	96.440	324.821	68.137	392.858
15	193.753	1.564.276	1.758.029	161.370	993.322	1.154.692
16	292.855	84.276	377.131	217.544	40.258	257.802
17	99.295.730	139.361.155	238.656.885	72.909.879	100.964.300	173.874.179
18	1.434.646	96.821	1.531.467	962.651	39.644	1.002.295
19	( 307.498)	476.145	168.647	( 395.747)	208.609	( 187.138)
20	3.426.936	393.785	3.820.721	2.095.006	619.997	2.715.003
21	103.090	144.091	247.181	195.666	29.470	225.136
22	9.473.238	10.472.830	19.946.068	( 318.568)	6.264.258	5.945.690
23	435.307	548.690	983.997	233.591	373.318	606.909
24	212.553	158.668	371.221	330.707	74.745	405.452
25	444.750	510.787	955.537	65.432	157.125	222.557
26	1.890.518	2.390.966	4.281.484	( 259.903)	1.721.906	1.462.003
27	2.742.868	2.295.909	5.038.777	4.814.903	1.413.716	6.228.619
28	476.394	544.969	1.021.363	652.977	356.171	1.009.148
29	214.935	331.581	546.516	556.719	233.761	790.480
30	16.025.860	1.493.378	17.519.238	11.724.466	955.720	12.680.186

ANEXO Nº 8 - DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Nº DE ORDEM	O R Í G E N S			O R Í G E N S		
	CORREÇÃO INTEGRAL			LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA		
	Recursos das Operações	Recursos Acio- nistas e Tercei- ros	T O T A L	Recursos das Operações	Recursos Acio- nistas e Tercei- ros	T O T A L
31	( 43.577)	68	( 43.509)	51.898	59	51.957
32	78.388	48.042	126.430	16.673	58.517	75.190
33	334.874	89.904	424.778	565.156	66.435	631.591
34	152.543	1.757.273	1.909.816	( 88.923)	1.092.996	1.004.073
35	2.261.965	883.913	3.145.878	4.188.467	660.732	4.849.199
36	( 1.973)	184.186	182.213	393.343	44.488	437.831
37	-	26.607	26.607	-	13.306	13.306
38	433.506	356.069	789.575	1.751.984	206.652	1.958.636
39	70.386	16.256	86.642	374.448	15.371	389.819
40	650.986	43.490	694.476	328.489	19.152	347.641
41	( 367.731)	585.736	218.005	( 1.636.929)	1.432.330	( 204.599)
42	( 1.842.179)	1.116.893	( 725.286)	( 1.192.410)	1.108.039	( 84.371)
43	6.090.985	2.065.473	8.156.458	4.540.975	1.719.609	6.260.584
44	36.308	175.641	211.949	122.731	170.362	293.093
45	139.523	342.704	482.227	293.480	427.429	720.909
46	335.876	245.898	581.774	142.888	244.271	387.159
47	1.325.131	800.234	2.125.365	514.581	1.681.408	2.195.989
48	-	6.962	6.962	195.203	4.557	199.760
49	239.458	145.544	385.002	161.756	133.814	295.570
50	( 317.459)	911	( 316.548)	( 161.723)	576	( 161.147)
51	1.049.826	738.184	1.788.010	1.971.967	1.850	1.973.817
52	270.827	1.267.945	1.538.772	556.701	776.422	1.333.123
53	33.364.501	4.153.341	37.517.842	23.293.579	2.418.693	25.712.272
54	61.618	-	61.618	105.277	-	105.277
55	27.657	19.894	47.551	136.607	4.381	140.988
56	7.546	97.224	104.770	11.111	90.105	101.216
57	770.661	2.178	772.839	1.894.028	548	1.894.576
58	14.932	7.942	22.874	76.467	7.675	84.142
59	1.162.723	10.543	1.173.266	6.073.369	7.335	6.080.704
60	1.183.467	1.382.021	2.565.488	4.097.459	877.882	4.975.341

ANEXO Nº 8 - DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Nº DE ORDEM	O R Í G E N S			O R Í G E N S		
	CORREÇÃO INTEGRAL			LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA		
	Recursos das Operações	Recursos Acio- nistas e Tercei- ros	T O T A L	Recursos das Operações	Recursos Acio- nistas e Tercei- ros	T O T A L
61	118.283	73.251	191.534	554.444	68.966	623.410
62	687.855	1.694.887	2.382.742	2.622.626	1.356.336	3.978.962
63	280.390	( 21.913)	258.477	390.004	( 24.754)	365.250
64	-	23.774	23.774	-	23.774	23.774
65	-	87.925	87.925	-	7.096	7.096
66	58.573	1.450	60.023	158.836	3.492	162.328
67	328.812	57.976	386.788	276.667	33.321	309.988
68	147.597	6.443	154.040	179.008	2.160	181.168
69	236.682	144.976	381.658	( 20.391)	114.229	93.838
70	823.353	2.237.219	3.060.572	3.293.750	1.033.406	4.327.156
71	( 1.199.444)	1.767.012	567.568	( 1.061.466)	1.194.529	133.063
72	24.446	49.390	73.836	443.707	6.492	450.199
73	62.874.861	39.354.304	102.229.165	72.305.969	28.020.958	100.326.927
74	9.196.040	34.275	9.230.315	12.323.670	17.253	12.340.923
75	365.323	291.155	656.478	1.102.561	127.543	1.230.104
76	2.389.409	1.424.754	3.814.163	734.294	3.270.101	4.004.395
77	( 1.504.312)	2.370.317	866.005	( 4.270.811	3.564.700	( 706.111)
78	( 313.077)	1.204.255	891.178	( 800.670)	1.186.167	385.497
79	( 267.467)	663.765	396.298	( 716.730)	439.958	( 276.772)
80	109.413	28.532	137.945	394.032	9.080	403.112
81	4.517.866	5.176.359	9.694.225	570.144	2.968.735	3.538.879
82	165.924	149.926	315.850	195.761	111.956	307.717
83	1.455.174	363.707	1.818.881	1.753.529	253.559	2.007.088
84	950.688	128.286	1.078.974	-	95.914	95.914
85	( 6.659)	29.538	22.879	( 19.273)	100.746	81.473
86	13.511.186	26.068.052	39.579.238	2.180.976	17.931.773	20.112.749
87	6	141.749	141.755	459.990	108.247	568.237
TOTAIS	531.094.606	1.003.830.682	1.534.925.291	488.679.273	931.251.611	1.419.930.884
MÉDIAS	6.104.536	11.538.284	17.642.820	5.617.003	10.704.042	16.321.045

ANEXO Nº 8 - DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Nº DE ORDEM	A P L I C A Ç Õ E S			A P L I C A Ç Õ E S		
	CORREÇÃO INTEGRAL			LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA		
	Permanente	Outras	T O T A L	Permanente	Outras	T O T A L
01	366.672	215.075	581.747	227.504	375.020	602.524
02	1.338.144	7.997.554	9.335.698	997.563	11.738.580	12.736.143
03	343.550	8.703	352.253	192.390	43.212	235.602
04	21.200	7.243	28.443	13.461	121.725	135.186
05	196.376	329.122	525.498	100.341	117.479	217.820
06	8.460.020	499.567.668	508.027.688	8.460.020	499.567.668	508.027.688
07	16.705	17.963.713	17.980.418	16.705	17.963.713	17.980.418
08	2.007.110	157.468.988	159.476.098	2.007.110	157.468.988	159.476.098
09	113.748	59.473.609	59.587.357	113.748	59.473.609	59.587.357
10	7.779.355	16.276.920	24.056.275	7.779.355	16.276.920	24.056.275
11	23.625	206.019	229.644	12.591	51.695	64.286
12	128.842	302.408	431.250	72.994	184.667	257.661
13	65.269	705.467	770.736	38.923	677.237	716.160
14	119.557	191.870	311.427	65.233	163.950	229.183
15	413.269	1.575.931	1.989.200	184.135	965.764	1.149.899
16	200.734	115.950	316.684	116.394	109.482	225.876
17	9.856.100	182.292.952	192.149.052	9.665.586	229.214.707	238.880.293
18	1.233.407	109.180	1.342.587	774.938	( 93.866)	681.072
19	452.907	869.973	1.322.880	259.310	449.236	708.546
20	5.167.449	749.933	5.917.382	3.337.880	1.140.232	4.478.112
21	327.871	67.334	395.205	179.995	60.364	240.359
22	21.857.545	12.142.875	34.000.420	15.386.622	8.842.288	24.228.910
23	482.572	308.011	790.583	317.198	217.738	534.936
24	307.757	124.296	432.053	154.988	72.603	227.591
25	1.217.066	90.770	1.307.836	863.562	156.319	1.019.881
26	706.677	6.754.111	7.460.788	486.657	4.777.109	5.263.766
27	4.896.697	1.535.287	6.431.984	2.844.357	1.098.335	3.942.692
28	595.217	195.415	790.632	370.425	149.450	519.875
29	147.681	170.905	318.586	92.037	74.705	166.742
30	3.312.933	5.358.549	8.671.482	2.175.197	4.199.563	6.374.760

# ANEXO Nº 8 - DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Nº DE ORDEM	A P L I C A Ç Õ E S			A P L I C A Ç Õ E S		
	CORREÇÃO INTEGRAL			LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA		
	Permanente	Outras	T O T A L	Permanente	Outras	T O T A L
31	21.068	9.073	30.141	14.060	7.119	21.179
32	35.972	1.100	37.072	21.585	771	22.356
33	353.776	136.643	490.419	215.969	191.350	407.319
34	1.320.290	17.940	1.338.230	803.133	17.940	821.073
35	689.458	1.717.307	2.406.765	305.948	1.419.157	1.725.105
36	146.390	166.295	312.685	55.893	137.689	193.582
37	97.783	35.497	133.280	50.435	38.159	88.594
38	1.798.466	48.927	1.847.393	1.265.059	18.723	1.283.782
39	101.637	16.503	118.140	65.654	11.668	77.322
40	186.452	143.500	329.952	121.179	129.770	250.949
41	10.096	35.122	45.218	7.743	35.122	42.865
42	235.377	360.713	596.090	108.564	257.189	365.753
43	3.204.551	4.191.455	7.396.006	2.062.771	3.157.326	5.220.097
44	125.674	91.495	217.169	108.387	64.179	172.566
45	148.863	134.631	283.494	104.838	152.863	257.701
46	330.092	124.698	454.790	174.849	82.468	257.317
47	1.511.007	534.578	2.045.585	913.698	133.070	1.046.768
48	99.856	364.111	463.967	64.077	55.387	119.464
49	227.314	161.623	388.937	130.902	253.864	384.766
50	161.217	53.344	214.561	94.350	85.152	179.502
51	1.079.788	149.437	1.229.225	297.580	662.645	960.225
52	1.937.907	150.192	2.088.099	1.431.667	96.968	1.528.635
53	6.189.760	18.113.782	24.303.542	4.308.173	25.742.605	30.050.778
54	67.034	163.919	230.953	60.708	50.288	110.996
55	51.502	14.484	65.986	34.400	14.484	48.884
56	95.071	135.393	230.464	51.696	52.352	104.048
57	239.242	199.471	438.713	130.618	101.396	232.014
58	13.483	82.506	95.989	9.057	78.627	87.684
59	961.694	191.910	1.153.604	566.118	133.979	700.097
60	1.113.715	740.104	1.853.819	745.414	634.425	1.379.839

ANEXO Nº 8 - DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Nº DE ORDEM	A P L I C A Ç Õ E S			A P L I C A Ç Õ E S		
	CORREÇÃO INTEGRAL			LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA		
	Permanente	Outras	T O T A L	Permanente	Outras	T O T A L
61	384.124	2.824	386.948	299.259	2.751	302.010
62	1.440.534	299.279	1.739.813	752.871	241.189	994.060
63	96.039	101.379	197.418	52.505	46.392	98.897
64	106.217	157.881	264.098	75.773	53.777	129.550
65	202.663	198.522	401.185	102.585	86.571	189.156
66	152.508	11.502	164.010	90.767	317	91.084
67	555.853	117.502	673.355	479.053	117.502	596.555
68	52.784	38.909	91.693	27.557	38.161	65.718
69	263.081	119.959	383.040	154.533	30.386	184.919
70	1.708.845	898.339	2.607.184	1.153.068	995.704	2.148.772
71	2.687.288	165.417	2.852.705	1.531.707	138.885	1.670.592
72	103.223	1.644	104.867	60.082	-	60.082
73	105.139.050	70.443.967	175.583.017	72.167.020	51.744.703	123.911.723
74	3.376.381	3.350.820	6.727.201	2.313.578	2.863.376	5.176.954
75	748.805	71.740	800.545	361.270	123.642	484.912
76	859.024	739.936	1.598.960	1.583.464	1.301.369	2.884.833
77	2.241.881	( 123.968)	2.117.913	892.483	( 23.017)	869.466
78	1.834.303	2.875.335	4.709.638	971.817	1.981.002	2.952.819
79	264.761	514.311	779.072	174.895	147.130	322.025
80	10.366	61.776	72.142	2.749	61.776	64.525
81	7.158.611	3.979.748	11.138.359	4.736.495	2.182.116	6.918.611
82	275.646	56.648	332.294	176.073	54.078	230.151
83	1.040.884	356.372	1.397.256	845.799	273.272	1.119.071
84	804.601	1.058.274	1.862.875	328.732	1.161.991	1.490.723
85	121.485	89.608	211.093	81.920	89.689	171.609
86	30.938.135	8.976.876	39.915.011	21.443.409	6.209.187	27.652.596
87	210.345	47.412	257.757	129.757	30.525	160.282
TOTAIS	257.488.027	1.096.053.596	1.353.541.623	182.620.965	1.119.427.701	1.302.048.666
MÉDIAS	2.959.632	12.598.317	15.557.949.	2.099.092	12.866.985	14.966.077

ANEXO Nº 09

INSTRUÇÃO CVM Nº64, DE 19.05.87

A Instrução CVM nº64/87, foi considerada na íntegra neste anexo, uma vez que, a qual se constituirá num parâmetro de cotejamento e análise dos dados coletados a partir das Demonstrações Contábeis Tradicional e Complementar, das Companhias Abertas Brasileiras, do exercício findo em 31 de dezembro de 1987.

Assim, a Instrução CVM nº64, de 19.05.87, dispõe sobre os procedimentos para elaboração e publicação de demonstrações contábeis complementares, em moeda de capacidade aquisitiva constante, para pleno atendimento ao Princípio do Denominador Comum Monetário.

O Presidente da Comissão de Valores Mobiliários torna público que o Colegiado, em sessão realizada em 19.05.87, com fundamento nos artigos 176 caput e seus parágrafos 1º e 4º, 177 parágrafo 3º, 185 caput e 249 parágrafo único, da Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e no artigo 22 parágrafo único, incisos I, II e IV; da Lei 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e tendo em vista

ainda o disposto no item 5.2 do pronunciamento anexo à Deliberação CVM Nº29, de 05 de fevereiro de 1986, resolveu:

#### DEVER DE INFORMAR EM MOEDA DE CAPACIDADE AQUISITIVA CONSTANTE

"Art. 1º As companhias abertas elaborarão e publicarão, além das demonstrações atualmente exigidas pela Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976, demonstrações contábeis complementares com o pleno atendimento ao Princípio do Denominador Comum Monetário.

§ 1º Todos os elementos de todas as demonstrações complementares estarão registrados num único padrão monetário, como e a contabilidade fosse mantida nesse padrão.

§ 2º O padrão monetário a ser utilizado será a OTN - Obrigação do Tesouro Nacional, mas as demonstrações complementares serão publicadas com seus valores expressos na moeda nacional pela paridade entre a OTN e o Cruzado no encerramento do exercício social.

§ 3º Os valores relativos às demonstrações complementares do exercício anterior, apresentados para comparação, serão também atualizados pela paridade existente ao final do exercício sendo encerrado.

#### BALANÇO PATRIMONIAL COMPLEMENTAR

Art. 2º Para fins desta Instrução consideram-se itens monetários os elementos patrimoniais compostos pelas disponibilidades e pelos direitos e obrigações realizáveis e exigíveis em moeda, independentemente de estarem sujeitos a variações pós-fixadas ou de incluírem juros ou correções prefixados.

§ 1º Também são classificados como itens monetários os depósitos para incentivos fiscais e os empréstimos compulsórios enquanto na forma de créditos.

§ 2º Consideram-se itens não monetários os elementos do ativo permanente, do patrimônio líquido e dos resultados de exercícios futuros, bem como os estoques, as despesas antecipadas, os direitos e obrigações a serem saldados em bens e serviços e os demais elementos não realizáveis ou exigíveis em moeda.

Art. 3º Os itens monetários do Balanço Patrimonial serão convertidos para OTN pela paridade existente no encerramento do exercício social.

§ 1º Os itens monetários prefixados a serem realizados em moeda a pós 90 (noventa) dias da data do balanço serão trazidos a valor presente, para essa data, pela taxa de desconto representada pela média aritmética das variações da OTN nos 3 (três) últimos meses do exercício social sendo encerrado.



§ 2º Os valores descontados conforme o parágrafo anterior serão apropriados ao resultado operacional destacadamente sob o título "Ajustes a Valor Presente de Créditos e obrigações" ou equivalente, com evidenciação de seus componentes relevantes.

§ 3º Os ajustes por redução de obrigações vinculados à aquisição de ativos existentes na data do balanço serão registrados como redução do custo desses ativos. No caso de obrigações relativas a fornecimento de estoques, não sendo viável a redução diretamente de cada item em particular, poderá o ajuste ser feito mediante conta retificadora do estoque global para apropriação proporcional à baixa dos inventários. No caso de obrigações relativas à aquisição de ativo permanente, deverá ser considerada no resultado a parcela de redução proporcional à depreciação, a mortização ou exaustão acumulada e à provisão para perda já contabilizada com relação a tal ativo.

Art. 4º Os itens não monetários serão convertidos para OTN com base no valor desta no mês de sua formação ou aquisição.

§ 1º Os elementos componentes do ativo permanente e do patrimônio líquido poderão ter suas quantidades de OTN controladas no Razão Auxiliar em OTN, inclusive quanto aos dividendos intermediários por conta do lucro do próprio exercício social.

§ 2º Os estoques poderão ser convertidos com base em controles ou cálculos auxiliares, por item ou grupo de itens homogêneos, inclusive com a utilização de métodos simplificados e do critério PEPS - primeiro a entrar, primeiro a sair - mesmo que seja outro o critério usado na escrituração mercantil.

§ 3º Os itens não monetários não classificados como ativo permanente ou patrimônio líquido de valor irrelevante ou que tenham sido adquiridos ou formados nos últimos 3(três) meses do exercício social poderão ser convertidos para OTN pela paridade no encerramento do exercício social.

§ 4º A atualização de ativos não monetários, principalmente circulantes, implicará a constituição de provisões adicionais para ajuste ao valor de mercado quando este for inferior ao custo corrigido.

Art. 5º Deverão ser considerados nas demonstrações complementares os efeitos do imposto de renda nas diferenças intertemporais decorrentes dos ajustes de que tratam os artigos 3º e 4º desta Instrução, na forma de despesa paga antecipadamente ou provisão, para imposto diferido.

## DEMONSTRAÇÃO COMPLEMENTAR DO RESULTADO

Art. 6º Na demonstração do resultado, os ganhos, as perdas, as receitas e as despesas deverão ser apropriadas, na escrituração mercantil, com fiel observância do regime de competência a nível mensal.

Parágrafo único. O resultado de equivalência patrimonial, a provisão para o imposto de renda e as provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado poderão ser apropriados trimestralmente e as participações no lucro, a não ser quando pagas por antecipação, a penas ao final do exercício social.

Art. 7º Os elementos componentes do resultado do exercício serão convertidos para OTN conforme os critérios a seguir:

- a) os elementos componentes do resultado, tais como vendas de bens ou serviços, deduções da receita bruta, custo dos produtos ou serviços vendidos, despesas administrativas, despesas com vendas, despesas e receitas financeiras, outras receitas e despesas operacionais, resultados não operações e outros deverão ser convertidos em quantidades de OTN conforme o valor desta no mês de competência de tais elementos, como se a escrituração mercantil fosse mantida em OTN;
- b) no caso de estoques enquadrados dentro de prazo referido no § 3º do art. 4º desta Instrução, será ainda adicionada ao custo dos produtos ou mercadorias vendidos de cada mês, apurado conforme letra "a" acima, a diferença entre a quantidade de OTN obtida pela divisão do valor em cruzados dos estoques do mês anterior pelo valor da OTN desse mês anterior e a quantidade obtida pela divisão do mesmo valor em cruzados desses estoques pela OTN do mês em questão; ou
- c) no caso dos estoques enquadrados em prazo superior ao citado no § 3º do art. 4º, ao custo dos produtos ou mercadorias vendidos será adicionada a quantidade necessária de OTN para se obter o montante de OTN apurado nos controles ou cálculos auxiliares citados no § 2º do art. 4º.
- d) aplicam-se as disposições das letras "b" e "c" precedentes aos demais estoques baixados para o resultado por consumo ou outra razão e aos adiantamentos a fornecedores de estoques. O mesmo se aplica, ainda, às despesas antecipadas aos resultados de exercícios futuros e aos adiantamentos de clientes; no caso destes, os ajustes serão adicionados às contas de resultado para onde tiverem sido apropriados na escrituração mercantil.
- e) as depreciações, amortizações e exaustões e ainda os bens baixados do ativo permanente poderão ter suas respectivas quantidades em OTN obtidas do Razão Auxiliar em OTN.
- f) os itens monetários gerarão ganhos ou perdas representados, em cada mês, pela diferença entre a quantidade em OTN obtida pela divisão do saldo do item monetário em cruzados no mês anterior pela OTN desse mês precedente e a quantidade em OTN obtida pela divisão daquele mesmo saldo em cruzados pela OTN do mês em questão;
- g) as perdas relativas aos ativos monetários que geraram receitas financeiras nominais, calculadas conforme letra "f" acima, serão considerados como redutoras das respectivas receitas financeiras nominais, produzindo-se, como saldo líquido, as receitas financeiras reais;

h) os ganhos relativos aos passivos monetários que gerarem despesas financeiras nominais, calculados como na letra "f" anterior, serão considerados como redutores das respectivas despesas financeiras nominais, produzindo-se, como saldo líquido, as despesas financeiras reais;

i) as perdas e os ganhos sobre os demais itens monetários, com exceção da provisão para o imposto de renda e as participações constituídas durante o exercício social sobre o lucro em formação, serão calculados como em "f" e considerados em conta específica do resultado operacional sob a titulação de "Ganhos (ou Perdas) nos Passivos (ou Ativos) Monetários Sem Encargos (ou Rendimentos) Financeiros", ou semelhante, com evidenciação de seus componentes importantes;

j) os resultados de equivalência patrimonial serão ajustados à quantidade de OTN obtida pela divisão do resultado em cruzados do exercício social (ou do semestre se a companhia for tributada com essa periodicidade), pelo valor da OTN no encerramento do exercício (ou do semestre), ou obtida diretamente do Razão Auxiliar em OTN;

l) o imposto de renda apropriado ao resultado e as participações sobre o lucro do período serão ajustados à quantidade de OTN obtida pela divisão do seu valor em cruzados pela OTN do encerramento do exercício, como se fossem contabilizadas, na escrituração mercantil, somente nessa data. Esse ajuste será feito mediante consideração, como retificação desses elementos (impostos e participações), dos Ganhos derivados dos passivos monetários representados pelas provisões constituídas para esse fim durante o exercício social. No caso de incidência de imposto de renda em balanço intermediário, ou no caso de participações pagas por antecipação durante o exercício social, deverão esses valores ser mantidos, na demonstração complementar do resultado, pela conversão à base da OTN no mês em que houver tal apropriação (mês do balanço intermediário em que se apurou o imposto e mês do pagamento da participação).

Parágrafo Único. A diferença eventualmente existente entre o lucro líquido apurado na escrituração mercantil e o apurado nos termos desta Instrução será conciliada e evidenciada.

## DEMONSTRAÇÃO COMPLEMENTAR DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Art. 8º A demonstração complementar das origens e aplicações de recursos será convertida para OTN conforme os critérios a seguir:

a) os recursos gerados pelas operações serão obtidos pela soma algébrica, em quantidade de OTN, do lucro líquido calculado conforme o artigo anterior com os elementos componentes do resultado complementar que não tenham produzido alteração no capital circulante líquido;

b) os demais recursos obtidos, quer dos sócios, quer de terceiros, serão convertidos pela OTN do mês de competência em que tenham sido registrados na escrituração mercantil;

c) as aplicações de recursos também são convertidas pela OTN do mês em que tenham sido contabilizadas na escrituração mercantil, inclusive os dividendos intermediários ou relativos a exercícios anteriores;

d) os valores relativos ao capital circulante líquido do exercício anterior serão convertidos à quantidade de OTN constante do balanço complementar desse exercício precedente.

#### DEMONSTRAÇÃO COMPLEMENTAR DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 9º A demonstração complementar das mutações do patrimônio líquido será elaborada de maneira consistente com o contido nesta Instrução, inclusive, quanto aos dividendos intermediários ou relativos a exercícios anteriores.

Parágrafo Único. Os ajustes de exercícios anteriores serão convertidos em OTN pelo valor desta no mês de encerramento do último exercício social, independentemente de a que mês ou exercício pertença o item sendo ajustado.

#### NOTAS EXPLICATIVAS E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 10º As notas explicativas conterão informações quanto aos critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis complementares; as evidenciações e os destaques requeridos por esta Instrução poderão ser feitos no corpo ou em notas de rodapé das demonstrações complementares, em notas explicativas ou em quadros auxiliares.

§ 1º Todos os valores contidos nas notas explicativas das demonstrações financeiras previstas pela Lei 6404/76, e legislação complementar serão acompanhados dos respectivos valores plenamente corrigidos conforme esta Instrução.

§ 2º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior ao relatório da administração que poderá, alternativamente, basear-se apenas nos valores integralmente corrigidos.

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11 Após as conversões para quantidades de OTN efetuadas na forma dos artigos anteriores, todos os elementos de todas as demonstrações contábeis complementares (do exercício social em encerramento e do exercício social anterior) serão transformados em cruzados pela paridade de OTN no último mês do exercício social em encerramento.

Art. 12 Os valores constantes das demonstrações complementares elaboradas conforme esta Instrução serão apresentados ao lado dos obtidos da escrituração mercantil da companhia, com o aproveitamento possível de terminologia única para ambos, para efeito de maior clareza, entendimento e análise.

Parágrafo Único. As colunas relativas à correção integral dos exercícios anteriores e em encerramento serão devidamente identificadas, com destaque para o fato de se referirem à moeda de capacidade aquisitiva do encerramento do exercício social.

Art.13. Atendido o artigo anterior, ficam dispensados de publicação:

a) o balanço complementar do exercício sendo encerrado, quando igual ao atualmente exigido pela lei societária, com destaque para esse fato;

b) as demonstrações financeiras relativas ao exercício anterior elaboradas na forma da legislação societária.

Parágrafo Único. O disposto nas letras "a" e "b" deste artigo aplica-se igualmente às demonstrações consolidadas.

Art.14. As demonstrações complementares serão objeto de parecer dos auditores independentes.

Art.15. As companhias abertas que não estiverem obrigadas aos ajustes a valor presente e à correção de itens não monetários não classificados como ativo permanente ou patrimônio líquido, determinados nos artigos 3º e 4º desta Instrução, poderão fazê-los desde que ajustem aos mesmos critérios seu balanço complementar de abertura do exercício em que optarem por iniciar a adoção desses procedimentos e dêem o devido destaque ao fato e aos valores envolvidos.

Art.16. As demonstrações complementares de que trata esta Instrução não criam direitos ou obrigações diversos ou adicionais àqueles da legislação vigente.

Art.17. A Superintendência de Normas Contábeis desta Comissão resolverá as situações omissas desta Instrução, observado sempre o fundamento relativo à obtenção de valores como se a escrituração fosse mantida num único padrão monetário.

Art.18. As companhias manterão em boa ordem, pelo prazo de três anos, e por quaisquer meios adequados, a guarda dos papéis de trabalho e memórias de cálculo relativos à elaboração das demonstrações complementares de que trata esta Instrução.

## DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19. Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se para as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais a se encerrarem a partir de 1º de dezembro de 1987.

Art.20. Ficam dispensados, para o primeiro exercício de vigência desta Instrução:

a) as demonstrações complementares relativas ao exercício social anterior, mas as companhias que o fizerem poderão optar pela faculdade prevista no artigo 13 desta Instrução;

b) as demonstrações complementares consolidadas;

c) o ajuste a valor presente e a correção dos itens não monetários não classificados como ativo permanente ou patrimônio líquido, determinados nos artigos 3º e 4º desta Instrução, devendo o fato e, se possível, os valores envolvidos, serem devidamente evidenciados;

d) a demonstração complementar das origens e aplicações de recursos para as instituições financeiras.

Parágrafo Único. As companhias que fizerem uso das faculdade prevista na letra "C" deste artigo ajustarão aqueles itens nos seus balanços complementares de abertura no exercício social subsequente, dando o devido destaque ao fato e aos valores envolvidos.

Art. 21. É facultativa a aplicação desta Instrução no primeiro exercício de sua vigência para as companhias abertas com valores mobiliários admitidos à negociação exclusivamente no mercado de balcão." ( )

LUIZ OCTÁVIO DA MOTTA VEIGA

PRESIDENTE

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

001. AGRAWAL, Surendra P. Accounting for the Impact of Inflation on a Business Enterprise, The Accounting Review, October, 1977.
  002. ALMEIDA, Marcelo C. Correção Monetária Integral das Demonstrações Financeiras, São Paulo, Atlas, 1987.
  003. \_\_\_\_\_, Correção Integral de Balanços: Uma Análise Gerencial Simplificada, Temática Contábil, Boletim IOB nºs 22, 23 e 24/87.
  004. \_\_\_\_\_, Exemplo de Correção Integral, Temática Contábil e Balanços, Boletim IOB, nºs 10 e 11/87.
  005. \_\_\_\_\_, Equivalência Patrimonial e Correção Integral, Temática Contábil, Boletim IOB nº 27/87.
  006. \_\_\_\_\_, et SZUSTER, Natan. Correção de Estoques - Uma Simplificação, Temática Contábil, Boletim IOB nº 35/87.
  007. ASSAF NETO, Alexandre. Estrutura e Análise de Balanços - Um Enfoque Econômico-Financeiro, São Paulo, Atlas, 1987.
  008. \_\_\_\_\_, As Limitações da Análise de Balanços no Brasil, Temática Contábil, Boletim IOB nº 16/86.
  009. BENTO, Salvador A. et BENTO, Rogério A. Demonstrações Financeiras com Correção Integral, São Paulo, Atlas, 1987.
  010. BRADFORD, William D. Price-Level Restated Accounting and the Measurement of Inflation Gains e Loss, A. Review, 1974.
  011. BRAGA, Hugo Rocha. Demonstrações Financeiras - Estrutura, Análise e Interpretação, São Paulo, Atlas, 1987.
  012. BRASIL, Lei das S.A. (nº 6404/76), Decreto-Lei 1598/77, Instrução CVM Nº 64/87 e Ato Deliberação CVM Nº 29, de 05.02.86.
  013. BRUNÉLI, Tereza C. Os Bancos Comerciais sob Efeito da Inflação - Reflexo nas suas Demonstrações Contábeis: Um Estudo de Caso. Dissertação Mestrado; ISEC/FGV, Rio Janeiro, 1987.
  014. BULHÕES PEDREIRA, José Luiz & CRUZ FILHO, Manoel Ribeiro da. Manual da Correção monetária das Demonstrações Financeiras, Esplanada, Rio de Janeiro, 1978.
  015. CALAFELL, Josep Vallverdú i. La Contabilidad Ante Precios Cambiantes, Barcelona, Ed. Hispano Europa S.A., 1983.
  016. CASTRO, Cláudio de Moura. A Prática da Pesquisa, São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1977.
  017. CASTRO, Cláudio de Moura. Estrutura e Apresentação de Publicações Técnicas, Rio de Janeiro, Instituto de Planejamento Econômico e Social, 1973.
-



018. CHAMBERS, R. J. Contabilidade Contemporânea Continua, In: ' WANLESS, P.T. et FORRESTER, D.A.R. Contabilidade em Épocas de Inflação, México, Editorial Limusa S.A., 1985 pp (311-324).
019. COOK, John W. et WINKLE, Gary M. Auditoria: Filosofia e Técnica, São Paulo, Saraiva, 1983.
020. EDWARDS, Edgard O. et BELL, Philip W. The Theory and Measurement of Business Income, University of California ' Los Angeles, 1961.
021. ECO, Humberto. Como se faz uma tese, São Paulo, Editora ' Perspectiva S.A., 1985
022. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.
023. GELI, Alejandro C. et SLOSSE, Carlos A. La Contabilidad en La encrucijada de la Inflación, Buenos Aires, Revista Administración de Empresas, Ano IX, nº 100, Julio/1978 pp (306-331)
024. GOMES, Josir Simeone. Um Estudo Exploratório sobre Controle Gerencial de Empresas Estatais Brasileiras, Tese de Doutorado, COPPEAD/1983.
025. \_\_\_\_\_, A transparência das Demonstrações Contábeis Após o Plano Cruzado. Trabalho apresentado na 11ª Convenção Nacional de Contabilistas, Natal(RN), Outubro/1986.
026. \_\_\_\_\_, et MOREIRA, José Nazareno. Análise da Abrangência do Reconhecimento Contábil da Inflação nas Demonstrações Financeiras dos Bancos no Brasil: Um Estudo de Caso. COPPEAD/1984.
027. GOUVEIA, Nelson. Introdução à Contabilidade, São Paulo, McGraw-Hill, 1982.
028. HEATH, Loyd C. Distinção entre Ativos y Passivos Monetários y no Monetários, In: WANLESS, P.T. et FORRESTER, D.A.R. Contabilidad en épocas de Inflación, México, Editorial Limusa, S.A., 1985, pp. (191-210).
029. HENDRIKSEN, Eldon S. Accounting Theory, Homewood, Richard D. Irwin, 1982.
030. \_\_\_\_\_, Teoria de la Contabilidad, UTHEA, 1974.

031. HYLTON, Delmer P. On Matching Revenue With Expense, The Accounting Riview, October, 1965.
032. HORNGREN, Charles T. Introdução à Contabilidade Gerencial, Rio de Janeiro, Prentice-Hall do Brasil, 1985.
033. IBRACON - Instituto Brasileiro de Contadores, Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, São Paulo, Impresso em offset, 1986.
034. IJIRI, Yuju. En defensa de la contabilidad de custos históricos, In: WANLESS, P.T. et FORRESTER, D.A.R. Contabilidad en épocas de Inflación, México, Ed. Limusa S.A, 1985. pp. (77-92).
035. IUDÍCIBUS, Sérgio de. Ajuste Corrente Leva a Acerto Geral Revista Direção, São Paulo, nº 45 , SET/1965 , p.60
036. \_\_\_\_\_, Análise de Balanços, São Paulo, Atlas, 1986.
037. \_\_\_\_\_, Contabilidade Gerencial, São Paulo, Atlas, 1986.
038. \_\_\_\_\_, Contribuição à Teoria dos Ajustamentos Contábeis , Tese de Doutorado, FEA-USP, São Paulo, 1966.
039. \_\_\_\_\_, Aspectos de Avaliação de Estoques a Preços Correntes, Tese de Livre-Docência, FEA-USP, São Paulo, 1968.
040. \_\_\_\_\_, Teoria da Contabilidade, São Paulo, Atlas, 1981.
041. \_\_\_\_\_, MARTINS, Eliseu et GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, São Paulo , Atlas, 1987.
042. \_\_\_\_\_, et alii. Contabilidade Introdutória, São Paulo, Atlas, 1985.
043. \_\_\_\_\_, et alii. Contabilidade Intermediária, São Paulo, Atlas, 1981.
044. JOHNSON, Glenn L. The Monetary and non Monentary, The Accounting Riview, October, 1965.
045. KANITZ, Stephen C. Como Prever Falências, São Paulo, McGraw Hill do Brasil, 1978.
046. \_\_\_\_\_, Como Prever Falências de Empresas, Revista Exame , Dezembro/1974.

049. KAPLAN, Robert S. Purchasing Power Gains on Debt: the effect of Expected and Unexpected Inflation, 'The Accounting Review', April, 1977, pp. (369-377).
048. KIRKMAN, Patrick R.A. Contabilidade de Inflação, Buenos Aires, Livraria "El Ateneo" Editorial, 1975 .
049. KERLINGER, Fred N. Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais, São Paulo, Ed. Pedagógica e Universitária Ltda. 1980.
050. \_\_\_\_\_, Foundations of Behavioral Reserch, Holt Rinchart and Winstons, Inc., 1973.
051. LATORRACA, Newton. Desestímulo ao Reinvestimento de Lucros São Paulo, Revista Balanço Financeiro, Ano VI, nº 55 , Outubro de 1984.
052. LAZZATI, Santiago C. et PONTE, Jorge Alberto. Contabilidad e Inflacion: Alternativas Fundamentais, Buenos Aires , Revista Administracion de Empresas, Ano IX, nº 103, Oc tubre/1978, pp. (618-642).
053. LISDERO, Arturo E. & OUTEIRAL, Luiz F., Contabilidade e In flação - el ajuste integral: los revalúos legales, 'contables e impositivos, Machi, Buenos Aires, 1973.
054. MANN, Peter H. Métodos de Investigaçã Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983.
055. MARTINS, Eliseu. Contribuição à Avaliação do Aivo Intangí vel. Tese de Doutorado, FEA-USP, São Paulo, 1972.
056. \_\_\_\_\_, Análise de Correção Monetária das Demonstrações Fi nanceiras: Implicações no Lucro e na Alavancagem Finan ceira, São Paulo, Atlas, 1985.
057. \_\_\_\_\_, Análise Financeira na Correção Integral, Temática ' Contábil de Balanços, Boletim IOB, nº 15,16,17,18 e 19/88.
058. \_\_\_\_\_, Correção Integral de Balanços (Price - Level Ac counting), Rio de Janeiro, Revista da CVM, v.3, nº 07, p.(9-15), Jan/Jun/1985.
059. \_\_\_\_\_, O Significado da Correção Monetária Patrimonial , Temática Contábil e Balanços, Boletim IOB, nº03/82, Rio de Janeiro.

060. MARTINS, Eliseu. A Correção Monetária do Lucro do Exercício, Temática Contábil e Balanços, Boletim IOB nº 4/82 Rio de Janeiro.
061. \_\_\_\_\_, Os Bancos têm realmente Lucro no 2º semestre?, Temática Contábil e Balanços, Boletim IOB nº 09/83, Rio de Janeiro.
062. \_\_\_\_\_, Lucro Inflacionário e Distribuição de Lucros, Temática Contábil e Balanços, Boletim IOB nº 11/83, Rio de Janeiro.
063. \_\_\_\_\_, Contabilidade e Inflação - Como entender um pouco mais, Temática Contábil e Balanços, Boletim IOB nº 22/84 Rio de Janeiro.
064. \_\_\_\_\_, Contabilidade em OTN, Temática Contábil e Balanços Boletim IOB nºs: 18.19.02.21 e 22/85, Rio de Janeiro.
065. \_\_\_\_\_, Olhe Bem o Balanço da VASP, Temática Contábil e Balanços, Boletim IOB nº 16/86.
066. \_\_\_\_\_, Pesquisa sobre Correção Integral de Balanços - Setor Industrial Privado, São Paulo, FIDECABI-USP, 1988.
067. \_\_\_\_\_, BRAGA, Hugo Rocha et SZUSTER, Natan. Análise e Interpretação Financeira do Saldo Credor da Correção Monetária do Balanço, Rio de Janeiro, Revista CVM, v.4, nº 11, janeiro/fevereiro/1986, pp. (23-29).
068. MONTEIRO, Deny da Rocha. A Instrução CVM nº 64 e os Objetivos da Contabilidade, Rio de Janeiro, Revista CVM, Out Nov/Dez/1986, pp. (23-27).
069. MOONIEZ, Maurice. The Basic Postulates of Accounting, The Accounting Review, January, 1961.
070. MORAES, Dêlcio Duque; ZEIDAM, Francisco das Chagas; MADEIRA, Geová et SOUZA, Milanez Silva de. A Demonstração 'de Orígens e Aplicações de Recursos e a Correção Integral. Trabalho apresentado no XII CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, Cuiabá (MT), Setembro/1988.
071. MOREIRA, José Nazareno. A Inflação e os Resultados dos Bancos - Mensuração das distorções causadas pelas práticas contábeis vigentes: Um Estudo de caso. COPPEAD/UFRJ Rio de Janeiro, 1984.

072. MORLES, Victor. Guia para Elaboração e Avaliação de Projetos de Pesquisa, Tradução de Euterpe Gonzalez Gil Diegnez, Caracas, Revista Pedagógica, 1(1):51-59, mai/1979
073. MORES, Claudionor J.; ANDRADE, Lucila C. ; PIRES, Luiz Gonzaga B.; ROCHA, Luiz Guilherme C. et BARROS, Sérgio Madeira. O que há por trás dos demonstrativos financeiros, Revista Brasileira de Contabilidade, Rio de Janeiro, nº 58, jul/set/1986, pp. (24-28).
074. NELSON, G. Kenneth. Current and Historical Costs in Financial Statements, New York, The Accounting Review, January/1966, pp. (42-47).
075. NEVES, Aécio Cordeiro. Mensuração do Efeito da Inflação da Inflação sobre o lucro dos Bancos Comerciais Privados; Um ajustamento contábil. Dissertação de Mestrado, FEA-USP, S.P., 1982.
076. NEWTON, Enrique Fowler. Reformulacion de las Normas Básicas para el Ajuste Integral por Inflacion, Buenos Aires, ' Revista Administracion de Empresas, Ano IX, nº 103, Outubro/1978, pp. (590-606).
077. NISWONGER, C. Rollin et FESS, Philip E. Princípios de Contabilidade, Rio de Janeiro, Ed.FGV, 1980.
078. OLIVEIRA ROXO, Alfredo A. de. A correção Monetária de Demonstrativos Contábeis, na Legislação Vigente. Revista da Administração de Empresas, 19(1): 57-65, jan/mar/79
079. PARKER, James E, Impact of Price-Level Accounting, The Accounting Review, January, 1977.
080. PETERSEN, Russel J. Price-Level Changes and Company Wealth Management Accounting, February, 1973.
081. RAMOS, Alkindar de Toledo. O Problema da Amortização dos Bens Depreciáveis e as Necessidades Administrativas da Empresa, FEA-USP, 1968.
082. RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa Social - Métodos e Técnicas, São Paulo, Atlas, 1985.
083. SÁ, A. Lopes de. Dicionário da Contabilidade, São Paulo, Atlas, 1983.
084. SOUZA, Milanez Silva de. Índices Inflacionários e as Demosn

- trações Contábeis. Trabalho apresentado no XIII Congresso Brasileiro de Contabilidade, Cuiabá(MT), Set/88
085. \_\_\_\_\_, Reflexão à Luz da Teoria Contábil sobre Críticas às Demonstrações Financeiras. Trabalhos apresentados no XIII Congresso Brasileiro de Contabilidade, Cuiabá(MT) Set/1988.
086. SPROUSE, Robert T. et alii. 1964 Concepts and Standards Research Study Committee - The Entity Concept, The Accounting Review, July, 1964.
087. STAUBUS, George J. An Induced Theory of Accounting Measurement. The Accounting Review, January, 1985.
058. SZUSTER, Natan. Métodos Contábeis de Reconhecimento da Variação do Poder Aquisitivo da Moeda: Uma aplicação prática. Dissertação de Mestrado, FEA-USP, 1980.
089. \_\_\_\_\_, Análise do Lucro Passível de Distribuição: Uma Abordagem Reconhecendo a Manutenção do Capital da Empresa. Tese de Doutorado, FEA-USP, São Paulo, 1985.
090. \_\_\_\_\_, Efeitos e Aspectos Contábeis da volta da Inflação. Temática Contábil e Balanços, Boletim IOB nº17/87. Rio de Janeiro.
091. \_\_\_\_\_, Os Boletins IOB e a Literatura sobre o Método da Correção Integral, Boletins IOB nº 28 e 29/87, Rio de Janeiro.
092. \_\_\_\_\_, Cálculo e Análise Contábil do Lucro Passível de Distribuição, Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Contabilidade, Ano XVI, nº 58, jul/set/1986, pp (43-51)
093. \_\_\_\_\_, Qual o Lucro a distribuir sem reduzir a capacidade física da empresa? Boletim IOB nº 29/85, Rio de Janeiro
094. \_\_\_\_\_, Análise Contábil decorrente da diferença entre os indicadores da Inflação no Brasil, Boletim IOB nº 36/85, Rio de Janeiro.
095. SZUSTER, Natan. O Efeito da Inflação na Evidenciação Contábil - Comentários e sugestões quanto à demonstração de resultados. Temática Contábil e Balanços, Boletins IOB nº 04/86, Rio de Janeiro.
096. TREVISAN & ASSOCIADOS AUDITORS INDEPENDENTES, Trabalho apresentado no Seminário de Sistemática de Correção Mo-

netária do Balanço em Moeda Constante; realizado em São Paulo, em 1985.

097. \_\_\_\_\_, Demonstrações Financeiras em Moeda Constante, São Paulo, Atlas, 1988.
098. TRUEBLOOD, Robert M. The Price-Level Restatement and It's Dual Interpretation, New York, The Accounting Review, April, 1976, pp. (227-243).
099. WAGNER, John W. Defining Objectivity in Accounting, the Accounting Review, July, 1965.
100. WALTHER, Larry M. A Comparison of Estimated and Reported Historical Cost / Constant Dollar Data. The Accounting Review, April, 1982.
101. WANLESS, P.T. Ganancias Monetárias en la Contabilidad de Poder Aquisitivo Corriente, In: WNALESS, P.T. et FORRESTER, D.A.R., Contabilidade en Épocas de Inflación, México, Editorial Limusa S.A., 1985, pp. (211-220).
102. WANLESS, P.T. et FORRESTER, D.A.R. Contabilidade en Épocas de Inflacion, México, Editorial LIMusa S.A., 1985.
103. WEBSTERS, Third New International Dictionary Una Bridget Spring Field, Mass. C. & C. Merrian Co., 1961
104. ZEFF, Sthephen A. Evolucion de la Teoria Contábil - La Investigacion Empírica, Medellin, Revista Contaduria, Marzo/1985, pp. (25-53).